

ADRIANA SALES

**Travestis brasileiras e escolas (da vida): cartografias do movimento social
organizado aos gêneros nômades**

ASSIS

2018

ADRIANA SALES

Travestis brasileiras e escolas (da vida): cartografias do movimento social organizado aos gêneros nômades

Tese apresentada à Faculdade de Ciências e Letras de Assis – UNESP – Universidade Estadual Paulista para obtenção do título de Doutora em Psicologia (Área de Conhecimento: Psicologia e Sociedade).

Orientador: Dr. William Siqueira Peres

ASSIS

2018

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca da F.C.L. – Assis – Unesp

S163t Sales, Adriana
Travestis brasileiras e escolas (da vida): cartografias
do movimento social organizado aos gêneros nômades /
Adriana Sales. Assis, 2018.
310 p. : il.

Tese de Doutorado – Universidade Estadual Paulista
(UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Assis
Orientador: Dr. Wiliam Siqueira Peres

1. Travestis - Brasil. 2. Travestis - Cartografia. 3.
Escolas. 4. Nômades. I. Título.

CDD 306.778

ADRIANA SALES (nome social) / ADRIANO BARBOSA SALES (nome civil)


Travestis brasileiras e escolas (da vida): cartografias do movimento social
organizado aos gêneros nômades

Tese apresentada à Universidade
Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de
Ciências e Letras, Assis, para obtenção
do título de Doutora em PSICOLOGIA.
(Área de Conhecimento: PSICOLOGIA E
SOCIEDADE)


Data da Aprovação: 02/03/2018

COMISSÃO EXAMINADORA


PRESIDENTE: PROF. DR. William Siqueira Peres - UNESP/ASSIS


MEMBROS: PROF. DR. Fernando Silva Teixeira Filho - UNESP/ASSIS


PROF. DR. Leonardo Lemos de Souza - UNESP/ASSIS


PROFA. DRA. Flavia Bonsucesso Teixeira - UFU/UBERLÂNDIA


PROFA. DRA. Megg Rayara Gomes de Oliveira - UFPR/CURITIBA

in memoriam

Ao meu pai querido (Sales): o homem mais importante que esteve em minha vida.

Minhas companheiras da/na pesquisa que partiram no processo Luana Muniz (Rio), Lohana Berkins (Argentina) e todas as companheiras travestis assassinadas no percurso da tese que me deram forças para finalizá-la.

AGRADECIMENTOS

Às Deusas e aos Deuses que me protegeram. Aos Orixás Xangô, Yansã, Tempo (Kitembo), elementos da natureza, eu vos reverencio, devo eterno respeito e amor. A Yemanjá, Oxum, Obaluaê, Ogum e Óxossi: meu muito obrigada.

A minha mãe (Zezé): a mulher mais guerreira que conheço na vida e que me dá forças em todo momento.

A minhas irmãs, cunhado e minha família: sintam-se abraçad@s.

Agradecer é sempre muito difícil, pois sempre podemos cometer equívocos de esquecimento e, sem intenção alguma, deixar qualquer pessoa importante fora deste grupo de pessoas e instituições mais que especiais.

Faço esta afirmativa porque foram muitas pessoas que compuseram essa pesquisa. Muitas pessoas que me ajudaram, me acolheram, me deram apoio, articularam junto comigo, para mim, me deram dicas, suporte físico e emocional, e, para além, estavam na torcida para que tudo se resolvesse da melhor maneira.

De antemão quero dizer meu muito obrigada a todas essas pessoas que de uma forma ou outra estiveram pertinho ou longe em todo o processo da tese e contribuíram de algum modo para o término do trabalho. Nesse sentido, peço licença para todas essas pessoas para fazer alguns agradecimentos nominais que não posso deixar de citar, mas que representam cada participação na pesquisa.

Quero dizer que foi uma honra conhecer, trabalhar, compartilhar, aprender e ser orientada por William Siqueira Peres, orientador, amigo de todas as horas, confidente, apoiador, que me deu todo o suporte, de muitas maneiras, para que nossa proposta desse certo. Essa quase travesti é importante demais para mim, para as travestis brasileiras, para as produções

que estão pela vida e para o bem. E a seu companheiro, amigo que ganhei neste percurso, Alex, muito obrigada.

Minha gratidão a minhas amigas/irmãs e amigos/irmãos que são minha família por escolha e a quem que tenho muito amor: Susi Astolfo, Fredson Cunha, Itamar Bressan, Teka (Tania Pinheiro), Luciene Taques, Marcilene Taques, Danielle Barreto (mulher capenga), Catarina Dallapicula, Fábio Moreli, Luciano Platini, Lu Melo, Claudete Jaudy, Adrianinha, Geni e Dilma.

Sou grata às pessoas amigas que os toques do samba me deram: Junior Loureiro, Wal Capistrano, Cris Lara, Izzy entre tant@s outr@s.

Agradeço minha família de terreiro (Ilê Axé Ogunjá – Sociedade Espírita Laura de Vicuña): Mãe Ana, Laize, Marcos, Seu Anunciação e todo meu povo do Axé.

Aos companheiros de trabalho e fomento da Secretaria de Estado de Educação, representados por Daisy Pacheco, para que eu pudesse realizar a pesquisa com muita dedicação.

Aos companheiros e companheiras de luta, que compuseram a banca da tese com tanto carinho, respeito e me ensinaram demais (que são amigas e amigos pela trajetória da vida): Leonardo Lemos de Sousa (meu calmo e eterno orientador), Fernando Teixeira (nobre e dedicado companheiro de luta), Flavinha Teixeira (arretada doce mulher quase travesti), Megg Rayara (travesti doutora companheira de luta), Beth Lima (delicada Deleuziana), Gilson Carrijo (nobre ativista pelas causas trans) e Fernando Pocahy (que me acolheu de modo muito afetuoso no grupo Geni da UERJ), gratidão!

Ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho, Campus de Assis/SP; professor@s, técnic@s e pessoas que me auxiliaram em variados momentos.

Às pessoas que compõem o grupo de pesquisa PsiCuQueer pelos ensinamentos, apoio, troca de vivências e muitas gargalhadas, representad@s por Caio, Débora, Rogério, André Tokuda, Jú Bessa, Dany Mezzari: obrigada.

Sou grata ao meu companheiro de pesquisa, orientação e partilha de muitas sofrências: Herbert Proença (que esteve presente em momentos de entrevistas e muitas noitadas de Baco).

Foi um privilégio conhecer e aprender com @s alunas de estágio de Wiliam na condução dos eventos “Paremos a Transfobia”.

Agradeço às trans da cidade de Assis, em nome de Gabrielly Spanic e Lorena, pela acolhida, troca de experiências, pelas vivências de rua, risadas, empreitadas e muito afeto.

Foi um susto dos melhores da minha vida poder conhecer e ser tão bem recebida pelas travestis da escola Bacharilatto Mocha Cellis, da Argentina, articulada pela companheira Lohanna Berkins (in memoriam). Uma experiência renovadora.

Nada seria possível se não fosse o apoio, envolvimento, brigas, risos, abraços, choros, cachaças e muito companheirismo destas doze travestis que compuseram esta tese: Keila Simpson, Jaqueline Brasil, Fernanda Benvenuty, Cris de Madri, Cris Steffany, Janaina Rodrigues de Lima, Luana Muniz (in memoriam), Daniela Veiga (minha sempre amiga/filha), Melissa Campos, Taís Diniz Souza (Taizinha), Symy Larrat e Indianara Siqueira. Vocês são minhas inspirações, amigas, confidentes, companheiras e exemplos de luta pelas vidas travestis.

Gratidão e compromisso sempre com a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), em nome de Jovana Cardoso e Anyky Lima.

Sou imensamente grata a todas as travestis que morreram na luta, estão no combate (na trincheira de frente) e as outras que estão seguindo os caminhos destas lideranças por me proporcionarem momentos tão expressivos e potentes de vida. Como dizem nossas companheiras travestis da Argentina “Furia Travesti” e, parafraseando, “avante travestis brasileiras”.

SALES, Adriana. **Travestis brasileiras e escolas (da vida):** cartografias do movimento social organizado aos gêneros nômades. 2018. 302f. Tese (Doutorado em Psicologia).– Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista – UNESP, Assis, 2018.

RESUMO

Esta pesquisa emergiu na/da necessidade de problematizar travestilidades brasileiras e escola. Essa demanda relaciona-se com diálogos com o movimento social organizado dessas pessoas e dispara elementos para cartografarmos (repensarmos) os modelos de produções de conhecimentos em psicologia e educação, no que tange os processos escolares formais e a escola da vida. As participantes diretas na/da pesquisa são treze lideranças que compõem o cenário da história deste coletivo, desde 1992 até 2016, espalhadas pelas cinco regiões brasileiras. Os processos dialógicos com estas referências nacionais travestis disparam relações diretas com suas corporalidades, sexualidades e gêneros nômades, que rompem com as referências binárias heterossexuais e nos apresentam outras nuances de configuração nos processos de subjetivação humana. Somam-se, também, as perspectivas que atravessaram suas experiências escolares, a evasão (exclusão) destes espaços, o retorno aos mesmos e as ferramentas de resistência, ao elaborarem outros conhecimentos, no cotidiano, para garantirem suas vidas potentes. Estes novos conhecimentos apontam para necessidade de um currículo *queer* e nos brindam com outros modos de produção de conhecimentos (da vida) e contestação aos processos de exclusão.

Palavras-chaves: Travestis Brasileiras e Escola; Gêneros Nômades; Cartografias Travestis.

SALES, Adriana. **Brazilian transvestites and (life) schools**: social organized movement on wandering genres. 2018. 302f. Thesis (Ph.D in Psychology) – Science and Letters College, São Paulo State University – UNESP, Assis, 2018.

ABSTRACT

This research emerged from the need to problematize Brazilian transvestites and school. The demand is related to dialogues with the organized social movement of these people and triggers elements for mapping (rethinking) the models of production of knowledge in psychology and education by regarding formal school processes and the school of life. The direct participants in the research are thirteen leaders that make up the history of this collective from 1992 to 2006, throughout the five Brazilian regions. Dialogical processes with these transvestite's national references trigger direct relations with their bodies, sexualities and wanderer genres, which break with heterosexual binary references and present us with other nuances of configuration in the processes of human subjectivity. They also add the perspectives that have crossed their school experiences, the school dropout (exclusion), the return and the tools of resistance, when elaborating other knowledge in the daily life to guarantee their potent lives. These new insights point to the need for a queer curriculum and provide us with other ways of producing knowledge (of life) and contestation to processes of exclusion.

Keywords: Brazilian Transvestites and School; Wandering Genres; Transvestites Mapping.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Imagem 1 Entrega de prêmio de direitos humanos pela presidenta da República Dilma Roussef à ativista Keila Simpson.	135
Imagem 2 Indianara Siqueira em frente ao espaço da CasaNem no Beco do Rato, na Lapa, no Rio de Janeiro/2016.	140
Imagem 3 Produzida quando Symmy Larrat assumiu o programa Transcidadania do Município de São Paulo/2016.	144
Imagem 4 Foto de Fernanda Benvenutty na campanha do nome social realizada pelo Ministério da Saúde, em 2013.	148
Imagem 5 Jaqueline Brasil, em 2013.	153
Imagem 6 Cris de Madri em campanha do nome social em Alagoas, em 2015.	157
Imagem 7 Taís Diniz Souza em intervenção artística no Encontro Regional Sudeste de Travestis e Transexuais, em 2014.	161
Imagem 8 Lançamento do documentário A Rainha da Lapa, em 2009.	163
Imagem 9 Janaina Rodrigues de Lima em campanha em alusão ao dia 29 de janeiro para o município de Barueri, São Paulo, em 2014.	167
Imagem 10 Cris Stefanny, em 2013.	171
Imagem 11 Peça GraziEllas, interpretada pela ativista Melissa Campos.	174
Imagem 12 Daniela Veiga em Parada da Diversidade realizada em Cuiabá, Mato Grosso no mês de setembro de 2017.	178
Imagem 13 Cartaz de divulgação de Encontro nacional organizado pela ASTRAL/RJ em 1994.	185

Imagem 14 Cartaz de divulgação do III ENTLAIDS.....	186
Imagem 15 Cartaz do IV ENTLAIDS.	188
Imagem 16 Cartaz do V ENTLAIDS.	189
Imagem 17 Cartaz do VI Encontro Nacional de Travestis e Liberados.....	189
Imagem 18 Cartaz do sétimo ENTLAIDS.	190
Imagem 19 Cartaz de divulgação do VIII Encontro Nacional de Travestis e Liberados que Trabalham com AIDS.	192
Imagem 20 Cartaz de divulgação do IX ENTLAIS.	194
Imagem 21 Cartaz de divulgação do décimo ENTLAIS.	195
Imagem 22 Logomarca do Projeto Tulipa.	196
Imagem 23 Cartaz de divulgação do XI ENTLAIDS.	197
Imagem 24 Cartaz da Campanha "Travesti e Respeito".....	198
Imagem 25 Material de divulgação da campanha "Travesti e Respeito".	199
Imagem 26 Imagem de divulgação do Dia da Visibilidade Trans.	200
Imagem 27 Cartaz do XIII ENTLAIDS.	201
Imagem 28 Cartaz de divulgação do XIV ENTLAIDS.	203
Imagem 29 Cartaz de divulgação do XV ENTLAIDS.	204
Imagem 30 Cartaz de divulgação do XVI ENTLAIDS.	205
Imagem 31 Cartaz de divulgação de campanha pela sensibilização e articulação da garantia de uso do nome social na educação.	206

Imagem 32 Cartaz de divulgação do XVII ENTLAIDS.	207
Imagem 33 Divulgação de tese sobre temática trans defendidana Itália.	207
Imagem 34 Cartaz de divulgação do XVIII ENTLAIDS.	209
Imagem 35 Cartaz de divulgação do XIX ENTLAIDS.	212
Imagem 36 Cartaz de divulgação do XX ENTLAIS.	213

4. MAPEAMENTO DO MOVIMENTO ORGANIZADO DAS TRAVESTIS BRASILEIRAS, POLÍTICAS PÚBLICAS E DEMANDAS PARA OS DIREITOS À VIDA	180
4.1 ENTRE IDAS E VINDAS: OS ENTLAIDS CONQUISTAM ECOS	185
4.2. RUMO AO NORDESTE	190
4.3. RIO DE JANEIRO: O RETORNO.....	192
4.4 A REGIÃO SUL NOS EMBATES	194
4.5. MINHA REGIÃO, MEU CENTRO-OESTE... MEU PRIMEIRO ENTLAIDS.....	197
4.6. DE VOLTA AO SUL	200
4.7 RETORNAMOS AO CENTRO-OESTE E SUDESTE BRASILEIRO	201
4.8. CRESCE A REDE ANTRA... VIVA O NORDESTE BRASILEIRO	203
4.9. VIVA O RIO	204
4.10 NORDESTE EM FOCO.....	206
4.11. CHEGAMOS à CAPITAL FEDERATIVA DO PAÍS: BRASÍLIA.....	209
4.12. A REGIÃO SUL EM FOCO	213
4.13. AVANÇOS E PERSPECTIVAS: ANTRA.....	216
5. DESDOBRAMENTOS POSSÍVEIS	219
5.1. DOS PROCESSOS ESCOLARES ÀS ESCOLAS (CONHECIMENTOS) DA VIDA.....	223
5.2. O QUE PODE (N)UM CORPO, O QUE CABE NELE – SABEMOS O QUE É UM CORPO TRAVESTI?.....	234
5.3. GÊNEROS NÔMADES POSSÍVEIS (VIVÍVEIS).....	252
6. DES-CONCLUSÕES (DISPARADORAS)	280
REFERÊNCIAS.....	285
APÊNDICE A - ROTEIRO DA ENTREVISTA	Erro! Indicador não definido.

MANIFESTO PELA VIDA TRAVESTI

ARTIGO 1

A sociedade contrassexual demanda que se apaguem as denominações “masculino” e “feminino” correspondentes às categorias biológicas (homem/mulher, macho/fêmea) da carteira de identidade, assim como de todos os formulários administrativos e legais de caráter estatal. Os códigos da masculinidade e da feminilidade se transformam em registros abertos à disposição dos corpos falantes no âmbito de contratos consensuais temporários.
(Paul B. Preciado)

Entre treze e quatorze anos de idade, surge Adriana Sales, idos de 1990. Nome social escolhido estrategicamente, claro, porque era apenas inverter uma das letras de meu nome de registro civil, Adriano Sales. E foi na problemática do uso do nome social, em espaços que sempre considerei lócus de sabedoria e de respeito, a escola, a universidade, que tracei toda minha trajetória até os dias atuais, enquanto uma ativista travesti feminista.

Natural de Londrina, Paraná, residindo em Cuiabá, no Mato Grosso. Com experiências de moradia em outros estados e país. Com mais de quatro décadas de vida já completas, ultrapassando a estimativa de vida para as travestis no Brasil, de acordo com dados do próprio movimento coletivo organizado (visto que não há nenhuma sistematização oficial governamental, nem política de estatística que contemple ou garanta esta população). Me assumindo uma paranaense/mato-grossense nômade no mundo.

Nas etapas do ensino fundamental e médio (entre os anos de 1984 até 1995), vivi, obviamente, com singularidades os sofrimentos, exclusões e rejeição aos trejeitos do feminino que sempre me atravessaram nos espaços da escola e no cotidiano. É o que, inicialmente, vou definir como transfobia, ou

seja, posicionamento de recusa, seja por parte da escola, docentes, discentes ou pessoas da comunidade para com tais flutuações entre o universo feminino e masculino num mesmo corpo, logo resultando em processos de sofrimento (principalmente na escola).

Ao adentrar a universidade, no ano de 1996, após passar no vestibular (em primeiro lugar na minha turma) para cursar a licenciatura em letras, com habilitação português/francês, que me deparo com resistências violentas para com minha circulação neste espaço e com como seria difícil minha empreitada. Vivenciei diversas situações para fazer valer minha vontade em me apresentar esteticamente com elementos que não eram masculinos, com alterações corporais, com hormônios e a utilização do nome que não era o que aparecia nos registros, documentos e listas (que eram publicizadas, causando-me enormes constrangimentos).

Obviamente, em contrapartida, circulava de mãos dadas com os **gatinhos** mais cobiçados na universidade e ia me infiltrando nos espaços que me eram negados através dos programas de auxílio estudantis, bolsas de monitoria e todas as possibilidades de aumentar meus recursos financeiros, para que eu pudesse me manter na academia. Foram tempos de muitas dificuldades, fome, andar longos trajetos a pé e ter que pedir muitos materiais didáticos doados, pois eu não tinha condições para adquirir tais ferramentas de estudo.

Nesse momento, já me despertava a pauta de classe social e dificuldades que a maioria da população brasileira, incluindo as travestis, tem ao acessar os setores de educação pública. Quando o fazem, encontram diversas dificuldades em se manter, acessar bons materiais didáticos, participar de eventos, congressos e estabelecer níveis de qualidade para sua formação intelectual.

Enfim, consegui me graduar, me envolvi com as causas do movimento LGBTQTT de minha capital (Cuiabá-MT) e fui me apropriando de discursos, leituras e diálogos que cada vez mais me davam suporte para fazer defesas

nas perspectivas dos direitos das pessoas, principalmente das pautas das travestis e transexuais.

Vale observar que a apropriação do manifesto contrassexual de Paul B. Preciado (2014) e antropologia do ciborgue de Donna Haraway (2000) tudo têm a ver e fazem sentido no momento de uma produção de contestação política dos gêneros e corporalidades. Para as autoras, tais inflexibilidades por parte da sociedade, da escola, diante às travestilidades, anulam ou policiam as diferenças.

Concomitante a estes processos, já lecionava nas redes públicas e privadas de ensino. Trabalhava com as disciplinas de língua portuguesa, estrangeiras (inglês e francês) e outras tantas que me sobravam, na busca por quantidades sempre grandes de carga-horária para poder ter um rendimento que, no mínimo, custeasse meus estudos, já que minha mãe e pai não poderiam me ajudar em nada. Já estava morando sozinha, ou com amigas travestis, há um bom tempo.

Ministrar aulas nas redes de ensino desde o ano de 1994 foi outro embate ao me deparar com o surgimento da **Adriana**. Foi outro entrave grave que desaguou em vários processos contra pessoas transfóbicas e muitos sofrimentos apenas para fazer valer o direito de ser uma professora travesti. Em contrapartida, por vários anos fui homenageada pelas turmas que estavam se formando, pelas alunas e alunos que viam em mim uma saída para suas orientações sexuais e de gêneros. Entre os anos de 1999 e 2000, para recalque da torcida contrária, para minha sobrevivência e manutenção da vida travesti, ganhei uma bolsa para fazer pós-graduação em Paris, uma parceria do governo brasileiro com a embaixada francesa no país.

A despeito de toda recusa por minha estilística da existência travesti, fui à Europa. Estudei um bocado e me deparei com as vivências da prostituição do sexo. Não sei se por deslumbramento, ou por necessidade mesmo: virei puta. Mais um rótulo que orgulhosamente somo às minhas experimentações de vida. Foi quando conheci algumas ativistas muito mais empoderadas sobre as

pautas e discussões sobre as pessoas trans na Europa, e voltei ao Brasil, depois de quase um ano, muito mais aguerrida e na certeza de que minha identidade política, minha expressão de gênero (importante salientar que este conceito ainda não me era particular e caro) e minha estilística da existência eram possíveis, válidas, mesmo que subalternas e vivendo na precariedade, mas que eram reais, pois existiam e existem.

Hoje, obviamente, amplio as discussões sobre essas identidades políticas que defendo partindo das leituras de Rosa Luxemburgo (1974, 1988), Paulo Freire (1987) e Boaventura S. Santos (2006) (que me dão os suportes iniciais para disparar outros meandros nas perspectivas não fixas destas).

Ao retornar ao Brasil, passei um período na cidade maravilhosa do Rio de Janeiro, continuando a sobreviver da prostituição do sexo e acabei voltando ao meu estado (Mato Grosso). Voltei **casada**¹, já no ano de 2002, com um carioca (relacionamento que durou cerca de 9 anos) e, por minha sorte ou competência, assumi, via concurso público na rede estadual de ensino, a cadeira de docência de Língua Portuguesa e Literaturas. Tal situação foi gota de força que faltava para eu me inserir com empenho total nos ativismos trans da minha cidade, do estado e do país. Isso se deu porque, ao chegar nas escolas em que fui designada para trabalhar (agora concursada), (sendo uma delas a escola onde passei longo período de formação em minha educação básica), me deparei com muitas resistências, discursos e práticas de violências transfóbicas para comigo.

Este período todo atravessou os anos de 2003 e 2004. Data esta que fui ao meu primeiro ENTLAIDS² e conheci muitas outras vidas travestis que me causaram espanto. Me deparei com muitos discursos, muitas corporalidades e

¹ Termo utilizado nos entremeios travestis para nomear uma situação de relacionamento estável e, a priori, monogâmico.

² Encontro Nacional de Travestis e Transexuais no combate à epidemia da Aids. Evento que acontece desde 1992, em períodos anuais ou bianuais e fomentou a criação da maior rede de pessoas travestis e transexuais no Brasil: a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA). Minha instituição de base, a Associação de Travestis e Transexuais de Mato Grosso (ASTRAMT), de cuja diretoria faço parte desde 2004, também é filiada à ANTRA.

outras tantas pessoas que assumiam e defendiam suas travestilidades como expressões de gêneros. Possuíam, em seus acalorados posicionamentos linguísticos, fantásticas defesas pela vida, pela manutenção das existências travestis e pelas extensas demandas que o referido coletivo organizado (já naquela época) apresentava ao articular suas entradas de monitoramento e diálogos com as esferas governamentais.

Nesse sentido, as leituras e diálogos com os estudos sobre análise do discurso e filosofia da diferença em Michel Foucault, Mikhail Bakhtin, Gilles Deleuze, dentre outros teóricos contemporâneos, enredam minhas sinalizações a respeito destes conceitos e suas vertentes. A partir deles, busquei dar conta e marcar nessa tese as expressões de gêneros e vivências travestis. Transpus estas experiências da/na tese pelos caminhos da cartografia e suas marcas metodológicas.

Por ironia, ou presente do destino (se é que ele existe), conheci nesta minha primeira experimentação (experiência, para a historiadora americana Joan Scott, 1989), o professor William Peres (meu orientador nessa audaciosa empreitada de doutoramento). Ele estava com o grupo Adeh Fidan³, do estado do Paraná, com toda trupe de ativistas. Nesse ano a peça de teatro dirigida pela figura quase travesti deste professor rodava o país e ganhava cada vez mais adeptos e fãs. Eu fui uma delas.

Volto ao meu estado mais forte ainda pelas situações e eventos que as travestis mais experientes me proporcionaram (algumas delas estão nessa tese enquanto participantes – muitas se tornaram grandes amigas e companheiras de ativismos). Me convidavam e defendiam minha presença em reuniões que até então eram fechadas para outras identidades políticas (como parceiras e parceiros dos movimentos lésbicos e gays, que não fossem travestis e

³ Organização não governamental da cidade de Londrina, no Paraná. No período de 2001 a 2007 foi referência nos trabalhos com prevenção, trabalho e garantia dos direitos básicos para as pessoas travestis e transexuais. Homenagem, aqui, à saudosa Scarlet Ohara, travesti negra que foi grande figura nos ativismos travestis no Brasil.

transexuais). Mesmo não tendo representatividade alguma no cenário nacional, me inseriram nestes contextos.

2004 marca de maneira muito ímpar as nuances que subjetivaram de modo potente os processos de travestilidades em mim. Ao reafirmar para todas as instituições essa minha expressão de gênero e que não abriria mão dela, muitos foram os embates, as violências sofridas, os choros e as armadilhas com a finalidade de derrubar minha situação de vida, que, novamente, não deram certo.

Tal aprisionamento (ou tentativa de) não funcionou porque tive, em contraposição aos posicionamentos de vidas heteronormativas fascistas, outros discursos subalternos. Outras manifestações de vidas precárias, outras flutuações de gêneros nômades, outras práticas sexuais igualmente dissidentes e outras corporalidades vibravam tanto quanto a minha. Demandavam respeito, políticas públicas que dessem conta dessas necessidades e de lutas travadas, principalmente nos espaços que mais creditava como de respeito dos direitos de todas as pessoas: as escolas. Desde os níveis fundamentais até o superior, muitas vezes negaram e negam nossas estilísticas de existências e, como mostram muitas pesquisas citadas nesse estudo, banem, matam e trucidam expressões de gêneros travestis.

Obviamente, a relação entre ativismos trans e a escola não é tranquila diante de todo o cenário da história dessas pessoas com a formação escolar. Me apresentar como uma professora travesti e puta, branca, com trabalho formal, inserindo-me nesse espaço coletivo também não é tranquilo. Isso se deu a partir da resistência criada por travestis na pauta escolar, por suas histórias de muitos sofrimentos e exclusões nos processos de escolarização. Usar do privilégio de ser travesti, ser professora e não abrir mão do título de puta foi subsídio para o enfrentamento e convencimento de minhas companheiras sobre a importância da pauta em nossas demandas coletivas.

Sendo assim, não posso abrir mão em trazer, nos fazejamentos desta pesquisa, os conceitos de **precariedade**, primordialmente dialogando com

Judith Butler (2015), e de **subalternidade**, em Gayatri Spivak (2010). Ambas feministas notórias nos cenários das produções intelectuais sobre tais conceitos me encantam nas suas escritas e discursos nas defesas pelos direitos das vidas e posições políticas das pessoas. Penso com elas que, na falta de processo escolar formal, as outras escolas da vida foram conjecturando para que as travestis criassem estratégias de sobrevivência e elaboração de conhecimentos tão importantes quanto os científicos e formais.

Fui com toda a gana de conquista, de estudar sobre, de aprender com as ativistas com mais rodagem de vida e fui para a trincheira (como sempre diz meu orientador) no que tange aos percursos de pessoa, professora, comprometida com a ética/estética/política daquelas pessoas que se apresentam nas diferenças. Esses trânsitos todos me proporcionaram muitas viagens, trabalhos, consultorias e parcerias.

Uma delas foi fazer parte do cenário da confecção e formação do material *Escola sem Homofobia* (2010). Encomendado pelo ministério da Educação, que pautava perspectivas formativas para docentes e discentes, nas prerrogativas das sexualidades e dos direitos humanos básicos e sexuais nas escolas brasileiras. Porém, atravessado pelas orientações curriculares para as diversidades, até hoje não foi publicitado e nem aprovado pela Câmara Federal para uso nas escolas.

Esses eventos se ligavam a minha ida, a convite do movimento social organizado, e sob pressão feita por tais coletivos, para a Secretaria Estadual de Educação de meu Estado. Esse movimento visava a garantia de haver uma pessoa que discutisse as diversidades educacionais para as sexualidades e gêneros na nova Superintendência, que acabara de ser criada pela Assembléia Legislativa de Mato Grosso, a Superintendência de Diversidades Educacionais (SUDE). Lá eu seria alocada, mas, por resistências do movimento feminista negro estadual (apresentando posicionamentos transfóbicos naquele momento), acabei sendo recebida pela Superintendência de Formação Profissional da mesma Secretaria.

Tal ocorrido foi mais que providencial, pois, na referida pasta, não havia nenhuma outra pessoa que estava fazendo estudos e discussões afins, logo, meu nome era indicado constantemente. Vale ressaltar que, entre os anos de 2008 e 2010, fiz mais de 90 viagens pelo país para participar de formações, eventos, debates, entrevistas, documentários e outras propostas que englobavam as travestilidades no contexto educacional e do ativismo da ANTRA.

Paralelamente a esses acontecimentos pessoais, outros eventos da dinâmica da vida me atravessavam e marcaram minhas trajetórias de pesquisadora, ativista social e travesti.

Primeiramente, neste mesmo ano rompo meu relacionamento afetivo (que reproduzia perspectivas heteronormativas) com meu companheiro de cerca de 9 anos. Percebo minha empreitada em me sentir num gênero que não era nem homem, nem mulher, nem gay, mas travesti. Principalmente porque os atributos que mais contemplam esta expressão de gênero, consegui conquistar com todas estas agendas, dedicações, consultorias e trabalhos na SEDUC-MT.

Poder fazer a cirurgia de aplicação das próteses mamárias sem ter que recorrer à aplicação de silicone industrial, como muitas amigas (inclusive as tiveram suas vidas ceifadas por pessoas que não eram profissionais da saúde marcou minha validação nesta perspectiva nômade entre os gêneros e me proporcionou momentos de felicidades que, para quem não vive as travestilidades, não têm preço, nem valor.

Conheci Leonardo Lemos de Souza em Brasília no ano de 2010, numa das reuniões de formação do projeto *Escola Sem Homofobia*. Posteriormente, ele seria meu orientador no mestrado e grande apoiador para que eu investisse na empreitada atual.

Neste encontro, ele me fez o convite de participar do segundo processo seletivo para o mestrado em educação da Universidade Federal de Mato Grosso, no Campus de Rondonópolis (MT). Aceitei a proposta, participei do

processo seletivo e fui aprovada. Ele me orientou de maneira brilhante, paciente, parceira, carinhosa e com muitos bons resultados.

No mestrado, propomos a discussão sobre travestilidades e escola para dar respostas minhas aos créditos que sempre atribuí aos processos escolares das instituições públicas, sobre como esses espaços garantiram minha exitosa sobrevivência travesti nas resistências. Levantamos algumas problematizações sobre as possíveis transfobias, que acreditava acontecer nestas relações, e para buscamos dar uma resposta ao setor que financiou minha pesquisa e queria tais dados: a SEDUC-MT.

Tal momento me foi muito caro porque, além de estar fora da capital e longe de minha família, muitas outras leituras foram necessárias. Muitos momentos de vontade de desistir (seja por questões de dificuldades teóricas, seja de teor financeiro). Acessei novamente o mercado do sexo, ou seja, me prostitui. Porém, com apoio da família, amigas/os e de meu orientador, consegui defender (antes do prazo que eu tinha, diga-se de passagem) o título de mestre em educação no dia 04 de dezembro de 2012.

A data foi escolhida propositalmente por ser o dia em que, na religião católica, homenageia-se Santa Bárbara, santa sincreticamente ligada ao orixá Yansã⁴, minha mãe de cabeça, coração e escolha (visto que sou praticante de religião de matriz africana).

Em 2012 volto aos espaços da Secretaria de governo e começam outros processos a partir de elementos da minha dissertação de mestrado. Tal situação me proporcionou ser indicada e eleita para a nova gestão da ANTRA, como conselheira da comissão de ética, me colocando mais próxima das ativistas de destaque nacional nessas discussões e mais ativa enquanto uma das lideranças estaduais e nacionais, fato que me dá muita honra e orgulho.

⁴ Orixá feminino, no panteão das mitologias africanas. Representa os raios, o fogo. Mulher que guerreira, vaidosa, aguerrida, impetuosa e que traz como um dos símbolos a guerra e as vitórias.

Nesse contexto, em 2012, reencontrei o professor William Peres num evento em Belo Horizonte (Encontro Regional Sudeste de Travestis e Transexuais, que acontece nas cinco regiões do país, sempre de maneira rotativa, geograficamente). O mesmo me propôs frequentar as aulas de uma disciplina que iria ofertar no Programa de Pós-graduação em Psicologia na UNESP-ASSIS para discentes de mestrado e doutorado e que aceitaria alunas e alunos especiais. Obviamente, pleiteei tal vaga e ele me aceitou no curso como aluna especial.

Foram muitas leituras. Foram muitas viagens de meu Estado até Assis, em São Paulo. Muitas experimentações e relações que estabeleci com as pessoas que já estavam mergulhadas em outras leituras, para além dos campos educacionais, nas quais eu transitava.

Essas pessoas me apoiaram e fizeram toda uma rede de proteção e carinho, me fazendo participar do processo seletivo para o doutorado em 2014. Com muito orgulho, fui aprovada. A despeito de pessoas transfóbicas de plantão, fui selecionada e direcionada para ser orientanda pelo professor William (uma das pessoas mais atravessadas pelas travestilidades que eu conheci na vida e que não é travesti).

Ao lado desse orientador, parceiro, amigo e, agora, pessoa que está entranhada em minha vida (por escolha minha), estava na banca de avaliação no processo de seleção para o doutorado, o professor Fernando Teixeira Filho. Ativista histórico das causas LGBTTs em Assis-SP, teórico incansável por uma psicologia em defesa da vida, este se mostrou muito cuidadoso, carinhoso e mais travesti do que eu em sua avaliação do projeto “quadrado” apresentado e nas arguições que fez sobre minha possível entrada no Programa (do qual ele também estava na posição de coordenador).

Desta maneira, não houve mais escapatória. As leituras iniciais sobre as perspectivas *queer*, as lutas feministas e de gêneros, as sexualidades dissidentes, as linguagens/referenciais teóricos e metodologias marginais estavam, de fato, presentes e latentes em minha vida.

Somaram-se às vontades pactuadas no projeto que iria ser colocado em tese, a ampliação da dissertação de mestrado (Travestilidades e escola em narrativas de alunas travestis⁵) e a possibilidade de trazer para estas discussões de travestilidades as relações nos processos de formação escolar das travestis brasileiras que são referências no cenário e história do coletivo dessas pessoas, nas cinco regiões do país.

Tal proposta, além de me fazer apaixonar ainda mais pelas problematizações da tese, me provocou, convocou a assumir estes lugares de subalternidade, marginalidade e de contraventora nos quesitos das produções de conhecimentos e ciências. Via teorias, tracei caminhos metodológicos e posicionamentos éticos/estéticos/políticos com uma população da qual faço parte, em um espaço que acredito ter importância ímpar nas vidas das pessoas (a escola) e afirmei a o viver de certas travestilidades em diálogos com outras que, sequer, imaginavam ou aprovavam como possíveis e válidas.

Os estudos sobre filosofia da diferença em Gilles Deleuze e Félix Guatarri, os aprofundamentos e diálogos com produções sobre poderes e resistências nas sexualidades, as cartografias, as produções e discussões sobre expressões de gêneros (atravessadas por leituras de textos contemporâneos), que lançam tais perspectivas em defesa pela vida, alinhavaram essa tese.

Escrita cheia de dúvidas, equívocos, provocações, contestações, manifestações e resistências frente aos padrões heteronormativos hegemônicos (vide a situação de intolerância religiosa vivida no período dessa escrita – atentados islâmicos de violências e intolerâncias, e muitos assassinatos de travestis no Brasil, computando, segundo a ANTRA, nesse período, cerca de 300 assassinatos de pessoas trans), mas que tem pretensão

⁵ Dissertação defendida no ano de 2012 pelo Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso, Campus de Rondonópolis, Mato Grosso, sob orientação do professor Doutor Leonardo Lemos de Sousa.

de ampliar os referenciais e produções científicas acadêmicas que garantem as vozes às pessoas mais implicadas com o tema proposto: as travestis.

Assim, apresento essa tese, inicialmente, evocando os aspectos e mecanismos metodológicos que elegem a cartografia como pressuposto político para o mapeamento eleito como caminho, que coaduna com as premissas epistemológicas de contestação que quero marcar neste trabalho.

Tal escolha se dá diante do posicionamento que busco marcar ao valorizar o processo de inserção das vozes travestis no contexto acadêmico brasileiro, pois, ao realizar mapeamento das pesquisas já publicadas no país, notamos, com muita veemência os lugares onde estes discursos e pessoas foram alocadas.

Inicialmente, tais produções falavam **sobre** essas pessoas. Com a tentativa de organização coletiva das travestis, surgiu outra etapa de estilo de produção e posicionamento político de algumas teóricas e teóricos, em que passaram a falar **para** essas pessoas. O coletivo avançou em seus empoderamentos e somaram-se posturas de profissionais éticos para com as demandas e pautas coletivas, assim, começaram a falar **com** essas pessoas. Essa tese, tendo como prerrogativa a garantia das vozes contundentes às travestilidades brasileiras, buscou garantir que elas falem em nome próprio.

Posteriormente, apresentamos os diálogos teóricos que abarcam produções acerca das expressões de gêneros nômades, sexualidades dissidentes e corporalidades vibráteis em consonância com as prerrogativas de contestação aos padrões binários e universais. Tentamos potencializar outras leituras sobre as existências das vidas, garantindo as psicologias, que se debruçam em produzir discussões positivas, respeitosas, exitosas sobre as diversificadas maneiras de se viver, ter prazer, ser feliz e potencializar os modos desejanter das pessoas em suas plenitudes adversas e abjetas.

Seguimos apresentando as participantes/colaboradoras da tese, uma a uma, na maneira como se deram os atravessamentos do mapeamento. Como

se pode ler em cada encontro, os diálogos estabelecidos com cada travesti, liderança do referido movimento organizado, grifamos (marcando) os traços que mais nos afetaram e que dispararam elementos fortes para as análises e posicionamentos que propomos, mesmo porque, as leituras com Donna Haraway, Paul (Beatriz) Preciado, Judith Butler, Michel Foucault, Gilles Deleuze, Félix Guattari, Gayatri Spivak, Rosi Braidotti, Guacira Lopes Louro, William Peres, entre outras e outros, nos disponibilizaram tais inquietudes e vontades (desejos).

Somamos a essa escolha, a decisão de fazer um breve panorama das histórias e contextos que marcam os últimos vinte e quatro anos (número emblemático em relação aos estigmas de ser “viada” na sociedade brasileira), entre os anos de 1992 e 2016, do movimento social organizado e coletivo das pessoas travestis e transexuais no Brasil, e o surgimento da ANTRA, a maior rede articulada da América Latina de Organizações não governamentais de pessoas travestis e transexuais, da qual sou parte da gestão diretora até maio de 2019 como secretária para assuntos internacionais.

Na sequência, propomos as categorias ou linhas de problematizações subjetivas para marcar quais são os territórios que focamos na tese e damos pistas, como nos processos e caminhos cartográficos. Frisamos as nuances que, politicamente e eticamente, queremos e os desdobramentos, rizomas e discursos que estão mais latentes para as travestilidades, além de possíveis caminhos que podem trilhar nas potências de vidas e modos desejantes de felicidades, com foco nos processos e relações escolares.

Tais categorias surgiram de acordo com as situações mapeadas no mergulho do processo cartográfico. Cada cena que se destacou atravessou nossas significações acerca dos processos de subjetivação que cada travesti eleita para a pesquisa pode viver, bem como as demandas que elas apresentam enquanto coletivo organizado.

A cada contato (entrevista), encontro e relação estabelecida com as travestis brasileiras buscamos transpor os dados apresentados, levando em

conta, não somente os discursos explícitos, mas também os implícitos e os que ocorrem de maneira paralela aos momentos das entrevistas, sempre registrados em cadernos de campo.

Todas essas atividades nos disponibilizaram um circuito de categorias eleitas ao compor as ideias e problematizações, sendo elas: os processos sexuais e desejanter das travestis brasileiras; as corporalidades que compõem estas pessoas e as expressões de gêneros que destoam das posições binárias. Esses dispositivos de análises estão atravessados pelos processos escolares (ou a falta deles) e as produções de conhecimentos produzidos pelas vidas.

Sobremaneira, ao pensar as análises, dialogamos com algumas produções que consideramos históricas e significativas sobre as travestilidades por se destacarem no cenário brasileiro sobre essa população. Por isso, as discussões de Hélio Silva, William Peres, Flávia do Bonsucesso Teixeira, Larissa Pelúcio, Marcos Benedetti, Berenice Bento, Marcos Torres, Neil Franco Pereira de Almeida, Thiago Duque, dentre outras produções, que antecedem esta pesquisa, apareceram como disparadores iniciais ao lado de textos e discussões que travestis produziram sobre travestilidades no Brasil e na América Latina, como: Lohanna Berkins (que partiu deste plano no percurso desta pesquisa), Luma de Andrade, Leilane Assunção, Marina Reidel, Megg Rayara, e outras, que vou encontrando nos caminhos de leituras e cartografias travestis.

Como, primordialmente, a intenção política e científica é pela vida, nos disponibilizamos a trazer para essa tese os elementos que pudessem marcar as vidas das travestis brasileiras, as demandas político-culturais, as problematizações psicossociais e os desdobramentos dessas intenções.

Esse processo foi guiado por perspectivas que fizeram emergir as potências das vidas, as experimentações exitosas, mesmo que por caminhos de sofrimentos psicossociais iniciais, mas que vieram ao encontro do que estamos defendendo enquanto projeto de vida: a validação e respeito pelas

expressões de gêneros travestis. Nem homens, nem mulheres: somos travestis.

1. CAMINHOS DE RESISTÊNCIAS CARTOGRÁFICAS

Talvez algum dia/Eu te encontre por ai/Pra me enganar/Pra me fazer sorrir/É, talvez algum dia/Eu vou te encontrar/E só se eu te implorar/Conte mentiras pra me fazer sonhar/E na doce cadência do samba/Me perder numa roda de bamba/E não/E nunca mais voltar/E se quiser dançar/Se quiser dançar/Posso te ensinar/Na cadência do samba-iá-iá, cadência do samba-iá-iá/Eu vou chamar Iansã e Ogum e Oxalá/Vou fazer uma macumba pra te amarrar, maldito/Eu vou fazer, eu vou fazer/Te desejo uma vida de desilusão/Não desejo afago! nem o perdão/E que seja feliz com quem encontrar/Mas, nunca mais volte aqui/Profane o meu lar [...]
(Johnny Hooker)

Como o foco da tese é trazer para a arena dos estudos as travestilidades, as corporalidades travestis, as expressões de gêneros e as demandas políticas do movimento social organizado dessas pessoas, mirando a educação escolar formal e as escolas das vidas como espaços de negociações, torna-se importante salientar algumas premissas do caminhar metodológico e quais as escolhas que corroboraram para o sucesso do trabalho, no sentido de contribuir com a educação/escola para os direitos básicos e sexuais no Brasil.

Iniciamos este capítulo com uma epígrafe da letra da música de Hooker que fez parte do processo cartográfico deste trabalho. Nas andanças e mergulhos para mapear dados, esta música foi a primeira que me marcou, em Salvador, na Bahia. Lá, num encontro acadêmico extremamente comprometido com o desfazer os rótulos, junto ao grupo que participava, concomitante à minha primeira entrevista para o doutorado, me joguei de fato no que é a cadência do desfazer os gêneros e aprofundei minhas significações do que é “encontrar e reencontrar”.

A letra e a musicalidade fazem parte do que queremos afirmar aqui. A partir disso, algumas músicas estarão atravessando a tese por comporem os universos que me encantam nas artes, nas produções políticas de artes e como foram minhas companheiras nas andanças entre Cuiabá-MT, Assis-SP, Guarujá-SP, Rio de Janeiro-RJ e Buenos Aires (cidades em que morei no percurso da pesquisa).

Primeiramente, assumimos o método da cartografia como fiel companheiro nas opções que elegemos como vieses teórico-metodológicos no trabalho. Esta escolha se deu pela posição “democrática” das premissas que enredam os percursos, que não abrem mão do rigor ao dialogar com coletivos tidos como minorias, mas por apresentar possibilidades amplas (aqui, a marca democrática) nas defesas e apresentações dos dados e problematizações acerca dos mesmos.

A referida marca democrática assume posicionamentos políticos e estéticos ao recusar as capturas e aprisionamentos autoritários sobre os corpos, as expressões de gêneros hegemônicos, as sexualidades fixas e normativas. São caminhos metodológicos que estiveram abertos aos fluxos dos movimentos e processos no decorrer de toda produção da tese, inclusive ao problematizar as perspectivas teórico-metodológicas fixas e as análises que foram disparadas em dado momento do processo cartográfico.

É democrático ao contrapor certas produções de conhecimentos que são subjugadas em detrimentos de outras, como já alertava Michel Foucault (*apud* Spivak, 2010) sobre estabelecer a garantia das vozes de conjuntos de conhecimentos que são marginalizados, desclassificados, e significados como “[...] na parte mais baixa da hierarquia, abaixo do nível requerido de cognição ou cientificidade [...]” (FOUCAULT, 1980, p.82), pois a cartografia nos permite produzir coalisões nesse caminhar na pesquisa.

Em outro plano, não menos importante, está o papel de contestação que impregna esta escolha metodológica a partir de posições feministas e *queer*. Estes posicionamentos têm suas bases epistemológicas calcadas nas

resistências aos poderes instituídos. Por isso, possibilitaram que mergulhássemos em relações intensas com os dispositivos políticos/éticos/estéticos bem definidos.

Assim, quando nos embriagamos pelas forças potentes destas resistências do movimento travesti no Brasil, propomos coalisões democráticas aos conhecimentos produzidos por vozes menos privilegiadas, considerando, com Maturana e Varela (1990, p.21) que “[...] todo ato de conhecer traz um mundo às mãos, [...] todo fazer é conhecer, todo o conhecer é fazer [...]”.

Estas primeiras posições acerca das produções dos conhecimentos ficam já marcadas nas próprias conjugações dos verbos, no texto, ora em primeira pessoa do singular, ora em primeira pessoa do plural. Este fato se dá para marcarmos (eu e meu orientador da/na pesquisa) quando cada etapa foi sendo construída: seja nos diálogos com as participantes e/ou William (neste caso optamos em utilizar o “nós”), seja nas minhas vivências no percurso e posições particulares e individuais (cujo caso escolhemos trazer as conjugações em primeira pessoa do singular “eu”).

Ao trabalharmos com o método cartográfico, a partir das produções filosóficas de Gilles Deleuze e Félix Guattari (*apud* PASSOS; KASTRUP; TEDESCO, 2014), foram adotadas ferramentas metodológicas enlaçadas a alguns conceitos e produções teóricas que atravessaram nossas intenções de pesquisa.

Foram enredamentos (rizomas) que puderam somar sexos/gêneros/corpos sem pretensões de aferir ou dar destaque a este ou aquele conceito, mas relacionando-os de maneira a garantir as várias interações e dinâmicas que as muitas estilísticas das existências apresentaram.

Significamos estas estilísticas das existências e modos de subjetivação alçados nas leituras em Michel Foucault (1976), que marcam as vidas que escapam da rigidez, que contrapõem certas legitimidades dos corpos,

enquanto referência fundamental de ser “pessoa” no mundo. Ultrapassamos esses códigos e dispositivos para estilos de vidas que não estão presos a verdades de referências ocidentais universais, ampliando as referências identitárias.

Contrapomos esses controles de poder, disciplina e regulação, para problematizar qual importância tem cada elemento nos atravessamentos dos marcadores sociais, ou ainda “[...] cada dispositivo é uma multiplicidade na qual operam determinados processos em devir, distintos daqueles que operam em outro [...]” (DELEUZE, 1989, p.7).

As estilísticas das existências travestis, enquanto fissuras, se dão a partir do rizoma, se estabelecem “rizomáticas”. Foram traçadas para capturar os vários eventos que surgiram no decorrer deste processo cartográfico da escrita, que “[...] esposa uma máquina de guerra e linhas de fuga, abandona os estratos, as segmentaridades, a sedentariedade, o aparelho do Estado [...]” (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p.16), que estão para além do que é explícito nas relações discursivas, pois, para o rizoma,

Ao contrário, cada traço não remete necessariamente a um traço linguístico: cadeias semióticas de toda natureza são aí conectadas a modos de codificação muito diversos, cadeias biológicas, políticas, econômicas, etc., colocando em jogo não somente regimes de signos diferentes, mas também estatutos de estados de coisas (DELEUZE; GUATTARI, 1995a, p.4).

As conexões que buscamos, ao marcar territórios de uma escrita atravessada pelos elementos, que estão nas múltiplas linhas de subjetivação das relações humanas, têm a ver com as escolhas teóricas e deram conta das questões que problematizamos, pois, para as aberturas a partir do rizoma, “existem somente linhas”, e, ainda, “[...] um rizoma não cessaria de conectar cadeias semióticas, organizações de poder, ocorrências que remetem às artes, às ciências, às lutas sociais [...]” (DELEUZE; GUATTARI, 1995b, p.5).

Assumimos, na tese, dispositivos que se constituem em grandes e democráticas redes, no que tange aos marcadores sociais das sexualidades,

gêneros e corporalidades, em interfaces com outras linhas, tais como: classe, raça, cores, geração e suas interfaces com instituições reguladoras tais como família, religião, mídia, Estado, medicina, psicologia, direito etc... redes estabelecidas aqui com o coletivo organizado de travestis brasileiras.

São posições políticas na escrita que abrem cadeias possíveis para o conhecer, em tessituras dos variados elementos que configuram as pessoas, os afetos e as relações dessas pessoas. Funcionam como “um conjunto multilinear”, com várias propostas de estilísticas das existências. As linhas traçadas partem das singularidades para macro relações e nos caminhos inversos (DELEUZE, 1989, p. 07).

Foi a cartografia, pensada como processo, por Gilles Deleuze e Félix Guattari (1995), que nos possibilitou utilizar, com base nessas ideias, os encontros com estes teóricos e outras e outros ao nos propormos a problematizar os processos de produções dos conhecimentos sobre as travestilidades.

São várias linhas que dimensionam as pessoas, como as travestis, que têm nos corpos, nos discursos, nos desejos, nos afetos, dispositivos para suas produções de conhecimentos, muitas das vezes não escolares.

Estas corporalidades e vidas trans estão entranhadas por resistências ao se depararem com os padrões universais nas relações sexo/gênero/corporalidades. Tais resistências resultam de contraposições às tentativas de dominação biologizante, que impõem certos modelos para estas linhas de modos e singularidades travestis. Para Deleuze, “[...] cada linha é quebrada, submetida a variações de direção, bifurcante e engalhada, submetida a derivações [...]” (1989, p.05).

Os dispositivos assumidos aqui foram primordiais na busca de novas e outras problematizações das vidas. São linhas móveis que flutuam nas mais intensas ou rasas potências que marcam as estratégias dessas vidas, as intencionalidades das mesmas e do que significa cada linha e dispositivo.

Foram caminhos de resistências, que buscaram avançar nas produções dos conhecimentos, que foram construídas nas histórias sobre as expressões de gêneros, das sexualidades e das corporalidades travestis. Produções que reforçaram várias práticas higienistas que foram recusadas nessa tese, como alguns dispositivos tidos como não “normais”, “naturais” e “essencialistas”.

Certas posições políticas dessas produções foram tentativas de eliminar processos e modos de subjetivação não totalizantes, como puramente trazem os conceitos identitários, onde determinadas variações não são possíveis. Mesmo porque “[...] um rizoma não pode ser justificado por nenhum modelo estrutural gerativo [...]” (DELEUZE; GUATTARI, 1995b, p.8) e, para Deleuze e Guattari,

Uma das características mais importantes do rizoma talvez seja a de ter sempre múltiplas entradas; a toca neste sentido é um rizoma animal, e comporta as vezes uma nítida distinção entre linha de fuga como corredor de deslocamentos e os estratos de reserva ou de habitação (ibidem, p.8).

Desta maneira, as intensões cartográficas, nesta pesquisa, buscaram utilizar os conceitos para problematizar as linhas duras e estáticas, elegendo as interações cotidianas presentes e os dispositivos que vão se fazendo potentes nas afetações, que surgem nas relações com e entre as travestis. Pois, para Deleuze,

Um dispositivo abrange verdades de enunciação, verdades de luz e de visibilidade, verdades de força, verdades de subjetivação. A verdade é a efetuação das linhas que constituem o dispositivo. Extrair do conjunto dos dispositivos uma vontade de verdade que passasse de uma à outra como uma constante é uma proposição sem sentido segundo Foucault. (DELEUZE, 2001, p.07).

São posições críticas diante da redução das corporalidades aos fascismos, que se tentam fazer com os mesmos dispositivos. Apostamos, então, nos posicionamentos de resistências, que clamam por dispositivos embaralhados, andróginos, democráticos, revolucionários e que subscrevem formas corporais que se contrapõem aos discursos e códigos que aprendemos

como sistemas de verdades. Aqui privilegiamos as potências rizomáticas subversivas, ou seja, as linhas de fuga que ampliam as referências, que positivam as corporalidades nômades e as vidas como valor maior.

A escolha por mapear travestis das cinco regiões brasileiras é embaralhar alguns desses códigos que validam as singularidades destas pessoas e as pautas do movimento social organizado, mirando os processos escolares e/ou a falta destes nas escolas das vidas.

Ao eleger lideranças do movimento organizado de travestis no Brasil como participantes da tese, torna-se fundante entrelaçar conceitos, teorias e ferramentas de pesquisa que deem conta de dialogar com as situações que o trajeto da tese apresenta e, principalmente que minha voz, no processo dialógico, se relacione com outras vozes de maneira equânime e coletiva.

1.1 DAS LINHAS QUE BORRAM, RESISTEM, CONFLUEM ÀS FORÇAS E PODERES CARTOGRÁFICOS

Algumas teorias que priorizam as expressões de gêneros e sexualidades (biológicas), corporalidades moduladas e desejos padrões em detrimento de outros, inclusive os excluindo, tornam-se dispositivos de poder, de discursos e enunciados de dominação.

São dispositivos nada agradáveis, violentos, para pessoas que escapam destas tentativas de dominação e se servem de outros dispositivos, de outras linhas de subjetivação, que buscam, paralelamente, outras verdades, não melhores, nem piores, mas viáveis para as vidas.

As outras linhas a que nos referimos podem ser as forças de resistências que contrapõem as hegemonias dos gêneros binários e das limitações dos desejos dos corpos, porque “[...] todo rizoma compreende linhas de segmentaridade segundo os quais ele é estratificado, territorializado, organizado, significado, atribuído, etc.; mas compreende também linhas de desterritorialização pelas quais ele foge sem parar [...]” (DELEUZE; GUATTARI, 1995b, p.18).

As negociações políticas e psicossociais, que se desenham nesses embates das linhas duras dos dispositivos (territorializadas) e linhas que flutuam em outras possibilidades (desterritorializadas), desestabilizam as linearidades que as discussões de evolução humana tentaram marcar, como os enunciados dominantes heterossexuais, via produção dos discursos, e ampliam estes debates para validar também os eventos não lineares, não fixos e não essencialistas (ou seja, reterritorializados).

São forças e provocações que se desdobram para muitos outros planos de subjetivação, em que todas as produções corporais, sexuais e expressões de gêneros não são mais capturadas pelos discursos e produções dominantes de poderes. É todo conjunto de intencionalidades que flutuam nos parâmetros binários e enunciam novas curvas nas linearidades dos processos culturais humanos, pois, pensando com Deleuze e Guattari (1992), não mais remetem à dispositivos com únicos posicionamentos, estas curvas definem-se em regimes que borram as inteligibilidades das expressões de gêneros (rizomáticos).

Evidenciar os dispositivos (marcados nessa tese) que estão resistindo aos padrões hegemônicos das figurações corporais, na contemporaneidade, utilizando linhas de fuga, ampliando os universos de referências (abalados pelas estruturas únicas de corporalidades) é trazer as travestilidades nos processos cartográficos, dialógicos, na garantia de direitos básicos e sexuais.

Significamos como contra-dispositivos, que emergem mais uma expressão e estilística de existência, os emaranhados das demandas das

identidades políticas coletivas enquanto contestação, conflito e mesmo fuga da norma social (PELBART, 1998).

São, principalmente, efeitos das corporalidades fluídas, vibráteis, que não se separam de outros eventos da vida, como crenças, valores, éticas, políticas e vivências psicossociais, pois cada linha, cada dispositivo eleito como aceitável ou não, marcam qual tipo de sociedade se quer e qual tipo de corpo não se quer. Resultam em outras invenções e modos de vida, que na proposta cartográfica, abriram precedentes para novas governabilidades das estilísticas das existências, pois, para Deleuze e Guattari, “[...] o rizoma, ao contrário, é uma liberação da sexualidade, não somente em relação à reprodução, mas também em relação à genitalidade [...]” (DELEUZE; GUATTARI, 1995b, p.13).

Como efeitos que atravessam as corporalidades, esses dispositivos subvertem algumas linhas de saber/poder dos conhecimentos. Novamente em Deleuze (1989), desenhamos um mapa, dialogamos com este mapa desconhecido, e, principalmente, nos permitimos transitar (pisar) nestes terrenos tão movediços.

Ao alterar os discursos e estéticas dos corpos, outros dispositivos foram criados e recriados. Resultaram em táticas de sobrevivências que, a priori, são marginalizadas, excluídas e segregadas de alguns direitos básicos, que deveriam ser garantidos de acordo com a Constituição Federal Brasileira. Porém, encontram estratégias de subversão, que para Deleuze são as “linhas de fraturas” (1989), que estão confluindo com muitas experimentações de vidas, que podem dar outros tons para algumas políticas públicas já instituídas, podendo ser um dispositivo de resistência.

Os códigos da corporalidade heterossexual são quebrados (fraturados) de modo muito potente ao depararem-se com essas experimentações exitosas de travestis no contexto brasileiro. Essas experimentações criam nas pessoas e em seus entornos, estranhamentos que são novos dispositivos de fuga nas sociedades modernas, seja via respeito ou negação das mesmas,

apresentando modalidades muito menos lineares e biologizantes para as expressões de gêneros e as sexualidades.

Ao utilizar dos conceitos de dispositivo em Deleuze e Guatarri, Foucault e alguns teóricos contemporâneos, que se debruçam nas problematizações das corporalidades e expressões de gêneros dissidentes, somam posicionamentos políticos, estéticos e éticos para a sociedade em que acreditamos, em que todas corporalidades, gêneros e sexualidades tenham validade, repudiando as universalidades e os binarismos.

Os mapeamentos significados (lidos) nessas cartografias travestis “rizomáticas” são transversais, pois, como nos advertem Deleuze e Guattari (1995a, pg.8) “[...] o mapa é aberto, é conectável em todas as suas dimensões, desmontável, reversível, suscetível de receber modificações constantemente [...]”, logo, as posturas cartográficas comprometidas em dialogar com todas as pessoas participantes do/no processo é fundante, dialógica, porque este mapa “[...] pode ser rasgado, revertido, adaptar-se a montagens de qualquer natureza, ser preparado por um indivíduo, um grupo, uma formação social [...]” (*ibidem*, p.8).

São muitos mapeamentos que foram desenhando-se, nas variadas histórias que apresentamos, na premissa de defender uma sociedade em que tudo e todas caibam, desde que haja respeito nas relações que atravessam as existências de vidas.

Para as autorias que temos como intercessores, trabalhar com a cartografia é não definir apenas procedimentos, “[...] mas uma atividade orientada por uma diretriz de natureza não propriamente epistemológica, mas ético-estético-política [...]” (PASSOS; KASTRUP; TEDESCO, 2014, p.8), que nos dá aportes para traçar variados caminhos que deem sustentação às intencionalidades que se quer marcar. Sendo que, para a cartografia, “[...] vários procedimentos podem ser adotados no que concerne a técnicas de entrevistas, de análises de dados, estratégias qualitativas ou quantitativas [...]” (*ibidem*).

É escolher caminhos epistemológicos que revisem alguns posicionamentos e práticas psicossociais estanques, enquanto discursos violentos e autoritários, que ditam o que é verdadeiro ou falso, ou mesmo, para/com Foucault, assumir essa perspectiva epistêmica, é contrapor “[...] o que pode e o que não pode ser qualificado como científico [...]” (FOUCAULT, 2006, p.301). E, em Spivak, é recusar projetos de vidas que se resumem “[...] à obliteração assimétrica do rastro desse Outro em sua precária Subjetividade” (SPIVAK, 2010, p.47).

De modo concomitante, o mapeamento de documentos institucionais sobre a história do movimento social organizado das travestis no Brasil e de acervos pessoais das participantes eleitas para a tese é procedimento ético complementar às histórias de vidas, que estas pessoas trilharam ao comporem os cenários das lutas coletivas e táticas para sustentarem tal movimento organizado.

Este recurso foi utilizado com o propósito de fazer um breve mapa da história do movimento travesti no Brasil nos últimos 25 anos, que marcaram momentos de efetivação de políticas públicas para esta população.

A ética, sustentada aqui, parte de perspectivas cartográficas, que reafirmam as perspectivas dialógicas da e na pesquisa, porque todas as relações e momentos vividos nos percursos do trabalho levam em conta as processualidades de cada momento, que se somam numa ética “transdutiva” e “transversal”, pois “[...] sujeito(a) e objeto de pesquisa se apresentam como duas dimensões distintas, porém inseparáveis, de uma mesma realidade reticular [...]” (PASSOS; KASTRUP; ESCÓSSIA, 2009, p.106).

São perspectivas ético-políticas porque atravessam questões de raça/cor, dos machismos, das desigualdades de direitos na reinvenção dos mediadores sociais (GUATTARI, 2001, p.15).

A utilização das entrevistas disparadoras de narrativas de vidas destas travestis foi um comprometimento político com essas produções discursivas. E

as relações de observação participante e total engajamento dialógico, em todo o processo da/na pesquisa e seus resultados, foram também estéticos ao intencionalizar uma cartografia que garantisse as vozes que se apresentam nessas relações e que positivam as estilísticas das existências dessas pessoas.

Ao preconizar os ecos dessas vozes, para além dos resultados das relações, que se somam às intencionalidades da pesquisadora travesti, nesses diálogos, marcamos a cartografia trazendo latentes aspectos de engajamento político para com as produções científicas na atualidade, pois,

Garantir a participação dos sujeitos/sujeitas envolvidas na pesquisa cartográfica significa fazer valer o protagonismo do objeto e a sua inclusão ativa no processo de produção de conhecimento, o que por si só intervém na realizada, já que desestabiliza os modos de organização do conhecimento e das instituições marcados pela hierarquia dos diferentes e pelo corporativismo dos iguais (KASTRUP; PASSOS; TEDESCO, 2014, p.27).

Estas estratégias de pesquisa caracterizam-se como posicionamentos estéticos, enquanto cartografia, ao reforçar os variados deslocamentos que “[...] viabilizam o acesso ao plano de transformação da vida, em vez de funcionar de modo mecânico, automático, no já dado sistema fechado sujeito(a)-objeto” (PASSOS; KASTRUP; TEDESCO, 2014, p.51).

Toda essa tessitura foi atravessada por vários marcadores de estigmas como raça/cor e classe, pois essas pessoas utilizam as contestações, as resistências, para a manutenção das vidas. De acordo com Peter Pelbart, ao problematizar *A comunidade dos sem comunidade* (2003), essas resistências são estratégias em que composições e recomposições de singularidades têm lugar.

Isso acaba por afirmar o porquê de fazer uma descrição do movimento organizado dessas pessoas, escutá-las e dialogar com as mesmas para mapear e potencializar suas demandas e relações com a escola e os processos de formação escolar.

Outro posicionamento, não menos importante, foi de assumir perspectivas *queer* no texto. Seja para buscar problematizações teóricas acerca dos vários objetos que atravessam as relações que estamos estabelecemos, seja para afirmar as premissas que significamos para as discussões das sexualidades, das expressões de gêneros e das corporalidades que escapam dos aprisionamentos identitários.

Então, apresentamos a cartografia como caminho com processos abertos nas escritas acadêmicas, sem pretensão alguma de maquiagem todos os processos, que constituem a tese. Mas, ao contrário, de garantir que todas as vozes envolvidas no decorrer destes caminhos traçados tenham eco, escuta, sejam respeitad@s e obtenham os resultados que se quer alcançar. Nunca em culminâncias fechadas, mas sempre em possíveis engendramentos que formulem outras questões que possam servir de pistas (nestes caminhares) para que avancemos na garantia dos direitos básicos e de posituação das estilísticas das existências.

É escolha ética/política, ao posicionarmos-nos enquanto cartógraf@s que, ao adentrar em campo, há processos já em curso. Para as autoras “[...] o pesquisador/[pesquisadora]⁶ mantém-se no campo em contato direto com as pessoas e seu território existencial [...]” (p.56). E, é, neste sentido, que a “[...] cartografia traça e acessa o plano comum e coletivo abrindo e ampliando as relações intra e intergrupais [...]” (KASTRUP; PASSOS; TEDESCO, 2014, p.26).

Acreditamos que estejam, aqui, também, nossas justificativas iniciais da escolha metodológica, porque, problematizar sexualidades dissidentes, expressões de gêneros nômades e corporalidades vibráteis, é reafirmar o compromisso ético/estético/político que buscamos garantir frente a estas pessoas. Principalmente por viverem suas travestilidades singulares como “[...]”

⁶ Acréscimos meus para marcar posicionamentos que garantam perspectivas feministas às citações diretas no texto.

marca de um processo geral de transformação [...]” (BRAIDOTTI, 1991, p.135) ao borrar as configurações de possibilidades potentes de vidas.

E, ainda, são intenções de resistências por produzir simetrias entre os saberes que viabilizem problematizações no sentido de transitar nas variadas geografias das vidas, lugares, espaços e corporalidades. Mesmo esses, até então, marginais, pois trazem à tona novas corporalidades produtoras de novas configurações para os gêneros e sexualidades políticas e eticamente respeitadoras de seus processos desejantes e afetos. É reafirmar contextos contemporâneos psicossociais e culturais, pois, para Joseli Silva (2009, p.27), “[...] os movimentos sociais, nesse sentido, compõem os saberes científicos e suas formas de interpretação da realidade [...]”.

Dessa maneira, cartografar alguns dispositivos que constituem as travestis e a escola tem a intenção de fazer emergir alguns elementos que produzem dificuldades no acesso, permanência e relações que se estabelecem nos espaços culturais e sociais escolares. Refutamos a perpetuação de uma cultura escolar que, de acordo com Guacira Louro (2010), entre tantas outras, fora construída e privilegiada. Uma escola que é para as questões de gêneros, sexualidades e travestilidades um “[...] lugar de desconhecimento e da ignorância [...]” (LOURO, 1999, p.30).

Para Suely Rolnik (1992, p.13) “[...] o homem[/mulher] vive uma intensificação da experiência de ruptura, ao mesmo tempo em que se encontra em plena transformação o modo como esta experiência o afeta [...]”. Logo, os relatos de vidas, as narrativas produzidas nos encontros com cada participante eleita para a pesquisa, às observações cotidianas registradas em forma de cadernos de anotações, são documentos formais e informais da história do movimento travesti no Brasil.

Tais dados foram dando forma às significações dessas expressões e nomeando, como necessitam os grupos sociais e culturais, as pessoas, os processos de formação humana, corroborando com as intenções

metodológicas cartográficas enquanto resistências de vidas no atual cenário das escolas brasileiras.

Nestes caminhos propostos, tivemos como ponto de partida buscar documentos e narrativas sobre a história do movimento organizado de travestis no Brasil. Num outro momento, de fazer emergir os diálogos (discursos) sobre as corporalidades, as expressões de gêneros e as sexualidades dessas pessoas nas relações estabelecidas com as próprias participantes.

Em seguida, problematizamos as questões apontadas, dialogicamente, nas duas etapas iniciais, frente às demandas e relações que estão estabelecidas nos processos escolares (e/ou a falta de) na contemporaneidade. Somadas a possíveis experiências de propostas e/ou programas exitosos específicos para as travestis, deram o tom do que estamos defendendo como caminhar cartográfico que “[...] coloca-se entre aquelas que afirmam a importância do interesse da ciência pelo que investiga, aceitando, em contrapartida, o interesse próprio do objeto [...]” (KASTRUP; PASSOS; TEDESCO; 2014, p.27).

A escolha por este caminhar foi um posicionamento estratégico e de contestação ao somar as vitórias das pessoas que compõem esta pesquisa. Do mesmo modo, visibilizar as demandas que tal coletivo dispara para sua entrada e permanência nos espaços escolares. Assim como, os elementos que atravessam os discursos, foi evidenciado nos momentos das entrevistas e eventos no decorrer do processo da tese, porque a cartografia nos deu todo suporte para ousarmos e mergulharmos nas mais variadas facetas dialógicas que um trabalho pode rumar.

1.2 MAPEAMENTOS CARTOGRÁFICOS EM PERSPECTIVAS *QUEER*

O mapeamento das histórias do movimento organizado das travestis no Brasil garantiu visibilidade às experiências de vidas que nos deram pistas para garantia de acesso, permanência e qualidade na escola/educação para todas as pessoas.

Dessa forma, acionamos as vozes dessas participantes que tratam dos variados processos de vidas, dos ativismos coletivos organizados e das demandas sobre as dinâmicas de escolarização/educação. Processos vivenciados por elas, diante de suas expressões de gêneros diversas, que fogem da norma, imbricados pelas significações das corporalidades.

Esses elementos demandam assumir posições em perspectivas *queers* pelas relações que estes estudos têm com as vidas travestis: a rua. Tais posições escolhidas, em dialogar com os estudos *queers*, também enredam nossas intenções para com as produções de saberes que rompem com os enquadramentos, a rigidez e conhecimentos que não dialogam com os movimentos sociais.

Os estudos *queers* ganham forças entre os anos oitenta e noventa com pesquisadoras e pesquisadores americanos e Reino Unido que, atravessados por muitas crises e acontecimentos socioculturais, como a epidemia da AIDS, reverterem os sentidos iniciais do uso da palavra para rotular pessoas LGBTTs e contrapõem tais usos produzindo discussões e ativismos potencializando o posicionamento expressivo de contestação do termo (PERES, 2013).

Os referidos estudos aparecem no contexto acadêmico em 1990, de acordo com Susana López Penedo (2008). O termo *que* tem origem etmológica da cultura inglesa, de acordo com David Córdoba (2005). Segundo Eve Sedgwick, (1993), significa atravessar, podendo apenas ser utilizado em

primeira pessoa, logo, nos remetendo à ideia de singularidade, único, dissonante a duas pessoas.

Ou seja, nos processos contemporâneos, esta posição teórica (política) propõe a hibridização como a única forma de romper com os processos homogeneizantes, dialogando com os estudos de Donna Haraway, perfazendo contraposição aos usos abusivos das produções da categoria de identidade, apontados por David Córdoba (2005), “[...] uma posição anti-essencialista que nega qualquer tentativa de naturalização, fixidez e totalização [...]” (CÓRDOBA, 2005, p.59).

As referidas perspectivas são pautadas nas conceituações e estudos que surgem no rompimento com correntes fixas, cartesianas e epistemológicas, onde os estudos culturais, a filosofia pós-estruturalista francesa disparam tais problematizações na garantia das diversidades, nas processualidades das vidas e corpos, e na provisoriedade, assumida, aqui, como performática e precária. Porém, sem conectar-se com estigmas ou posições inferiores. Ao contrário, precariedade na perspectiva de resistência, de não enquadramento, contestação por lugares e discursos marginais totalmente válidos.

Ao eleger 13 travestis para a pesquisa (me incluindo entre essas), lideranças reconhecidas do movimento nacional (do qual faço parte), das cinco regiões do país, mapeadas pelas suas longas jornadas e reconhecimento entre seus pares, neste coletivo, pudemos ter algumas impressões sobre variadas possibilidades de vidas, de experimentações das sexualidades (desejos e práticas sexuais), das demandas sobre as corporalidades e quais são as nuances desses gêneros que, ora se expressam de modo binário, ora se mostram nômades e flutuantes.

A escolha por este número se dá por acreditarmos, com olhares muito particulares, que o mesmo nos remete ao elemento da sorte (resistência), portanto, elucida o quanto é importante trazer essas exitosas experiências de vidas, resistentes. Vidas que conseguiram sobreviver diante do cenário

excludente, violento, vulnerável, que acaba por dizimar muitas travestis no Brasil.

Também marcamos este número, para contrapor suas simbologias, pois acreditamos que o sucesso destas travestis e a potência de seu movimento organizado nos apontam que nada tem a ver com sorte e sim com resistências pela manutenção das vidas. Logo, são manifestos-contrassexuais, como os de Paul B. Preciado, que, coincidentemente, ou não, também são treze.

Ao estabelecer diálogos e relações com essas pessoas, dialogicamente, trazemos à tona os discursos que atravessam as variadas travestilidades. Discursos que são negociados entre a pesquisa, as singularidades travestis, e outros espaços geopolíticos de vidas que se entrecruzam no caminhar estratégico e reafirmam a posição cartográfica de mergulho nas intensidades e composições que se fazem necessárias para esta opção metodológica (ROLNIK, 1989).

Acreditamos, também, que ao reconhecermos que os gêneros são criações e mecanismos de controle e regulação (BUTTLER, 2004), posicionamo-nos contrári@s a estas estratégias de manutenção dos essencialismos binários de sexo/gênero, pois a produção de conhecimento sobre tais dispositivos travestis, somados às corporalidades, busca romper com essa supremacia, portanto demanda perspectivas *queer*. Mesmo porque “[...] posicionar-se implica em responsabilidade por nossas práticas capacitadoras [...]” (HARAWAY, 1995, p.27).

São geografias de vidas significadas como múltiplas possibilidades das estilísticas das existências e na prerrogativa de se posicionar na defesa de uma expressão de gênero nem de mulher, nem de homem, mas uma flutuação, que pode estar entre estes espaços dos dispositivos de feminilização/femininos e de masculinização/ masculinos.

São gêneros que podem escapar a qualquer regra destes aspectos construídos na história do Brasil, pois tais posicionamentos reafirmam que “[...]”

a política e a ética são a base das lutas pela contestação a respeito do que pode ter vigência como conhecimento racional [...]” (HARAWAY, 1995, p.27).

São geografias mapeadas, partindo de estudos feministas sobre gênero, reconhecidos por serem avanços na história da humanidade, que garantem que “[...] as pluralidades de abordagens nesse campo de saber são expressões de sua riqueza teórico-metodológica, e se convertem também em energias que renovam os debates e o avanço científico [...]” (SILVA, J., 2009, p.50).

O processo dialógico, que foi estabelecido com as travestis das cinco regiões do país, apresentaram muitos elementos e situações que resultaram na defesa por expressões de gêneros não binários, atravessados sempre pela minha significação (interpretação) de todos os processos vividos, logo a décima terceira voz.

Pretendemos rechaçar os gêneros que partem das marcas biológicas como dispositivos únicos, não dando espaços para outras vertentes ético/estético/políticas, portanto *queer*. Os mapeamentos buscaram ser fiéis aos diálogos estabelecidos e seus resultados negociados com cada participante envolvida, porque,

O contexto da globalização associado às críticas das teorias pós-colonialistas e às perspectivas desconstrucionistas das identidades, em sua dimensão espacial, se expressa nos debates sobre as formas de produção do conhecimento geográfico, de seus resultados éticos e políticos, como forma de avançar nas discussões teórico-metodológicas de um campo de saber comprometido politicamente com as transformações sociais (SILVA, J., 2009, p.48-49).

Nesse sentido, cartografar como os contextos em que as expressões dissidentes dos gêneros das travestis são forjadas, em perspectivas *queer*, mapeou como elas disparam suas demandas enquanto pessoas e quais são e como são estabelecidos os processos de subjetivação que atravessam essas vidas.

As perspectivas *queer* são marcadas na tese por transgredir e desestabilizar os limites das “normalidades” ao dar visibilidade às pessoas que escapam e resistem aos poderes heteronormativos impostos na sociedade. São transgressões que se organizam para confrontar as imposições sobre os desejos (PENEDO, 2008), articulando erotismos e práticas sexuais, mas também na articulação dos dispositivos gênero/sexo/corpo em parâmetros subversivos.

Estas posições tem total relação com a pesquisa, pois diante a emergência de ampliarmos os códigos de referência acerca das expressões de vidas que escapam dos binarismos, concordamos (dialogamos) com produções sobre os estudos *queer*, na tentativa de manter o aspecto de contestação aos universalismos biologizantes da heterossexualidade.

Essas relações, na escolha metodológica, têm imensa conexão ao apresentar ferramentas de contestação discursiva e sobre as subjetivações dos gêneros, pois **o *queer*** tem sua força de resistência sobre as patologizações e os insultos àquilo que se difere do inteligível (BUTLER, 1993), como as travestilidades, ou, de modo geral, propõe a pluralidade (garantia das diferenças), mistura, hibridismo e possibilidades infinitas nas singularidades.

Os posicionamentos que quisemos marcar têm em vista as importâncias das linhas de subjetivação, que atravessam as pessoas que são colocadas às margens dos direitos à vida. Ao dialogar com as produções teóricas *queer*, trouxemos elementos que, inicialmente, são problematizados para as questões de erotismos e práticas sexuais para ampliar tais discussões, que desaguem nas potencias das corporalidades e expressões travestis, pois,

Queer es un producto de presiones específicas culturales y teóricas que estructuraron debates (tanto fuera como dentro de la academia) en torno a la identidad, como un intento de avanzar en los planteamientos identitarios a partir de un análisis más en profundidad de la subjetividad y los procesos de subjetivación en la línea planteada por Michel Foucault, Herbert Marcuse, Norbert Elias o Robert Castel, que coinciden con una voluntad común de explicar, y tratar de superar, dimensiones irracionales de nuestra vida social que tienen que

ver com determinados códigos teóricos, instituciones y poderes legitimados muchas veces en nombre de la cientificidad (PENEDO, 2008, p.115).

Desta maneira, torna-se muito importante assumir esta posição de subversão nas defesas da tese e nos aspectos e escolhas metodológicas porque, tal teoria *queer*, para além das questões que abordam sobre as sexualidades, marca, no espaço das produções de conhecimentos, as exclusões e marginalizações que certas teorias acadêmicas têm reproduzido (SILVA, J., 2009) e reafirma que “[...] os códigos no mundo não jazem inertes, apenas à espera de serem lidos [...]” (HARAWAY, 1995, p.37).

Os resultados do trabalho e todos seus processos de relações, que foram desenrolando a tese, ou a enrolando mais, buscaram a garantia de produções comprometidas com os alargamentos dos usos teórico-metodológicos na promoção de uma ciência que, via psicologia, denomina-se em perspectivas *queer* porque “[...] deverá romper com postulados binários que se propõem universais e totalizados, dando passagem para a emergência de sujeitos nômades, e suas subjetividades também nômades em consonância com políticas *queer* [...]” (PERES, 2013, p.61).

Logo, há uma pessoa que se apresenta enquanto travesti pesquisando as travestilidades do movimento social organizado no Brasil e que, ironicamente, ou estrategicamente, também faz parte do referido coletivo. Então, os posicionamentos políticos *queer* se fazem mais que necessários, enquanto ferramenta teórico-metodológica, ao enfatizar diálogos e discursos, que precisam romper com algumas produções acadêmicas vigentes e buscam marcar estas pessoas de modo patologizante. Ao contrário, marcamos, aqui, todas as experiências e narrativas de vidas que potencializam as felicidades, os amores, os resultados de resistências, os prazeres, os desejos e os usos dos corpos.

Há a necessidade de superarmos metodologias descritivas de mapeamentos apenas em perspectivas sexuais (SILVA, J., 2009), percorrendo por caminhos mais críticos, híbridos, de resistências contra as ideologias

homogeneizadoras e binárias, sobre as diferenças entre as dissidências e expressões de gêneros, reafirmando sua intenção *queer* (PENEDO, 2008).

Coube, nos posicionamentos políticos da pesquisa, termos a convicção de que esta escolha metodológica foi sempre em nome da vida, sendo posição estratégica ética e política, pois, nestes processos cartográficos, deram os tons e os limites de até onde se poderia ir e como os afetos compuseram os territórios e as desconstruções dos mesmos (ROLNIK, 1989).

Diante dos elementos já apresentados, houve necessidades em dialogar com as travestis sobre seus processos de escolarização (e/ou falta deles) e suas experiências exitosas de vidas como formas de conhecer os discursos e relações que engendram a formação dessas pessoas. Pois, classificar o sexo das pessoas é classificar o mundo social, dar nomenclaturas e marcas aos seus corpos e, para David Le Breton (2006), é modulável, sendo influenciados pelas outras pessoas nos seus entornos e ainda “[...] no interior de uma mesma comunidade social, todas as manifestações corporais do ator/[atriz] são virtualmente significantes aos olhos dos parceiros.” (BRETON, 2006, p. 9).

As experiências das travestis participantes da pesquisa forneceram múltiplos olhares sobre as demandas dos processos de escolarização, suas expressões de gêneros e sexualidades, suas corporalidades, que contemplam todas as possibilidades de construção política e social parametrizadas nas políticas públicas e constitucionais preconizadas na Constituição Federal de 1988, enviesadas pelas histórias deste movimento organizado.

Esse mapeamento indica contribuições que possibilitam produzir um quadro de informações sobre os processos que enredam a constituição das travestis e as relações somadas ao trabalho das escolas com as diversidades, que permitam estratégias que garantam a dignidade humana, a redução do sofrimento psicossocial e exclusão no ambiente escolar, bem como a ampliação dos estudos científicos que contemplem as pessoas travestis como protagonistas dos relatos dos processos de escolarização.

Na premissa de trazer as questões que podem resultar em problemas de inclusão escolar em suas interfaces com as diversidades humanas, buscamos discutir situações específicas que envolvem as travestis nos vários contextos que articulam os processos de escolarização.

Sobremaneira, com esses mapeamentos, problematizamos novas e reais possibilidades de inclusão escolar daquelas que sempre tiveram muitas dificuldades de permanência nas escolas e que agora estão exigindo seus espaços de direito enquanto cidadãos. Pois, esta ciência que procuramos produzir, em perspectivas **queerizadas**, apenas reafirma que “[...] o mundo não é matéria-prima para humanização; todos os ataques ao humanismo, outro ramo do discurso sobre “a morte do sujeito”, deixaram isto muito claro.” (HARAWAY, 1995, p.37).

Apropriar-se de definições e ponderações que se contrapõem aos padrões binários, essencialistas e biologicistas é fundante para a dinâmica que se quer assumir. As diferenças nas perspectivas dos processos de subjetivações demandam prerrogativas da filosofia da diferença, dos estudos *queer* e da análise do discurso.

As etapas que vão desvelando as expressões dos gêneros, que fogem aos padrões binários (masculino/feminino), partilham de características diferentes que vão sendo reforçados pelos discursos que norteiam as constituições das subjetivações através das potências das relações, práticas sociais e nos corpos estigmatizados.

Trazer, então, as travestilidades para a discussão das sexualidades, gêneros e corporalidades em espaços tão canônicos, como a escola, como a academia, é partir de textos-referências produzidos por Gilles Deleuze, Michel Foucault, Judith Butler, Joan Scott, Rosi Braidotti e outras e outros, que se debruçam, na contemporaneidade, a romper com as produções fixas e identitárias.

Produções que demandaram observações elaboradas sobre a formação humana inserindo, nestas problematizações, os discursos das pessoas que estão em cena (as travestis), pois, “[...] para tanto, precisamos dar conta dos processos históricos que, através dos discursos, posicionam sujeitos e produzem suas experiências” (SCOTT *apud* SILVA, LAGO e RAMOS, 1999, p.27), garantindo certo posicionamento cientista que tenha como projeto político de vida, no mínimo, democrático, pois esta ciência que defendemos, de maneira crítica “[...] é uma entidade ativa[...]” (HARAWAY, 1995, p.37).

Desta feita, nos posicionamos, metodologicamente, nas prerrogativas mais ampliadas destas marcas identitárias e sinalizamos as limitações que poderiam endurecer algumas escolhas nos caminhos inteligíveis, mas que não é o caso desta pesquisa, pois definimos este teor político ao corroborar com identidades políticas, de acordo com Tomás Tadeu,

Primeiramente, a identidade não é uma essência; não é um dado ou um fato – seja da natureza, seja da cultura. A identidade não é fixa, estável, coerente, unificada, permanente, A identidade tampouco é homogênea, definitiva, acabada, idêntica, transcendental. Por outro lado, podemos dizer que a identidade é uma construção, um efeito, um processo de produção, uma relação, um ato performativo. A identidade é instável, contraditória, fragmentada, inconsistente, inacabada. A identidade está ligada a estruturas discursivas e narrativas (TADEU, 2011, p. 96-97).

Estruturas discursivas que podem ser estratégias de sobrevivências e manutenção das vidas travestis; e, essa estratégia de resistências, traduzida, aqui, como refuta às “[...] técnicas e as formas que o poder se serve para o assujeitamento, para os mecanismos de dominação [...]” àqueles parâmetros que negam a existência e renovação das sujeitas trans (FERRARI, 2010, p.560).

Gêneros, estes, que flutuam nas mais variadas possibilidades de se estabelecer de acordo com as demandas sociais que lhe são impostas, porque os outros significados que vão incorporando nos processos formativos, para além dos binários, ao que se rotula como feminino e masculino agregam novas

possibilidades do existir, corroborando com Scott (1994, p.13) que afirma que isso “[...] não significa que gênero reflita ou implemente diferenças físicas fixas e naturais entre homens e mulheres, mas sim que gênero é o saber que estabelece significados para as diferenças corporais [...]”.

Buscou-se garantir às travestilidades, nesse reinventar nômade dos gêneros, relacionando as problematizações acerca das travestis nos processos culturais emergentes. Corpos marcados e, nessa pesquisa, parte integrante nas discussões e conceituações das mulheres e dos homens, dos gêneros, para contextualização de suas relações. Determinantes para as noções delineaes que vão desvelando os sentidos que as sociedades culturais atribuem aos significados dos comportamentos inteligíveis, das produções de conhecimentos, das psicologias e das noções de sexualidades nas escolas.

É preciso demarcar a intenção de perspectivas metodológicas *queer* na premissa de garantir, ou na tentativa de, que todas as pessoas possam estar inseridas em diferentes formas de ativismos, inclusive na recusa dos padrões heteronormativos binários biologizantes fixos. Ou, como defende Peres (2012), possibilidades de sujeitas com performances sociais que não necessitam seguir um ideal verdadeiro, pois, partimos do pressuposto de que este ideal seria desfeito no decorrer deste estudo.

São caminhos metodológicos de contestação que marcam pessoas com vidas precárias, porque buscamos garantir as vozes (discursos) que sempre foram lesadas nos direitos à vida para ecoar em sua mais intensa potência de resistência, pois esta precariedade dá pistas para que as pessoas consigam suas sobrevivências e “[...] se certas vidas não são qualificadas como vidas ou se, desde o começo, não são concebíveis como vidas de acordo com certos enquadramentos epistemológicos, então essas vidas nunca serão vividas nem perdidas no sentido pleno dessas palavras.” (BUTLER, 2015, p.13).

Tais vidas precárias são contextualizadas, nas perspectivas da feminista Judith Butler (2015), ao reafirmar os direitos à **sobrevivência e à prosperidade** via corporalidades e discursos produzidos sobre as mesmas, os

direitos sociais e políticos na premissa das garantias dos desejos, das práticas sexuais, das estilísticas das existências e das outras configurações estéticas.

É *queer* por assumir também sujeitas que apresentam expressões de gêneros que problematizam os padrões dos corpos, dos prazeres, dos desejos, dos controles, das relações, dos poderes, dos discursos e das potências de vida.

Preconizamos dinâmicas de problematizações que, marcadas pelos pensamentos “Foucaultianos”, “Deleuzianos” e de suas interlocuções contemporâneas, podem ser nômades, fluidos, híbridos e, ao utilizar do método da cartografia, desestabilizamos o que se significavam sobre esses corpos, esses possíveis prazeres; as potentes desconstruções que se pode barganhar/negociar, para que as pessoas travestis estejam inseridas nos contextos culturais cotidianos de maneira menos estigmatizadas.

É *queer* por se manter fiel às convicções elaboradas pelo coletivo organizado destas pessoas, do qual faço parte, enquanto ativista, visto que a teoria (*queer*)

[...] se apresenta marcada por um viés emancipatório psicossocial supondo questionamentos das tendências integracionistas e totalizantes de todas as agremiações de reivindicação de direitos, assinalando os limites desta integração e propondo estratégias de enfrentamento aos regimes normativos, heteronormativos e falocêntricos (PERES, 2013, p.62).

Todas as informações, que se vincularam no decorrer do processo cartográfico e nas relações, que já tinha estabelecido com essas travestis, são disparadoras de problematizações acerca das categorias de análises, que propomos. Buscamos manter compromisso ético e político com o referido coletivo e com os discursos que atravessaram tais relações, porém, isto não quer dizer que outras nuances não poderiam ser desencadeadas nos processos de coleta dos dados e no mergulho junto a este universo, logo,

mantemo-nos *queer* ao estarmos muito flexíveis a toda e qualquer discussão que possa ser fomentada sobre as questões apontadas.

É nesta prerrogativa que acreditamos estabelecer critérios que visibilizem tais discussões nada binárias no que tange às corporalidades, às expressões de gêneros e às sexualidades, porque nossa intenção foi de dar manutenção às críticas que questionem as existências dos gêneros (PENEDO, 2008) enquanto fixos.

Ao invés disso, optamos por discussões que potencializem as variadas formas de existir no mundo, um mundo *queer*, que “[...] donde son las prácticas sexuales y no con quien se practiquen lo que importa, ser homo o hetero no es tan importante como el tener y practicar una actitud queer hacia la via [...]” (PENEDO, 2008, p. 134).

1.3 FERRAMENTAS CARTORÁFICAS: DISCURSOS, ENTREVISTAS, DOCUMENTOS E MAPEAMENTOS NECESSÁRIOS

As participantes da pesquisa são pessoas que se reconhecem enquanto travestis, que constituem o movimento social organizado, das cinco regiões do país, totalizando 13 participantes (sendo eu uma delas). Foram mapeadas previamente por suas experiências exitosas de vida, suas relações com escola/educação, suas histórias de envolvimento desde o início do movimento nacional organizado e destaque (reconhecidas pelo coletivo) enquanto lideranças de representatividade em cada uma das regiões brasileiras.

Optamos por escolher duas travestis da região norte, duas da região centro-oeste, duas da região sul (da qual faço parte), três da região sudeste e

quatro do nordeste (pela dimensão territorial desta região). Pensamos este quantitativo na tentativa de uma proposta equânime no que tange às variadas travestilidades possíveis no cenário nacional.

Após estas escolhas definidas, mapeamos registros, documentos, acervos pessoais sobre as histórias que constituem o movimento organizado das travestis no Brasil, sua emergência fortemente marcada pela epidemia da Hiv/Aids e quais estratégias atravessam os processos que conferem a este coletivo tantos empoderamentos na contemporaneidade.

Tal mapeamento se dá na necessidade em não se perder as muitas histórias que estão agregadas neste movimento destas pessoas e em trazer para a arena das produções de conhecimentos científicos as pluralidades de demandas que são acordadas em nome de uma luta coletiva pela vida.

Estas histórias e documentos resultam num dos capítulos descritivos da tese e são atravessados pelas análises dos discursos e pelos comprometimentos cartográficos com as informações encontradas, pois,

Cartografar é conectar afetos que nos surpreendem e, para tanto, na formação do cartógrafo é preciso ativar o potencial de ser afetado, educar o ouvido, os olhos, o nariz para que habitem durações não convencionais, para além de sua função sensível trivial, ativando algo de suprassensível, dimensão de virtualidade que só se amplia à medida que é exercitada (PASSOS; KASTRUP; TEDESCO, 2014, p.63).

As problematizações sobre as experiências dessas travestis em seus processos de formação escolar e de vida, enquanto expressão dos gêneros, seus corpos, suas práticas sexuais exigiu uma abordagem em que consideramos as complexidades das realidades. Desse modo, foram utilizadas as mais variadas ferramentas para obtenção dos dados com respaldo cartográfico. Essas opções justificam-se pelo envolvimento d@s pesquisador@s com o universo da pesquisa, adquirido pelas intervenções sociais e relacionais para condução do trabalho e pelo contexto social investigado.

Deslocamos nossos olhares e atenção para e junto às participantes (travestis) como produtoras de conhecimentos em suas verdades subjetivadas e potentes. O dualismo e a validade das realidades dependeram da mente das sujeitas. Da mesma forma que a linguagem, concebida em concordância social de seu grupo de convívio. Ainda, de acordo com Deleuze e Guatarri (1995a), observar e acompanhar os processos não apenas representando enquanto objeto, sendo um caminho investigativo das produções ou enquanto princípios que atestem as forças performáticas “[...] inteiramente voltadas para uma experimentação ancorada no real.” (DELEUZE; GUATARRI, 1995a, p.21).

Assim, garantimos que todas as travestis envolvidas no decorrer da pesquisa, fossem agregadas como partícipes destes processos, pois todos têm seus corpos, que são múltiplos, são sujeitas sociais e culturais. A utilização de ferramentas como cadernos de campo, entrevistas, produções de narrativas e observação participativa puderam instrumentalizar a proposta para a elaboração de novos conhecimentos nesta experiência.

Os cadernos de campo serviram de pano de fundo para anotações de situações e eventos que entremeiam as buscas dos documentos, os contatos com as participantes, os encontros com as mesmas e os processos do antes, durante e depois das entrevistas e os enredamentos das análises eleitas como categorias evidentes.

Acreditamos que estas anotações foram importantes no processo metodológico cartográfico, pois as pistas apresentadas em cada configuração, território e encontro poderiam mudar todo o rumo das respostas (discursos) que se quer trilhar.

Os variados contextos proporcionaram novos horizontes para a tese, mesmo porque, na perspectiva dialógica que propomos, comprometid@s com este movimento organizado, hábito neste território existencial, e estas pistas metodológicas, não é meramente protocolo ou regra de pesquisa, nem procedimentos pré-concebidos, mas são produções de conhecimentos processuais, passo a passo (PASSOS; KASTRUP; ESCÓSSIA, 2009).

Vale ressaltar que, tanto a experiência, que elegeu cada travesti para a tese, quanto os processos, que atravessam esta experimentação dialógica no trabalho, tomam como pressuposto a **experiência** enquanto a origem dos conhecimentos, as variadas relações interpretativas dessas sujeitas e o comprometimento ético d@s pesquisador@s que propuseram relatar os resultados dessas relações (SCOTT, 1999).

Esse processo de escolha e das relações que procuramos estabelecer com cada liderança do referido movimento organizado brasileiro, suas histórias de vidas, seus ativismos e seus acervos documentais pessoais, sobre a história deste coletivo, demandaram posicionamentos fiéis a tais discursos, pois esta experimentação, de acordo com Teresa de Lauretis “[...] é o processo pelo qual, para todos os seres sociais, a subjetividade é construída [...]” (1984, p.159).

Neste sentido, utilizar desta escolha teórica da experiência foi validar que os atravessamentos, os processos de subjetivação e as outras linhas, que estão indiretamente nos discursos das travestis, nos processos relacionais, demonstrassem nosso acordo com algumas críticas a certos empirismos e nos posicionamos no sentido de nos atentar não somente aos fatos brutos, mas principalmente às conotações que são bem mais variáveis e indefiníveis (SCOTT, 1999).

O tema abarca as relações do processo de escolarização, a falta do mesmo, com as identidades políticas sexuais e de gêneros pedem que se tenham como relevante às interações sociais concretas e seu caráter dialógico. Este modo dialógico significa processos em que há constantemente alternâncias e mudanças de posição na produção dos discursos ou narrativas (deslocamentos) (BAKHTIN, 1992).

As referidas relações, tanto das travestis com os espaços escolares, quanto delas com @s pesquisador@s, e as nuances dos contatos no decorrer das experiências no trabalho, foram estabelecidas na premissa do método cartográfico ao reafirmar que,

A construção de tais vínculos envolve a criação coletiva e partilhada de sentido, o que implica não só a possibilidade de colocação das questões que são próprias dos diversos atores envolvidos, mas também a abertura aos efeitos dos encontros que ali se estabelecem, pois, é certo que os pesquisadores e os participantes possuem interesses, concepções e avaliações diferentes quanto ao que tem lugar no processo da pesquisa (PASSOS; KASTRUP; TEDESCO, 2014, p. 68).

As experimentações são também posicionamentos políticos que atravessam as trocas e interesses de cada partícipe do processo, tanto na coleta dos dados, na interpretação dos mesmos e na validação pelas pessoas responsáveis em conferir os aspectos do rigor científico das análises, pois essa “[...] experiência torna-se, nesta prerrogativa, não a origem das nossas explicações, mas tudo o que gostaríamos e reafirmamos explicar.” (SCOTT, 1999).

Não somente no sentido de esperar um crivo para tal produção, de avaliar constantemente as outras pessoas envolvidas em todo o processo da tese, mas potencializar todos os efeitos e afetos, tanto positivos quanto negativos, da interpretação, ou mesmo, “[...] amparar o outro na queda é confiar nessa potência, é desejar que ele se manifeste. Essa confiança fortalece, no outro e em si mesmo, a coragem de entrega.” (ROLNIK, 1994, p.8).

Assim como possibilidade de instrumentos, recorreremos às entrevistas semi-estruturadas como disparadoras sobre os processos de formação, enquanto travestis, às demandas do movimento social organizado, às produções dos corpos e às relações nos processos de escolarização. Buscamos sempre a produção de espaços dialógicos, nos quais os discursos circulassem e fossem objetos de negociação de significados, sentidos sobre as diferenças de gêneros e sexualidades. Tais entrevistas se estruturaram segundo os pressupostos de Passos, Kastrup e Escóssia (2009) e Deleuze e Guatarri (1995a).

As entrevistas foram delineadoras dos discursos e tiveram a missão de negociar, junto às entrevistadas, o que está dito e não dito, os desejos

possíveis e impossíveis, as configurações de vidas que tem sim validades porque existem e estão resistindo, pois alicerçamos esta ferramenta na cartografia que, “[...] nesses casos, a entrevista visa intervir, por meio do manejo, para fazer com que os dizeres possam emergir encarnados, carregados da intensidade dos conteúdos, dos eventos, dos afetos ali circulantes [...]” (PASSOS; KASTRUP; TEDESCO, 2014, p.100).

Os discursos e os atravessamentos, que emergiram nas entrevistas, foram rigorosamente levados em conta e cada pergunta disparada com intenção de um não saber para irradiar mergulhos nos conhecimentos, que foram produzidos em cada contato com elas.

Nesta proposta cartográfica as escutas acompanharam as processualidades dos relatos como “linhas intensivas” (PASSOS; KASTRU; TEDESCO, 2014, p.109), processuais, fragmentadas e rizomatizadas, sem início e nem fim, apenas enquanto mais uma possibilidade de produção de discursos estabelecida quase que como uma conversa, ou mesmo, uma conversação que agencia todos os cruzamentos, linhas e flutuações (DELEUZE; PARNET, 1998).

Estas experiências marcaram quais intenções se tem para com a produção de uma psicologia comprometida com a manutenção das vidas, visto que, “[...] através desse processo a pessoa se coloca ou é colocada na realidade social [...] aquelas relações – materiais, econômicas e interpessoais – que são, de fato, sociais, e, numa perspectiva maior, históricas.” (LAURETIS, 1984, p.159).

As narrativas, que cada participante produziu, somam-se aos resultados das entrevistas que tiveram o intuito, justamente, de produzir tais discursos, que demarca o comprometimento político e ético para com as vidas em evidência, porque as escolhas por todas estas ferramentas foram necessárias diante ao gigantesco universo que trouxemos à tona. Estas narrativas, de acordo com Passos e Barros (2009),

[...] não podem ser encaradas como desarticuladas das políticas que estão em jogo: políticas de saúde, políticas de pesquisa, políticas da subjetividade, políticas cognitivas. Toda produção de conhecimento, precisamos dizer de saída, se dá a partir de uma tomada de posição que nos implica politicamente. O conceito de política que trabalhamos pressupõe esse sentido ampliado que não se restringe ao domínio específico das práticas relativas ao Estado (PASSOS; BARROS, 2009, p.150).

As interpretações dos dados aconteceram de forma contextualizada aos ambientes, que resultaram dos contatos, das relações estabelecidas junto a essas participantes, para não se perder de vista os significados.

A obtenção dos dados teve como fator central o contato da pesquisadora com as travestis e análises dos discursos enquanto produções atravessadas por valores, discursos, experimentações de vida, impressões, desejos e conhecimentos que foram engendrados em suas experiências pessoais e coletivas, sempre em perspectivas dialógicas e *queers*, justificadas pelas singularidades travestis que assumimos.

Ao falar sobre si mesma em relação ou detrimento do outro e da outra é produzido um discurso sobre as potencias das diferenças e é no processo dialógico de construção dos gêneros e dos corpos, que o discurso está na constituição da vida social, cultural, política e subjetivada.

Marcamos este cartografar como momentos de interações discursivas que são sempre produzidas em contextos de negociações de significados. E, para Kastrup (2009, p.52) “[...] consiste no acompanhamento de processos, e não na representação de objetos. Ao compartilhar aqui o caminhar do pesquisar elos na rede acreditamos que a ação de acompanhar processos será detectada pelo leitor [...]”.

Nesta perspectiva, os elementos que buscamos fazer emergir e problematizar, junto a essas travestis, foram interpretados, lidos, analisados e mapeados como textos informais, porém atravessados pelas práticas institucionais. Tal como diz Michel de Certeau (2001, p.214), um ato de “[...] caçar em propriedade alheia [...]”. Logo, a função de cartógrafa assumida teve

intenção de problematizar o mundo pelos desvios, nos lapsos e onde escapam o que não gostaríamos de encontrar (PASSOS; KASTRUP; TEDESCO, 2014).

Nossa tarefa, enquanto produtoras de conhecimento, pesquisadoras (nós, as referidas travestis), foi problematizar, descrever, desestabilizar, analisar e ressignificar quais são as impressões, resistências e jogos de poder que permeiam as construções das expressões travestis e a escola (e falta dela).

Com suporte em autores da teoria *queer*, da filosofia da diferença e estudos culturais, potencializamos como esses elementos balizam as relações desses grupos e suas participantes, bem como as práticas no âmbito das relações dos processos de escolarização e as demandas frente ao que é diferente e foge da norma (sexual e de gênero), baseada na heteronormatividade da relação sexo-biologia-identidade de gênero.

As significações dessas perspectivas de análises, somadas aos diálogos com as problematizações sobre as sexualidades humanas em Foucault (1975; 1988), trazem diferentes explicações encontradas na história e as desigualdades, que se constituíram nesse desvelar, realçam as múltiplas significações e variáveis para nossa intenção de pesquisa cartográfica que,

[...] visa o acompanhamento de processos e, se a entrevista na cartografia inclui trocas de informação ou acesso à experiência vivida, é importante ressaltar que esta não é sua única direção. A cartografia requer que a escuta e o olhar se ampliem, sigam para além do puro conteúdo da experiência vivida, do vivido da experiência relatada na entrevista, e incluam seu aspecto genético, a dimensão processual da experiência, apreendida em suas variações. (TEDESCO; SADE; CALIMAN, 2013 p.301).

Todas estas dimensões, que apareceram nas relações com as travestis, foram potencializadas em análises dos discursos que atravessaram os circuitos da pesquisa e foram aportes teórico-metodológicos para toda a produção desta tese. Seja pela potência que se estabeleceu nas relações com essas pessoas, seja para buscar análises que fossem fiéis e respeitadas para tais produções

engendradas por tantos sofrimentos, recusas e estereotipações foram recusadas nas estratégias de resistências e manutenção da vida por estas lideranças nacionais.

Tais análises dos discursos marcaram a recusa pelas explicações óbvias, fáceis, essencialistas, binarizantes e discriminatórias. Ampliaram os referenciais discursivos daquilo que se é dito, para contemplar os elementos que, para além, da linguagem verbal, incluindo as marcas das corporalidades, das expressões, dos afetos, também, enquanto discursos potentes e significados reais.

Michel Foucault, no texto *A Arqueologia do Saber* (1986), nos apresenta a conceituação de discurso que mais se aproxima das perspectivas que buscamos assumir nesta pesquisa, pois o filósofo o define não como um estreitamento dos contatos, ou de confrontos, entre o real e a língua, não como apenas um conjunto de signos, mas “[...] como práticas que formam sistematicamente os objetos de que falam.” (FOUCAULT, 1986, p. 56).

São aproximações, nas relações dialógicas estabelecidas na pesquisa, que ampliam os universos de referências discursivas, porque todas as manifestações, nestes contatos, são produções de signos, discursos, que precisam de um olhar bem mais atento para as interpretações. É esse olhar que “[...] é preciso fazer aparecer e que é preciso descrever” (FOUCAULT, 1986, p.56) ao propor uma análise de discursos, mesmo, porque, para a sociedade, os discursos são potencializados “[...] como um vasto tecido argumentativo no qual a humanidade constrói sua própria realidade.” (LACLAU, 1991, p.137).

Os discursos, que marcamos de modo proposital são, sem sombras de dúvidas, os de resistências, que contrapõem as exclusões, que marcam as estratégias, que combatem manifestações de clausura, sofrimentos e estigmatizações em verdades universais.

São discursos que, mesmo reconhecendo que a própria produção de verdade é deste mundo, ela só tem efeito se mantida como modelo a ser seguido, pois, “[...] cada sociedade tem seu regime de verdade, sua política geral de verdade: isto é, os tipos de discursos que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros.” (FOUCAULT, 2006, p.12).

A sociedade, nas relações com seus grupos, retoma algumas consciências das pessoas nos parâmetros de sintonia ou confronto nas resoluções de suas inquietudes ou incompreensões dos discursos. As relações de enfrentamentos nos planos discursivos compõem a vida na sociedade, nas instituições sociais e nos instrumentos que se criam para tentar controlar o incontrolável. Os processos culturais organizam os contextos na constituição das experiências mais íntimas, nas identidades corpóreas dos grupos e das pessoas, automaticamente das travestis.

Os discursos de dominação buscam manter e validar o que está certo ou errado, as corporalidades viáveis e não viáveis, as expressões humanas aceitáveis e não aceitáveis, as práticas sexuais biologizantes e reprodutivas e as práticas subversivas dos prazeres. Neste sentido, as análises e produções dos discursos, em perspectivas *queer*, devem marcar “[...] os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sanciona uns e outros.” (FOUCAULT, 1979, p.12-13).

São posicionamentos ético/político/estéticos que rebatem certas produções e discursos, que marginalizam algumas vidas, abrindo precedentes compromissados, discursivamente, para “[...] as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que tem o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro.” (FOUCAULT, 2006, p.12).

As análises de cada categoria escolhida, para as produções discursivas, que traçamos, foram marcadas pelos enunciados e elementos que surgiram em cada etapa e encontro nos processos da tese; apontando quais seriam as devidas categorias mais latentes no que concerne às travestilidades e a escola/educação. Ou seja, “[...] o que move a análise na cartografia, portanto,

são problemas. É a um problema que ela se volta e, são também problemas, o seu resultado.” (PASSOS; BARROS, 2014, p.174).

As categorias propostas (1. Corporalidades, 2. Sexualidades e práticas sexuais, 3. Expressões de gêneros; 4. Relações com a escola (da vida)) balizaram-se nas análises discursivas como fundamentação analítica e permitiram os surgimentos de novas condições, categorias de emergências, como prostituição, exclusão e resistência, “[...] possibilitando à pesquisa comportar a heterogeneidade e a heterogênesse [...]” (PASSOS; BARROS, 2014, p.177).

Os possíveis discursos foram pretextos para novas produções, as análises foram multiplicadoras de sentidos e inauguradoras de novos problemas, ou seja, este método analítico “[...] consiste em dar visibilidade às relações que constituem uma dada realidade, na qual a pesquisadora se encontra enredada” (ibidem, p.179).

Os enunciados, ou mesmo formação discursiva, são ferramentas de dominação e poder, que engendram as relações sociais, políticas e culturais, conferindo a alguns grupos e pessoas a aquisição destas manobras em detrimento de padronizações discursivas da vida, das práticas, porque, para Foucault, “[...] todo sistema de educação é uma maneira política de manter ou de modificar a apropriação dos discursos, com os saberes e os poderes que eles trazem consigo” (FOUCAULT, 1996, p.44).

São práticas que, repetidamente, vão desenhando que tipo de sociedade se quer e não se quer, porque, “cada ato social tem um significado, e é constituído na forma de sequências discursivas que articulam elementos linguísticos e extralinguísticos” (LACLAU, 1991, p.137). Tentam desarticular, deslegitimar, certas produções, pois tal tentativa de formação dos enunciados é, para Foucault,

[...] um feixe complexo de relações que funcionam como regra: ele[s] prescreve[m] o que deve ser correlacionado em uma prática discursiva, para que esta se refira a tal ou qual objeto,

para que empregue tal ou qual enunciação, para que utilize tal conceito, para que organize tal ou qual estratégia. Definir em sua individualidade singular um sistema de informação é, assim, caracterizar um discurso ou um grupo de enunciados pela regularidade de uma prática (FOUCAULT, 1986, p.82)

Dessa feita, justificam-se todas as perspectivas metodológicas aqui elencadas, mas não abrindo mão de várias outras possibilidades e ressignificações que atravessam o texto, pois se acredita que é desta forma que se constrói as problematizações subjetivas das pessoas e o quanto é necessário um olhar menos ortodoxo sobre as questões de gêneros, identidades e todo o bojo que estes estudos podem e devem provocar.

Todas as escolhas teórico-metodológicas, permeadas pelo método cartográfico nos permitiram olhares ampliados, as rupturas com as rígidas conceituações epistemológicas, os diálogos entre produções que, em certos momentos, não pactuariam com tais relações num mesmo texto, porém que tem tudo à ver com esta tese.

Esta pesquisa aborda pessoas que, em suas potencias de vidas, desvirtuam toda e qualquer regra, todo universalismo absoluto e todas as fixas e biologizantes armadilhas que elas poderiam cair. São outras nuances de produções de conhecimentos que estamos garantindo, de maneira, assumidamente marginal, mas que não perdem sua validade, pois problematizar as exitosas vidas e experiências travestis é garantir a manutenção da vida e o compromisso com as psicologias que acreditamos efetivar.

Como significamos os corpos como nossos lares, como a letra de Hooker, reafirmamos que não iremos mais permitir que retornem a nos invadir, muito menos retornar ao nosso lar sem que seja convidado ou porque é nosso desejo.

2. EXPRESSÕES DE GÊNEROS NÔMADES, SEXUALIDADES DISSIDENTES E CORPORALIDADES VIBRÁTEIS: VIDAS PRECÁRIAS

Devo de ir, fadas/Inseto voa cego e sem direção/Eu bem te vi, nada/Ou fada borboleta, ou fada canção/As ilusões fartas/A fada com varinha virei condão/Rabo de pipa, olho de vidro/Pra suportar uma costela de Adão Um toque de sonhar sozinho/Te leva em qualquer direção/De flauta, remo ou moinho/De passo a passo passo...

(Luiz Melodia)

Ao trazer as travestilidades, enquanto expressões de gêneros válidos e em perspectivas de resistências, estabelecemos como pressupostos as produções da teórica literária feminista Judith Butler e a cientista teórica social Gayatri Spivak para dialogar com os conceitos de precariedade e subalternidade, na intenção de avançar nas problematizações sobre os gêneros, ainda em premissas feministas, mas alocando os holofotes nas travestis.

Tal empreitada se deu pela afirmativa de gêneros que resistem aos moldes universais heterossexuais, mas que, como na letra de Luiz Melodia, trazem fardos de sofrimentos para algumas pessoas, pois transitar neste gênero feminino “[...] carregando uma costela de Adão [...]” (elementos corporais biológicos masculinos), não é fácil na contemporaneidade.

Neste sentido, os outros conceitos que enlaçam (rizomatizam) esses embasamentos teóricos, como nomadismo em Rosi Braidotti, sexualidades dissidentes em Michel Foucault, corporalidades vibráteis em Suely Rolnik e os estudos do corpo em David Le Breton, também constituem o arcabouço epistemológico que queremos marcar, politicamente.

Ao focar em certas precariedades de vidas, assinaladas por higienismos, notamos nas pessoas travestis as resistências aos discursos e práticas de violências que sempre empurraram este gênero para as polaridades binárias e tentam capturá-las, muitas vezes conseguindo, para os universos dos estigmas e manutenção dos enquadramentos, controles dos corpos e das práticas sexuais.

Estes posicionamentos políticos nos dão forças para ampliar/contrapor leituras essencialistas sobre os discursos subalternos, que atravessam as produções de expressões de gêneros. São gêneros travestis que vivem e querem continuar em perspectivas precárias, mas não em situações de vulnerabilidades, pois, estas precariedades são válidas, ecoam vozes, que querem e são escutadas neste lugar específico, de resistência e subalternidade, aos poderes universais binários, em perspectivas da filosofia da diferença em Gilles Deleuze.

Esta precariedade é afirmada, aqui, nas estratégias de resistências que surgem como dinâmicas de sobrevivências para garantir os modos inteligíveis e articular, nestas negociações, barganhas, discursos, rompimentos com as normas, com os fascismos existentes nos controles heteronormativos e sobre os gêneros. Pois, antes disso, “[...] trata-se [...] de saber como essas normas operam para tornar certos sujeitos pessoas “reconhecíveis” e tornar outros decididamente mais difíceis de reconhecer [...]” (BUTLER, 2015, p.20).

Modos de vidas não capturados pelas hegemonias heterossexuais binárias, pois, novamente em Butler, “[...] o problema não é apenas saber como incluir mais pessoas nas normas existentes, mas sim considerar como as normas existentes atribuem reconhecimento de forma diferenciada.” (BUTLER, 2015, p.20).

A subalternidade, significada por Spivak, afirma que “[...] se tal crítica e tal projeto não devem ser abandonados, as distinções que se alteram entre a representação no âmbito do Estado e da economia política, por um lado, e da teoria do sujeito, por outro, não devem ser apagadas” (SPIVAK, 2010, p.41).

Estas formas diferenciadas, que muitas vezes demandam afirmações de subalternidades, rompem com tais hegemonias de projetos de sociedade e fazem valer seus discursos e estilísticas das existências, pois, ao se situarem nos espaços e posicionamentos de subalternidades, as travestis garantem que suas vidas sejam viáveis e que as vulnerabilidades e morte não são únicos caminhos para suas expressões de gêneros flutuantes, nômades. Mesmo por que, nesses discursos, em novas performatividades travestis, para Deleuze e Guattari (1995, p.15),

[...]não se consegue compreender bem como é possível fazer, dos atos de fala ou pressupostos implícitos, uma função coextensiva à linguagem. Compreende-se menos ainda tal operação se partimos do performativo (o que é feito quando “o” falamos) para ir, por extensão, até o ilocutório (o que é feito quando falamos).

São estratégias de escapar das molduras fixas para estas produções de vidas, que ampliam os quadros de referências sobre as possibilidades das feminilidades e masculinidades, que são reproduzidas pela sociedade na contemporaneidade, abrindo espaços para seus desejos e práticas sexuais, que transbordam dos parâmetros reprodutivos e universais.

Desejos, quase que como máquina, máquina de guerra em perspectivas “Deleuzianas”, também uma máquina conectada entre os processos de produção e os resultados de seus produtos, ou seja, reforçando as perspectivas nômades. Pois “[...] se, em um campo social, distinguimos o conjunto das modificações corpóreas e o conjunto de modificações incorpóreas, encontramos, apesar da variedade de cada um, duas formalizações: uma de conteúdo, outra de expressão [...]” (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p.26).

Tais produtos, neste caso específico da afirmação do gênero travesti, com suas vozes subalternas e vidas precárias, viáveis, emergem os discursos potentes de resistências e manutenção por estas perspectivas de vidas, porque contrapõem certas produções e defesas que tentam emoldurar estas pessoas

nos polos identitários fixos, não dando espaços para seus desejos, práticas sexuais e empoderamentos sobre suas corporalidades e modos de vida. Pois,

Invocações contemporâneas da economia libidinal e do desejo como interesse determinante, combinados com a prática política dos oprimidos (sob o capital socializado) “que falam por si mesmos”, restauram a categoria do sujeito soberano no cerne da teoria que mais parece questioná-la (SPIVAK, 2010, p.49).

Seria impossível reconhecer estas expressões de vidas se não nos posicionássemos eticamente e politicamente em projetos da sociedade que descolonizem **outros** para colonizar **junto aos outros**.

O estabelecimento de relações com as vozes (discursos) que mais tem importância, nessa defesa, porque são esses discursos, das pessoas que vivem as travestilidades, que irradiam, disparam, elementos que nos dão suporte para afirmação de validade do gênero travesti, de quão subalterno e precário é esta expressão e de como são resistentes, quase que um devir discursivo de combate, pois “[...] o problema não é o de uma distinção entre língua maior e língua menor, mas o de um devir [...]” (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p.51).

São discursos que escapam de certos enquadramentos, pois, corroborando com Wittig, “[...] esses discursos emanam feixes de realidades sobre as corporalidades sociais que não são facilmente descartáveis [...]” (WITTIG *apud* BUTLER, 2015, p.201).

As travestis podem até sofrer as pressões das invisibilidades pelas reproduções de sexualidades reguladoras, mas tal regulação de poder/conhecimento amplia as estratégias violentas de poderes, que resistem e legitimam as vozes subalternas em premissas de não legibilidade. Como elas mesmas afirmam no cotidiano, no jargão travesti, **quando uma cai, milhões se levantam**.

Para Spivak, uma subalternidade que tem “[...] o mais claro exemplo disponível de tal violência epistêmica é o projeto remotamente orquestrado, vasto e heterogêneo de se constituir o sujeito colonial como Outro [...]” (SPIVAK, 2010, p.60).

Neste sentido, reconhecemos e/ou reafirmamos as posições feministas com intenção de ampliar quais são as pessoas que estão nesta guerra pela manutenção da vida, de alargamento das possibilidades das expressões de gêneros e, automaticamente, das produções das corporalidades, das sexualidades, das práticas sexuais e dos prazeres.

Utilizamos ferramentas que servem, não somente para compartilhar “[...] as críticas aos sistemas explicativos globais da sociedade [...]” (LOURO, 2011, p.33), mas problematizar certas produções convencionais científicas, questionando “[...] a concepção de um poder central e unificado regendo o todo social [...]” (ibidem).

Tais ferramentas coletivas vão forjando redes e invadindo espaços, via discursos, que dão forças para subalternidades que tomam as vidas precárias e o enfrentamento aos fascismos com os corpos, gêneros e práticas sexuais como possíveis. De acordo com Spivak, “[...] nos estudos subalternos, devido à violência da inscrição epistêmica imperialista, social e disciplinar, um projeto compreendido em termos essencialistas deve trafegar em uma prática textual radical de diferenças [...]” (2010, p.76).

A filosofia da diferença, ou das diferenças, em tudo tem a ver com estas problematizações, pois, antes de tudo, para Deleuze e Guattari “[...] a filosofia é a arte de formar, de inventar, de fabricar conceitos [...]” (1992, p.10), são re-territorializações das expressões das vidas e suas reconfigurações.

Esta filosofia da diferença é pautada também em **reterritorializações filosóficas** (DELEUZE; GUATTARI, 1992), visto que, em perspectivas democráticas, agem contrárias aos universalismos do Estado e às hegemonias estatais, capitalistas, políticas e estéticas sobre os direitos das pessoas, das

corporalidades, dos gêneros e das sexualidades, pois tem suas bases no presente e, novamente nestes autores,

Dir-se-ia que a ciência e a filosofia seguem duas vias opostas, porque os conceitos filosóficos têm por consistência acontecimentos, ao passo que as funções científicas têm por referência estados de coisas ou misturas: a filosofia não para de extrair, por conceitos, do estado de coisas, um acontecimento consistente, de algum modo um sorriso sem gato, ao passo que a ciência não cessa de atualizar, por funções, o acontecimento num estado de coisas, uma coisa ou um corpo referíveis (1992, p. 164).

São verdadeiras batalhas, dentre as quais essa aqui é textual, para garantirmos o rigor que é tão necessário em respeito às produções científicas éticas, mas guerrilhando com algumas posturas que, sempre usaram outras vozes para produzir em nome desta ou daquela pessoa, deste ou daquele grupo.

É a tentativa de escapar aos controles e contextos que tentam amarrar os jogos e diálogos teóricos para vislumbrar as possíveis vozes precárias destas pessoas subalternas, nos quesitos de gênero, pois “[...] afirmar que uma vida é precária exige não apenas que a vida seja apreendida como uma vida, mas também que a precariedade seja um aspecto do que é apreendido no que está vivo [...]” (BUTLER, 2015, p.30).

Desta maneira, ao trazer as vidas travestis com suas vozes, é preciso reconhecer a precariedade e resistência destas vidas, que validam seus direitos sobre os modos que querem produzir suas corporalidades, suas práticas sexuais, suas identidades políticas e as maneiras como querem viver, escapando dos dualismos biológicos e que resultam em situações de vulnerabilidades.

A subalternidade, de acordo com Spivak (2010), que tem, nos deslizes dos mecanismos visíveis, para a singularidade vocal das pessoas, um recurso de manutenção destes discursos subalternos, em contraponto à dominação masculina e suas insurgências.

Neste sentido, afirmar as vozes destas vidas precárias é, não somente ampliar os universos de referências sobre as expressões de gêneros, mas antes de tudo, chamar a atenção para as vidas ceifadas, que não tiveram direitos de se manifestarem, dos corpos que foram amordaçados, dos desejos reprimidos, dos sofrimentos psicossociais, que muitas destas pessoas tiveram que conviver. E, para além, “[...] a precariedade implica viver socialmente, isto é, o fato de que a vida de alguém está sempre, de alguma forma, nas mãos do outro [...]” (BUTLER, 2015, p.31), e, aqui, nas mãos (nos discursos) de pessoas que se posicionam por travestilidades singulares.

Obviamente, que tal posicionamento se dá, não somente por estarmos atravessadas por certas travestilidades que, somente cabem a mim e ao pesquisador que me orienta, que se debruça sobre as produções que potencializam as travestilidades exitosas, mas, principalmente, por decisão em marcar, nas produções de conhecimentos, as expressões de gêneros subalternos e precários travestis, com seus corpos, suas práticas sexuais e desejanter.

Como os gêneros nômades, que não têm compromisso algum com as marcas e estigmas das binaridades (homem/mulher), “[...] as decisões são práticas sociais, e a afirmação de direitos, surge precisamente onde as condições de interlocução podem ser pressupostas ou minimamente invocadas e inscritas quando ainda não institucionalizadas.” (BUTLER, 2015, p.40).

Sobremaneira, ao insistir em práticas e sexualidades dissidentes, corporalidades que vibram dão o tom ético/estético/político que acreditamos, nesta tese, e de como os discursos subalternos e as vidas precárias afetam os códigos heteronormativos machistas, nas discussões de gêneros, que ampliam tais códigos, para dar manutenção às potências das vidas; das outras formas e estilísticas das existências; de outras corporalidades, para além, biológicas; práticas sexuais, não somente reprodutivas; e processos desejanter, pois, se estão nesta inscrição de vida e expressão humana, é porque existem e precisam ser respeitadas; atravessados pela filosofia da diferença.

O compromisso ético se dá pela vontade em se manter fiel aos aspectos de contestação da precariedade, visto que, “[...] a precariedade não é o efeito de determinada estratégia, mas sim a condição generalizada para toda e qualquer estratégia [...]” (BUTLER, 2015, p.254), logo, a manutenção destes arranjos de contra poder fazem-se necessários para garantir outras estilísticas das existências, pois, “[...] a ética é menos um cálculo do que algo que resulta de ser abordado e abordável de maneira sustentável [...]” (ibidem), e, ainda, para Michel Foucault, “[...] é a ética [...] a prática da liberdade, a prática refletida da liberdade [...]” (FOUCAULT, 1984, p.267), ou seja, o cuidado de si.

As perspectivas políticas são necessárias para garantir estes cuidados de si e das outras pessoas, que demandam os mesmos níveis de liberdade, porque estas trocas, estas relações, tanto de cuidar de si e do que lhe é alheio, marcam o compromisso de respeitabilidade nestas trocas, pois, novamente em Foucault, “[...] o cuidado de si é ético em si mesmo; porém implica relações complexas com os outros, uma vez que esse *êthos* da liberdade é também uma maneira de cuidar dos outros.” (FOUCAULT apud MOTTA, 2010, p.271), ou seja, uma relação política.

Os meandros estéticos atravessam os compromissos éticos e políticos ao garantirem as muitas possibilidades das pessoas se apresentarem socialmente, culturalmente e fisicamente, com seus discursos, suas corporalidades, no contemporâneo. Pois, referendadas aqui, pela filosofia da diferença, as muitas estéticas não têm a ver com a dureza biológica e, sim, estão no plano das sensações, dos desejos, das corporalidades e em o que pode e quanto cabe num corpo.

São relações que afetam e são afetadas nos cotidianos da sociedade e, de maneira a garantir as sobrevivências, felicidades e potências de vidas de todas as formas e estilísticas das existências, pois “[...]o corpo está exposto a forças articuladas social e politicamente, bem como as exigências de sociabilidade – incluindo a linguagem, o trabalho e o desejo -, que tornam a subsistência e a prosperidade do corpo possíveis.” (BUTLER, 2015, p.16). E,

ainda para Deleuze e Guattari, “[...] todavia, as figuras estéticas não são idênticas aos personagens conceituais [...]” (1992, p.229).

Neste sentido, significando o contemporâneo como “[...] uma questão de coragem [...]” (AGAMBEN, 2009, p.65), estas prerrogativas teórico-metodológicas marcam os muitos tons e nuances na/da pesquisa, por buscarem linhas ou processos de subjetivações, que batalhem pela vida, pelas equidades de direitos e por disparar novos fios nas produções dos conhecimentos. São ferramentas que podem alargar, avançar, problematizar as muitas teorias vigentes e com isso oferecer mais possibilidades para o pensar sobre as vidas.

2.1 TRAVESTIS: EXPRESSÕES DE GÊNEROS NÔMADES

A defesa pela garantia de gêneros nômades das travestis brasileiras se propõe a não reforçar os binarismos sexuais, as expressões dos gêneros enquanto poderes discriminatórios, nem discursos que interditam as expressões, que destoam dos padrões estabelecidos pelos grupos majoritários, que negociam e validam a circulação de algumas pessoas em espaços específicos e marginais (discursos).

É, ao contrário, a tentativa intencional de focar olhares e problematizações acerca das potências que há nos gêneros fluídos, que estão inscrevendo e reconfigurando os contextos políticos, sociais e culturais contemporâneos enquanto dispositivos bio-políticos.

É toda expressão contrária ao poder, não podendo ser *queer* e, sim, estando *queer*. É escapar das capturas normatizadas de identidades fixas, pois

há um movimento de flutuação nas existências e expressões das diferenças, nestas produções dos gêneros travestis. É a percepção da vida numa página em branco, que cabe tudo, e o uso que estamos fazendo dos conceitos de nômade, vidas precárias e de discursos subalternos.

Para os estudos *queer* o que mais interessa é o processo, a produção, e não o resultado final, pois para os corpos, não há uma chegada. Há uma partida que valida a biologia, mas que não dá conta das complexidades e linhas que tecem as estilísticas das corporalidades. As imagens, desejos e prazeres que podem estar inscritos nessas corporalidades são imensamente facetadas em cada pessoa. As ordens discursivas que vão ditando essas inscrições e nomeando os gêneros.

Esta contextualização dispara indagações que expõem a urgência de reconhecimento e adição da expressão travesti, para além dos dispositivos das sexualidades, mas como marcas políticas e barganhas de espaços que muitas vezes são negadas a estas. Uma política como negociação do cotidiano, como arte de bem viver.

São aproximações das maneiras que se quer, aqui, assumir, para estas expressões de gêneros nômades emergentes, atravessadas por outros marcadores como raças/cores e classes, portanto em prerrogativas que se somam às produções feministas, de contestação, pois, novamente em Guacira Lopes Louro, “[...] os gêneros se produzem, portanto, nas e pelas relações de poder [...]” (LOURO, 2011, p.45), evocando as premissas nômades.

Assumir este nomadismo, para os gêneros travestis, é situar os processos sempre contínuos, anti essencialistas, marcando as virtualidades que pinçamos das significações dos universos femininos e masculinos, na crise que vivemos e atravessamos na contemporaneidade (BRAIDOTTI, 2004), portanto reafirmamos nossas posições feministas ao contrapormos as regulações machistas e sexistas.

A inteligibilidade desses contextos duais, para as travestilidades, reconfiguram-se em ingerências das corporalidades, desejos e práticas sexuais. Assim, faz emergir outros status nas expressões de gêneros que extrapolam as limitações universais e binárias. Nesse sentido, ampliamos os conceitos de gêneros normatizados, que se reduzem apenas as contestações que favorecem e enobrecem as mulheres biológicas naturais, para reificar as críticas feitas por Butler (2003) sobre as coerências legíveis acerca destas corporalidades femininas e masculinas.

O nomadismo habita uma multiplicidade de diferenças em cada pessoa (travesti) e suas composições com recortes específicos e que podem variar de pessoa para pessoa. As validades e potencias que permeiam esses dispositivos estão em cheque no quesito das produções dos conhecimentos e na defesa das travestilidades enquanto expressões de gêneros viáveis.

É a tentativa de romper com as manutenções das normas, os marcadores clássicos binários de sexos e gêneros, que são reguladores e que autorizam problematizar apenas o que tem nome e é reconhecido, pois o gênero está em todas as ações de nossas vidas. Não é uma ilha isolada no mundo. São linhas de desejos das pessoas, que vão validando as linhas de subjetivação, que se atravessam nas relações de poder e resistências.

Revisitando as histórias sobre as problematizações, que irradiaram os grandes embates sobre as perspectivas das expressões de gêneros, é preciso ressaltar posicionamentos sobre o conceito e, dialogando com Joan Scott (1988), podemos significar que o gênero é a primeira linha de subjetivação humana, quando, por exemplo, já se classifica se a criança que nasce como menino ou menina, estabelecendo as relações de poder, via gêneros, que vão marcando que pessoas se querem na sociedade. Para a autora feminista,

Na sua maioria, as tentativas dos/as historiadores/as para teorizar o gênero permaneceram presas aos quadros de referência tradicionais das ciências sociais, utilizando formulações há muito estabelecidas e baseadas em explicações causais universais. Estas teorias tiveram, no melhor dos casos, um caráter limitado, porque elas têm

tendências a incluir generalizações redutivas ou demasiadamente simples, que se opõem não apenas à compreensão que a história como disciplina tem sobre a complexidade do processo de causação social, mas também aos compromissos feministas com análises que levem à mudança. Um exame crítico destas teorias exporá seus limites e permitirá propor uma abordagem alternativa (SCOTT, 1988, p.5).

Logo, atestam nossas defesas de que os gêneros atravessam as pessoas e são fortes dispositivos que se somam para marcar quanto se tem de feminino e masculino em cada pessoa. Estes dispositivos não dão espaços para os trânsitos entre os aspectos desses universos de ser mulher e ser homem; interditando as inscrições que transbordam dessas marcações identitárias ou, até mesmo, flutuam nas somas desses gêneros esperados.

Esses transbordamentos não estão garantidos, enquanto atributos, para as discussões de gêneros binários, pois se tem na “[...] presumida fixidez do sexo [...]” (BUTLER, 2015, p.176) o parâmetro para se estabelecer em qual gênero deve ser alocado este ou aquele corpo e quais serão as práticas sexuais permitidas, que evocam ou que são autorizadas para tais gêneros fixos.

São flutuações que são recusadas, marginalizadas, pois “[...] temos necessidade de uma rejeição do caráter fixo e permanente da oposição binária, de uma historicização e de uma desconstrução genuína dos termos da diferença sexual [...]” (SCOTT, 1988, p.21).

As dissidências, nesta prerrogativa, contrapondo-se ao **biopoder** Foucaultiano, que afirma as regulações disciplinares dos corpos, como ação de poder, enquanto dispositivos, sendo cenário de fundo para chamar atenção para o campo dos conhecimentos, focam olhares para afirmar aquilo que escapa dos controles do poder, da norma, da lei e dos contratos burgueses.

Neste sentido, as contestações pelos direitos em poder transitar pelas feminilidades e masculinidades são posicionamentos nesta tese, porque, “[...]”

devemos nos tornar mais autoconscientes da distinção entre nosso vocabulário analítico e o material que queremos analisar [...]” (SCOTT, 1988, p.21).

É se colocar como ferramenta, que se somam às demandas coletivas, atravessadas pelas experimentações singulares das travestis, sem esgotar os diálogos, nem categorizar as pessoas, pois, “[...] devemos encontrar formas (mesmo que imperfeitas) de submeter sem cessar nossas categorias à crítica e nossas análises à autocrítica.” (ibidem). Novamente em Butler, nas suas problematizações no texto *Problemas de gênero*, “[...] trata-se do sexo que não é “um”, no sentido de que é múltiplo e difuso em seus prazeres e seu modo de significação.” (BUTLER, 2015, p.181).

Escutar o colonizado sociocultural é uma ação muito importante nesta pesquisa, porque garante voz às pessoas que significam outra vida daquela esperada pelas pessoas que se acham colonizadoras dos conhecimentos.

Esse domínio que se pauta em preceitos dogmáticos, religiosos e estigmatizadores, desdobram-se várias intencionalidades e as resistências que vão eclodindo numa força contrária como, por exemplo, a entrada das mulheres e das travestis na academia, negligenciam os parâmetros heterossexistas e machistas, que sempre imperaram na contemporaneidade. Pois, para Butler,

Ampliar as leituras sobre os outros gêneros, atravessados pelas sexualidades e corporalidades, carregadas de uma filosofia moral, cultural, pode ser caminho que dissocie todos os eventos da vida humana à sexualidade que cataloga os sexos, as sexualidades, os corpos que, via discursos, inscrevem a sociedade burguesa, branca e heterossexual, de gêneros biológicos. Porque, as corporalidades e sexualidades só ganham significados pelos discursos em contextos das relações de poder/resistências, sendo também organizações históricas entre estes dois dispositivos (BUTLER, 2015, p.162).

Os códigos de inteligibilidades dos grupos não conseguem significar as pessoas, que não se enquadram a estas catalogações, podem disparar situações de exclusão e situações de discriminação. Os órgãos sexuais não estão mais entre as pernas e sim na cabeça/significação, logo, os corpos,

como os gêneros, são também inventados e as dinâmicas das relações sexo/gênero/corporalidades desenham atritos entre poder e resistências, pois, para Scott,

O gênero é uma das referências recorrentes pelas quais o poder político tem sido concebido, legitimado e criticado. Ele não apenas faz referência ao significado da oposição homem/mulher; ele também o estabelece. Para proteger o poder político, a referência deve parecer certa e fixa, fora de toda construção humana, parte da ordem natural ou divina. Desta maneira, a oposição binária e o processo social das relações de gênero tornam-se parte do próprio significado de poder; pôr em questão ou alterar qualquer de seus aspectos ameaça o sistema inteiro (SCOTT, 1988, p.33).

Os atritos nas relações são revistos no decorrer dos acontecimentos, nos corpos, nos desejos. Esses atritos são as desestabilizações dos modelos de funcionamento “padrões”, ao que excede às perspectivas dos corpos normatizados, que tem privilégios políticos socioculturais. É necessário quebrar as racionalidades humanas disciplinadas, que engessam as potências de vida, que existem e estão circulando nos cotidianos, dando vazão para “[...] os desvios dos desejos.” (BUTLER, 2015, p.182).

As disposições de muitas possibilidades de mapeamentos das pessoas ampliam os marcadores identitários, precária e performaticamente, estabelecidos para agregar os modos desejantes autorizados das existências. Essas novas possibilidades não reduzem a uma única singularidade, inclusive biológica, neste caso, exemplificado pelas pessoas travestis.

A defesa que se quer afirmar, aqui, é a não natural, não essencialista, mas expressões de gêneros que estão sempre em processo e nada têm de compromisso com a categoria de sexo universal. Pois “[...] trata-se claramente de casos em que partes componentes do sexo não perfazem a coerência ou unidade reconhecível que é normalmente designada pela categoria do sexo.” (BUTLER, 2015, p.188).

Estão em permanente guerra, porque, para Donna Haraway, “[...] num sentido crítico, político, o conceito de gênero foi articulado e progressivamente

contestado e teorizado no contexto dos movimentos de mulheres feministas pós-guerra.” (1991, p.211). Torna-se resistente, precário e subalterno, pois, “[...] no contexto do itinerário obliterado de sujeito subalterno, o caminho da diferença social é duplamente obliterado.” (SPIVAK, 2010, p.85).

Negociar essas linhas de forças, de discursos, oscilando entre os gêneros universais, rompe com as condições imprescindíveis para alargar nossos modos de significações das emergentes pessoas que transitam na sociedade, com seus gêneros híbridos e “não-natural”, inclusive, porque, “gênero é um conceito criado para contestar a naturalização da diferença sexual em múltiplas arenas de luta (HARAWAY, 1991, p.211).

O recorte neoliberal, que dispara os discursos machistas falocêntricos, que insistem em transitar nas relações de desejos, reflete uma economia capitalista para com estes desejos. Delatar um desejo desviante desmancha a inteligibilidade dos aspectos binários de gêneros, sexualidades e cria estereótipos identitários que não negociam outras significações.

Os processos de transformações humanas possibilitam fluxos de ir e vir, em tempos que não são fechados, únicos, com estruturas de modelos binárias. São processos atravessados por muitos elementos cotidianos que não dão conta de padronizar identidades fixas. Pelo contrário, para além das marcas políticas, delineamentos estéticos dos corpos que vão expressando os muitos gêneros das pessoas.

Nomadismos, para as expressões de gêneros, que rompem com as sincronizações das produções precárias das estéticas das vidas, dos corpos, das sexualidades. São novas contextualizações velozes das dinâmicas disponíveis e aceleradas, que nos levam aos estados de permanente refazer temporal, processual, pois sempre estamos combatendo, desafiando, uma estrutura sincronizada que fixa certas vias (BRAIDOTTI, 2009).

As questões que extrapolam as hegemonias classificatórias higienistas, de algumas psicologias e suas práticas, buscam colocar as pessoas em

determinadas caixinhas de segregação, que ditam quais são os parâmetros que são permitidos e os que são tabus, intocáveis, nas perspectivas das expressões dos gêneros. Pois, “uma das maneiras pelas quais o poder é ocultado e perpetuado é pelo estabelecimento de uma relação externa ou arbitrária entre o poder, concebido como repressão ou dominação (...)” (BUTLER, 2015, p. 167), que, em certas situações, podem patologizar tais estilísticas das existências, as práticas sexuais e desejanças destas pessoas que demandam, para estas sexualidades, libertações ou, o que chamou Butler, de “autoexpressão autêntica” (ibidem).

Neste sentido, o que se pode fazer para teorizar várias contestações, que emergem, cotidianamente, nos processos das relações, é exigir novas significações sobre o que se validava para os diálogos sobre as pessoas, as corporalidades, gêneros e as várias sexualidades, práticas sexuais, que atravessam e estão atravessadas pelas humanidades.

Mesmo que, muitas vezes, essas relações sejam estigmatizadas, em certas configurações corporais e das estilísticas das existências, dando manutenção aos padrões cristãos, brancos, machistas e sexistas, que há tempos perpetua poder na história da sociedade brasileira e por extensão ao mundo ocidental.

Os próprios fluxos processuais das vidas vão direcionando quais são as premissas destas contestações aos poderes heteronormativos instituídos. As resistências e artifícios usados para fazer valer o direito íntegro das vidas, das que escapam dos modelos binários essencialistas, com suas necessidades, desejos, erotismos, prazeres e nomadismos dos corpos e gêneros, a priori, são posicionados como subalternos.

Os embates de forças nas relações humanas, nas instituições históricas da sociedade (escola, família, religião, medicina e psicologia), criticizam os determinismos, via discursos, as linhas de subjetivações, que até, então, engessavam os modos operantes de pensar e de produzir conhecimentos mais

preocupados nas garantias dos direitos básicos e sexuais das pessoas, que extrapolam os direitos universais.

Tais direitos, que capturam outras intensidades das vidas, das corporalidades, dos gêneros, são revisitados e problematizados, no sentido de atravessar os pecados, as culpas higienistas, que foram se estabelecendo como aceitável ou não para as estéticas e prazeres das vidas, dos sexos. Mesmo porque “a categoria do sexo pertence a um sistema de heterossexualidade compulsória que claramente opera através de um sistema de reprodução sexual compulsória” (BUTLER, 2015, p.192).

Da mesma forma, em Haraway, problematizar estes sistemas compulsórios contrapondo “a recusa em tornar-se ou permanecer homem ou mulher marcada/o pelo gênero é, então, uma insistência eminentemente política em sair do pesadelo da muito-real narrativa imaginária de sexo e raça” (HARAWAY, 1991, p.246).

São novos rumos que efetivam outras manifestações de vidas tão válidas quanto as já garantidas na história do movimento organizado das travestis brasileiras. São nômades estéticas que circulam nos corpos fluidos, flutuantes, desejantes, e transbordam aos parâmetros totalizantes, prontos, fixos. Desta maneira, defender gêneros nômades, sem estabelecer elos obrigatórios, nestes dispositivos de controle, torna-se importantíssimo para a manutenção da vida, mas não é tarefa fácil.

Os conhecimentos (discursos) que circulam na formação das pessoas, para além dos sistemas lógicos e estruturais da cognição, acabam por potencializar as categorias moduláveis de espaços, tempos, corpos e formação das travestis.

Neste sentido, ao apresentar outras possibilidades de gêneros, reforçamos nosso posicionamento político em dar visibilidade aos processos de subjetivação singularizadores, que atravessam as pessoas, problematizando os aspectos naturais e psicossociais fixos. Pois, para Deleuze (2001), os olhares e

deslocamentos mais profundos nas observações das linhas de enunciação (dos discursos) potencializam as problematizações que conectam, ampliam, as extensões das experimentações estéticas, dos prazeres, somando ainda as práticas sexuais e desejos.

As experiências que fundamentam ou balizam os padrões cunhados, discursivamente, em reconhecer o caótico, como componente das relações e expressões humanas, demandam posturas mais amplas e despidas das limitações acerca dos próprios conceitos de formação das pessoas, dos planos de intensidades desta formação, nas relações.

Estes dispositivos afetam todo o plano dos contextos e construção dos conhecimentos. Esses processos dicotômicos, que se valem dos empirismos relacionais, muito mais calcados nas realidades constatadas pelo e como a outra pessoa significa do que é significada e, neste sentido, sexo e gênero se complementam, não sendo dependentes um ao outro. E, para Butler,

A tarefa de distinguir sexo de gênero torna-se difícil uma vez que compreendamos que os significados como marca de gênero estruturam a hipótese e o raciocínio das pesquisas biomédicas que buscam estabelecer o “sexo” para nós como se fosse anterior aos significados culturais que adquire. A tarefa torna-se certamente ainda mais complicada quando entendemos que a linguagem da biologia participa de outras linguagens, reproduzindo essa sedimentação cultural nos objetos que se propõe a descobrir e descrever de maneira neutra (BUTLER, 2015, p.190).

Problematizar essas diferenciações, discursos patologizantes e biologizantes, traz consigo as afirmações dos nomadismos possíveis, dos hibridismos nos corpos, que relacionam esses hibridismos aos processos de conhecimentos. É proporcionar autonomia para garantia de direitos amplos, que preconizam as demandas de grupos tidos como caóticos, subalternos e marginais.

Afetar as significações, em perspectivas democráticas, necessita ir para além das universalizações biologizantes e adentrar em planos que partem de corpos biológicos, que estão em contínuos processos de ressignificações.

Enviesados pelas relações nas diferenças, não potencializam igualitarismos radicais, que corroborem com as experimentações de situações para algumas perspectivas reguladoras, mas distinções possíveis de existir.

Os conhecimentos das ciências biológicas têm sua validade se dialogados com outras ciências, na perspectiva de não dar manutenção às estruturas rígidas com elementos naturais como disparadores para o desenho das pessoas, por exemplo. Os acoplamentos estruturantes não são fixos e muito menos biologizantes de maneira negativada, mas dando suporte para problematizarmos quais são as composições dos gêneros, os atravessamentos que estes sofrem no processo de formação e transformação constantes, marcados pela escolha de modos de vidas.

Os discursos, neste sentido, obtêm potências nas determinações de qual é e como deve ser este corpo, pois são corpos construídos nas relações e nos conhecimentos que se tem destas corporalidades. Os significados perdem terreno para as interações e ações nas produções estilísticas e imagéticas das pessoas, logo, no sistema gênero/sexo/corpo.

Os eventos que inscrevem estes três dispositivos demandam reorganizações nas produções sobre estas prerrogativas discursivas unívocas, pois “[...] os rearranjos estruturais ligados às relações da ciência e da tecnologia apresentam uma forte ambivalência [...]” (HARAWAY, 2000, p.89).

As ciências e as produções dos conhecimentos se entrecruzam nos cotidianos e as relações dos gêneros estão inseridas nas dinâmicas corporais e sexuais, contestando aspectos biológicos fixos universais. São gêneros nômades por trazerem os hibridismos, ou **ciborgues**, para Donna Haraway, mas que, aqui, somam-se, para além do sistema das tecnologias dos corpos das mulheres, em sistemas de processualidades e subjetivações que não têm no polo binário biológico suas únicas contestações. É nômade porque “[...] é um processo criativo.” (BRAIDOTTI, 2009, p.202).

Da mesma maneira que são produzidos gêneros que se desenham nas variadas expressões, neste caso, pinçado das estilísticas que foram historicamente excluídas das inteligibilidades das vidas: as travestis; cada vez mais visibilizadas nas emergências subalternas em ser feliz e em marcar problematizações sobre os gêneros, que ampliam as noções de fixidez e que levam sempre à noção de “[...] representação binária do gênero.” (SCOTT, 1995, p.87).

Os rituais e **papéis** pré-determinados, já no nascimento das pessoas, ditam quais são as possibilidades que são legítimas para as expressões e sexualidades, abnegando qualquer outra possibilidade nestas outras expressões e estilísticas de vidas. Os gêneros, que borram essas legitimações, que buscam romper com a supremacia biologizantes, ficam à mercê de violências e discriminações em todas as esferas dos cotidianos.

Não é possível marcar as discussões sobre as expressões de gêneros sem somar outras linhas de subjetivação e os marcadores sociais de estigma, que podem produzir as exclusões de quem resiste e privilégios para certos grupos dominantes. Logo, as classificações das sexualidades são resultantes deste jogo de poderes e, para as travestis, as relações sexo/trabalho sexual com o corpo se torna algo real e presente em toda história.

Desta maneira, os nomadismos convidados para estas afirmações, marcam produções de gêneros que demandam novas produções discursivas e posicionamentos psicossociais éticos, pois,

[...] o sujeito nômade é um mito, ou ficção política, que me permite pensar sobre o mover-me através de categorias estabelecidas e níveis de experiência. Implícita na escolha desta figuração é a crença na potência e relevância da imaginação, da construção de mitos como um meio de sair da crise política e intelectual destes tempos pós-modernos (BRAIDOTTI, 2002, p. 10)

São posicionamentos de vidas que, para além das viagens geográficas e planos de fuga das realidades, subvertem as convenções e contradizem as

parametrizações contemporâneas que a sociedade vigente tenta capturar. O nomadismo permite renunciar os gêneros apresentados em todas as etapas da vida, desconstruindo qualquer senso de identidade fixa e defendida pelas coerências reducionistas, ou mesmo, “[...] o nômade é semelhante ao que chamou Foucault de contra-memória, é uma forma de resistir à assimilação ou homologação dentro das formas dominantes de representar a si próprio.” (BRAIDOTTI, 2002, p.10).

Mapear as travestilidades, enquanto produções de gêneros nômades, ultrapassa e desconstrói os machismos falocêntricos, que sempre ditaram as regras e normas, inclusive das consciências, dando vazão a novas configurações precárias e subalternas de vidas, que se posicionam contrárias aos aprisionamentos do falo ao gênero, porque, as travestis são pessoas que se apresentam numa perspectiva de gênero feminina, mas não de mulher, porém jamais homens.

O mais desestabilizador, para tais padrões machistas falocêntricos, é que essas pessoas se mantêm na feminilidade e, na maioria das vezes, com seus pênis, funcionais, diga-se de passagem. Elas aprendem desde a juventude que, para sobrevivência, o uso exacerbado de suas corporalidades para o sexo que sempre lhe foi imposta na história, utilizam destas rupturas com os binarismos como modos de resistências e manutenção de suas vidas.

São pessoas nômades ao trazerem e resistirem às dominações masculinas, não as negando, mas as aproveitando/resignificando. As travestis se apoderam de tal gênero justamente para garantir seus processos de subjetivação, pois garantir esta flexibilidade, para Braidotti,

En consecuencia, reconcebir las raíces corpóreas de la subjetividad es el punto de partida para iniciar un proyecto epistemológico del nomadismo. El cuerpo, o la corporización del sujeto, no debe entenderse ni como una categoría biológica ni como una categoría sociológica, sino más bien como un punto de superposición entre lo físico, lo simbólico y lo sociológico (2000, p. 29-30).

São somatórias processuais destes e vários outros elementos que toma a conceituação de ponto de partida sobre o que é estar nômade, agregando, para o gênero da travesti, no qual defendemos, possibilidades nunca fechadas e acabadas, mesmo porque, o nomadismo “[...] marca um conjunto de transformações, sem produto final” (BRAIDOTTI, 2002, p.14).

Neste sentido, muitas travestis rompem com certos aspectos dogmáticos e falocêntricos, que procuram dominar as atividades do pensamento e fazem valer sua liberdade de posição fluída entre os universos femininos e masculinos, sem repugnar sua genitália, mas impondo a manutenção das feminilidades, ao se apresentarem sempre no gênero feminino, com suas belezas estéticas, arranjos corporais e práticas nada ortodoxas de relações sexuais.

Estas expressões nômade travestis se distendem na clave psicológica, ampliando qualquer posicionamento fixo entre os dispositivos femininos ou masculinos, pois possibilitam **posições diversas**, que transitam, com saúde mental e integral, nas subjetivações e devires de modo muito particular. Para Hélio Silva, elas fazem estes trânsitos “[...] sempre a deixar escapar a teia na qual trafeguem essas aranhas enigmáticas, porque estranhas, mas também porque capazes de surpreendentes rendilhados” (SILVA, H.,1993, p.142).

Suas vidas nômade, compostas pelas precariedades e subalternidade, apresentam modos de existências “[...] que escapam das redes de saber-poder [embaralham as premissas essencialistas e] causam mal-estar insuportável para os aficionados em identidades cristalizadas” (PERES, 2015, p.30). Ou ainda, para Marlene Wayar, descontentamento nestes aficionados, porque eles “[...] creen que pueden arrebatat nuestros cuerpos como botín de guerra y llevárselos ocultos entre las ropas para venerarlos a oscuras [...]” (2005, p.68).

Estes processos todos disparam contrassensos identitários, justamente, por não fixarem ou colocarem limites para essas produções precárias de vidas. Ao se apoderarem de tais expressões de gêneros, as travestis borram qualquer aprisionamento heteronormativo e escapam, ou buscam escapar, dos estigmas

e estereótipos sempre alocados ao gênero feminino, como delicadeza, passividade e subordinação. São muitas linhas que vão atravessando estas expressões de vidas, que são marcadas pelas flutuações nunca acabadas, pois,

La identidad del nômade es un mapa de los lugares en los cuales él/ella ya há estado; siempre puede reconstruirlos a posterior, como una serie de passos de un itinerário. Pero no hay un triunfante cogito supervisando la contingencia del yo; el nômade representa la diversidad movible; la identidad del nômade es un inventario de huellas (BRAIDOTTI, 2000, p.45).

Desta maneira, as expressões nômade das travestis se apresentam mais livres de tais capturas finalizadas e dão outras possibilidades para ampliarmos os universos de referências sobre o gênero feminino, que têm uma nova roupagem estética e posicionamentos de vidas (somados às práticas sexuais mais democráticas), que podem ir além dos padrões esperados, visto que, suas precariedades permitem tais transgressões.

Para as pessoas nômade, de acordo com Braidotti, “[...] la consciência es una forma política a las visiones hegemónicas y excluyentes de la subjetividad” e, ainda, “la consciência nômade es también una posición epistemológica.” (BRAIDOTTI, 2000, p.59).

São pessoas que resistem aos aprisionamentos e vão abrindo caminhos para que suas vontades, desejos e estilísticas de vida sejam respeitadas como são. Elas vão nos mostrando as pistas de que a contemporaneidade vem dando respaldo para todos os modos de vidas e, por mais que criem barreiras e estratégias para anular tais expressões, suas vontades em viver recriam outras para darem respostas a tais poderes, porque, agora, falam em nome próprio (des-subalternos) e assumem seus posicionamentos de contestação por seus gêneros nômade (em vidas precárias).

Estes posicionamentos de vidas nômade reforçam as necessidades de garantirmos toda manifestação de contestação aos poderes dominantes.

Tornam-se dispositivos de resistências que podem garantir as potências de vidas.

As novas alternativas, diferentes dos padrões, nos permitem pensar nas independências das sexualidades, das práticas sexuais, contra qualquer opressão (BRAIDOTTI, 2000) nas corporalidades e expressões de vida, pois, é nos corpos que estes gêneros podem estar subjetivados e “[...] el cuerpo no es algo dado biologicamente, sino que es un campo de inscripción de códigos sociosimbólicos: representa la materialidad radical del sujeto” (2000, p.120).

Estas expressões de gêneros nômades disparam sexualidades dissidentes e corporalidades vibráteis, que têm toda lógica, ou ilógica, para com suas estilísticas de vidas, e são novas nuances, que atravessam estas defesas de vidas, que ecoam vozes pelas vidas travestis e seus desdobramentos.

2.2 PRÁTICAS E SEXUALIDADES DISSIDENTES

Ampliar os diálogos sobre as expressões de gêneros lança necessidades de explorar esta outra discussão conceitual, que atravessa as práticas corporais, os posicionamentos psicossociais e políticos nas pessoas: as sexualidades. Potencializar os desejos dos corpos, que estão impregnados pelas perspectivas dos gêneros, é trazer à tona as variadas nuances das sexualidades e suas práticas sexuais que vem configurando os cenários atuais.

Neste sentido, ao trazer as sexualidades e práticas sexuais, nos posicionamos em perspectivas éticas/estéticas/políticas que apresentem esses dispositivos, com seus processos de subjetivações, de modo singular e com

experimentações que potencializem as vidas e não as mortes das sexualidades. Tais escolhas se dão porque, de acordo com as nossas vivências afetivas, políticas e científicas com esta população, com as relações que temos com estas pessoas e uma destas, (a pesquisadora), sendo travesti, tais afirmativas são relevantes e atestadas pelas participantes desta tese.

Sobremaneira, há, na sociedade brasileira, travestis que ainda se escondem atrás de figuras dadas politicamente como **hetero-corretas** e apresentam barreiras em se reconhecer, em se formar plenamente, frente as suas demandas de singularidades. Trata-se de ambiguidades no enfrentamento pela luta por estéticas travestis pelo mundo e suas posições políticas no Brasil.

São negações em explorar seus corpos reais, seus anus (cus), suas **necas** (pênis) e ter prazer nisso. Negam-se em se apropriar da construção de identidades políticas e de performatividades de gêneros que realmente lhes cabem, pois precisam de liberdade para exercitar seus direitos fundamentais à singularidade, de criar novas corporalidades e com isso novas relações com o mundo, com as pessoas em seu entorno e consigo mesmas. Podem-se dar, as negações e sofrimentos, pelos discursos potentes e dominantes nos circuitos que abrangem as sexualidades e as práticas sexuais dessas pessoas.

Sexualidades, aqui, significadas a partir da trilogia de Michel Foucault (2005, 1985, 1984) e seus vários desdobramentos em outras produções sobre as sexualidades, bem como, outras teóricas e teóricos, que avançam e, muitas vezes, problematizam tais posicionamentos sobre o tema. Refiro-me aos escritos de Paul Beatriz Preciado, Judith Butler, Rosi Braidotti e Thomas Laqueur, entre outras e outros, que somam e acrescentam nas premissas que buscamos discorrer.

Tomamos, também, as discussões acerca das sexualidades travestis atravessadas por outros marcadores sociais e de estigmas, fortemente usados para garantir poderes sobre as corporalidades que depositam, nos limites dos desejos, ao que se estabelece enquanto aceitável ou não.

Há tempos na história, esses desejos e essas corporalidades somam-se às prerrogativas ético/estético/políticas de inclusão ou exclusão, e, ainda, para Foucault, “[...] o sexo tornou-se o alvo central de um poder que se organiza em torno da gestão da vida, mais do que da ameaça da morte.” (1988, p.160).

Os valores que são apresentados (impostos) pelas vias das sexualidades (dos gêneros) regulam os limites dos corpos e ditam quais podem e não podem existir (viver) anunciando a morte para as práticas de sexualidades que não estão de acordo ao biológico, anatômico, reprodutivos e concebidos como natural. Pois, as sexualidades são disputas políticas. São os aspectos que, de acordo com Jeffrey Weeks (1998), equilibram as forças políticas que intervêm moralmente na vida e nas práticas sexuais das pessoas.

Desta feita, as sexualidades que escapam dessas regras normativas, cabem às resistências ou aceitação de morte de suas potências. A catalogação tenta anular outros desejos e posicionamentos desejantes, regulando as biologias, a procriação, como status dominantes.

Para as sexualidades travestis, as marcações de passividade e de feminilidade ganham muito mais potência e o falo, até então invisível a tais feminilidades, perde espaço para o próprio anus (cú), mesmo este espaço do corpo não apresentando conotação sexual, a priori.

O uso, sempre demandado destas práticas sexuais nos universos trans, marcam a perversidade que é imposta para este grupo de pessoas ao terem como uma das únicas possibilidades de existência e vida o universo do mercado sexual, logo, tendo um cú na cara e um pênis sociocultural marcado pela retaliação por serem figuras do gênero feminino.

As sexualidades, nesse viés, dissidentes, travestis, que resistem, subvertem, que estão para os gêneros, como os gêneros para as sexualidades, reafirmam que são nos corpos que todos os eventos da vida transitam e posicionam quais são as intencionalidades políticas que se quer para essas sexualidades.

Essas dissidências sexuais estão atravessando, constantemente, em corporalidades e práticas sexuais desejantes, que contemplam suas necessidades, desejos não binários e ditos como naturais. As sexualidades e práticas sexuais dissidentes, defendidas, aqui, são “[...] el producto de múltiples influencias e intervenciones sociales. No existe fuera de la historia, sino que es un producto histórico.” (WEEKS, 1998, p.36).

As intencionalidades, que atuam sobre as práticas sexuais e as sexualidades, funcionam como controladores sociais. Trazem nos dispositivos heterossexuais e nas práticas dos sexos dominantes, reprodutoras, machistas, os poderes sobre outras possibilidades sexuais, que não coadunam com a reclusão de seus desejos, pois,

O sexo, como órgão e prática, não é nem lugar biológico preciso nem uma pulsão natural. O sexo é uma tecnologia de dominação heterossocial que reduz o corpo a zonas erógenas em função de uma distribuição assimétrica de poder entre os gêneros (feminino/masculino) fazendo coincidir certos afectos com determinados órgãos, certas sensações com determinadas reações anatômicas (PRECIADO, 2014, p.25)

Esses ordenamentos políticos, inicialmente, dão poder para certos grupos, como os heterossexuais homens, brancos, de classe média, cristãos, reprodutores, que se acham autorizados a discriminar, violentar e excluir todas as pessoas que defiram de seus modelos binarizados.

Com isso, vão mapeando os rumos das sociedades; referendando que tipo de comportamento se quer; daquilo que é aceitável ou não, que é melhor e pior, limpo e sujo, normal e anormal. As feminilidades, neste sentido, ganham atributos de inferioridade e são emblematicamente postas em certos **papéis de gêneros** que marcam as pessoas (LAQUEUR, 2001).

Coloca-se para algumas pessoas, como as travestis, uma marca ou uma carga estereotipada, via discursos e práticas moralistas de poder, que estigmatizam seus corpos, suas práticas sexuais e suas expressões de gêneros, principalmente por estarem ligadas supostamente ao sexo anal e às

experimentações sexuais, aproximando-se daquilo que Michel Foucault (1985) define como sendo **biopoder** e/ou uma ampliação das críticas a biologia que, em Laqueur, “[...] é tão contida pelas normas culturais quanto a cultura se baseia na biologia.” (2001, p.177).

O **biopoder** significado a partir das produções de Michel Foucault que denunciam, na Europa, há mais de quarenta anos, as políticas de dominação e docilização das corporalidades, das sexualidades, das práticas sexuais e dos desejos, tem o conceito com o seguinte discurso:

[...] essa série de fenômenos que me parece bastante importante, a saber, o conjunto dos mecanismos pelos quais aquilo que, na espécie humana, constitui suas características biológicas fundamentais vai poder entrar numa política, numa estratégia política, numa estratégia geral de poder. Em outras palavras, como a sociedade, as sociedades ocidentais modernas, a partir do século XVIII, voltaram a levar em conta o fato biológico fundamental de que o ser humano constitui uma espécie humana. É em linhas gerais o que chamo, o que chamei, para lhe dar um nome, de biopoder. (FOUCAULT, 2008, p. 3)

Ou seja, estas novas frentes de realizações dos desejos, de explorações dos corpos e das corporalidades, historicamente, vem atreladas aos pecados cristãos, aos higienismos e aos modelos dominantes de culturas patriarcais. Modelos que sempre hostilizaram certas geografias corporais, marcando o mal e o bem, correto e errado, bom e ruim, próprio e impróprio, via discursos.

Foucault, assertivamente, afirma que “[...] ainda se está longe de uma experiência dos prazeres sexuais em que, estes, serão associados ao mal [...]” (FOUCAULT, 1985, p.72). Como algo pejorativo e fortemente rotulados como a força contrária dos padrões culturais da sociedade, o que se quer estabelecer, e que somos, a todo tempo, levadas e levados para acreditar é que “[...] o comportamento deverá se submeter à forma universal da lei e em que a decifração do desejo será uma condição indispensável para aceder a uma existência purificada” (ibidem).

Logo, as definições fechadas sobre as supostas sexualidades, mesmo que políticas, não dão conta das pluralidades humanas e de como são vastas as possibilidades. Para além das conceituações que pregam para cada termo e situação da vida, inclusive nos espaços e diálogos científicos, acadêmicos e de contestações para políticas públicas, não dão conta de todas as diversidades humanas. Mesmo porque “[...] dois sexos incomensuráveis são resultados de práticas discursivas, mas só tornam possíveis dentro de realidades sociais às quais essas práticas dão sentido.” (LAQUEUR, 2001, p244). Para Jeffrey Weeks,

Sin embargo, la utilidad de abandonar el modelo repressivo, en su forma más cruda, es que nos lleva hacia un intento de comprensión de los mecanismos de poder reales que funcionan en cada época determinada. El poder ya no aparece como una entidad singular mantenida o controlada por un grupo específico, el Estado o la clase dominante (1998, p.42).

Longe destas intenções, mesmo precisando de conceitos sobre alguns termos que buscamos utilizar, neste texto, definimos como sexualidades dissidentes algo sempre *in itinere*, inacabada e com possíveis equívocos, pois mesmo uma destas que vos fala se afirmar travesti, trazendo outras vozes travestis sobre o tema, outras sexualidades são possíveis e legítimas.

Optamos por dizer que acreditamos ser uma das variadas possibilidades de entrelaçar elementos, os mais democráticos e livres, no que tange as suas sexualidades, usos de seus corpos e práticas das sexualidades; trazendo para os cenários das ideias, perspectivas que nos parecem mais agradáveis, aquelas na qual acreditamos ao assumi-las, ou por pertencimento das mesmas, por apropriação de algumas práticas desejantes e sexuais que são fluídas, subjetivas e marginais.

São sexualidades em relação com as corporalidades, desejos, discursos, linguagens e práticas sexuais que estão para além das premissas dominantes heterossexuais e machistas, que escapam dos estigmas discriminatórios, de morte, de ordem e de exclusão, pois, (...) “a fuga não é a

morte, é evidente que as variáveis entram então em um novo estado, que é o da variação contínua” (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p.56).

As variantes das relações e dos movimentos constantes e nunca fixos também se dão pelos discursos, que estão formulando e reformulando-se, quebrando qualquer hegemonia, nas perspectivas de rótulos das sexualidades dissidentes. E ainda, seguindo este mapeamento conceitual sobre as travestis, para Peres (2015):

[...] podemos perceber que o biopoder, através do imperialismo das leis e das normas, organiza, controla e distribui os corpos, estabelecendo as práticas sexuais permitidas e as proibidas, transformando todos os corpos em reprodutivos, dóceis e ascéticos, capturando, julgando e punindo todas as ações que sejam contrárias ao modelo dado da procriação (Peres, 2015, p. 21).

Apresentamos essas dissidências como processos subjetivos de se socializar, de pôr em prática seus desejos, ou seja, apropriação de novas atitudes, comportamentos biológicos, sociais, culturais e expectativas que a sociedade associa ao que é ser homem ou ser mulher. Nesse caso, da apropriação pelos aspectos do mundo feminino, que extrapolam qualquer rótulo, expectativa e fixidez identitárias.

Sobremaneira, como são ensinados, aprendidos e significados, de acordo com os padrões socialmente apresentados às pessoas, é o resultado de todo o bojo de experimentações possíveis e flutuantes (nômades), nos padrões pré-estabelecidos para os jogos das sexualidades, das corporalidades e das práticas sexuais, que não corroboram com os limites, não se sentem contempladas com regras sexuais. Para as travestis, em diálogos, novamente, com Deleuze e Guattari,

A passagem ao limite revela-se agora como a transformação incorpórea, que não cessa entretanto de ser atribuída aos corpos: a única maneira não de suprimir a morte, mas de reduzi-la ou de fazer dela mesma uma variação. A linguagem é impelida por esse movimento que a faz se estender para além de seus próprios limites, ao mesmo tempo que os corpos são tomados no movimento da metamorfose de seu conteúdo, ou

na exaustão que os faz alcançar ou ultrapassar o limite de suas figuras (1995, p.56).

Contextualizar, então, as práticas sexuais, os corpos, como matriz das sexualidades, em consequência os “anus” (cus), associados aos contextos históricos machistas, é fator fundante para pensar nos processos de interação nas novas configurações de pessoas e novos processos de subjetivação das práticas sexuais. Assim, a reprodução binária da pessoa penetrável (mulher) e impenetrável (homem) são rótulos fortemente destituídos nesses contextos (SAEZ; CARRASCOZA, 2012).

Ao penetrar o cu o homem marca sua virilidade e garante a passividade da mulher ou de qualquer que seja a pessoa penetrada, a alocando num espaço de desvantagem, rejeição, ausência de honra.

A pessoa travesti, nas premissas machistas, é sujeita anal, sempre penetrada, ou no mínimo marcada por um cu com menor poder, que nem sempre é penetrado, mas que já perpetua fatores e elementos inerentes ao espaço do feminino, a deixando em desvantagem na maioria das vezes, mesmo sendo possuidora de um pênis e fazendo uso do mesmo, penetrando inclusive.

É uma das nossas defesas, neste momento, de que as travestis trazem o **cu** fora de seu espaço corporal natural: elas trazem o **cu** na cara, logo, através de práticas sexuais e sexualidades dissidentes.

Estas pessoas tem em seus corpos elementos psicossociais, culturais e imaginárias que marcam, de modo estigmatizado, a impossibilidade de suas existências, visto que, são figuras femininas que possuem pênis e que não negam suas genitálias. Deste modo, as negações que elas enfrentam por esta posição disparam reações da sociedade, na grande maioria das vezes, de as alocarem em lugares de doença, perversão e aberrações.

As travestis possuem um dos elementos mais fortes do universo dos homens: o pênis, porém, abrem mão, recusam-se em serem reconhecidas

nesse lugar. Mesmo porque, em grande número, as travestis tem assumido sua posição feminista.

Observam-se marcadas, então, as desviantes (dissidências) sexuais frente aos modos estereotipados, rechaçados, de tais práticas sexuais (também anais) e novas possibilidades das sexualidades, que já nascem sob fortes presenças de rejeições e estigmas. O viril, o dominante, o macho, o adequado (homem) tem seu cu impenetrável, portanto um corpo superior às corporalidades e sexualidades travestis.

São dissidências sexuais, no mínimo excitantes, pois, como já escrevera sobre as sexualidades travestis noutra época histórica, Hélio Silva (1996) apontou, tais práticas são contrapostas aos papéis binários e é esta reversão, que dispara as construções das identidades, que nomeamos de políticas, que “[...] não é mecânica e nem tampouco exata, é uma mistura de único, de desejos particularmente criados e refratados do social, e de conjunto, pois é complemento da estrutura.” (AGGLETON; PARKER, 2001 , p.109).

Tais fatores determinantes e variáveis, dessas construções postas de poder impõem determinadas práticas, com todo seu bojo de subjetivação, em detrimentos de outras. As trocas de poderes (mesmo as resistências) sociais pressupõem necessidades de reorientação/ressignificação dos aspectos de reconhecimento dessas pessoas, que resultem novas conceituações sobre as sexualidades e práticas sexuais, que estão nos espaços e na história da humanidade há muito tempo.

Desta maneira, as dissidências sexuais travestis transpõem vários elementos que se constroem biologicamente, politicamente, socialmente e culturalmente. Não apenas nas conceituações básicas de cada ciência posta, mas de processualidades singulares ao que corroboramos, nós, travestis, pesquisadoras e pesquisadores, comprometidas em contemplar diálogos com essas atrizes e atores, com posicionamentos éticos, frente às demandas dos movimentos sociais organizados.

São singularidades fluidas, móveis, constantes; de universos imagéticos que pluralizam possibilidade de ser e fazer. Significamos essas pessoas com atravessamentos tão concretos que se tornam abstratos para a mera visão inicial das outras pessoas, que estão a sua volta, que seguem aos padrões homogêneos, totalizados das identidades dos gêneros sociais fixos e práticas sexuais reprodutivas. Ou mesmo, o que chamou Monique Wittig (apud PRECIADO, 2014, p.26) de “[...] conjunto arbitrário de regulações inscritas nos corpos que asseguram a exploração material de um sexo sobre o outro”.

São sexualidades não capturadas, em muitas das vezes, que desmancham os esperados para os corpos rígidos, heteronormativ@s. São possíveis práticas e usos dos corpos que apresentam fenômenos de poder e resistência nada convencionais. Ao contrário, “[...] o fenômeno não é simples porque passa por um contínuo processo de ações e relações que exigem um considerável grau de esforço e persistência, onde as minúcias são dignas de maior atenção.” (SILVA, H., 1996, p.109).

O mundo das significações e subjetivações, apenas nas perspectivas das feminilidades, pode ser ampliado quando trazemos ao cenário as travestis, que extrapolam ao falo, aos usos e reconhecimentos dos corpos, e das proporções que os gêneros poderiam evocar.

Deixa de ser apenas uma política sexual (WEEKS, 1989) para ampliar-se em perspectivas que garantam direitos sexuais e variadas sexualidades, ou ainda, para reorganizar as expressões das sujeitas que vão desenhando a nova sociedade contemporânea.

Para além dos conceitos já utilizados, aqui, preferimos considerar as características mais fluidas das manifestações e das práticas das sexualidades, recusando a manutenção da clausura dos corpos, das corporalidades, das sexualidades e das manifestações humanas. Preferimos delinear as marcas de poder da heterossexualidade masculina e o cu colocado como espaço (por mais que desejado, intrigante e elemento feminino), como processos de exclusão e de violências humanas contra os corpos.

Neste sentido, Guacira Lopes Louro contribui para reagirmos a estas exclusões dos corpos e dos novos gêneros nos apresentando às desconstruções do construído, ao desmanche das binaridades heteronormativas:

Seja para defender a integração dos/as homossexuais ou para reivindicar uma espécie ou uma comunidade em separado; seja para considerar a sexualidade como originariamente 'natural' ou para considerá-la como socialmente construída, esses discursos não escapam da referência à heterossexualidade como norma. Esse posicionamento parece insuficiente, uma vez que não abala, de fato, o regime vigente. A afirmação da identidade implica sempre a demarcação e a negação do seu oposto, que é constituído como sua diferença. Esse 'outro' permanece, contudo, indispensável. A identidade negada é constitutiva do sujeito, fornece-lhe o limite e a coerência e, ao mesmo tempo, assombra-o com a instabilidade (LOURO, 2001, p.47).

Esse desmanche se apresenta para rearranjar o que a história vem perpetuando como normal, como aceitável, para o anus (cú), para os usos do “falo”, para as estéticas dos corpos, trazendo, agora, para o campo dos estudos sobre as travestilidades, pois, na prática, sempre existiram.

Isso significa que seus prazeres e possibilidades podem ser explorados em diversas dimensões. Ou ainda, afirmar que este movimento todo, de defesa de outras sexualidades, é marca resultante de posicionamentos feministas pós-estruturalistas, visto que, reafirmam as potências possíveis e inimagináveis que um corpo pode transformar-se e readequar-se, ou mesmo, readaptar-se a tais situações das necessidades humanas, sendo sempre aspectos dos desejos de contestação.

Essas pessoas, que vivem e se afirmam transitar nos aspectos das feminilidades, mas com seus pênis, usando-os inclusive, rompem com os marcadores sexuais binários e dão vazão a processos desejantes que muitas pessoas, inclusive homens heterossexuais, tentam negar socialmente, mas que colocam em prática em certos momentos da vida. Para as travestis, ter esse pênis, marcadas pelo **cu na cara**, por sua insistência em representar o feminino, é trazer este estigma que as dissidências marcam, pois,

“Ser” o Falo ou “ter” o falo denotam posições sexuais divergentes, ou não-posições (na verdade, posições impossíveis), no interior da linguagem. “Ser” o falo é ser o “significante” do desejo do Outro e apresentar-se como esse significante. Em outras palavras, é ser o objeto, o outro de um desejo masculino (heterossexualizado), mas também é representar ou refletir esse desejo. (BUTLER, 2010, p.74).

São dissidências femininas que transpõem as práticas e desejos para as lutas pela manutenção da vida, suas práticas desejanter e sexuais, muitas vezes, significadas como políticas de defesa pelas diferenças, que recusa os estigmas e, ainda, para Rosi Braidotti, “[...] em vez de separar da afirmação da diferença a luta pela igualdade, vejo-as como complementares e parte de uma história contínua [...]” (1997, p.126). Logo, são resistências feministas que agregam na luta pelas suas sexualidades e práticas sexuais outros elementos, como o uso dos corpos, pois,

[...] o movimento feminista é o espaço onde a diferença sexual se torna operacional por intermédio da estratégia de lutar pela igualdade dos sexos numa ordem cultural e econômica dominada pelo vínculo masculino homosocial. O que está em jogo é a definição da mulher como um outro que não seja um homem (BRAIDOTTI, 1997, p.126).

Logo, as travestis falam de lugares muitas vezes não enxergados e em/nas práticas das sexualidades que não são visibilizadas politicamente. As histórias singulares se tornam muito particulares e os desejos de cada processo dos corpos, de composições identitárias políticas coletivas, intercalam-se aos padrões psicossocialmente significados às sexualidades viáveis, em certos padrões sociais, coexistentes em relação às epistemes das vidas travestis, suas composições estéticas singulares, seus anus, seus falos.

Os espaços socioculturais e formativos representam uma amostra do universo da comunidade onde essas pessoas se inserem e barganham acessos aos saberes, poderes e prazeres. Dessa forma, os discursos institucionalizados não transmitem apenas, eles reforçam valores, saberes e afirmações que muitas vezes constroem ou destroem certas maneiras de viver.

Esses discursos são, de acordo com Félix Guattari (1996, p.5), “[...] uma maneira de separar atividades semióticas (atividade de orientação do mundo social e cósmico) em esferas às quais os homens são remetidos.”.

As potências destes aspectos semióticos, com as mais variadas intenções de poder, podem incluir ou excluir algumas pessoas da sociedade. Para Guattari (ibidem), “[...] tais atividades, assim isoladas, são padronizadas, instituídas potencial ou realmente e capitalizadas para o modo de semiotização dominante – ou seja, simplesmente cortadas de suas realidades.”.

Esses sistemas discursivos, de significação social e suas práticas, fazem com que essas pessoas acabem por ficar à mercê de uma estrutura psicossocial, política e cultural que não contempla suas necessidades e adversidades, estabelecendo conflitos internos e externos sobre suas construções de gêneros, suas identidades políticas coletivas, suas possíveis práticas sexuais, suas corporalidades e seus lugares na sociedade.

Esses conflitos gerados pela emergência de visibilidade das pessoas travestis podem ser positivados enquanto dispositivos de resistências às normas de sexo e de gêneros.

Ao mesmo tempo que inauguram a necessidade de ampliação de teorias e metodologias arcaicas e descontextualizadas por terem sido construídas/inventadas em outros tempos sócio históricos. As travestis trazem oportunidades para as pessoas e a própria academia reverem seus conceitos e se conectar com as reivindicações de direitos das novas atrizes que ganham visibilidade em sexualidades dissidentes, advindas das lutas dos coletivos organizados.

Esse sistema sexo/gênero, acrescidos do sistema de corporalidades, defendidos nesta tese, como dispositivos de controles e resistências, nos aspectos do que escapa das normas, que são impostas por certos discursos, pois “[...] o sistema sexo/gênero é um sistema de escritura [...]” (PRECIADO, 2014, p.26).

As travestis anunciam novas estilísticas da existência e novas configurações de como ser/expressar os modos de ser transitando entre ser mulher, ser homem, ser heterossexual, ser homossexual, pois, para além dos sexos e dos gêneros, estamos falando de pessoas, de gente, marcadas por corporalidades singulares.

As forças discursivas (as linguagens/semióticas) marcam, desde a infância das travestis, que elas não estão adequadas aos padrões apresentados pelas instituições que lhe são importantes: como família, igreja e escola. Pois,

[...] tudo o que nos chega pela linguagem, pela família e pelos equipamentos que nos rodeiam – não é apenas uma questão de idéia, não é apenas uma transmissão de significações por meio de enunciados significantes. Tampouco se reduz a modalidade de identidade, ou a identificações como pólos maternos, paternos, etc. Trata-se de sistemas de conexão direta entre as grandes máquinas produtivas, as grandes máquinas de controle social e as instâncias psíquicas que definem a maneira de perceber o mundo (GUATARRI; ROLNIK, 1986, p. 27).

Neste sentido, afirmamos as sexualidades dissidentes enquanto tessitura de ideias, poderes, prazeres e experimentações do que se quer como expressão travesti, contrapondo-se aos gêneros de mulher/feminino e homem/masculino, que buscam capturar as sexualidades através de marcas identitárias fixas, de reducionismos às práticas sexuais passivas e ativas.

Recusamos, nesta defesa, qualquer reducionismo que atropеле todas as possibilidades contrárias. Inclusive pelos discursos que excluem, violentam e estigmatizam toda e qualquer dissidência da norma, da exploração do sexo como único modo de subsistência e alertando estas situações de vulnerabilidades para necessidades de reorganização do acesso à educação/escola.

São sexualidades que trazem para as discussões das psicologias e outras ciências, que se debruçam pela vida, outros olhares sobre os atravessamentos que se inscrevem nos corpos, sofrimentos, vidas exitosas e

experiências que são parte da contemporaneidade. Visto que, as sexualidades também são construídas socialmente, como um texto, e as reproduções sobre podem agregar ou eliminar certas práticas sexuais dos modos desejantes das pessoas.

Nesses aspectos, problematizar as sexualidades binárias e práticas reduzidas é, para além de necessário, em favor de posicionamentos éticos e políticos com as participantes da pesquisa e do coletivo brasileiro em que nos situamos.

Afirmamos as necessidades de dialogar com conceitos que disparem potencialidades positivas dessas vidas, suas corporalidades, suas sexualidades, seus anus e seus pênis. Porque, para David Le Breton (2006, p. 9) “[...] a expressão corporal é socialmente modulável, mesmo sendo vivida de acordo com o estilo particular do indivíduo [...]”. Assim, as travestis têm suas impressões sobre seus corpos que também se multiplicam de travesti para travesti.

Nesse contexto, para as travestilidades, suas práticas sexuais dissidentes, de gêneros, identidades políticas, seus corpos e os prazeres possíveis, não há como capturar seus desejos. Os modelos sexuais, que são apresentados a estas pessoas, desde muito cedo, não lhes cabem e não dão conta de suas processualidades/potencialidades.

Portanto, novamente os discursos sobre tais práticas são ferramentas de poder/resistência e, para David Le Breton (2006, p.9) “[...] contribuem para modular os contornos de seu universo e dar ao corpo o relevo social que necessita, oferecem as possibilidades de se construir inteiramente como ator do grupo de pertencimento”.

Uma civilização que marca o anus (cú) e o pênis numa figura feminina, e práticas que transitam entre esses anus (cús) e esses pênis sempre com marcas de recusa, de rejeição, sujo, passivo de pena, se mostra como imperativo higienista. Porém, muitas travestis, em vários momentos das

histórias das participantes nesta tese, contradizem essa determinação e fazem uso, prazerosos, dos seus e outros anus (cús), de seus corpos vibráteis, recusando os aspectos de dominação **biopolítica**.

Dessa feita, retoma o olhar que se tem, via resistências, apresentando essas práticas sexuais dissidentes e se afirmando pessoas e discursos de suas verdades, na garantia de uma sociedade com equidades de direitos, porque, de acordo com Deleuze e Guatarri (1995, p.8) “[...] seremos seguidamente obrigados a cair em impasses, a passar por poderes significantes e afetos subjetivos, a nos apoiar em formações edipianas, paranoicas”.

Contrapomos o que insistentemente busca reafirmar o processo hegemônico de uma humanidade binária, essencialista e generalista; que é contrariada pelas novas perspectivas das corporalidades, “[...] ou ainda piores, assim como sobre territorialidades endurecidas que tornam possíveis outras operações transformacionais [...]” (ibidem).

Quanto mais multiculturais são as pessoas, mais difícil é a sua coerência e inteligibilidade. Assim, as travestis se apresentam com elementos que transbordam aos conhecimentos que pensamos possuir. Elas se postam, através, principalmente, de seus corpos e seus desejos, como condição imprescindível da construção de sua expressão feminina agregada às masculinidades.

Nas travestis, os corpos são espaços para as possibilidades de resignificação de suas existências e modos de viver. A organização interna e externa desses processos de subjetivação fornece elementos, também pré-estabelecidos pelos seus próprios pares e grupos, que irão identificar que sua formação é condizente com o conceito estabelecido desse novo gênero feminino: a travesti; com um ânus ativo e prazeroso.

Uma marca (um rótulo) que traz consigo, por mais prazerosa que possa parecer (ser) a exploração anal, do falo, nas relações sexuais, seja da penetração (passivo X ativo), seja do sexo oral, parâmetros sociais que foram

se fortalecendo nos processos culturais e marcando o tom depreciativo destes atos. Pois, tudo o que vem das costas, como atacar um inimigo por trás, é elemento de repulsa (SÁEZ; CARRASCOSA, 2011). Ou mesmo, tudo o que vem ou signifique a imagética feminina é marca das diferenças entre o dominador e dominado. Pois, para Foucault (1992),

Ainda se está longe de uma experiência dos prazeres sexuais em que estes serão associados ao mal, em que o comportamento deverá se submeter à forma universal da lei e em que a decifração do desejo será uma condição indispensável para aceder a uma existência purificada. Entretanto já se pode ver de que maneira a questão do mal começa a trabalhar o antigo tema da força, de que maneira a questão da lei começa a desviar o tema da arte techne, de que maneira a questão da verdade e o princípio do conhecimento de si desenvolvem-se nas práticas da ascese (p.168).

Os espaços, as instituições (como a escola, família e igreja), os discursos que elaboram os conhecimentos sobre as práticas sexuais, nada contribuem para uma afirmação de identidades políticas autênticas, para os desejos dos movimentos organizados coletivos dessas pessoas e para as experiências exitosas de vida.

As travestis acabam se constituindo paralelamente a esses processos de força/poder/dominação/resistência que o grupo ditador, ao qual pertence, estabelece enquanto aceitáveis, ficando sempre às margens de garantias de seus direitos aos prazeres e desejos. Então, os processos de transformação são automaticamente reagentes aos confrontos e essas pessoas se colocam frente a um combate que se torna histórico. Inclusive, ao explorar seus corpos (especialmente seus anus e pênis).

Ao utilizar esses aspectos de luta e posicionamento de direitos, saberes, poderes e prazeres, manifestações nas suas construções de sexo, gênero, no corpo, no nome, nos anus e em todas as possibilidades de resignificação social, as travestis demandam uma revisão dos padrões morais e éticos que até então não contemplavam essas sujeitas.

Suas lutas constantes pela efetiva participação nos processos da vida, para além do mundo marginal, se tornam elementos fundantes para uma transformação nas dinâmicas de organização social, política e cultural.

O cu não deveria marcar qual tipo de pessoa se quer num grupo, ou as que são reconhecidas como padrões, aceitáveis, invejáveis, a serem seguidas. Quem o utiliza (o cu) de maneira contrária ao que se estabeleceu na história, como natural (biológico/defecável), não pode ser rechaçado, anulado, estigmatizado e excluído dos patamares de status honrosos de dignidade; mesmo porque, para Debora Britzman,

[...] a sexualidade é central à questão de se tornar um cidadão, uma cidadã, de criar um eu capaz de defender-se, de sentir de forma apaixonada, a situação dos outros, de criar uma vida a partir das experiências de aprender a amar e de fazer dessa aprendizagem do amar, o amor por aprender. Esse direito a construir a sexualidade é, assim, composto de movimentos minúsculos e cotidianos: o direito a construir o eu, o direito ao prazer, o direito a informação adequada, o direito a fazer perguntas, o direito a ler, o direito ao juntar-se ao social, o direito à curiosidade, o direito a amar. (BRITZMAN, 1999, p.156).

Esses elementos todos de rejeição de amar, poder amar, direito de amar e se deliciar com o anus amante, de explorá-lo, fazem com que grande parte das pessoas fiquem tentadas e se esforcem em perpetuar os padrões heteronormativos e sexistas, que sempre impuseram normas a todos os seres, mas por outro, há a própria necessidade, não de redenção, mas de contemplação e de resistências, desses seres que existem, são reais e relutam na resignificação e transformação das expressões humanas que ousam positivar as práticas anais.

As ambiguidades das pessoas e o reordenamento nos moldes binários de possibilidades identitárias não mais se explicam e garantem uma história verídica da atualidade, pois mudanças diárias nos eventos do cotidiano nos apresentam e se atualizam nos fazeres das relações das pessoas, que vão interagindo nesse processo, atribuindo novos olhares, sentidos para esses

fatos de maneira mais democrática e laica, ou seja, numa outra perspectiva de sexualidades.

As territorializações, que são politicamente marcadas no/pelo cu, estabelecem os parâmetros de inclusão e exclusão; estigmatizam os grupos e reproduzem, nestas territorialidades, o mundo (espaço) feminino e masculino. Então, cartografar lésbicas “masculinizadas”, por exemplo, é significar positivamente essas pessoas que compõem as sexualidades humanas, dentro de uma lógica ampliada, que dá passagens para que novas sujeitas e sujeitos possam ser reconhecidas como pessoas, como cidadãs e cidadãos de direitos.

Já as travestis, ao resistirem a estas capturas, contempladas e respeitadas, conseguem romper com a supremacia há tempos perpetuada em nossa sociedade que hierarquizava os conceitos binários e não contemplava essas pessoas em sua integralidade, ou seja, com peitos (seios) e paus. Mas que, nesse novo tempo, ganha espaços de problematização e inclusão numa era de emergência de novas estilísticas de vidas da humanidade e sua história. Pois, para Peres (2012),

[...] a escolha por essa estética, por esta estilística da existência, se defronta com resistências, discriminações e sofrimentos, que nos levam a refletir a respeito da dor que é experimentada e sofrida pelas pessoas que se decidem por essa forma de existir no mundo, ousando ultrapassar os limites de seu próprio corpo, em função de sua felicidade (Peres, 2012, p. 15).

Mesmo quando se mutilam, se escondem, ficam recalcadas com seus desejos, necessidades e muitas vezes vivem num processo de gênero clandestino. E quando se dispõem a viver como desejam, pagam o preço alto, seja pela violência (muitas vezes física e mental), exclusão, discriminação e tortura: a transfobia.

Esses processos de exclusão, violência, rejeição, vulnerabilidades socioculturais, entre tantas outras faltas que compõem os cenários de vidas

destas pessoas, nos atestam para a afirmativa deste conceito (transfobia) que permeia as lutas desta população.

Nesse sentido, os elementos que compõem as travestilidades e suas práticas sexuais dissidentes confrontam os anseios restritos à heterossexualidade, principalmente na premissa do **cu**. Pois, suas categorias estéticas desordenadas, temporais e de identificação de gênero, inclusive nominais, agredem os limites do aceitável. Mesmo sendo pessoas desejadas pelos próprios homens e mulheres heterossexuais.

Como já dito anteriormente, a exploração dos usos dos corpos travestis sempre foi elemento constante nas vidas dessas pessoas no decorrer das histórias de vidas no Brasil, porque foi e é na rua, na prostituição, que as mesmas encontram únicas maneiras de sobreviverem, então acabam sucumbindo, em muitas vezes à esta exploração sexual como única possibilidade de viver e não como um mercado possível e uma escolha profissional.

Para, além disso, “[...] as travestis apresentam uma desconstrução do que seria coerente e suportável frente aos conceitos de sexo, gênero, sexualidade, prática sexual e desejo, iluminando definitivamente uma tendência *queer* [...]” (PERES, 2012, p.15).

São possibilidades e perspectivas de vidas que viabilizam o exercício de serem respeitadas. Viver como se deseja, como se quer e de maneira a ser feliz. Um *queering* potente que dá às sujeitas e sujeitos o poder de transitar para além dos aspectos que foram marcados, historicamente, como única possibilidade do masculino e do feminino. É o que mapeamos como sexualidades trans-contemporâneas, e que, para Rosi Braidotti (2006),

[...] indica uma transferência intertextual que atravessa fronteiras, transversal, no sentido de um salto desde um código, um campo ou um eixo a outro, não como um modo quantitativo de multiplicidades plurais, mas, no sentido qualitativo de multiplicidades complexas. Não se trata apenas de entretecer linhas, como variações de um tema, mas de interpretar a positividade da diferença como um tema específico em si mesmo (Braidotti, 2006, p. 20).

Ou seja, problematizar todo esse complexo processo de diálogo com o cu é também vislumbrar sexualidades possíveis, expressões possíveis, desejos que transbordam os padrões binários totalizantes e corpos que são prazerosos. É receber todas essas informações sem falsas expectativas, sem falsos pudores. É transitar por entre essas possibilidades, mesmo tendo uma marca própria de existir, sem rejeitar que outra pessoa possa ser diferente de sua marca estabelecida, mas que é legítima e que pode ser feliz.

As ideias disparadas nos acalentam no sentido de trazerem dispositivos para emergir cenas de algumas situações ou platôs de possibilidades que as travestis (travestilidades) podem viver, vivenciar ou se fazerem incluídas; e algumas demandas que se apresentam enquanto urgências da transcontemporaneidade.

Estas problematizações nos apontam várias situações, necessidades e realidades de vidas que retomam o que significávamos sobre as travestilidades, as possíveis estilísticas de expressões de gêneros, que foram sendo forjadas ao longo dos processos dos estudos dos corpos; possíveis, mas não rígidas, únicas, situações que jamais nos eram particulares.

Assumimos posições que reverberam a necessidade de rever e agregar outras nuances dos cotidianos que, em alguns momentos, através do cu, marcam, tem o poder de ditar comportamentos, regras, que ditam quem somos, qual o papel que nos é dado, ou como devemos ser rotuladas (as travestis), mas que necessitam, urgentemente, de novos e democráticos olhares, que tratem as práticas anais inerentes às condições humanas de forma positiva.

Neste sentido, potencializar, positivamente, as travestilidades e as práticas anais, enquanto outras possibilidades de viver entre as expressões do feminino e masculino, nos aproxima, novamente de Scott (1995, p.93) quando afirma que, “[...] homem e mulher são ao mesmo tempo, categorias vazias e transbordantes [...]”.

Acreditamos significarmos nesses vazios que se fazem ou que negam ao que se transborda do feminino e, depois, por estarmos imbricad@s nesses processos de transbordamentos; seja pela paixão por posicionamentos que não são excludentes e que não se mostram como ditadores da vida. Até mesmo, porque não coadunamos, como Scott, que essas versões binárias e totalizantes dos corpos e das vidas reduzidas às biologias são “[...] vazias, porque não tem nenhum significado último, transcendente” (ibidem).

Corroboramos com um transbordar que, perpassado pelas corporalidades, pelas constituições identitárias dos grupos políticos, as amplas estilísticas e marcas de vidas, somado às práticas anais, não resulte em estigmas e refute os padrões heteronormativos absolutos. Ou mesmo “[...] transbordantes, porque mesmo quando parecem estar fixadas, ainda contém dentro delas definições alternativas, negadas ou suprimidas.” (SCOTT, 1995 p.83).

É fato de que esse transbordar pode desestabilizar os contratos sociais e sexuais de mando, de poder e fazer com que essas novas expressões de sexos e gêneros fiquem à mercê das marginalidades, das subalternidades, dos jogos que vão se estabelecendo pelas trocas sociais que fazem, por exemplo, que as travestis recuem, nas sociedades ocidentais, para nichos que, na maioria das vezes, são lugares de onde são reconhecidas como menores, sujas, anormais, anais, ligadas ao prazer sexual e somente existem por terem uma sexualidade avessa.

Obviamente, acreditamos que não é a sexualidade que deve ditar as identidades políticas e as organizações dos coletivos de contestações. Porém, os grupos dominantes (heterossexuais) insistem em marcar esse único espaço da vida como determinante para afirmar o que se é nesse grupo.

Para Foucault (2005, p.101-102), “[...] a sexualidade está ligada a dispositivos recentes de poder; esteve em expansão constante, a partir do século XVII; a articulação que a tem sustentando, desde então.”, reforçando novamente as perspectivas que defendemos em relação às sexualidades

dissidentes. Ainda em Foucault, a sexualidade humana “[...] vinculou-se a uma intensificação do corpo, à sua valorização como objeto de saber e como elementos nas relações de poder.” (ibidem).

Somamos, ainda, as potências dos discursos aos valores morais, éticos, sociais, culturais e políticos que vão delineando-se sobre as pessoas travestis e marcando, nessa troca poderosa, seus espaços, suas possibilidades de vida e como devem portar-se e comportar-se nos fazejamentos diários. Inclusive, internamente, na comunidade travesti.

Discursos, estes, extremamente violentos, pois se nos atentarmos aos dados midiáticos diários, de transfobias, se podem notar quantas travestis são brutalmente assassinadas e violentadas no cotidiano. São essas violências, que por hora, estamos definindo como transfóbicas, experimentadas que as tornam impossibilitadas, inclusive, de ter contatos com outras pessoas durante o dia ou em espaços de convívio social ampliado (comércio, lojas e locais públicos).

São discursos que entoam os níveis de respeito e de visibilidade para com a outra e o outro, fortemente marcados pelos significados dos corpos, das sexualidades, dos gêneros e dos prazeres, ou do que se espera desses processos binários. São discursos sexuais que, para Michel Foucault (2005, p.101-102), “[...] não se [aplicaram] inicialmente ao sexo, mas ao corpo, aos órgãos sexuais, aos prazeres, às relações de aliança, as relações inter-individuais, etc. [...]”.

Apostamos que essas tentativas de captura e reducionismos (também significados como transfobia), por exemplo, nos espaços escolares, vão desfazendo-se e perdendo força. Defesa, esta, também discurso, que corrobora com Debora Britzman ao afirmar que,

Existe uma relação direta entre a liberdade para explorar novas ideias e uma pedagogia significativa. Mas, como veremos, existem muitos obstáculos, tanto nas mentes das professoras, quanto na estrutura da escola, que impedem uma abordagem

cuidadosa e ética da sexualidade na educação (BRITZMAN, 1999, p.86).

Neste sentido, as práticas sexuais dissidentes não estão nestes discursos escolares e, quando estão, são sempre higienizadas e impregnadas por estigmas que silenciam tais processos desejantes e usos das corporalidades. Logo, a queda da heterossexualidade compulsória, que há tempos perpetua seu jogo de poder e inquisição aos gêneros humanos, é marca de refuta nos nossos posicionamentos.

Defendemos fluidez das estilísticas das existências travestis, suas práticas sexuais e suas corporalidades vibráteis, assim como, de novas concepções sobre o cu. Fazemos a defesa por acreditarmos que este padrão (discursivamente) heterossexual jamais contemplou todas as possibilidades de sermos humanas e humanos e nos subsidiamos em Preciado (2002), ao afirmar que:

A (hetero)sexualidade, longe de surgir espontaneamente em cada corpo recém-nascido deve reinscrever-se ou reinstituir-se através de operações constantes de repetição e de re-citação dos códigos (masculino y feminino) socialmente investidos como naturais (PRECIADO, 2002, p. 23).

Dessa maneira, re-embaralhamos estes códigos e defendemos as dissidências como práticas sempre em trânsito e abandonamos qualquer referência aos posicionamentos fixos para as sexualidades. Acreditamos nos discursos potentes, institucionais, como os da academia, da escola, que contemplem todas as pessoas, com suas subjetividades, pois, como diria Javier Sáez e Sejo Carrascosa (2012, pg.14) “[...] abra su culo y se abrirá tu mente [...]”.

2.3. CORPORALIDADES TRANS-VIBRÁTEIS

Ao abrir a mente e, possivelmente o **cu**, abre-se, também, essa discussão teórico-política-estética, trazendo a necessidade de se estabelecer uma relação horizontal, para significar as humanidades e suas demandas psicossociais, políticas, éticas e culturais sobre as corporalidades que carregam tais gêneros nômades e sexualidades dissidentes.

Há a demanda de propor possibilidades **anal-líticas** do contemporâneo para as questões de sexualidades e gêneros, em interfaces com as instituições, que desenham as relações humanas, como família, religião e escola, retomando perspectivas de psicologias que ainda não dão contam, efetivamente, de contribuir para o enfrentamento das marginalizações e estigmas, que segregam pessoas, as colocam aquém de estruturas que garantam direitos básicos mínimos, que proporcionem os prazeres, felicidades desejadas e corporalidades que façam estas pessoas travestis felizes.

As questões disparadas na pesquisa, enquanto um recorte sócio histórico, que não tem pretensão conclusiva, buscam fazer emergir novas e variadas indagações na tentativa de extrapolar as possibilidades já apresentadas (pensadas), abrindo outras nuances para as discussões propostas sobre os corpos travestis ou suas corporalidades.

Utilizamos, como conceitos disparadores, os diálogos e leituras dos estudos sobre os corpos do antropólogo e sociólogo francês David Le Breton, Michel Foucault, Suely Rolnik, Rosi Braitotti, entre outras, bem como leituras eleitas por se aproximarem das afirmações que pretendemos problematizar.

Somamos às leituras de algumas produções acerca, especificamente, das discussões sobre corpos trans, como em Lohanna Berkins, Josefina Fernádes, Guacira Lopes Louro, William Peres, entre outras, enviesadas pelos

processos de subjetivação nos momentos e encontros com as vozes travestis durante o percurso da tese.

Tais escolhas se dão no posicionamento de problematizar os regimes de verdades, nas trocas e mediações de poderes, inclusive nos corpos, as ciências e áreas dos conhecimentos, que segregam e marcam algumas pessoas como não válidas, as deslocando para uma infelicidade mental e corporal excludente. E, para as corporalidades, que estão em constante vibração e mobilidade, de acordo com Foucault, “houve, durante a época clássica, uma descoberta do corpo como objeto e alvo de poder” (2009, p.132).

Fatos estes que nos atestam nos posicionamentos controversos aos sistemas únicos, controladores e binários, de estéticas corporais, visto que, “encontraríamos facilmente sinais dessa grande atenção dedicada então ao corpo – ao corpo que se manipula, se modela, se treina, que obedece, responde, se torna hábil ou cujas forças se multiplicam” (FOUCAULT, 2009, p.132).

Estas multiplicidades são validadas nas relações de poder que se pretende reafirmar e qual tipo de sociedade e cultura se deseja. Essas novas configurações de pessoas são expressões alternativas de subjetividades, que apresentam estilos de vidas e pensamentos (conhecimentos/discursos) muito singulares, que organizam novas formas e imagens dos modos de ser. Ou seja, razão, essência e natureza não são mais importantes, isoladamente, e sim marco inicial de gentes que vão se constituir de modo processual em construção permanente e não fixo.

Estes apontamentos dão o tom das posições que assumimos para as políticas e estéticas sobre as corporalidades travestis que queremos trazer à tona, ao contrapor tais regimes excludentes, revisitando as produções acerca das sociologias dos corpos e outros textos que disparam definições, que vão se aproximando do que defendemos como corporalidades.

Tais premissas se baseiam em toda história registrada pelas produções acadêmicas mapeadas para esta tese, que já apontam o quão duro e violento é o mundo destas opções pelas alterações naturais dos corpos, pois:

O que surpreende é que diante de tantos riscos e de tantas incertezas, as pessoas candidatas à travestis que pretendem transformar seus corpos são movidas por um desejo intempestivo resistente a qualquer tipo de racionalização, mesmo porque, é através do corpo que são experimentadas as sensações de prazer e de dor. Trata-se de uma urgência para que essas pessoas possam se sentir satisfeitas e felizes consigo próprias, e essa urgência se chama “beleza”, muitas vezes traduzida por elas mesmas como “dor da beleza” (PERES, 2011. p. 70).

São escolhas, possibilidades e invenções, das estilísticas das existências, que passam por novos pertencimentos políticos, demandam maiores ressignificações sobre as pessoas, que partem dos aspectos morais da natureza, para resultar na aquisição de outras expressões de gêneros e sexualidades, que utilizam dos elementos do mundo discursivo masculino e feminino, resultando em novos projetos desejantes para as apresentações das corporalidades.

Os contornos biopolíticos rompidos possibilitam corpos que vibram nos mais variados nomadismos, em diferentes processos de subjetivação, que exigem novas maneiras de se fazer ciência e produzir conhecimentos.

As dissidências das corporalidades, bem como de gêneros e sexuais, das pessoas travestis, não reducionistas, comportam múltiplas significações ousadas de agregar as pessoas na sua íntegra e os conceitos sobre estes corpos vão somando-se até dispor muitas ferramentas para ampliarmos os códigos de inteligibilidades sobre tal, porque “a história do corpo no interior do mundo ocidental escreve-se desde o Renascimento como um empreendimento sempre crescente no espelho tecnocientífico que o distinguiu do homem[/*mulher*] e o reduziu a uma versão insólita do mecanismo” (BRETON, 2013, p. 351).

Estas corporalidades, sempre em relações com as outras corporalidades, contrastadas “de forma irrestrita a influência dos pertencimentos culturais e sociais na elaboração da relação com o corpo”, mas não desconhecendo as possíveis adaptabilidades que são flutuantes, escapando das capturas e dos modelos estruturantes, “ao contrário, o corpo é objeto de uma construção social e cultural” (BRETON, 2006, p.65).

Entretanto, os marcadores etapistas, em perspectivas desenvolvimentistas da psicologia prescritiva, buscam sempre marcar uma lógica evolucionista nos corpos, que marginaliza e limita as possibilidades e configurações, os reduzindo em binarismos biologizantes heterossexuais. Pois, todo diagnóstico é violento, porque destitui a produção das novas possibilidades de existir, automaticamente das variadas corporalidades.

Os dispositivos das masculinidades, que se perpetuou na história da humanidade, até a contemporaneidade, perde a validade perante a real configuração da sociedade ocidental e brasileira, dando vazão aos corpos que escapam, transbordam destas perpetuações e demandam significações mais democráticas para estas produções conceituais, ou seja, estão em constante vibração, sendo, para David Le Breton, “[...] uma matéria rara [...]” (2013, p.352).

Estas posições que situam as masculinidades, “[...] por exemplo, se práticas religiosas, políticas e de comunicação colocam os homens em posição de autoridade sobre as mulheres, podemos falar em uma estrutura patriarcal das relações de gênero [...]” (CLANDININ; CONNELLY, 2015, p.156), caem por terra, porque o pênis não é mais atributo do homem e sim está a disposição para todos os corpos e gêneros.

Tais estruturas patriarcais são contestadas por corporalidades vibráteis, pois são constituídos pelo invisível e seus desejos marcados pelos afetos dos encontros. São muitos processos de subjetivação, que atravessam essas constituições corporais e estéticas travestis, que estão, para além dos

territórios domináveis das materialidades e masculinidades, no plano dos desejos.

Planos que irradiam novas nuances, ou mais democráticas nuances das variantes das estilísticas das existências, porque, para Suely Rolnik, “[...] o corpo vibrátil não é sensível a tal dado. O que importa é que esteja sendo possível fazer passar os afetos.” (ROLNIK, 2014, p.47).

São novas estéticas e engendramentos nas corporalidades que surgem e vão ganhando espaços diante de seus processos de mutação, adequação, de acordo com seus desejos, contrapondo os sofrimentos que podem atravessar tais corporalidades. Porque “os problemas éticos levantados hoje no interior da medicina⁷ são os lapsos de uma terapêutica centrada no corpo, na doença, e não no homem[/*mulher*]” (BRETON, 1995, p.59).

As problemáticas estabelecidas nos efeitos das relações de poder/resistência, que são negociados socialmente e as novas corporalidades, ou outras corporalidades, marginais, contestam a rigidez de figuração humana que não opera mais. Tudo é poder. Tudo é política. E a dominação, branca, heterossexual, burguesa busca manter estes links que compõem e desenham a vida versus os desejos.

Desejo é entendido como implicado em recusar os planos de procriação, os elementos e limites da terra, dos corpos como objetos e como falta interior. Prefere-se, deste modo, marcar as articulações destes dispositivos, ampliando-se para garantia de intensificar todas as substâncias que compõem as linhas humanas, pois o desejo “[...] se define como processo de produção, sem referência a qualquer instância exterior, falta que virá torna-lo oco, prazer que viria preenchê-lo.” (DELEUZE;GUATTARI, 1996, p.15).

Desta maneira, as corporalidades travestis são exemplos de resistências reais, pois, os desejos singulares, extrapolados em montagens corporais

⁷ Por nossa posição política, incluiríamos certas psicologias por extensão.

externas, porque essas pessoas fazem das suas corporalidades, de seus afetos e necessidades, adequando esses sentimentos todos aos projetos de vida que querem.

Se posicionam de modo muito firme, com paixão, tesão, porque, novamente em David Le Breton, “[...] o corpo é um jogo de amar, suscetível a todos os arranjos de combinação insólitas com outros corpos, ou a experimentações surpreendentes.” (BRETON, 1995, p.61). E, para William Peres,

Estes corpos não podem ser tomados como algo terminado, mas como uma materialidade provisória, mutante e mutável, vulnerável às mais diversas formas de intervenção, sejam elas científicas, tecnológicas e/ou eclesiásticas, sejam elas transgressivas e/ou marginais, políticas e/ou culturais, clarificando que o corpo não é universal e absoluto, mas plástico, flexível, relacional, portanto, produzido através de sua socialização e coletividade (PERES, 2011, p.71).

Estes elementos que escapam, aqui, nas corporalidades travestis, apontam muitas crises de paradigmas das psicologias, na contemporaneidade, estabelecendo novos olhares para contribuir com as vidas das pessoas, oferecendo posturas que não individualizam as humanidades, em sentidos cristalizados, fixos, que devem re-significar as pactuações, para além das patologias e prescrições.

Significar as corporalidades como produções sociais pode ser uma saída possível para marcar os corpos trans como inteligíveis, viáveis e passíveis de potências de vidas, pois “[...] o corpo funciona como se fosse uma fronteira viva para delimitar, em relação aos outros, a soberania das pessoas” (BRETON, 2006, p.30), ou mesmo, em nossos acréscimos, na garantia da manutenção e sobrevivência das travestis na sociedade.

Estas emergências das estilísticas das existências, que vibram aos acontecimentos dos corpos nos cotidianos, dos desejos e dos afetos (as resistências), são nuances que atravessam as muitas linhas, que subjetivam as

pessoas e podem potencializar ou reduzir algumas estratégias de luta pela vida. De acordo com Larissa Pelúcio,

[...] historicamente as travestis têm tido sua ontologia questionada justamente porque seus desejos não têm sido vistos como humanos, por isso podem ser desautorizados, ridicularizados, medicalizados, criminalizados ou todas estas coisas juntas (PELÚCIO, 2004, apud POCAHY, 2013, p.82).

Essas pessoas, ao rumarem para escolhas, em perspectivas dos elementos femininos, para sua estética e posicionamentos sociais, somando práticas dissidentes de sexualidades, que transitam em mais variados territórios, entre o que se significa para os gêneros femininos e masculinos, podem ter êxitos ou podem sofrer por estas escolhas.

Em muitas situações, ao sucumbirem aos padrões heterossexistas, ao se desejar repetir as estéticas femininas e suas formas padronizadas, nas mais intensas proporções do que se deseja, marcando os gêneros nômades, “[...] aspira a ser bello y deberá, por tanto, ser arrancado del reino de la naturaleza y conducido al de la cultura; proceso que en la vida travesti va acompañado de un gran sufrimiento físico.” (FERNÁNDES, 2004, p.173).

Nestas tentativas de seguir as padronizações, ou mesmo, na exacerbação das ferramentas (tecnologias) corporais ao necessitarem destes exageros para agradar ao mercado sexual e prostituição. Logo, tais escolhas podem causar, além dos sofrimentos físicos (violências), sofrimentos psicossociais.

São corpos inteligíveis, pois somente têm legitimidade para quem os têm, quem os produz e quem os deseja. São práticas e posicionamentos nas resistências, por estas escolhas vibráteis, que refutam os esquemas aprisionadores reducionistas, barram as naturalizações das corporalidades prontas, acabadas, que tem possibilidades de resistências ao poder hegemônico machista.

Os deslocamentos, os novos encontros, o caos, são questões *sine qua non* para que essas novas configurações de pessoas possam circular pela vida e se relacionar com outras potências de feminilidades e de masculinidades num mesmo corpo, num mesmo gênero, sempre em contínuos processos, atravessados pelos eventos políticos, sociais, culturais e cotidianos de maneira a garantirem resultados significativos e compositores desses encontros.

Os olhares das outras pessoas sobre essas corporalidades travestis também acabam por vibrar, pois são atravessadas pelo que poderia ser inteligível para retomarem, seja na repulsa, seja na curiosidade, seja na excitação, seus posicionamentos diante ao que escapa das amarras dos corpos formais, que sempre foram reproduzidos constantemente pelas instituições que detiveram o poder nas relações sociais, porque “[...] os corpos são datados, ganham um valor que é sempre transitório e circunstancial” (LOURO, 2004, p.89).

E, ao transitarem entre si, sejam corpos capturados pelos essencialismos, sejam corporalidades vibráteis travestis, que escapam dos aspectos universais, as afetações acontecem e são recíprocas, pois as novas estéticas e suas materialidades garantem suas legitimidades.

As novas performatividades rompem com as regulações que são impostas por certas normas, que precisam, a todo tempo, serem refeitas, repensadas e retomadas, porque “[...] essas normas, como quaisquer outras, são invenções sociais [...]” (LOURO, 2004, p. 89). Ou, ainda, entre as corporalidades que afetam e são afetadas, vice-versa, ao visitar as leituras sobre Spinoza de Gilles Deleuze (1997),

Entre a subordinada e a principal se evidencia uma falha imensa, um intervalo, pois os afectos contrários à nossa natureza nos impedem antes de tudo de formar noções comuns, já que eles dependem de corpos que desconvem com o nosso; ao contrário, cada vez que um corpo convém com o nosso, e aumenta nossa potência (alegria), uma noção comum aos dois corpos pode ser formada, de onde decorrerão uma ordem e um encadeamento ativos das afecções (DELEUZE, 1997, p.169).

Sobremaneira, estas emancipações políticas e posicionamentos pelas resistências às corporalidades estanques, articulam diálogos entre as pessoas que vão se reconhecendo enquanto pares, ou possíveis coletivos, que vão apontando demandas conjuntas, que se cruzam na garantia por suas vidas, mesmo cada corpo em sua singularidade.

São discursos (saberes) que vão sendo produzidos em contraponto aos posicionamentos científicos duros sobre os estudos das corporalidades, que contrariam as radicalidades que tentaram dominar os corpos, como as intervenções médicas, biológicas e essencialistas.

Reafirmamos (nós travestis) corpos que se posicionam, se arquitetam e se materializam nas transitoriedades e que vão contrapondo os discursos que “[...] censuram o corpo por sua falta de domínio sobre o mundo e por sua vulnerabilidade, pela disparidade clara demais com uma vontade de dominação o tempo todo desmentida pela condição eminentemente precária do homem[/*mulher*]” (BRETON, 2013, p. 16).

Cartografar as corporalidades das pessoas que vivem as travestilidades é, antes de tudo, pensar em corpos que transbordam, transitam, vibram, afetam e são afetados. Corpos em processo que vão, inclusive, em aspectos biológicos e físicos, serem montados, adequando-se em processualidades que não preconizam um fim ou uma estética fechada e fixa.

É a partir de um corpo inicial que se pode disparar apropriações de muitos desejos e necessidades nessas vivências transgressoras, precárias, subalternas e resistentes, ou seja, ter um corpo é ter um mundo, ou mesmo, estar num corpo é estar num mundo e vice-versa. O mundo está em nós travestis também.

As singularidades biologizantes iniciais, vigiadas, marcadas pelos discursos de biopoder, são ampliadas, no sentido de viabilizar os projetos de vidas que escapam a estes padrões binários, que estabelecem verdades absolutas, que não agregam outras possibilidades de se apresentar enquanto

feminilidades e masculinidades em pessoas que se apresentam no gênero feminino.

São novas corporalidades que determinam de onde se fala, qual a proporção de poder que se tem para a manutenção, avanços e ampliações sobre as produções científicas comprometidas com estas prerrogativas, onde “[...] o corpo é o suporte de geometria variável de uma identidade escolhida e sempre revogável, uma proclamação momentânea de si [...]” (BRETON, 2013, p.28).

Estas novas geografias (travestis), transgeometrias (tanto as geopolíticas de ocupação do território, como as construções corporais), com seus processos singulares de subjetivação, vão sendo atravessadas pelas estéticas e elementos masculinos e femininos, marcadas pelos discursos que necessitam de uma nudez filosófica, no sentido canônico dos conhecimentos, que tomam as vibrações sensitivas dos corpos para impressões sobre essas novas produções de corporalidades.

Ao se posicionar por corporalidades vibráteis, recusamos restrição produzida para as estéticas femininas **ou** masculinas, ampliando-as para femininas “e” masculinas, na tentativa de garantir esses novos desenhos, pois os poderes discursivos históricos da humanidade falocêntricos, perde sua totalizante verdade diante das pessoas que não se contemplam ou se reconhecem nas limitações destas restrições.

As travestis, ao ousarem se apresentar com corporalidades que transitam entre estes elementos, são exemplos mais que plausíveis para a ampliação, evidenciando a dimensão *queer* que lhes habita, inclusive em níveis de produção dos conhecimentos. Logo,

problematizar la materia de los cuerpos puede implicar una pérdida inicial de certeza epistemológica, pero una pérdida de certeza no es lo mismo que el nihilismo político. Por el contrario, esa pérdida bien puede indicar un cambio significativo y prometedor en el pensamiento político. Esta deslocalización de la materia puede entenderse como una manera de abrir

nuevas posibilidades, de hacer que los cuerpos importen de outro modo (BUTLER, 2008, p.57)

Estas deslocações de legitimidades das produções de conhecimentos, sobre os corpos travestis, que os processos disparam, nessas negociações políticas, podem não acontecer de maneira tranquila (ou quase dolorosas), e podem, também, serem experiências exitosas (e/ou não) se houver disponibilidade de ressignificações dos posicionamentos das ciências e de quem as produz.

Seja no desejo de despir os modelos binários das existências; seja na indicação de novas conceituações do que é ser, tornar-se e estar com corporalidades transitórias, que ampliam, reconfiguram as múltiplas maneiras de se apresentar esteticamente, com estéticas femininas, mas com pênis, “pelos” e qualquer outros atributos que, a priori, fazem parte do universo masculino.

Esses novos corpos, em trânsito, ampliados das potencias femininas e masculinas, delineiam contradições que se tornam prazerosas e políticas, por provocarem, em pessoas com corpos e com órgãos marcados, em premissas binárias, circuitos que, inicialmente, buscam apresentar essas figurações marcadas pelas violências, dores, angústias, logo, transfóbicas.

São corpos que resistem e ampliam, via de lutas pelas vidas, que marcam e dão holofotes às experimentações felizes de vidas pelas travestis, que configuram a sociedade com seus corpos da maneira como querem e se sintam felizes, de maneira performática.

Performances de gêneros que, para Preciado (2004), atravessados por inscrições poéticas e políticas múltiplas contestatórias, são desdobramentos das condições de resistências dos aprisionamentos das expressões de vida e “[...] la performance es siempre y en todo caso creación de un espacio político [...]” (PRECIADO, 2009, p.9). Ou seja, os corpos são performáticos porque são

resistentes e se posicionam politicamente frente aos poderes que não permitem os trânsitos e a fluidez, pois,

Más allá de la resignificación o de la resistencia a la normalización, las políticas performativas van a convertirse en un campo de experimentación, en el lugar de producción de nuevas subjetividades y por lo tanto, en una verdadera alternativa a las formas tradicionales de hacer política. (PRECIADO, 2009, p.13).

Estes novos circuitos disparam novas simetrias e estratégias discursivas ecléticas, que fogem das perspectivas feministas ortodoxas, não as desqualificando, mas utilizando-as para problematizar e garantir, com qualidade de vida, essas travestilidades, com seus corpos, e conhecimentos produzidos sobre e, para além.

Garantir os discursos e singularidades dessas pessoas, sobre as variadas formas de formação processual contínua; de como podem ser essas novas configurações estéticas; É recusar, politicamente os domínios sobre as corporalidades alheias, porque, “[r]efém de seu corpo aparelhado, o indivíduo é privado de qualquer decisão sobre sua existência, ninguém sabe como nomeá-lo e sua própria morte torna-se objeto de debates infinitos.” (BRETON, 1995, p.59).

Neste sentido, os engendramentos positivos dos discursos e as negociações que atravessam as constituições dialógicas nas produções das verdades sobre as sociedades, que se pautam pela democracia, pela manutenção de um país de fato republicano, podem ser instrumentos que operam as inteligibilidades dos corpos visto que, “[...] el travestismo es subversivo por cuanto se refleja en la estructura imitativa mediante la cual se produce el género hegemónico y por cuanto desafía la pretensión a la naturalidade y originalidade de la heterosexualidad [...]” (BUTLER, 2008, p.185).

Não há como se pensar, nas produções contemporâneas, nas psicologias educacionais, comprometidas com todas as nuances e estilísticas

das existências, sem ter os estudos sobre os corpos como referência importante para as questões que se quer problematizar, suas inscrições e experimentações singulares.

As negociações que tecem os engendramentos dos grupos nas relações que incluem ou excluem certos modos de vida e de corporalidades são múltiplos nos devires dos desejos e discursos. São atravessadas em variados escopos e múltiplas possibilidades, mas que não atingem graus que possam de fato ofertar todas as variantes dos processos de subjetivações das travestis, pois,

O corpo singular torna-se um elemento, que se pode colocar, mover, articular com outros. Sua coragem ou força não são mais as variáveis principais que o definem; mas o lugar que ele ocupa, o intervalo que cobre, a regularidade, a boa ordem segundo as quais opera seus deslocamentos. O homem/*mulher* de tropa é antes de tudo um fragmento de espaço móvel, antes de ser uma coragem ou uma honra (FOUCAULT, 2009, p.158).

São discursos que se articulam com outras faces e perspectivas performáticas das/nas relações que se entrecruzam na tentativa de dominar ou de aceitar as dominações sobre as corporalidades.

São ruídos que antecedem as escutas, olhares e sensações capturados, limitando as pessoas nas muitas produções de subjetividades. São linhas discursivas que, carregadas de essencialismos, não autorizam dizer sobre essas pessoas, as travestis, porém que fomentam, pelas resistências, contra discursos que abalam as estruturas das coisas ditas até então sobre essas vibráteis corporalidades.

Resistências que desnivelam, nos deslocamentos discursivos, as formações humanas e as transformam em novas formatações culturais que ampliam o leque de possibilidades, mesmo significando esses deslocamentos como não estáveis, nem constantes, nem absolutos.

Ao invés disso, são outras possibilidades que não são verdades únicas, mas discursos que agreguem e não somente excluam o que foi dito sobre o que é apresentar corporalidades travestis e quais são os limites para serem reconhecidas como tal. Visto que nós, travestis, nos vemos constantemente somos levadas a nos ver como sujeitas minorizadas, logo, negamos nossos posicionamentos que não seja enquanto **sujeitas políticas** (BERKINS, 2010, p.91).

Pensar em corporalidades vibráteis é intermediar produções estéticas, sociais e políticas com múltiplos investimentos e singularidades. Pois, novamente em Le Breton (2013b, p.162) “[...] o corpo, desse modo, sempre será o efeito de uma longa e lenta elaboração social e cultural e, assim, um testemunho da existência humana.”.

Estilísticas das existências vibram por atravessarem outras corporalidades em encontros com outros corpos, que se afetam, que se transformam, se desejam e são desejados. São vibráteis por serem tocados pelo invisível (ROLNIK, 2014), em várias intensidades, várias nuances que territorializam, desterritorializam e reterritorializam de maneiras muito dinâmicas.

São eventos que nos apontam agenciamentos de saberes e produções de conhecimentos que atestam essas possibilidades de corpos travestis garantidos em suas mais variadas estéticas e posicionamentos políticos. Principalmente quando vibramos em consonância com as perspectivas que essas pessoas travestis buscam ao ultrapassarem qualquer território inteligível sobre os aspectos que acumulamos sobre mais este escopo de vida, ou seja: **Corporalidades Vibráteis.**

Como o texto (letra) de Luíz Melodia nos aponta, conseguimos ser desde a fada borboleta com varinha (ou varão) ao inseto com olhos de vidro, silicone, hormônios, toda e qualquer tecnologia que possamos utilizar para estarmos, irmos, voltarmos e fazermos o que quisermos com nossos corpos, mesmo que carregando a maldita costela do adão.

3. AS PARTICIPANTES/COLABORADORAS DA PESQUISA: TRAVESTISSSSSSSSSSSSSS

Un jour tu verras/On se rencontrera/Quelque part, n'importe où/Guidés par le hasard/Nous nous regarderons/Et nous nous sourirons/Et la main dans la main/Par les rues nous irons/Le temps passe si vite/Le soir cachera bien/Nos coeurs, ces deux voleurs/Qui gardent leurs bonheurs/Et nous arriverons/Sur une place grise/Où les pavés seront doux/A nos âmes grises/Il y aura un bal/Très pauvre et très banal/Sous un ciel plein de brume/Et de mélancolie/Un aveugle jouera/De l'orgue de barbarie/Cet air pour nous sera/Le plus beau, le plus joli/Puis je t'inviterai/Ta taille je prendrai/Nous danserons tranquille/Loin des gens de la ville/Nous danserons l'amour/Les yeux au fond des yeux/Vers une nuit profonde/Vers une fin du monde

(Geroges V. Parys/Marcel Mouloudji)

As participantes da pesquisa foram mapeadas em escolhas estratégicas de modo a garantir as representatividades de todas as cinco regiões do Brasil, que compõem o desenho da história da ANTRA, suas afiliadas no país, que são lideranças reconhecidas pelos trabalhos desenvolvidos nas organizações não governamentais de base, em seus estados, nos coletivos e movimentos da sociedade civil organizada de travestis.

Tais apresentações iniciais seguiram de acordo com as narrativas coletadas nos momentos das entrevistas com cada travesti, nos momentos de interações sociais, políticas e culturais, que atravessaram os processos da cartografia. Logo, de tudo tem consonância com a epígrafe eleita, nesta etapa, pois, nas idas e vindas nos territórios em que as travestilidades vão me marcando, os encontros, reencontros apaixonados frisam os toques, abraços, afagos, choros e muitas, mas muitas, risadas.

Buscamos seguir de maneira ética cada exposição das mesmas na tentativa de garantir não somente o rigor científico, que necessita as produções acadêmicas do conhecimento, mas as experimentações e significações de vidas que cada participante foi nos agraciando nos momentos e relações durante todo o período em que propomos estabelecer os contatos desta cartografia travesti.

Cada uma das companheiras é apresentada como as vimos, como as lemos, como as interpretamos, ou mesmo, como pudemos alcançar suas infinitas multiplicidades, singularidades e amplitudes, em nossas articulações na pesquisa. Logo, seguem nossas principais vozes que enredam esta tese e que potencializam nossas defesas por vidas num movimento tão novo, mas que muito tem a nos ensinar.

Essas apresentações foram engendradas de maneira a estabelecer relação com as propostas teórico-metodológicas na/da pesquisa e, em perspectivas dialógicas tendo privilégios por ser o grande mote das discussões que defendemos, principalmente por acreditarmos em tais premissas e por nos mantermos comprometid@s com as demandas apontadas por este coletivo no qual fazemos parte.

Logo, ao mapear treze travestis em todo território nacional (estou inserida neste montante), número escolhido por consequência nas escolhas de cada participante, buscamos dialogar com muitas posições adversas, contestatórias, de desmanche aos parâmetros universais binários e todos os enquadramentos impostos pela contemporaneidade. Revisitar o *Manifesto Contrassexual* de Paul B. Preciado (2014) nos é caro para as dialogias científicas e políticas que estamos apresentando.

Neste sentido, os desdobramentos de cada conversa, cada encontro, cada passagem, cada situação foram pactuados com tais vozes e seus resultados ou propostas de defesa, cuidadosamente, disparados com aval das participantes. Vale ressaltar que todo esse processo de mapeamento e diálogos com as participantes foram validados pelos protocolos exigidos pelo

comitê de ética da Universidade Estadual Paulista, campus de Assis, São Paulo, respaldando os dados, as produções acerca dos mesmos e os resultados nas análises que serão propostos nesta tese.

Outro dado importante foi a conquista em mantermos os nomes sociais de cada travesti que compõe esta tese, pois significamos que esta manutenção dá visibilidade para as histórias de vidas de cada participante, garante algumas passagens da história do movimento de pessoas trans no Brasil e perpetua as estratégias de sobrevivência e resistência que essas pessoas traçaram para que, hoje, pudéssemos contar tais fatos e nos unirmos em busca de políticas pela vida. Este dado é mais que compromisso político. Nos é caro e pactua com o que corroboramos por ser ético.

A presente pesquisa foi submetida e aprovada pelo Comitê de Ética da UNESP-Assis e segue as normativas instituídas pela Resolução 1/95 do Conselho Nacional de Saúde para pesquisas com seres humanos. Bem como, as prerrogativas que se apresentam necessárias para manutenção e efetivação de uma política ética e compromissada das psicologias que se enredam pelos caminhos das pesquisas com intuitos sociais, históricos, culturais e positivados das mais variadas potências de vidas.

3.1 A PRESIDENTA

ARTIGO 2

Para evitar a reapropriação dos corpos como feminino ou masculino no sistema social, cada novo corpo (quer dizer, cada novo contratante) terá um contranome, um novo nome que escape às marcas de gênero, seja qual for a língua empregada. Em um primeiro momento, e com o fim de desestabilizar o

sistema heterocentrado, é possível escolher um nome do sexo oposto ou utilizar alternativamente um nome masculino e um nome feminino. Por exemplo, alguém que se chame Júlio utilizará o correspondente feminino Julia, e vice-versa. Os José Marias poderão utilizar Maria José, e vice-versa.

(PAUL B. PRECIADO)

Em meios às entrevistas, encontros e conversas, telefones tocam, muitas entrevistas são solicitadas, reuniões estratégicas são lhe demandadas. Com muita serenidade sempre ela atende cada demanda e todas as pautas que lhe são solicitadas. Tem fala doce, mas sabe gritar. É de saber notório e sua trajetória de vida quase que invejável. Esta é Keila Simpson. Natural da cidade de Pedreiras no Maranhão, residente em Salvador, na Bahia já há quase trinta anos. Atual presidenta da rede ANTRA, filiada pela organização não governamental Associação de Travestis de Salvador (ATRAS/BA), no mandato entre 2016 a 2019. Afirmativamente travesti, nordestina, como ela diz, com 50 anos de idade. Casada com seu companheiro, e faz questão de frisar, já por mais de 20 anos.

De acordo com a mesma, cada vez mais consciente da sua trajetória, era uma pessoa muito tímida e fechada, não por sua condição travesti, mas pelas experiências de vida. Nos dias atuais se vê mais firme, com o pé no chão, objetiva, que quer cada vez mais ajudar as pessoas ao seu redor. Se sente uma pessoa privilegiada, porque conseguiu fazer essas “camaradagens” pelo Brasil afora com muitas amizades consolidadas. Diz-se uma pessoa, hoje, tranquila, consciente, inquieta, que procura cada vez mais, extrapolar. É uma pessoa a frente do seu tempo, e quer sempre maturidade para respeitar as pessoas, trabalhar e continuar sempre aprendendo.

Afirma-se negra, mesmo seu registro civil a apresentando como parda. Com treze anos de idade saiu da sua cidade natal, primeiro, aproveitando a companhia de seu irmão, que logo retornou com a mesma para sua cidade. Depois foi acompanhada de uma amiga (de carona de caminhão), de trecho em trecho, em viagem clandestina, para viver numa cidade grande: Teresina,

no Piauí. Local, onde pode experimentar a primeira vez a liberdade de ser o que sempre foi: Keila. Batizada por um grupo de meninos, nas brincadeiras que colocavam nomes femininos entre eles, era dessa maneira que queria ser tratada, mesmo que, de modo interno, entre aquelas cinco crianças, ali, aquele nome passa assumir uma condição social pessoal e singular.

Lembra-se que, há quarenta anos, as feminilidades foram ficando latentes e os usos de shortinhos, o carmim e o batom começaram a fazer parte de sua construção. Ao chegar em Teresina, descobriu uma praça, perto da igreja de São Benedito, a Praça Pedro Segundo, que era o point gay daquela cidade, para todas as pessoas gays e algumas travestis.

Não havia muitas lésbicas, mas muitos gays e travestis, e foi neste espaço, neste território, que afirma que “se perdeu”, ou melhor, ficou a noite toda nos fazejamentos das práticas sexuais. Nem lembrava que não tinha lugar para morar, mas estava encantada, tinha sido absorvida por este universo dos prazeres. E naquela pequena praça, naquela cidade pequena, no mundo que estava buscando, se encontrou puta (profissional do sexo) e o universo de resistências que tanto lhe encantava e que a mantém como prostituta até os dias de hoje.

Nestes íterins temporais, por sorte, conseguiu trabalhar na cozinha de uma pensão, mentindo que sabia cozinhar, coisa que logo depois foi percebida pela confusão que causou na cozinha. Por suas lágrimas conseguiu ficar no emprego, que lhe garantiu pernoites, sendo que um mês depois já estava mandando na casa e na cozinha, pela sua intensa criatividade.

Ali percebeu uma lei: a que quem se identifica e se assume como travesti, deve sempre fazer o triplo para se sobressair. Naquela praça encontra o seu primeiro programa, quando um homem, que passa de carro, lhe chama para fazer sexo. O pagamento, inesperadamente, foi equivalente ao que ganhava durante um mês de trabalho cozinhando na pensão. Logo, ficou tentada e sucumbiu em abandonar os trabalhos na cozinha da pensão. Era

aquilo que ela queria fazer da vida, mesmo porque, cinquenta anos depois, ainda o faz por livre e espontânea vontade.

Decidiu ir pra Salvador com uma amiga e lá estava ela na pista, vestida de mulher, com camisões e tecidos amarrados pelo corpo. O trânsito e desejo de conhecer o mundo tornam-se constantes em sua história: Recife, Salvador, São Luiz, Teresina... Lugares que vão se tornando pequenos demais, tamanha a sua grandeza.

A fome também atravessou constantemente sua vida, bem como as necessidades básicas dos direitos das pessoas, como habitação, saúde, educação, etc. Muitas vezes teve que conciliar o trabalho nas ruas e os trabalhos em cozinha, com visitas inesperadas nas padarias.

Afirma ter passado fome por muitas vezes e não se esquece de ter roubado pão em uma destas referidas visitas em padarias. Mal tinha dinheiro pra comer e pagar uma moradia. Dormiu em praças, dormiu escondida em casas de família, onde suas amigas trabalhavam como empregadas. Em São Luiz, fez programa com os feirantes da rua pra ganhar frutas, com açougueiro pra ganhar carne, e assim ia sobrevivendo.

Em Recife, numa praça, ela conta que se perde e se encontra, no mesmo momento, em sonhos. Lá, havia travestis de espartilho, com as nádegas de fora, peitos muito grandes, era uma enormidade de travestis ali, de muitos corpos travestis, travestis de todas as formas. Neste espaço, pode-se deparar com outras realidades e dificuldades ao lidar com outras travestilidades, que viam nela um perigo, pois, para as travestis mais velhas, era só um “veado amarrado em panos”, “um frango”, como chegaram a lhe gritar. Neste momento, se depara com as brutalidades dos preconceitos, com as violências das ruas, na figura de “Aracati”, assassino que toda semana rondava a zona onde trabalhava, levando consigo uma vida ceifada de travestis.

É em Salvador que Keila se estabelece e onde tem seu primeiro contato com a militância, com a organização não governamental Grupo Gay da Bahia (GGB)⁸. Seu primeiro trabalho foi ser referência na entrega de preservativos para as travestis.

A realidade era emergente, fazia cerca de oito programas por dia, na maioria sem preservativos. De dia trabalhava nas ruas e a noite em casas de prostituição. Seus olhares e vivências das ruas enxergavam mais, e percebeu a limitação de uma política que só pautava a prevenção do HIV/AIDS, sabendo que a violência policial era extrema e latente. A ausência de um canal de denúncias a impulsiona a formar laços com a Associação de travestis e Liberados do Estado do Rio de Janeiro (ASTRAL)⁹ que estava sendo fundada no Rio Janeiro e indicava a formação de uma rede nacional. Assim em 1995, no dia 19 de julho, na sua casa, é fundada a ATRAS-BA, em parceria com o grupo GGB.

Em 1996 participa pela primeira vez de um encontro nacional, o ENTLAIDS, na cidade do Rio de Janeiro, organizado pela ativista Jovanna Baby, que ao questioná-la sobre sua relação com a diretoria do GGB (Jovanna), logo percebeu e se posicionou para além das pautas LGBTTs e se colocando pronta para os trabalhos específicos para a população travesti.

De lá pra cá muitos foram os encontros, embates, as propostas e a participação em muitos cenários de diálogos com as pautas de pessoas travestis e transexuais no Brasil e no mundo. Participou de eventos na Europa, na América do Sul, entre outros.

⁸ O Grupo Gay da Bahia é a mais antiga associação de defesa dos direitos humanos dos homossexuais no Brasil. Fundado em 1980, registrou-se como sociedade civil sem fins lucrativos em 1983, sendo declarado de utilidade pública municipal em 1987. É membro da ILGA, LLEGO, e da Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis (ABGLT). Em 1988 foi nomeado membro da Comissão Nacional de AIDS do Ministério da Saúde do Brasil e desde 1995 faz parte do comitê da Comissão Internacional de Direitos Humanos de Gays e Lésbicas (IGLHRC). Ocupa desde 1995 a Secretaria de Direitos Humanos e desde 1998 a Secretaria de Saúde da da ABGLT.

⁹ Fundada no ano de 1992, pela ativista Jovanna Baby.

Foi eleita presidenta da ANTRA, pela primeira vez, na gestão de 2004 a 2007. Entrevistada pelo renomado artista Jô Soares em rede nacional, em setembro de 2008, além de participar de muitos documentários e reportagens sobre as travestilidades. É eleita a primeira travesti, em 2012, a ocupar a presidência do Conselho Nacional de combate à discriminação e promoção dos direitos de lésbicas, gays, travestis e transexuais, vinculados à Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

Coordenou pela primeira vez um centro de referência LGBTTT no estado da Bahia, o Centro de Promoção e Defesa dos Direitos da População LGBTTT no ano de 2014. Teve um dos ápices de sua brilhante trajetória com a conquista do prêmio nacional de direitos humanos, em 2013, representando a luta pela garantia dos direitos LGBTTs, prêmio este, entregue pelas mãos da presidenta da República, na época, Dilma Rousseff.

É a atual presidenta da Instituição ANTRA, para gestão 2016/2020 e teve sua vida contada em documentário lançado no final do ano de 2017, onde narra a trajetória pessoal e as muitas narrativas sobre as histórias do movimento travesti brasileiro. O documentário foi traduzido (com patrocínio/apoio da Organização das Nações Unidas/Brasil-ONU) para inglês e espanhol.

Imagem 1 Entrega de prêmio de direitos humanos pela presidenta da República Dilma Rousseff à ativista Keila Simpson.



Fonte: Arquivo pessoal.

3.2 PUTA

ARTIGO 3

Após a invalidação do sistema de reprodução heterocentrado, a sociedade contrassexual demanda:

- A abolição do contrato matrimonial e de todos seus equivalentes liberais, como o contrato de união estável ou o Pacs (igualdade jurídica das relações entre um casal homo ou heterossexual na França), que perpetuam a naturalização dos papéis sexuais. Nenhum contrato sexual poderá ter o Estado como testemunha.

- A abolição dos privilégios sociais e econômicos derivados da condição masculina ou feminina – supostamente natural – dos corpos falantes no âmbito do regime heterocentrado.

- A abolição dos sistemas de transmissão e do legado dos privilégios patrimoniais e econômicos adquiridos pelos corpos falantes no âmbito do sistema heterocentrado.

(PAUL B. PRECIADO)

Numa mesa de bar, no beco do Rato, no bairro da Lapa, na cidade do Rio de Janeiro, surge a primeira oportunidade de estabelecer diálogos para a pesquisa com esta liderança que demarca bem as perspectivas *queer*. Ela é Indianara Siqueira. Prestes a completar quarenta e cinco anos, registrada parda, mas se apresentando enquanto negra.

Ao falar de sua expressão de gênero afirma-se **pessoa**, que foi se desconstruindo ao longo de mais de trinta e poucos anos, ao descobrir que não estava conforme o gênero designado ao nascer, forma designada pela sociedade. Então, Indianara nasce a partir dos doze anos.

Através do uso de **bombas** de hormônios, quase tomados como balas doces, indicados por amigas travestis e transexuais, sem acompanhamento

médico algum, iniciou uma busca pela feminilidade e recusa diante ao único universo profissional possível para estas pessoas: a prostituição. A escolha pelo nome se deu pela junção de “In” (que vem do interior), de “Diana” e de “Ra” (a filha do sol e da lua).

Dentro do âmbito familiar, Indianara assume que passou pelo momento de negação, pelo qual várias travestis também passam, se utilizando de roupas e acessórios que afirmassem uma masculinidade. Foi, então, aos 16 anos que a paranaense começou a usar roupas com características andrógenas, mas foi somente aos 18 que, fora da pressão paterna, Indianara assumiu sua completa transformação.

Paranaense de Paranaguá, ao sair de casa aos dezoito anos, foi morar em São Paulo, onde pôde, através do movimento organizado, participar de alguns eventos no Rio de Janeiro, já em 1995, e se apaixonou logo de início pela cidade maravilhosa. O que resultou em sua residência até a atualidade. Neste mesmo ano (1995), após muitas reuniões e aproximações com as travestis de Santos, cria o grupo Filadélfia, organização não governamental para pessoas LGBTTs.

Por conta do estigma que tem sobre a prostituição, sobre ser puta, tudo que há de ruim sobre essa profissão, recusava a inserir-se neste trabalho, até que acabou sendo levada pela necessidade de sobrevivência. Ao precisar dormir embaixo de um viaduto de estação de trem, na cidade de Santos, conhece uma travesti que se prostituía e que lhe ofereceu um dos postes na rua Brás Cubas, para que pudesse trabalhar se prostituindo.

Dentro do mundo da prostituição, Indianara pode desmistificar certos aspectos construídos em torno da profissão. Conheceu pessoas que a ajudaram e forneceram o apoio necessário, mas não descarta os problemas enfrentados, dentre eles, ela destaca o papel da polícia militar. A travesti conta que a repressão policial atingia níveis absurdos, de violência psicológica, até a física. Para ela a repressão do Estado era pior que as agressões diárias em outros âmbitos.

Hoje, afirma-se puta e sua principal bandeira nas pautas dos direitos básicos das pessoas, dos debates de gêneros e sexualidade, é a afirmativa que mais lhe apraz. Para ela, ser puta é simplesmente usar sexo para sobreviver, como trabalho, como todas as pessoas sobrevivem e ainda costuma brincar que “seu escritório é seu corpo”.

Indianara acredita que ser puta e ser travesti traz duplo peso de estigmas, pois, as violências discursivas, que estão no campo semântico das palavras, são fortes fugas para que as pessoas excluam, discriminem e busquem inserir estas pessoas às margens de direitos e relações sociais, políticas e culturais. Acrescenta, ainda, que estas marginalidades se conectam à sua significação, enquanto pessoa, porque ela não gosta de ser “limpinha”, “bonitinha”, “ponderada”, “cordata”, pois respostas violentas contra as violências muito lhe agradam.

Na opinião da entrevistada, ser travesti no Brasil comporta toda uma política estrutural machista, higienista e **cis-heteronormativa**. Travestis são marginalizadas na medida em que têm seus direitos como cidadãs negados, quando são agredidas, dia após dia, quando a sociedade não aceita seus corpos e os tem como abominação, quando lhes é cobrado um padrão estético que se encaixe na dualidade de gêneros aceitos, etc. Indianara ainda frisa a questão da construção social em volta desse ideal físico, construção que muda historicamente de acordo com os padrões de vida impostos pelo sistema.

Sobre seus relacionamentos pessoais, Indianara diz ser adepta e acreditar no amor livre e aberto, que fuja do conceito monogâmico de relacionamento, descartando, assim, qualquer vestígio de imposição e obrigatoriedade. Considera seu parceiro como um amigo, um alguém com quem partilhar sentimentos, mas diz não acreditar em ciúmes ou sentimento de posse. Para Indianara o amor é um sentimento livre, que a sociedade insiste em corromper.

Ateia assumida, revela as dificuldades enfrentadas ao experimentar frequentar algumas religiões. Nega-se a viver sob uma ótica crítica religiosa,

seja pertencente à vertente que for. Segundo ela, a vida após a morte não é algo que a projete medo ou preocupação, ao mesmo tempo, respeita aqueles que escolheram o caminho religioso.

Sua militância política, em prol das travestis e transexuais, começa nos anos noventa na cidade de Santos, em meio ao movimento de combate ao HIV e AIDS. Sensível às vítimas da doença, principalmente àquelas jogadas à marginalidade da prostituição, Indianara, através do grupo Filadélfia, começou a aproximar mais travestis da causa e a também fazer o trabalho de campo relacionado à conscientização política e distribuição de preservativos.

Residiu na Europa por vários anos, foi capa de revista renomada francesa, por conta de sua beleza estonteante, mas também ficou sem poder retornar ao Brasil por alguns anos por se sentir acuada e ameaçada pelos seus embates. Uma de suas bandeiras foi se posicionar contrária à exploração sexual de travestis e ao tráfico de pessoas, denunciando travestis brasileiras que atuavam nesta contravenção, o que lhe rendeu demandar proteção da polícia federal e se exilar na Europa por um tempo.

Em 2000 retorna para o Rio de Janeiro e se aproxima do grupo TransRevolução, presidido pela engajada ativista travesti, já falecida, Giselle Meirelles, e atua junto ao coletivo dando continuidade nas ações e projetos já em andamento pela direção do grupo. Atuante na *Marcha das Vadias*, como uma das principais lideranças e feminista engajada, detida, inclusive, por mais de cinco vezes pela polícia, por mostrar seus seios de fora e defender o direito integral ao corpo feminino.

Assumi em 2015 liderança na casa de passagem e acolhimento para travestis e transexuais no centro do Rio de Janeiro, no bairro da Lapa, a CasaNem. Criadora do curso preparatório TransEnem, com repercussão nacional, já sonhado há muitos anos pela travesti, idealizando acesso de pessoas travestis e transexuais nas escolas e universidades. Foi uma batalha travada a duras penas, porém sua persistência, índole combativa e liderança nata, conseguiu implantar, implementar e fazer com que o projeto conquistasse

olhares nacionais e internacionais, inclusive aprovando travestis da casa e do curso para universidades no estado do Rio de Janeiro.

Politicamente influente, fez coro ao ser candidata ao cargo de vereadora do município, sendo votada por 6.166 pessoas e ocupando a suplência dentro de sua coligação, com possibilidades de vir a assumir tal pleito.

Em um dos assuntos mais marcantes na vida de Indianara, a vida escolar e suas dificuldades e preconceitos sofridos, enquanto travesti, percebe-se uma inversão em que, de instituição opressora, a escola, pelos olhos da entrevistada, pode e deve ser vista como espaço transformador e de luta. Frisa a ausência de uma história oficial que aborde a existência travesti e trans, sendo essa uma das pautas de seu ativismo.

Imagem 2 Indianara Siqueira em frente ao espaço da CasaNem no Beco do Rato, na Lapa, no Rio de Janeiro/2016.



Fonte: Arquivo pessoal.

3.3 ESTRATÉGICA

ARTIGO 4

A ressignificação contrassexual do corpo passa a vigorar com a introdução gradual de determinadas políticas contrassexuais: primeiro, com a universalização das práticas estigmatizadas como abjetas no âmbito do heterocentrismo. Segundo, será necessário colocar em movimento equipes de pesquisa contrassexuais high-tech, de maneira que se possa encontrar e propor novas formas de sensibilidade e de afeto. [...]

(PAUL B. PRECIADO)

Num curioso encontro na cidade de Brasília, onde acontecia, historicamente, o primeiro pré-congresso de mulheres transexuais, organizado pela Secretaria Nacional de Políticas para Mulheres da Presidência de República, com a presença de dois ministros e participação de transexuais e travestis de todo o país, espaço físico atravessado por visita de algumas escolas em outras agendas, que resultaram na circulação destas populações (estudantes e pessoas trans) numa instituição de governo, encontro com a participante desta pesquisa Symmy Larrat, travesti, de Belém do Pará.

Sua base de ativismo é o grupo de resistência de travestis e transexuais da Amazônia e o, recentemente criado, Instituto Nice de São Paulo. Coordenou o Programa Transcidadania¹⁰ (2015) da prefeitura da cidade de São Paulo. Coordenadora geral de promoção de políticas LGBTTs da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República até o mês de maio do ano de 2016, momento atravessado pelo cenário de impeachment da presidência da República no Brasil. Formada em Comunicação com habilitação em

¹⁰ O Projeto Reinserção Social Transcidadania tem como proposta fortalecer as atividades de colocação profissional, reintegração social e resgate da cidadania para a população LGBTT em situação de vulnerabilidade, atendidas pela Coordenadoria da Diversidade Sexual (CADS).

Publicidade e Propaganda. Trinta e sete anos, branca, mas afirma que, no Brasil não há ninguém totalmente branca nem ninguém totalmente negra. Sente-se uma **pessoa**, inicialmente, desde a infância: indignada.

Apresenta-se uma pessoa que pauta a vida em lutas por justiça social e direitos humanos de uma forma mais ampla e promoção de cidadania para pessoas trans. De fácil acesso, despojada pela sua construção de vida, expansiva, despachada, focada, e dedica, parte da vida para os ativismos sociais.

Desde criança se percebia num espaço corporal que não era o dela. Identificava-se muito mais do que aquele corpo, então, já na juventude, adentrou os ativismos estudantis e pelas pautas travestis. Concomitante, iniciou o processo de hormonização, na busca por uma identidade feminina, mas, sendo de família muito conservadora católica apostólica romana, do interior do Pará, veio pra Belém, pois as relações não eram tranquilas devido aos estigmas interioranos do norte brasileiro.

Com dezesseis anos de idade, quando a família tomou conhecimento dessa realidade, que estava tentando construir naquele momento, bem no início, diz ter sofrido processo que hoje ela identifica como “tentativa de cura”. Segundo ela, “Essa que é chamada, essa cura gay que as pessoas apregoam por aí”. Então, passou por sessões de psicanálise, hormonização masculina, que impactou seu corpo e sua saúde, inclusive mental.

Tomada por estes atravessamentos, escolhe concluir sua formação básica e universitária no gênero avesso ao que acreditava e optou por **esconder-se** nas prerrogativas defendidas pela família, por sua mãe, principalmente, para poder articular sua independência intelectual e logística. Depois que entrou para a Universidade começou a fazer, na noite, shows, eventos e foram estes espaços que lhe apresentaram os coletivos organizados, mesmo, neste momento, sendo reconhecida como uma *drag queen*.

Os processos de resignificação de sua expressão de gênero travesti surgem nesse contexto, aos trinta anos de idade, e uma das marcas que lhe são fortes foi a escolha do sobrenome, pois “Larrat” é um sobrenome de família judaica influente em seu Estado de origem. Logo, seu primeiro enfrentamento de resistência no campo das lutas sociais de sexualidade e gênero.

Pelas maturidades desta nova configuração de gênero, por ter passado pelas duras experiências na prostituição de rua, por iniciar processos que a colocavam como representante de uma população tão discriminada, por ser liderança em seu Estado, buscou rever seus discursos, antes agressivos e identitários, para ampliar suas abrangências de diálogos e chegar aos espaços e discussões que hoje trava, seja em instituições de governo, seja em instituições de controle social, com posições firmes e contundentes na defesa de equidades de direitos para as pessoas travestis.

Na Esplanada dos Ministérios é conhecida pela humildade e pela capacidade de diálogo, do porteiro ao copeiro, pois sabe da importância do lugar que ocupa como representante do Governo Federal. Nas horas certas, sabe dispor também a travesti do **atraque**¹¹, mas na maior parte do tempo é a diplomata, que sabe que é o diálogo que abre as portas.

Sente-se numa parada, onde as pessoas aplaudem suas conquistas. Sua presença gera incômodos, seja pela transfobia dos que não reconhecem na travesti uma representante do Governo Federal, ou qualquer outro cargo de liderança governamental, mas também pelo incômodo dos que não sabem lidar com as demandas de sua população. É desse último incômodo que ela gosta. Incômodo que gera conhecimento das demandas que traz, e produz frutos para sua população.

No ano de 2017 foi eleita por unanimidade, em plenária na cidade de Belo Horizonte, a primeira presidenta travesti da Associação Brasileira de

¹¹ Termo utilizado pelas travestis para referir-se às pessoas boas de briga e que não fogem dos embates.

Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT) para a gestão 2017/2020. Tal fato quebra a hegemonia masculina que sempre mantivera a referida instituição e lança olhares esperançosos para que a população trans tenha suas vozes garantidas nos universos das letrinhas das diversidades sexuais e de gêneros.

Imagem 3 Produzida quando Symmy Larrat assumiu o programa Transcidadania do Município de São Paulo/2016.



Fonte: Arquivo pessoal.

3.4 MULHER PARAÍBA

ARTIGO 5

Toda relação contrassexual será o resultado de um contrato consensual assinado por todos os participantes. As relações sexuais sem contrato serão consideradas como violações. Será solicitado que todo corpo falante explicita as ficções naturalizantes (casamento, casal, romantismo, prostituição, ciúmes...) que fundamentam suas práticas sexuais.

A relação contrassexual será válida e efetiva por um período de tempo limitado (contrato

temporário) que nunca poderá corresponder à totalidade da vida dos corpos ou sujeitos de fala. A relação contrassexual se funda na equivalência e não na igualdade. Serão requeridas a reversibilidade de as trocas de papéis, de maneira que o contrato contrassexual nunca possa desembocar em relações de poder assimétricas e naturalizadas.

A sociedade contrassexual institui a obrigação de práticas contrassexuais, organizadas socialmente no seio de grupos livremente compostos e dos quais qualquer corpo pode participar. Cada corpo tem a possibilidade e o direito de contestar ou de pertencer a uma ou mais comunidades transexuais.

(PAUL B. PRECIADO)

Entre idas e vindas, nos vários encontros e agendas das pautas de políticas públicas, para os direitos das pessoas, pinçamos esta figura pública; que, por coincidência da vida, foi quem me levou (Adriana), no ano de 2004, para a primeira reunião fechada da ANTRA, na cidade de Campo Grande, no Mato Grosso do Sul. Logo, uma grande inspiração e exemplo a seguir nos passos de uma ativista engajada: esta é Fernanda Benvenutty.

Nome escolhido por se aproximar da tradução de “bem-vindo”, seu sobrenome de registro civil. Natural do estado da Paraíba, 53 anos, ativista do movimento LGBTTT, mais especificamente de Travestis e Transexuais. Negra. Nem casada, nem solteira, de acordo com a mesma, **livre**, não querendo ficar presa a nenhuma relação afetiva. Diz-se do gênero feminino e se apresenta travesti.

A partir dos dezesseis anos de idade que identifica sua expressão feminina e assume este gênero socialmente nas suas relações. Assume-se como uma pessoa com personalidade muito forte, com um jeito e uma atuação, também muito fortes. É uma pessoa lutadora, guerreira, que nasce a partir dessa estrutura sofrida do mundo, do universo das travestilidades em contextos sociais de vulnerabilidades e exclusões. Define-se como alguém que nasceu

numa cidade do interior, que vivenciou esse preconceito, essa discriminação, e foi na escola que aconteceu esse processo de assumir-se Fernanda.

Para essa liderança nacional, que já foi candidata ao pleito eleitoral como vereadora e deputada em seu Estado da Paraíba, por três vezes, apresentar o gênero travesti é ser diferente, é ser ousada, é ser uma pessoa que transgredir todas as regras heteronormativas e normativas que estão postas aí na sociedade. É ser uma mulher diferente da mulher biológica, da mulher **vaginizada**. É uma pessoa que, mesmo tendo órgãos genitais masculinos, não abre mão de suas feminilidades, de transitar, no que a sociedade significa sobre o que é ser mulher num corpo em transformação constante.

Nestes três pleitos eleitorais, conquistou no ano de dois mil e quatro 935 votos, no ano de dois mil e oito, 1478 votos e no ano de dois mil e dez, totalizou 2782 votos.

Para Fernanda, ser travesti é optar pela manutenção feliz destas corporalidades, muito mais forte do que o debate das expressões de gêneros isoladas. É ser uma pessoa ousada, abusada, transgressora de regras, dessas posições normatizadas dos corpos femininos, apenas em premissas biológicas e universais do modo de ser mulher.

É possuir uma corporalidade construída para sua integralidade de direitos, pois, para a mesma, este corpo, que é construído a base de muitos sofrimentos, preconceitos, discriminações, “de muita porrada social”, deve ser modelado ao seu jeito, da escolha de sua forma. Porque o corpo de uma travesti “[...] não deve ter formas únicas, imagens únicas [...]”, pois afirma que “[...] não são bonecas nas mãos brincantes da sociedade [...]”.

Na vida de Fernanda se repete a narrativa triste da não aceitação no âmbito familiar, agravada pelo forte conservadorismo que permeava o fim do século XX, principalmente no Brasil, ainda sob o domínio ditatorial, em uma das regiões mais conservadoras e machistas no país. É nesse cenário que a

paraibana decide sair da casa dos pais para se aventurar no mundo circense, um sonho antigo, que serviu como propulsor de uma aceitação pessoal e rompimento com as amarras familiares.

A luta de Fernanda, e de tantas outras travestis, consiste na transformação da sociedade atual, mas como muitas afirmam, e nisso se demonstra uma belíssima preocupação com o próximo, se caracteriza como uma luta que possa socorrer e amparar as futuras gerações de trans e travestis, para que as mesmas não tenham apenas o caminho da prostituição ao se assumirem, e que, mesmo que seja este o caminho a ser trilhado, que o mesmo possa ser feito com segurança e em melhores condições trabalhistas.

Mãe de dois filhos adotivos teve oportunidade de vivenciar a “aceitação” de sua família, a qual segundo ela, só ostentava uma postura preconceituosa e excludente por viver em uma época, contexto e influências que não a permitiriam agir de forma diferente. Fernanda ressalta que o machismo, a homofobia e a transfobia, sob os quais as travestis são sentenciadas pelos estigmas de forma extremamente agressiva, retrata todas as relações em que as travestis buscam estar inseridas.

Com discurso ativista potente, a paraibana acredita que o fato de se “assumir travesti”, por si só, já é um ato político, resultando ativismos trans na sua pura “essência”. Já no âmbito do ativismo coletivo, a sua chegada acontece em meados de 2002, dentro do Movimento do Espírito Lilás (movimento gay da Paraíba). Considerada uma das principais lideranças atuais da ANTRA, exala humildade e gratidão à instituição, que, segundo ela, a ensinou a trabalhar, estudar, conhecer políticas públicas e todos os tramites da militância.

Na organização da ANTRA ocupou o cargo de vice-presidenta na gestão de 2004 a 2009 e atuou como secretária nas gestões de 2010 até a atual (2016/2019). Foi secretária para as relações institucionais da ABGLT (gestão atual/2016), incluindo as muitas representações em Conselhos Nacionais de saúde, segurança pública e enfrentamento às violências LGBTTs.

“Católica, evangélica, umbandista, candomblecista, espiritista” e tudo mais que a fé permita. Fernanda, que já teve em mente ser padre, acredita que a fé é relativa e mostra-se não em dogmas religiosos impostos, mas sim em sentimentos e ações, não possuindo uma religião fixa, mas sim a forte expressão genuína de uma crença em algo.

Imagem 4 Foto de Fernanda Benvenutty na campanha do nome social realizada pelo Ministério da Saúde, em 2013.

NOME SOCIAL

Travestis e transexuais, um atendimento acolhedor como **vocês merecem.**

Fernanda Benvenutty
Conselheira Nacional de Saúde

Você pode ser atendido na rede de saúde pública com o nome que você escolheu para ser identificado. Peça o seu cartão SUS com o nome social e exerça o seu direito.

Portaria MS nº 1.820, de 13 de agosto de 2009, que dispõe sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, entre eles o direito ao uso do nome social.

Para mais informações sobre o Cartão SUS, ligue (61) 3315-2484/3315-2317, ou escreva para helpcartao@saude.gov.br

DISQUE SAÚDE
136
Onde quer que esteja
www.saude.gov.br

SUS +
Ministério da Saúde

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAÍS RICO E PAÍS SEM POBREZA

Fonte: arquivo pessoal.

3.5 A MILITAR MILITANTE

ARTIGO 6

A sociedade contrassexual declara e exige a separação absoluta das atividades sexuais e das atividades de reprodução. Nenhum contrato contrassexual conduzirá ao ato de reprodução. A reprodução será livremente escolhida pelos corpos suscetíveis de gravidez ou por corpos suscetíveis de doar esperma. Nenhum desses atos reprodutivos estabelecerá um laço de filiação parental “natural” entre os corpos reprodutores e o corpo recém-nascido. Todo corpo recém-nascido terá direito a uma educação contrassexual.

Os métodos contraceptivos e de prevenção de doenças serão distribuídos em todos os lugares, sendo obrigatórios para qualquer corpo falante em idade de participar da reprodução. O estabelecimento de unidades sexuais de pesquisa sobre prevenção de doenças, assim como a distribuição gratuita e universal dos meios de prevenção são as condições necessárias para criar e desenvolver um sistema contrassexual de produção e reprodução.

(PAUL. B. PRECIADO)

Travesti, aos seus cinquenta anos de idade, natural do município de Natal, no Rio Grande do Norte, considerando-se parda, com longa passagem de vida pela cidade do Rio de Janeiro e aposentada egressa da Marinha do Brasil. Esta é Jaqueline Brasil. De acordo com a mesma, é uma ativista militar, um ser humano que pensa na igualdade, uma pessoa que luta pelas equidades de direitos, pelo reconhecimento das pessoas travestis, pela cidadania, com boas relações com sua família e afirmando-se evangélica.

Optou em seguir carreira militar por influência da família, pois seu pai e outros membros também eram da Marinha do Brasil e por sua vontade própria

porque podemos observar o quanto fala de modo orgulhoso e feliz ao citar sua vida enquanto militar.

A travestilidades de Jaqueline surge dentro da Marinha, após um concurso de beleza, na cidade do Rio de Janeiro, momento em que foi vencedora do prêmio, na década de oitenta. A escolha por ser militar deve-se também pelo desejo de sua mãe em ter um “filho” nesta profissão. Fato que também deu forças para que iniciasse curso superior (psicologia), que não conseguiu concluir, e para que pudesse conhecer muitos países pelo mundo afora.

O corpo travesti de Jaqueline, como a mesma explica, é fruto da flutuação entre a “mente feminina” e o “corpo masculino” de quando era chamado por “Jacson”, resultando então nas cirurgias plásticas e inserção de silicone industrial.

Para ela, ser travesti é ser uma pessoa vitoriosa, ser guerreira, é saber lutar contra todos os preconceitos que se vai enfrentando pela vida. Jaqueline assume vivenciar em momentos passados de sua vida, até medo de travesti. Medo esse que se expressava em resposta a toda a violência envolta nos mesmos. Ao mudar de calçada para evitar passar próxima às travestis, ela diz que desconhecia todas as batalhas e dificuldades que hoje percebe e se tornaram motivo de orgulho.

Vivendo e se assumindo travesti nos anos noventa, a potiguar nos conta que na época em que os movimentos sociais eram **fracos ou inexistentes**, restava, como opção, a clandestinidade e a tentativa de sobreviver às mazelas e às violências, da melhor maneira possível, muitas vezes sem o auxílio de ninguém. Diz perceber que atualmente existe uma empatia maior entre o movimento trans e a sociedade, mesmo com quem não faz parte do mesmo, fato que ela atribui aos avanços dos diálogos entre o movimento organizado e aos ativismos.

Já dentro dos movimentos das travestis, Jaqueline sentiu a necessidade da existência de projetos para sua população, algo que fugisse às exposições, muitas vezes oportunistas, em sua opinião, dos já existentes projetos no Rio Grande do Norte. É assim que surge então o primeiro projeto oficial voltado ao público trans/travesti, a ASTRA RN, que se solidificou através do projeto Potiguar, contando com o primeiro curso de capacitação para travestis.

Em resultado aos seus problemas de saúde e posteriormente a problemas internos da ASTRA RN, Jaqueline se aproxima da Associação de Prostitutas do Rio Grande do Norte (ASPRORN)¹², uma instituição de prostitutas que lhe garante autonomia de poder fazer e dizer o que precisasse, ofertando, na época, o primeiro curso de cabelereiros para profissionais do sexo, possibilitando a profissionalização das prostitutas do grupo. Pensando na perspectiva de enfrentamento da AIDS, a instituição é renomeada como ATREVIDA, em menção à difícil luta em questão, inclusive à discriminação e desavenças sofridas no próprio meio trans. Dentro da ANTRA, atuou como diretora nas gestões de 2009 até a atual nas pautas de pessoas vivendo com HIV. Mostra carinho e otimismo pelo trabalho da instituição, mas também duras críticas quanto ao egoísmo e egocentrismo dentro do movimento.

Jaqueline conta que teve que passar por um processo de afastamento do movimento por motivos de saúde decorrentes do vírus HIV e de seus medicamentos de controle. Ela desabafa que, na época em questão, passou por isolamento e foi abandonada e criticada por pessoas conhecidas. Encontrou na família seu porto seguro durante o tratamento da doença e todo o processo de adaptação e **aceitação**. Outra situação bem dolorosa foi a descoberta de um câncer decorrente do uso de silicone na região das nádegas.

Jaqueline entende a prostituição como uma realidade muito árdua e em muitos casos muito traumática, não se mostrando nada de glamourização da profissão em sua fala. Enfatiza que a falta de outras possibilidades de trabalho para o gênero, assim como a violência assombrosa nas ruas, são assuntos

¹² Fundada em 2003.

colocados e pautados por ela. Porém, todas as intempéries ligadas ao assunto do ser puta, foram encaradas com muito humor, coragem e casos que marcaram sua trajetória, não havendo, em momento algum, demonstração de desprezo, muito pelo contrário.

Ao falarmos das relações amorosas das travestis, de toda carga emotiva e psíquica que é ser trans/travesti num mundo tão binário e maniqueísta, fica a admissão de carências generalizadas durante a vida. Carência de afeto, carência familiar, carência de apoio, carência de sexo, carência de companhia, carências que se desenvolvem ao mesmo tempo em que o sistema impõe empecilhos, quando não explica, toda uma vida pessoal e interpessoal, que poderia ser apresentada como “normal” ou dentro dos padrões que não são incomodados com o ódio “enraizado”.

Afirma que as marginalidades das travestis não se encontram somente nas esquinas, em forma de uma profissão não regulamentada, mas também em outros núcleos, principalmente, como é colocado em xeque pela entrevistada, nas relações afetivas com homens **heteros cis**. O que engloba todo um trauma de não aceitação, de ser jogada de lado, não ser assumida, não possuir um relacionamento fechado, de não ser apresentada para família e amigos, etc.

Todo esse cenário faz parte de uma caracterização criada em torno das travestis, de que as mesmas possuem a única finalidade de produzir sexo, sem mencionar obviamente todos os problemas estruturais do sistema e muito menos os fatores psicossociais associados.

É nesse sentido que ela coloca em destaque o **papel do empoderamento**, trazido à tona pelos movimentos sociais, pois é através do mesmo que é possível uma reeducação e a abertura de novos olhares sobre as travestis.

Evangélica não atuante, Jaqueline crê que a fé em algo não é automaticamente ligada a dogmas ou instituições religiosas, mas sim, algo que

possa ser sentido pessoalmente e que, ao contrário do que muitas instituições religiosas praticam com trans/travestis, que proporcione “[...] paz e aceitação pessoal [...]”.

Imagem 5 Jaqueline Brasil, em 2013.



Fonte: Arquivo pessoal.

3.6 DE MADRI

ARTIGO 7

A contrassexualidade denuncia as atuais políticas psiquiátricas, médicas e jurídicas, bem como os procedimentos administrativos que se referem à mudança de sexo. A contrassexualidade denuncia a proibição de mudar de gênero (e nome), assim como a obrigação de toda mudança de gênero ser acompanhada de uma mudança de sexo (hormonal ou cirúrgica). A contrassexualidade denuncia o controle atual das práticas transexuais pelas instituições públicas e privadas de caráter estatal heteronormativo, uma vez que estas impõem a mudança de sexo de acordo com modelos anatômico-políticos fixos de masculinidade e feminilidade. Nesse cenário não há razão para política que justifique que o Estado deva garantir

uma mudança de sexo, visto que esta seria equivalente a uma mudança estética de nariz, por exemplo.

Na Sociedade contrassexual as mudanças de sexo se constituíram como utilidade pública, por livre escolha ou imposição. Essas operações não devem servir para que os corpos continuem a remeter a uma ideia de coerência masculina ou feminina. A contrassexualidade pretende ser uma tecnologia de produção de corpos não heterosentrados. As equipes de pesquisa em tecnologia contrassexual estudam e promovem, entre outras, as seguintes intervenções:

Exploração virtual das mudanças de gênero e de sexo, graças a distintas formas de travestismo: cross dressing, internet-drag, cibertidentidade, etc.

Produção in vitro de um ciberclitóris para implantar em diferentes partes do corpo.

Transformação de órgãos do corpo em dildos-enxertos.”

(PAUL B. PRECIADO)

Cris de Madri tem 56 anos, alagoana, exerce o cargo de Presidente da Associação de Travestis e Transexuais de Alagoas. Considera-se negra e é assumidamente travesti. Militante convicta, luta pelos direitos das travestis e transexuais desde o ENTLAIDS no Ceará, no ano de 1999. De lá para os dias de hoje se engajou no movimento e atualmente compõe a diretoria da ANTRA para a gestão de 2016/2019, mas já fez parte de mais outras três gestões.

Cris acredita que sua entrada no movimento se deu pelas lutas das travestis e teve seu início ligado a uma resposta à necessidade de se fazer ouvir e dar visibilidade às vozes daquelas que não eram escutadas, nem mesmo dentro dos movimentos LGBTTs. Através da ANTRA conseguiu adquirir conhecimento e experiência que promoveram sua continuidade no ativismo.

Originária de uma família pobre de recursos, com pais analfabetos, a alagoana completou o segundo grau na década de 80 e diz se arrepender de não ter insistido na formação superior. Cris frisa que sofreu muitas dificuldades em ser uma das primeiras travestis assumidas de Alagoas. Para ela, foi graças ao sacrifício das pioneiras do movimento organizado que hoje a situação das travestis está num parâmetro melhor.

Ela se lembra do estranhamento causado na sociedade naquela época. A pouca quantidade de travestis politizadas e engajadas fazia com que os holofotes se virassem agressivamente para ela e as suas contemporâneas. Cris ainda ironiza um possível desprezo que a nova geração de travestis possa ter para com ela, afirmando que “Quem teve que ultrapassar barreiras fomos nós, as mais antigas, e hoje as mais novas me chamam de patrimônio histórico.”.

No assunto familiar, Cris se recorda da dificuldade do pai em aceita-la, na época homossexual, porque, segundo ela, toda travesti passa por uma fase e por um processo de ser gay, se entender como homossexual. Só pôde perdoar a não aceitação do pai no leito de morte do mesmo. Já com a mãe, o relacionamento era, de certa forma, mais pacífico e com os irmãos, seis homens e uma mulher, a relação também é de certa aceitação.

Seu nome social se deu em meio a uma brincadeira com outros amigos gays, recebendo o nome de Cris de Madri, sem muito mais explicações, e decide adotá-lo como nome de guerra. Ainda sobre o nome Madrid, a alagoana foi sim à Espanha, já com 45 anos, foi a trabalho, prostituição, ficando lá durante dez meses.

Cris vê o Brasil como um péssimo lugar de trabalho para as prostitutas em comparação com outros países que conheceu. Há uma cobrança etária muito grande no cenário nacional, uma preferência por travestis entre dezoito e trinta anos. Sua sobrevivência em meio a esse cenário se dá por uma renda composta de uma aposentadoria e, há seis anos, ela também trabalha como enfermeira no *Centro de Atendimento à População em Situação de Rua e Uso Problemático de Álcool e Outras Drogas*, do município de Maceió.

No que diz respeito às alterações corpóreas, ela possui próteses nos peitos, no nariz e nas pálpebras. Ela conta que quando se prostituía em São Paulo, chegou a comprar silicone industrial, mas que desistiu do procedimento por ser muito doloroso. A aplicação do silicone industrial, em sua opinião, muitas vezes tem sua procura relacionada com a busca pela feminilidade e

aumento da autoestima apresentadas numa alternativa financeira mais acessível para a camada mais pobre da população.

Quando perguntada sobre a relação entre travestis e escola, Cris conta que a luta do movimento, do qual faz parte, visa à inclusão das travestis nas escolas e, conseqüentemente, no mercado de trabalho. A transfobia nas escolas é a maior causa de evasão das travestis. Algumas ainda conseguem superar as barreiras impostas e assim concluírem o período escolar, mas apenas uma minoria consegue, por exemplo, chegar ou concluir o ensino superior, afirma a mesma.

A entrevistada acredita que muito do preconceito nas escolas tem suas raízes na mistificação criada e perpetuada em torno das pessoas que assumem suas travestilidades, sendo a conhecida história do estigma de que travestis são agressivas, muito parecido com o que acontece com as mulheres negras, com suas imagens associadas à mulher **barraqueira**. Porém, para Cris, após quebrar essa barreira estigmática, há sim a possibilidade de inserção social das travestis dentro do ambiente escolar.

Ao ser questionada sobre o que é ser travesti, a resposta vem carregada de franqueza, pois, para ela, ser travesti é a maior expressão e materialização da palavra coragem, “[...] coragem porque são inumeráveis as dificuldades impostas e preconceito que gera diversas violências [...]”. Ela assume não possuir um orgulho exacerbado em ser travesti e confessa que se pudesse escolher, nasceria homem ou mulher, mas na condição heterossexual.

Católica não praticante, Cris acredita no Deus cristão, mas se nega à aceitação das imposições de católic@s ou de qualquer outra religião, porque ela crê no Deus bíblico que salvou uma prostituta, não nas atuais instituições cristãs que pregam ódio e homofobia contra a população LGBTT.

Nos seus cinquenta e quatro anos, diz não acreditar mais no amor. O que não extingue as experiências já vividas que, segundo ela, são muitas. A

monogamia se desgastou na sua concepção graças à grande quantidade de traições envolvidas nas relações que pode vivenciar.

Cris de Madri não se considera plenamente feliz, porém ressalva uma evolução de sua vida pessoal do início da vida de travesti até o atual momento. Ela está conselheira estadual LGBTT de Alagoas, é presidenta de uma ONG e luta vorazmente pelos direitos das pessoas trans. Se fosse colocar num gráfico, sua realização e felicidade pessoal estariam em 80 por cento, brinca ela.

Imagem 6 Cris de Madri em campanha do nome social em Alagoas, em 2015.



Fonte: Arquivo pessoal.

3.7 DELICADA

ARTIGO 8

A contrassexualidade reivindica a compreensão do sexo e do gênero como cybertecnologias complexas do corpo. A contrassexualidade tirando dos ensinamentos de Donna Haraway, apela a uma queerização urgente da “natureza”. As substâncias chamadas naturais (testorena, estrógeno, progesterona), os órgãos (as partes genitais chamadas macho e fêmea) e as reações

físicas (ereção, ejaculação, orgasmo, etc.) devem ser consideradas como poderosas "metáforas políticas" cuja definição e controle não podem ser deixadas nem na mão do Estado nem das instituições médicas e farmacêuticas heteronormativas. A sofisticação da maior parte dos ramos da medicina terapêutica e cibernética (xenotransplantes, próteses cibernéticas visuais e auditivas, etc) contrasta com o subdesenvolvimento das tecnologias que permitem modificar os órgãos (faloplastia, vaginoplastia...) e as práticas sexuais (tomemos, por exemplo, a escassa evolução do preservativo nos últimos dois mil anos). A meta das atuais biotecnologias é a estabilização das categorias heteronormativas de sexo e de gênero (que vai da erradicação das anormalidades sexuais, consideradas como monstruosidades no nascimento ou antes do nascimento, às operações no caso de pessoas transexuais). A testosterona, por exemplo, é a metáfora social biossocial que autoriza a passagem de um corpo feminino à masculinidade. É preciso considerar os hormônios sexuais como metáforas político-sociais cujo acesso não deve ser custodiado pelas instituições estatais heteronormativas." (PAUL B. PRECIADO)

Taís Diniz Souza, travesti, da cidade de Manaus, do Estado do Amazonas, trinta e três anos, afirma-se negra, graduada em serviço social, especialista em políticas públicas e, atualmente, faz mestrado em serviço social em Portugal.

É travesti, pois, enxerga no termo um histórico de lutas que não devem ser esquecidas. Taís é a inadequação com as definições certinhas do que é homem ou mulher, pois se define como um pouquinho dos dois, na dificuldade de se adequar a noções binárias de gênero, e se diz também como parte de um terceiro sexo.

Sua adolescência, no interior de Manaus, foi um período conturbado, marcado pela violência no ambiente escolar. Sua resistência só foi possível

graças à presença marcante de sua mãe, que a fez permanecer na escola, mesmo que a escola não a quisesse.

A ausência de figuras gays, travestis e transexuais, em sua juventude, só foi superada quando, na universidade, tendo contato com a militância LGBTT, por meio do seu trabalho de conclusão de curso (TCC) sobre prostituição masculina, quando se descobre travesti ao olhar para uma figura conhecida de sua cidade. Percebe, ao se travestir nos finais de semana, nas passarelas dos concursos de beleza que começou a ganhar, que eram essas figuras femininas que via no espelho que a contemplavam, e é, por meio desses primeiros espaços, que Taís começa a florescer na sua construção.

Os contornos de sua travestilidades só passam a ser possíveis quando descobre, na cidade de São Paulo, um *El dorado*, lugar idealizado, onde poderia realmente ser quem realmente era e ter o corpo que desejava. Longe dos atravessamentos que a limitavam perto de sua família, nas idas e vindas, pouco a pouco foi construindo sua feminilidade, por meio de cirurgias plásticas e uso de silicone industrial.

Muito jovem, quando chega em São Paulo recém-formada, logo se depara com a depressão ao enfrentar a exclusão que o mercado de trabalho impõe às travestis. Para poder trabalhar é obrigada a esconder sua travestilidades. Hoje, depois de anos atendendo demandas de populações LGBTTs em situação de vulnerabilidade atrás de um balcão, atendendo, telefonando, direcionando para entrevistas de emprego, sabe a importância de seu trabalho na construção da cidadania para essas pessoas. Trabalho que faz com tamanha sensibilidade e que sabe ser um dos seus diferenciais. O fato de ser travesti, trabalhando com políticas para travestis favorece a identificação com as pessoas que passam todos os dias pela sua mesa, afirma ela.

Taís é, antes de tudo, profissional e o fato de conhecer alguns sofrimentos, por ela mesma, e ouvir outros de pessoas que se identificam com a mesma expressão de seu gênero a faz ter bem mais sensibilidade, afeto e atender (receber) estas pessoas no local onde atua com muita delicadeza e

respeito. Nesse sentido, ter trabalhado, durante dois anos com famílias de dependentes químicos foi essencial para significar seus potenciais e separar a sua inserção pessoal na militância travesti, do seu trabalho como assistente social.

São mais de quinze anos de inserção no movimento social, em que é reconhecida nacionalmente, no trato com demandas de políticas públicas. Soube conquistar seu espaço, mostrando que veio somar ao movimento, em que pauta, com propriedade, ações que possibilitem a inserção de seus pares no mercado formal de trabalho como alternativa ao caráter compulsório da prostituição para sua população, sendo uma de suas principais bandeiras. Atua na diretoria da ANTRA já na segunda gestão e apresenta engajamento, também, para os aspectos culturais, a inserção profissional de travestis nas artes e na formação inicial e continuada para profissionalização das mesmas.

Todo este equilíbrio e sensatez a faz transitar entre os variados espaços, desde os diálogos com a academia, ocupando lugares de trabalho em instituições de governo, ao lado das putas nas ruas de São Paulo e na Europa, em eventos pelo país afora, tudo com muita paciência e respeito, recebendo em troca sempre o título de uma das travestis mais delicadas do movimento organizado.

Taís cursa mestrado em serviço social na Universidade de Lisboa, propondo um paralelo entre as travestis brasileiras que migram para Portugal em busca de oportunidades e mercado de trabalho. Sua dissertação, em processo, está mais que aguardada (para o ano de 2018), por nós, companheiras trans, e pela academia que acreditamos estar produzindo.

Imagem 7 Taís Diniz Souza em intervenção artística no Encontro Regional Sudeste de Travestis e Transexuais, em 2014.



Fonte: Arquivo pessoal.

3.8 HISTÓRICA

ARTIGO 9

O controle e a regulação do tempo são cruciais para a concepção e a melhora das práticas contrassexuais. A sociedade contrassexual decreta que as atividades contrassexuais serão consideradas como um trabalho social, que será, ao mesmo tempo, um direito e uma obrigação para qualquer corpo (ou sujeito falante), e que essas atividades serão praticadas regularmente por certo número de horas por dia (a determinar, de acordo com o contexto).

(PAUL B. PRECIADO)

Luana Muniz, cinquenta e sete anos, parda, filha de militar e carioca. Luana possui um currículo e uma vivência imensamente rica, sendo quarenta e sete anos de prostituição, trinta e sete de carreira artística, trabalhou em trinta

e nove países, morando em dezesseis. Possui Ensino Médio completo e é fluente em seis idiomas.

Luana não surge, mas nasce, resultado dos processos do que são, para ela, as vidas das travestis. Materializa-se num corpo travestilizado na década de sessenta, em meio à ditadura militar brasileira, através de hormônios, que buscavam a forma de um corpo feminino nos moldes perfeitos para o padrão exigido. O contexto histórico da época dificultava a existências trans de todas as formas possíveis, pois a carioca comenta que não existia nem nomenclatura oficial para a AIDS, e chamavam a doença de câncer gay.

No que diz respeito à vida escolar, existiram várias ofensas e empecilhos, mas por conta de sua personalidade forte e postura combativa, conseguiu enfrentar as dificuldades e se impor como travesti e na expressão de gênero feminino.

Para Luana, ser travesti no Brasil se assemelha a ser travesti em qualquer outro lugar do mundo, pois se trata de algo que se torna parte do ser e não do estar, é a **essência do caráter**, qualidades, convicções e ideias. Obviamente que existem países em que as questões são mais complexas, afirma a mesma, como em alguns países muçulmanos, por exemplo. Sobre as inúmeras viagens ao redor do mundo, Luana diz que presenciou de tudo um pouco: da xenofobia e discriminação europeia, até a admiração de costumes e leis.

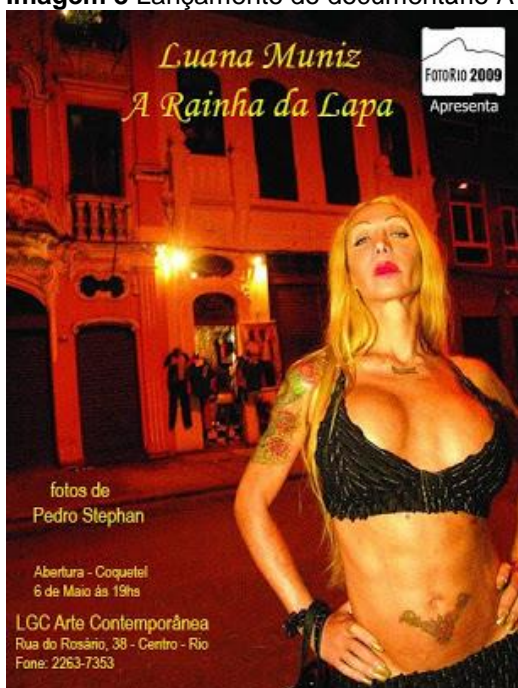
A liderança exerce um papel muito importante na vida da carioca. Para ela, a liderança é um processo de confiança depositada pelos outros em você, não sendo uma escolha pessoal, e, sim, “[...] a liderança escolhe o líder e não ao contrário [...]”. Sua liderança se manifesta através de compaixão e amor, diferenciando mandar e liderar.

Luana possuiu uma forte ligação com o mundo artístico, ligação, esta, que se manifesta através de seus envolvimento com muitos projetos artísticos, música, literatura, e, principalmente, nas suas manifestações através de sua

travestilidades. A feminilidade embebe no masculino se manifestando como representação de um sentimento fluido, de mistério, algo realmente ligado ao artístico e a forma de performar de modo híbrido.

Esta grande ativista e amiga partiu deste plano terrestre no ano de dois mil e dezessete, no percurso dessa cartografia, mas nos deixou grande legado de história travesti, de luta, embate pelo direito ao corpo, pela prostituição e pela manutenção da vida para as pessoas trans.

Imagem 8 Lançamento do documentário A Rainha da Lapa, em 2009.



Fonte: Arquivo Pessoal.

3.9 JANAINA

Artigo 10

A sociedade contrassexual demanda a abolição da família nuclear como célula de produção, de reprodução e de consumo. A prática da sexualidade em casais (isto é, em

discretos agrupamentos superiores a um e inferiores a três de indivíduos de sexo diferente) está condicionada pelas finalidades reprodutivas e econômicas do sistema heterocentrado. A subversão da normalização sexual, qualitativa (hétero) e quantitativa (dois) das relações corporais começará a funcionar, sistematicamente, graças às práticas de grupo que serão ensinadas e promovidas mediante a distribuição gratuita de imagens e textos contrassexuais (cultura contra pornográfica).

(PAUL B. PRECIADO)

Janaina Rodrigues de Lima, travesti, quarenta anos, negra, dizendo-se pertencente ao Brasil inteiro, já que nos conta ter vivido no Rio Grande do Norte, Salto, Campinas e São Paulo. Define-se como uma pessoa que procura fugir das regras e viver sempre em companhia da liberdade, liberdade essa que, segundo ela, se tivéssemos uma sociedade menos preconceituosa, estaria mais presente nos nossos cotidianos.

Nos confessa que não houve um momento em especial onde pode perceber e se entender como Janaina, mas sim, que sente que sempre foi, desde o momento do seu nascimento. O nome surge em homenagem ao mito da sereia **Janaina**, que no candomblé é ligada à figura de Iemanjá, quando ela tinha entre quinze e dezesseis anos e ainda morando na casa de seus pais.

Janaina acredita que existe uma forte relação da inspiração de seu nome social, com a figura da travesti. Para ela, ambas possuem um misticismo e um **enigmatismo** que confunde as outras pessoas, uma dualidade que foge às definições. Apesar de toda essa admiração pela figura de sereias e sua relação com o misticismo, Janaina é evangélica, batizada sob as normas cristãs e durante muito tempo frequentou a igreja e, mesmo fora, ainda crê na religião.

Acerca da mudança de nome e de como seu meio familiar reagiu, ela confessa que o processo foi muito mais difícil pra ela do que para os pais. Ela

nos conta que passou muito tempo fora e longe da família, se comunicando somente por ligações telefônicas, então a questão de ser chamada pelo nome **Janaina**, ainda não tinha sido submetida ao crivo nas relações familiares, marcado, principalmente, quando voltou a primeira vez para a casa de sua mãe e seu pai. Ao chegar em casa, seu pai a chamou no quarto, ela pensando que iria apanhar naquele momento, mas não, seu pai queria apenas saber como deveria se dirigir a filha, já que, segundo sabia, a mudança de nome fazia parte de uma adequação e que ele iria respeitar a mesma.

Janaina se emociona ao dizer que foi com o pai, homem nordestino, considerado extremamente preconceituoso, que ela aprendeu o que era nome social de fato, e, a partir desse momento, ela consegue reviver suas relações familiares e voltar pra casa. Já em casa, somente seu irmão mais velho não consegue chama-la pelo nome. Já o restante da família a chama e a apresenta com seu nome social escolhido, mas ela diz não saber se houve uma conversa ou acordo prévio, mas que ao voltar à convivência junto à família, já existia a **aceitação** (respeito).

Fora do círculo familiar, ela nos conta que os preconceitos são mais gritantes. Todos os tipos de violências recaíram sobre a Janaina travesti, desde abandono dos amigos, à marginalidade, chegando a agressões físicas gravíssimas, como facadas. Janaina também dá destaque à violência institucional, que, segundo ela, se manifesta nas suas experiências pessoais, em casos como quando o policial que a interrogava, acerca das facadas, a questionou sobre o que a mesma fez para ser agredida. A mesma elabora respostas que atestam suas premissas da sociedade machista, homofóbica e transfóbica.

Acerca da prostituição, atual profissão de Janaina, a mesma a considera um trabalho como qualquer outro e prefere ser chamada de profissional do sexo do que puta, pois, em sua opinião, puta é um termo referente à putaria, o ato de “descomprometimento, de entrega sexual”, o que não é o caso quando ela sai para trabalhar como prostituta.

Perguntada sobre a vida na escola, Janaina, que já trabalhou também como pedagoga, conta que suas experiências foram bem difíceis e com a constante presença de discriminação, fato que a fez ser expulsa. No ápice das agressões, um dia na saída da escola, Janaina e suas duas amigas travestis são atingidas com uma chuva de pedras. A partir desse dia a escola se torna um ambiente impossível de ser frequentado.

pós o abandono da escola, por falta de mais opções, Janaina ficou dez anos afastada de qualquer contato com os estudos. Situação que só mudou após conhecer o Grupo Identidade, se tornando ativista institucionalizada e se formando no Ensino Médio pela modalidade EJA (educação para jovens e adult@s). A emoção é eminente e incontrolável ao desabafar sobre a alegria e realização de conseguir derrubar as barreiras que a separaram da vida escolar, pela qual ela sempre foi apaixonada.

Na faculdade, ela nos conta que, diferentemente da escola, existia um apoio por parte do próprio grupo ativista, mas que se decepcionou em relação ao respeito do nome social, por exemplo. Ao chegar ao meio universitário, seu corpo já possuía todas as mudanças que ela reconhecia como travesti, mas, mesmo com todas as mudanças corpóreas, havia muita resistência em respeitar seu nome social e sua corporalidade não binária.

Após quatro anos e meio na faculdade, agora pedagoga, Janaina vê a escola não como um local de real aprendizado, mas de maquiagem da degeneração do sistema educacional brasileiro. A ausência de investimento se torna um problema, pois a escola é tida somente como um local de escape, onde as crianças são jogadas, sem real interesse por parte do Estado, o que se manifesta na falta de formação continuada de profissionais da educação, e consequentemente no aprendizado, ou ausência dele, para @s estudantes.

Janaina não pensa em ministrar aulas nesse momento de sua vida. Opta em continuar na carreira de profissional do sexo. Para ela, ser travesti consiste em ser livre e em constante fuga do binarismo de gênero, quebrando paradigmas e imposições de uma sociedade transfóbica, é a luta em existir.

No ano de dois mil e dezesseis assumiu a superintendência adjunta da Secretaria de Direitos Humanos do Município de São Paulo atuando, de modo direto, junto às políticas LGBTTs e, em especial, para a população de travestis e transexuais no território.

Imagem 9 Janaina Rodrigues de Lima em campanha em alusão ao dia 29 de janeiro para o município de Barueri, São Paulo, em 2014.



Fonte: Arquivo pessoal.

3.10 UMA PRESIDENTA DE FIBRA...CRIS STEFANNY

Artigo 11

A sociedade contrassexual estabelecerá os princípios de uma arquitetura contrassexual. A concepção e a criação de espaços contrassexuais serão baseadas na renegociação e na desconstrução das fronteiras entre as esferas pública e privada. Essa tarefa implica desconstruir a casa como espaço privado de produção e de reprodução heterocentrada.

(PAUL B. PRECIADO)

Em um dos muitos encontros que a vida me proporcionou com esta ativista e amiga, desde o ano de dois mil e quatro, entrevisto Cris Stefanny, Travesti paraibana de trinta e sete anos, morando há mais de vinte anos em Campo Grande. Aos dezessete anos, recém-chegada ao Mato Grosso do Sul, onde teve seus primeiros contatos com os ambientes LGBTT's e com todas as questões permeadas nos mesmos, desde a travestilidades enquanto forma de resistência, à violência que permeia, seja de forma institucional ou não, a existência travesti.

O encontro da entrevista se deu num dos meus ires e vires de Assis/SP para Cuiabá/MT e, como sempre são nossos encontros (Cris e eu), tudo regado a reuniões políticas em Campo Grande/MS, articulações do movimento, diálogos com movimentos parceiros, cervejas, comidas e muitas risadas, sempre finalizadas em hospedagem mega carinhosa em sua residência na capital sul-matogrossense.

Dentro do processo de transformação, viu sua travestilidades ser trespassada por mudanças estéticas, contatos com hormônios, mudanças nos relacionamentos e laços sociais. Fica óbvia a admiração e importância da figura de sua mãe na conclusão desse processo, mesmo sendo cristã e frequentando instituições que normalmente funcionam como entraves a luta LGBTT, sempre a apoiou e se construiu como base familiar, que segundo Cris, é de extrema importância ao pensarmos em estratégias de respeito pelas expressões de gêneros e luta.

Ainda dentro da questão das perspectivas que teve contato nos ambientes LGBTTs, Cris nos conta que sua opinião acerca da prostituição é significar as existências de pontos positivos e negativos na/da luta.

Sua passagem pela atuação, enquanto profissional do sexo, durou doze anos, pode ver e encontrar oportunidades e pessoas boas, mas também ter contato com toda as violências, seja as advindas do tráfico, da cafetinagem, da homofobia e transfobia impregnada na sociedade e imprescindivelmente do Estado através de seus agentes. O meio trans, enquanto marginalizado pela

sociedade, se vê sempre diante de cenários também marginais, excluídos e violentados pelo status quo homofóbico, machista, misógino, racista e capitalista.

Sua militância se iniciou permeada por uma resistência justamente forjada dentro do mundo da prostituição. Fundou em Mato Grosso do Sul uma das principais instituições de travestis do país.

Estabeleceu um movimento de embate ao grande índice de assassinatos de pessoas trans no Estado, que em união a outras trans, se estabeleceram enquanto instituição e organização de confronto a violência policial e transfóbica, propondo debater questões acerca da saúde e de doenças sexualmente transmissíveis. A ATMS (Associação de Travestis e Transexuais do Mato Grosso do Sul) foi fundada em 2001, atuando até os dias de hoje na luta pelo fim das violências e estigmatização contra as travestis e transexuais.

A ATMS sempre buscou expandir os horizontes de luta até instancias que saíssem apenas do meio da saúde e combate a violência, mas também buscando a inserção nas secretarias de cultura, ministério da justiça, ministério da educação, departamento dos direitos humanos, etc. Através da abertura de editais de projetos, a organização sempre buscou apoio também na histórica luta contra a Aids e HIV, inserção das travestis no mundo do trabalho formalizado, conscientização da população e na expansão do debate político.

Nas muitas conversas sobre os movimentos sociais e de luta, Cris fala sobre sua passagem pela ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais), como presidenta na gestão de 2012/2016, que ocorreu em um momento de desmobilização da organização, mas que foi importante num processo de amadurecimento de sua militância e própria reorganização da associação em âmbito nacional.

Ao ampliar o debate ao cenário da política nacional, ela nos fala da expansão do movimento nos mandatos do presidente Lula (Partido dos

Trabalhadores - PT), porém uma regressão no governo Dilma, mas ressalta que a inserção nas diversas instancias e órgãos nacionais segue sendo realizada.

Cris se candidatou a vereadora duas vezes, mais notoriamente em 2008, concorrendo pelo PT, conseguiu mil quatrocentos e quarenta votos. Petista por acreditar no papel do partido em diversos setores da sociedade, assim como em seu estatuto partidário, não deixa atualmente de traçar uma autocrítica perante os desdobramentos políticos do Partido e conjuntura nacional, que a fizeram abandonar o mesmo após atitudes questionáveis de certos membros e descaso perante certas pautas trans. Atualmente Cris Stefanny é filiada ao PPS.

No que concerne a sua escolaridade, Cris conta que abandonou (evadiu) a escola na quarta série, isso ainda na cidadezinha de Mamanguape, interior da Paraíba e que considera que começou a viver somente a partir de seus dezesseis anos. Sua saída da escola esteve diretamente interligada a suas condições financeiras, onde devido as mesmas se viu obrigada a escolher entre escola e trabalho. Voltou à escola em 2003 através de um projeto de aceleração escolar, no estilo EJA (Educação de Jovens e Adultos).

O papel da travesti na escola é inegável atualmente, diz Cris. Na sua opinião, por mais que as instituições escolares sejam repletas de preconceitos e empecilhos, deve sim ser um lugar ocupado por luta e resistência, até mesmo se comparado a outros ambientes aos quais as travestis e trans são submetidas.

Sobre a construção do corpo travesti, a militante a caracteriza como a expressão de qualquer pessoa, que independente de transformações estéticas e hormonização, se identifica com o gênero feminino, porém não necessariamente passando por uma cirurgia de mudança de sexo. Definições e conceitos a parte, Cris diz não se importar de ser considerada trans ou travesti, um debate já superado em sua vida e ativismo, não com ausência de crítica ao termo higienizado e colonialista que é a construção do gênero trans na

sociedade brasileira. Orgulha-se de ser travesti e de toda sua história de luta e resiliência.

Na intimidade de seus amores, não se dá bem com o conceito da palavra **amor**, prefere a temporalidade de paixões e tesões unidas à cumplicidade da vida cotidiana. Evangélica não praticante, defensora das religiões de matrizes africanas, vê no cristianismo algumas lições a serem levadas outras a serem superadas.

Deixa como mensagem final o incentivo, em tom de puxão de orelha, ao ingresso e permanência das travestis nas escolas. Relembra os primórdios dos movimentos e suas dificuldades, acreditando que não devem se perder no esquecimento, mas sim servirem de incentivo às novas gerações. As travestis e trans devem traçar seu caminho e ativismo a qualquer custo, em qualquer lugar!

Imagem 10 Cris Stefanny, em 2013.



Fonte: Arquivo pessoal.

3.11 TRAVESTI CAMALEOA

ARTIGO 12

A sociedade contrassexual promove a modificação das instituições educativas tradicionais e o desenvolvimento de uma pedagogia contrassexual high-tech com o fim de maximizar as superfícies eróticas, de diversificar e melhorar as práticas contrassexuais. A sociedade contrassexual favorece o desenvolvimento do saber-prazer e das tecnologias dirigidas a uma transformação radical dos corpos e uma interrupção da história da humanidade como naturalização da opressão (naturalização de classe, da raça, do sexo, do gênero, da espécie, etc.).

(PAUL B. PRECIADO)

Ao final de um evento¹³ muito intenso, na terceira edição, promovido pelo grupo PsicuQueer, da UNESP/ASSIS, sendo partícipe (nós duas) do processo de organização, tenho o prazer de entrevistar Melissa Campos, ativista travesti, natural de Londrina. Diz-se ser uma mistura interessante de sangue italiano e indígena, trespessada por traços negros. Aos quarenta e um anos, se reconhece no auge de sua militância em diversos setores de luta da sociedade e se afirma travesti enquanto reconhecimento da questão histórica de construção do movimento de resistência que surge nas ruas.

Foi sob um processo lento de construção que “Mel” (comumente chamada) se descobriu travesti e iniciou seu processo enquanto tal. A admiração por mulheres, o reconhecimento de suas qualidades e a

¹³ O referido evento é o PAREMOS A TRANSFOBIA, em terceira edição, organizado pelos professores do grupo de pesquisa PsiCuQueer e discentes de pós-graduação e graduação em psicologia da UNESP-ASSIS/SP que tem como base a garantia das vozes do movimento social organizado de pessoas trans nos espaços da academia. O Seminário contou com, aproximadamente, duzentas pessoas.

desconstrução de uma artificialidade estereotipadamente erótica se mostraram pilares fundamentais.

Durante a infância, aos nove anos, surgem os primeiros sinais de identificação com o gênero feminino frutos de um reconhecimento de sua mãe enquanto figura empoderadora e primeiras impressões de admiração perante as travestilidades dentro do universo da prostituição.

Aos doze anos se assume travesti, onde a rebeldia e a resistência marcam sua chegada a um universo de luta e violência. Porém me confessa que, somente após os trinta e cinco anos pôde finalmente se conhecer por completo, momento que vai de encontro a uma corrida pela realização pessoal, em que o teatro se mostra como peça chave.

Sempre se considerou extremamente feminina, fator que contribuiu para que desse início à hormonioterapia na busca de uma transição que lhe proporcionasse a naturalidade feminina num corpo trans. Me conta a dificuldade de seu processo de hormonização clandestino, a exclusão implícita a fez, como ela mesma diz, “um rato de laboratório” na hormoneoterapia. Aos quarenta anos repensa a feminilidade obrigatória compulsória, se encontrando numa desintoxicação hormonal e na aceitação de uma androgenia que ela considera natural para as corporalidades travestis.

Protagonista de uma vida marcada por violência transfóbica, vê hoje uma melhora, mesmo que rasa, da aceitação da sociedade perante as travestilidades enquanto fuga dos papéis de gênero duais impostos. Considera o sexo uma arte, uma forma de cura espiritual, que enquanto relacionamento se concretiza em companheirismo e enquanto trabalho manifesta-se numa mescla de dor, dom e necessidade. Sua eroticidade não cabe em rótulos ou faixas etárias, e intercala-se em sua vida e atuação política, não claro, sem passar por um olhar crítico e empoderador.

A etapa escolar, ou a ausência dela no caso, se apresenta como uma ferida aberta e dolorosa para Mel. Foi obrigada a se retirar da escola por ser

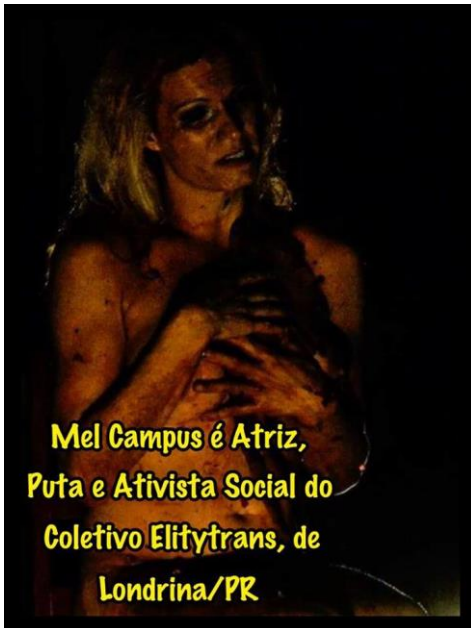
considerada **anti-social** pela equipe escolar. Foi levada a um psicólogo, que a diagnosticou como **não heterossexual** e posteriormente a uma internação ligada à *Assembléia de Deus*, que deu início ao processo de demonização de sua sexualidade. O fanatismo religioso ceifou a perspectiva de sua educação até mesmo em nível básico, a empurrando para alternativas de trabalho que não seriam suas escolhas nos dias de hoje.

Ao ser questionada acerca da importância da função da escola na vida das travestis, Mel critica as instituições enquanto espaços totalmente despreparados para aceitação de trans. Para ela, o ideal seria uma relação dialética/dialógica entre as escolas e as travestis, suas identidades e orientações, resume em frase enfática a necessidade desta reformulação institucional: “Uma travesti ela não tem que ser transformada pela escola, mas ela tem que ter o poder de transformar a escola e é isso que talvez a escola tenha medo né!”.

Como uma das figuras representantes mais emblemáticas do movimento trans/travesti do Sul, seja nos primórdios da ANTRA e o Ativismo e cidadania, entre projetos e lideranças, acolhimentos e rupturas de estereótipos, trabalha atualmente em paralelo com o teatro, onde pode expressar o mais genuíno de sua travestilidades e carisma, desconstruindo e reconstruindo o feminino em constante transformação, entre o bíblico e o profano.

Deixa como mensagem para as novas travestis insurgentes, o incentivo à luta pela educação em qualquer instância, assim como o empoderamento de seus corpos enquanto instrumentos políticos e de militância. Aconselha também para que as novas gerações não se esqueçam das origens da história das resistências trans nas ruas e que perante esses pilares possam reescrever uma história que rompa com a exclusão, com os estereótipos de gênero e de orientações sexuais!

Imagem 11 Peça GraziEllas, interpretada pela ativista Melissa Campos.



Fonte: Arquivo pessoal.

3.12 ESPERANÇA... Y FURIA TRAVESTI

ARTIGO 13

A sociedade contrassexual demanda que todo ato de sexualidade seja considerado como um trabalho em potencial e, portanto, que a prostituição seja reconhecida como uma forma legítima de trabalho sexual. A prostituição só poderá ser exercida quando há um contrato livre e consensual no qual uma das partes se define como comprador de trabalho sexual e a outro como vendedor de certos serviços sexuais. Todos os trabalhadores e trabalhadoras sexuais terão direito ao trabalho livre e igualitário, sem coação nem exploração, e deverão se beneficiar de todos os privilégios legais, médicos e econômicos de qualquer assalariado do mesmo território.

A contrassexualidade busca gerar uma contraprodução de prazer e de saber no âmbito de um sistema de contraeconomia contrassexual. Por tal razão, tal publicação de

imagens e de textos contrassexuais (contrapornografia), assim como a contraprostituição, serão consideradas como artes e disciplinas. Prevê-se a formação de centros universitários destinados à aprendizagem das diferentes disciplinas contrassexuais. No âmbito da sociedade contrassexual, os corpos falantes se chamarão “pós-corpos” ou *wittigs*.

(PAUL B. PRECIADO)

Em uma temperatura de quarenta e três graus, marco reunião com minha companheira de instituição (ASTRAMT) Daniela Veiga num espaço com ar condicionado (porque travesti não é bagunça) na capital matogrossense. Parda, com traços indígenas, vinte e três anos, travesti, natural de Cuiabá – Mato Grosso. Estudante de direito, numa instituição privada de ensino, ainda não trabalha como advogada, mas sim como profissional do sexo, puta como prefere dizer.

Para Daniela existe uma dificuldade em definir o que é ser travesti, já que na visão dos outros a existência é associada automaticamente à prostituição, deixando de ser um gênero para se tornar uma profissão.

A escolha de cursar direito está atrelada à necessidade de combater uma sociedade intolerante, racista, materialista e homofóbica e seu consequente ataque às minorias, afirma a mesma. A sua formação (em processo) em direito é a prova de que travestis possuem potencial para entrar no meio educacional e de trabalho.

Para a cuiabana, a escola se mostra um ambiente perpetuador da transfobia, onde as travestis sofrem o que ela chama de preconceito institucionalizado, quando o mesmo parte não d@s alun@s, mas de professor@s e funcionári@s que não estão pront@s para lidar com diferenças. No ambiente escolar até mesmo as ações mais simples se tornam um pesadelo, como ir ao banheiro ou ter seu nome social respeitado.

Na opinião dela, os debates acerca de travestilidades são de extrema importância, mas eles têm que sair dos seminários e órgãos nacionais, e chegar nas bases, nas comunidades, nas escolas, nas universidades. Ativista social convicta, faz parte da ASTRAMT (Associação de travestis e transexuais de Mato Grosso) e da UNE (União nacional dos estudantes).

Foi a primeira travesti a ocupar o cargo de direção de diversidade LGBTT da UNE, na gestão 2015/2017, quando viajou pelo país travando debates intensos e importantes em nome da instituição, sendo aclamada por mais de mil estudantes ao entregar seu cargo no último evento em que participou frente à diretoria, na cidade de Belo Horizonte, em Minas Gerais.

No meio familiar, Daniela nos conta que atualmente sua convivência com a família se dá de forma harmoniosa, diferente do começo de sua transformação, quando os familiares julgavam que toda travesti estava fadada a ser marginal, criminosa, inserida num mundo de violência. A desconstrução se deu através de trabalho contínuo de conscientização.

Sobre seu processo de travestilidades, ele teve início por volta de seus 15, 16 anos, através de pequenos gestos como usar uma peça de vestuário feminino, os muitos descobrimentos das sexualidades, dos usos do corpo etc. Daniela nos conta que a partir do momento em que começou a usar vestuário feminino, é que se deu a adequação da aparência ao gênero, processo que depois teve sua continuidade através de cirurgias plásticas.

A questão estética é muito importante na questão da travestilidades, mas na opinião dela, não é obrigatória a performance do feminino para que alguém seja travesti; em sua opinião travesti é algo muito mais ligado à mente, a se sentir assim, a partir daí então, escolhe-se ou não a estética feminina.

Daniela relata que passou por dificuldades durante sua vida escolar. Por exemplo: a não aceitação de seu nome social, na época já assegurada pelo Ministério da Educação, razão que, além das agressões físicas, se enquadra como um dos maiores motivos de evasão. Segundo ela, só não desistiu porque

sempre acreditou que a educação é a chave de tudo, principalmente numa sociedade elitista, numa sociedade capitalista.

Ao ser questionada acerca da travestilidades na escola, Daniela nos conta que esta não é uma realidade, que poucas conseguem terminar o ensino médio, “imagine ingressar no meio universitário”. Ela vê a beleza da educação, pois é a única coisa que não podem tirar dela ou de qualquer outra, é o que fica além de dinheiro, aparências e julgamentos, é algo definitivamente e eternamente seu.

O fundamentalismo religioso, diz ela, está presente nas escolas diariamente, seja através do ensino direcionado ou a negação de religiões afro-brasileiras, por exemplo. O Estado deve ser laico, constitucionalmente falando, mas não é a realidade vista nos ambientes escolares, motivo que muitas vezes agrava as opressões, exclusões e evasões sofridas pelas travestis e trans.

Para finalizar este nosso encontro, entre muitos que sempre estabeleço com esta minha parceira e amiga, Dani conta como se dá sua vida amorosa, trazendo uma problemática recorrente às travestis: a dificuldade de ser assumida por um parceiro publicamente. As travestis também amam, só que o amor submetido à sociedade hipócrita e preconceituosa, toma um viés muito mais complicado, “porque somos inexistentes para os espaços sociais cotidianos”.

Imagem 12 Daniela Veiga em Parada da Diversidade realizada em Cuiabá, Mato Grosso no mês de setembro de 2017.



Fonte: Arquivo pessoal.

4. MAPEAMENTO DO MOVIMENTO ORGANIZADO DAS TRAVESTIS BRASILEIRAS, POLÍTICAS PÚBLICAS E DEMANDAS PARA OS DIREITOS À VIDA

Eu sou o avesso do que o Sr. sonhou para o seu filho. Eu sou a sua filha amada pelo avesso. A minha embalagem é de pedra, mas meu avesso é de gesso. Toda vez que a pedra bate no gesso, me corta toda por dentro. Eu mesma me corto por dentro, só eu posso, só eu faço. Na carne externa quem me corta é o mesmo que admira esse meu avesso pelo lado de fora. Eu sou a subversão sublime de mim mesma. Sou o que derrama, o que transborda da mulher [...].

(RAFAEL MENEZES)

Nesta etapa da pesquisa, torna-se necessário um resgate das histórias e apresentações de algumas questões que enredam o surgimento do coletivo nacional organizado das pessoas travestis e transexuais no país. Isto se dá para contextualizarmos algumas questões que, nos processos históricos deste grupo protagonista, marcam quais são os atravessamentos que surgiram em cada momento do cenário nacional de diálogos sobre as várias travestilidades, foco principal desta tese.

Aqui, neste capítulo, buscamos explorar o surgimento desta rede organizada, a criação de uma das mais importantes instituições representativas destas pessoas no Brasil, que reúne cerca de 110 organizações filiadas, de grupos que trabalham em prol destas pessoas, frente às demandas político-sociais na contemporaneidade.

Esse mapeamento estará atravessado pelo texto (poema) de meu grande amigo e ativista do estado do Rio de Janeiro, incansável militante para as causas trans, pela luta por direitos e por visibilidade travesti, transpostas em

seu brilhante texto já utilizado, por nós (ativistas da ANTRA) em muitos momentos importantes políticos nos estados da federação.

Apresentamos, ainda, elementos das políticas públicas que se referendaram através, principalmente, das contribuições e contestações destas organizações frente às desigualdades de expressões de gêneros, sexualidades e corporalidades, com vários marcadores sociais de estigmas, que estas pessoas sempre sofreram diante da vida.

E finalizamos esta parte do texto apresentando, para além dos quesitos já consolidados, via políticas públicas, o viés da escola, que é lócus de nossas problematizações acerca das travestilidades e a educação formal, mapeando alguns programas e projetos, que nos parecem exitosos¹⁴, ao garantirem acesso, permanência e qualidade nas discussões sobre e com as pessoas travestis.

Iniciamos este emaranhado de ideias afirmando que muitos elementos, aqui apresentados, resultam dos dois anos e meio iniciais desta pesquisa em variadas facetas, lugares e fontes. Utilizamos, primeiramente, dados coletados nos documentos e sistemas de informações advindos do Ministério da Saúde, através do setor específico responsável pela prevenção e combate à Aids e hepatites virais no Brasil. Esse setor governamental sempre foi grande parceiro e atento às questões sobre as travestis, inicialmente pelas preocupações acerca das doenças sexualmente transmissíveis, mas, com os contatos cotidianos com estas pessoas, problematizados em encontros nacionais, alargaram-se nos debates e apresentaram outras frentes de diálogos, consolidações de programas e projetos em consonância com as reivindicações de direitos.

Esta etapa se prolongou, pois, as documentações sobre os projetos financiados pelo governo federal para a população travesti, nestes últimos 25

¹⁴ Programa Transcidadania do município de São Paulo. PreparaNem, organizado e executado por ativistas da Lapa, na cidade do Rio de Janeiro, RJ. TransEnem, organizado e executado por ativistas na cidade de Niterói, RJ.

anos, estão em arquivos de posse do Ministério da Saúde, seu acesso é restrito e tais documentos não podem ser retirados dos espaços em que estão alocados.

Esse setor do governo foi grande responsável por várias ações que deram visibilidades ao coletivo trans, com programas, projetos e campanhas que, até na atualidade, servem de parâmetros a outros setores públicos pelo comprometimento e cuidado para com as muitas especificidades destas pessoas.

Precisamos também ressaltar que se somam a essas informações, algumas pesquisas que já foram publicadas e que trazem pouquíssimos elementos contundentes mais específicos da história deste movimento. Porém, não são menos importantes, porque acreditamos nas processualidades de cada sociedade e que no momento em que isso se dá, essas informações deveriam vir à tona e através das pessoas mais importantes desse cenário, ou seja, as próprias travestis.

Neste sentido, tomamos como bases iniciais desse mapeamento as produções sobre travestis no Brasil publicadas por Hélio Silva, Don Kulick, Marcos Benedetti, Wiliam Peres, Marcos Torres, Larissa Pelúcio, Berenice Bento, Flavia do Bonsucesso Teixeira, entre outr@s. Tomamos, também, algumas passagens de obras que não esmiúçam as questões das travestilidades, mas que trazem alguns elementos bem ilustrativos de encontros e atravessamentos das organizações das travestis em situações diversas, como o texto *Na terra de Deus e do Homem* de Silvana Paternostro, publicado no ano de 1999 no Brasil, que relata sua participação num destes encontros de saúde, no ano de 1995.

Sobremaneira, agregamos aos documentos e pesquisas já realizadas, as narrativas das travestis que fizeram e fazem parte destas histórias, de arquivos pessoais, que estão sendo disponibilizados pelas partícipes da criação do movimento referido, validando-as, através das entrevistas e relações com essas pessoas. Textos tão legíveis e íntegros que não podem ficar de fora

deste emaranhado de dados, seja pela importância destes relatos, seja pela intenção latente, neste trabalho, de garantir as experiências das várias travestis.

Estas narrativas e histórias das travestis que vivenciaram o surgimento do coletivo organizado no Brasil são centrais nesta tese, porque dão o suporte para problematizarmos os eventos e dinâmicas que foram travadas nestes anos mapeados e apontam os muitos elementos, que foram utilizados como resistência aos poderes de opressão fascista, que deram força para que estas organizações e posicionamentos pessoais sobrevivessem e ganhassem olhares para esta pauta.

É preciso marcar, então, a primeira instituição, fundada em 1992, a Associação de Travestis e Liberados do Rio de Janeiro (ASTRAL), com sede na cidade do Rio de Janeiro, que apresenta a proposta específica de coletivo de pessoas trans no Brasil. Iniciou todo o processo histórico deste coletivo, projetando e realizando o primeiro Encontro Nacional de Travestis e Liberados que Atuam na Prevenção da Aids (ENTLAIDS) que aconteceu no ano seguinte (1993), agregando, entre pessoas travestis, mulheres transexuais, pessoas da comunidade LGBTT¹⁵ e pesquisador@s, num total de 95 pessoas. Nesse encontro, e nesse período, não havia referência a homens trans, nem se falava neste conceito.

O evento teve à frente a ativista travesti Jovanna Baby, organizado pelo grupo ASTRAL e realizado com apoio do Instituto de Estudos da Religião (ISER). Contou com a participação de representantes de vários estados cujos grupos organizados, em sua maioria, eram compostos apenas por gays e lésbicas, havendo poucas lideranças de travestis e apenas duas instituições dirigidas por elas: a ASTRAL, no Rio de Janeiro, e o Grupo Esperança, em Curitiba no Paraná.

¹⁵ Sigla que habitualmente marca a comunidade de pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais.

O evento, de acordo com os referidos relatos e documentos, que compuseram esse grupo, foi enorme sucesso e marco fundamental para as posteriores vitórias e acontecimentos, que consolidaram, através deste evento, um coletivo forte e resistente, que, até na atualidade, vem avançando nas conquistas e posicionamentos frente ao contexto político, cultural e social no Brasil.

A partir deste momento, sucessivos encontros foram realizados encadeando ações e eventos nas cinco regiões do país, que resultaram na criação, fortalecimento e projeção de várias organizações específicas de coletivos travestis e transexuais, bem como, inseriu nas organizações não governamentais (ONG'S) mistas¹⁶ as temáticas e questões específicas dessas pessoas nos seus planejamentos e estratégias de intervenções.

Os registros destes eventos, como anteriormente citados, não são amplos, pois naquele momento da história, naqueles tempos específicos, não se tinha a preocupação, nem hábitos de documentação, relatórios e outras saídas para marcar cada encontro, até mesmo porque o cenário nacional era novo e toda voz, até então recolhida aos melindres das discriminações e exclusões, ecoavam de tal potência que processos tão importantes quanto os registros passaram despercebidos aos grupos que constituíram cada tempo e momento iniciais dos ENTLAIDS.

Trilhamos os caminhos desta tese pelos elementos que incansavelmente buscamos em cada setor do governo, em cada ONG que nos concedeu fotos e alguns cartazes da época, em cada pesquisa já realizada, porém, principalmente, nos diálogos que se estabeleceram no decorrer da pesquisa e que, aos olhares intencionais das múltiplas vozes, desta travesti que vos fala e deste orientador, tem gigantesca importância tanto quanto os textos redigidos sobre.

¹⁶ Organizações não governamentais que agregam pautas e representatividades lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais.

4.1 ENTRE IDAS E VINDAS: OS ENTLAIDS CONQUISTAM ECOS

No ano de 1994 o segundo ENTLAIDS foi realizado fora da cidade do Rio de Janeiro por decisão do coletivo responsável e dos recursos que financiaram o evento. Teve como principal apoiador um gestor do município que se disponibilizou e foi grande parceiro para realização do mesmo. Ele aconteceu na cidade de Vitória, no estado do Espírito Santo, e teve a participação de 80 pessoas, sob a responsabilidade organizacional da ASTRAL/RJ.

Imagem 13 Cartaz de divulgação de Encontro nacional organizado pela ASTRAL/RJ em 1994.



Fonte: Arquivo pessoal.

Em 1995, o evento voltou a ser sediado na cidade do Rio de Janeiro, pois de acordo com uma de nossas colaboradoras, a travesti Keila Simpson, atual presidente da ANTRA (gestão 2016-2020), era nesta cidade que estava a

organização de travestis e transexuais mais atuante naquele momento e que conseguiu articular recursos para a logística do encontro que reuniu cerca de 120 pessoas.

Cabe, aqui salientar que, de acordo com dados da atual gestão da ANTRA, foi a primeira edição apoiada pelo então Programa Nacional de DST/Aids (PN-DST/Aids). A primeira diretora Lair Guerra, muito sensível e comprometida com a temática recebeu e acatou a solicitação de apoio da organização ASTRAL/RJ para a realização do Encontro. Estabeleceu-se, então, a proposta para que esses encontros fossem um ano no Rio de Janeiro, no ano seguinte fora do Rio e no ano subsequente voltasse ao Rio, ou seja: um ano no Rio, outro fora, assim intercalado por alguns anos (porque se tinha o movimento mais atuante e articulado naquela cidade).

Imagem 14 Cartaz de divulgação do III ENTLAIDS.



Fonte: Arquivo pessoal.

Neste interim temporal (1993 a 1997), surgem a Rede Nacional de Travestis (RENATA) e a Rede Nacional de Travestis e Liberados (RENTRAL), na premissa de articular a criação de algumas instituições, para além do Rio de Janeiro e agregar as demandas e diálogos numa rede específica de pessoas travestis e transexuais.

Questões que até então não eram pautadas de modo significativo nas propostas da recente Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT)¹⁷, que ainda intitulavam em seus discursos que nós, travestis (“eles”) teríamos demandas específicas. Nestes anos, inclusive, houve grande manifestação das pessoas que compunham a RENTRAL, numa campanha de rasgar seus títulos eleitorais em protesto ao não respeito e discriminação frente às pessoas trans no Brasil.

Estas duas siglas sempre estavam em pauta nas discussões do grupo, pois ainda não era consenso a nomenclatura da rede que se iniciara e nem suas pautas bem objetivas, mesmo porque, em leituras mais atuais, acreditamos que era a articulação destas pessoas o grande passo para que este coletivo se organizasse e, aí sim, disparasse quais seriam suas bandeiras de lutas iniciais.

Uma das pesquisadoras que participou deste encontro relata algumas passagens do evento, que demonstram as intensidades das participações das travestis em toda a programação e enquanto protagonistas de suas próprias demandas e vozes. Uma destas passagens marca o quão era estereotipada a imagem das pessoas travestis e o quanto as pessoas da academia compravam e reproduziam estes estigmas excludentes.

Fator este que nos dá muita tranquilidade nesta produção de contestação acadêmica visto que, ainda na contemporaneidade, se produzem muitas pesquisas com estes olhares excludentes, resultando em

¹⁷ Criada em 31/01/1995 por 31 fundadores, contando no ano de 2016 com 308 instituições filiadas.

posicionamentos de ciências que em nada contribuem para as vidas dessas pessoas.

Em sua obra, ao relatar as suas significações sobre uma das maiores lideranças travestis no Brasil, a mesma dispara a seguinte descrição: “Jovana Baby desafia o estereótipo de travestis que usam maquiagem demais e saltos desconfortáveis. Em vez de lamé dourado, decote e strass, ela veste uma túnica simples e sapatos confortáveis” (PATERNOSTRO, 1999, p.248).

São latentes as premissas de como se significava travesti naqueles tempos, pela academia (pesquisadoras e pesquisadores), já marcavam o tom de rigidez e aprisionamento para certos grupos de pessoas, como se não fosse possível, ou fosse errado, usar *lamé* e saltos lindamente altos. Podemos observar que estas pactuações foram difíceis, mas providenciais para chegarmos aos momentos contemporâneos onde se observa posicionamentos éticos e políticos de profissionais comprometidos com as pautas deste coletivo e, automaticamente, contribuiram para nos dar rumos de que luta queríamos travar e quais seriam nossas primeiras batalhas para garantia de direitos.

Imagem 15 Cartaz do IV ENTLAIDS.



Fonte: Arquivo Pessoal

No ano de 1996, novamente acontece o evento na cidade do Rio de Janeiro, totalizando 130 participantes. No ano seguinte realiza-se na cidade de

São Paulo, com número expressivo de 280 pessoas. Em 1998 o ENTLAIDS retorna para o Rio também com número grande de participantes, num total de 230 pessoas. Esses eventos todos ainda sob a organização e tutela da rede RENTRAL.

Imagem 16 Cartaz do V ENTLAIDS.



Fonte: Arquivo pessoal.

Vale ressaltar que, de acordo com dados de Keila Simpson, em seus arquivos pessoais, nesse período não tinha uma rede nacional na organização desses encontros. Os eventos que se seguiam eram muito pensados e dialogados com a instituição que iniciou todo o processo de organização coletiva, recorrendo à organização e gestão local para a logística de acomodação e passagens.

Imagem 17 Cartaz do VI Encontro Nacional de Travestis e Liberados.

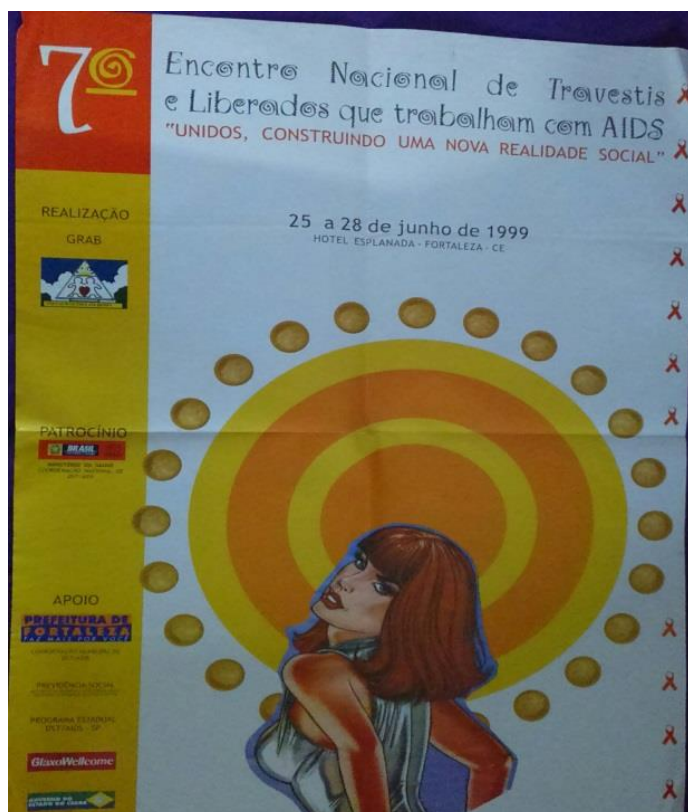


Fonte: Arquivo Pessoal.

4.2. RUMO AO NORDESTE

Acontecimento inédito se dá no ano posterior quando o encontro sai do eixo sudeste (Rio x São Paulo) e é realizado na região nordeste, mais especificamente, na cidade de Fortaleza, no Estado do Ceará, contemplando nas mais de 300 inscrições e 250 pessoas contempladas para participar do evento. Momento, este, histórico, por acontecer numa das regiões, até então, marcadas pelos machismos e rejeição para com a possibilidade das existências travestis.

Imagem 18 Cartaz do sétimo ENTLAIDS.



Fonte: Arquivo pessoal.

O evento foi organizado em parceria pelo Grupo de Resistência Asa Branca-GRAB e o Ministério de Saúde, sob coordenação de uma das principais precursoras do movimento travesti no Brasil, a advogada Janaina Dutra. Nascida em Canindé, Ceará, em 1961, primeira travesti no país a portar carteira profissional da Ordem dos Advogados do Brasil, exerceu trabalho pioneiro junto ao Ministério da Saúde na primeira campanha nacional de prevenção da AIDS, trazendo pautas específicas para as pessoas trans. Morreu de câncer pulmonar no ano de 2004, em decorrência também do vírus do HIV, e teve seu reconhecimento, enquanto liderança nacional, pessoa de fundamental importância para nosso coletivo travesti, ao ter sua vida relatada no documentário “Janaina Dutra- A dama de ferro”, do produtor e roteirista internacional Wagner de Almeida, no ano de 2010.

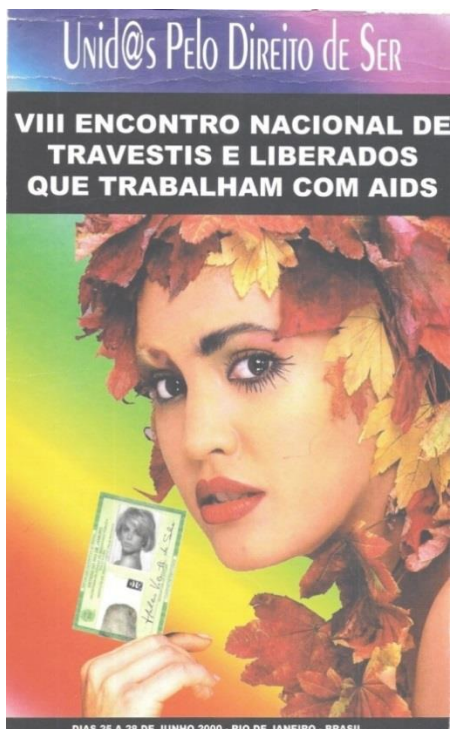
4.3. RIO DE JANEIRO: O RETORNO

No ano de 2000 o ENTLAIDS aconteceu na cidade de Cabo Frio, no Estado do Rio de Janeiro, somando 200 participantes e que, chama atenção, por uma das propostas aprovadas na agenda do evento, que votou pela condução dos encontros a realizarem-se a cada dois anos, fato este que não havia acontecido nas primeiras sete edições. Portanto, no ano seguinte não houve realização do encontro. Dado importante, de acordo com Keila Simpson e Indianara Siqueira, ressaltar que essa fora a única edição realizada numa cidade que não fosse a capital de seu estado. A partir daí todas as demais edições retornariam às capitais até os dias de hoje.

Este ano (2000) foi muito peculiar e importante, pois várias deliberações foram fortemente marcadas, empoderando mais intensamente as pessoas que estavam à frente da articulação da rede, dos eventos e auxiliando na criação de muitas instituições pelo Brasil. Uma dessas decisões foi o reconhecimento da rede ANTRA¹⁸, naquele momento, Articulação Nacional de Travestis e Transexuais, consolidada em assembleia geral, realizada na cidade de Porto Alegre, como a instituição que representaria suas afiliadas em todo o território brasileiro e concordando em assumir para si a trajetória percorrida pelas redes em processo RENATA e RENTRAL, ambas sem precedentes jurídicos oficializados.

Imagem 19 Cartaz de divulgação do VIII Encontro Nacional de Travestis e Liberados que Trabalham com AIDS.

¹⁸ A ANTRA nasceu como Articulação Nacional de Transgêneros, e continua registrada com esse nome, a nomenclatura ainda não foi alterada na receita federal. Destaco que nesse período havia um debate muito intenso sobre o termo **Transgênero**, de como ele dava conta das nossas identidades e era bem mais aceitável que o termo **travesti** por conta do estigma que este termo carrega. Esse discurso prevaleceu e só tempos depois voltamos a utilizar os termos travestis e transexuais.



Fonte: Arquivo pessoal.

Neste momento foi feita a primeira eleição da rede indicando como presidente da instituição a travesti Liza Minelly, representante do Grupo Esperança, do estado do Paraná e, como vice-presidente, a travesti Cassandra Fontoura do grupo Igualdade do estado do Rio Grande do Sul. Vale ressaltar que nos anos que precederam a institucionalização da ANTRA, não haviam eleições coletivas da rede e as representantes foram escolhidas durante a realização de cada ENTLAIDS.

A partir da documentação, aprovação de regimento e eleição de chapa diretora da ANTRA muitas conquistas foram desenhando os cenários deste movimento organizado, sempre tendo os ENTLAIDS como referência para divulgação, ampliação, movimentação e aprovação de todas as pautas levantadas pelo coletivo. Desta maneira os encontros foram cada vez mais intensos e redimensionados para outros olhares, para além AIDS, disparando várias pautas, campanhas e trabalhos que envolviam as pessoas trans nos contextos políticos e sociais em todo país. Estas outras pautas foram, por exemplo, educação, mercado de trabalho, tráfico de pessoas e silicone industrial.

4.4 A REGIÃO SUL NOS EMBATES

No ano de 2002 o encontro volta a acontecer, desta vez na cidade de Curitiba, no estado do Paraná, com 200 participantes. Durante este evento houve nova eleição de diretoria da ANTRA, aprovando a travesti Janaina Dutra¹⁹, do grupo ATRAC do Ceará, como presidenta, e a travesti Marcela Prado, do grupo Dignidade, do estado do Paraná, como vice.

Neste ano, também, é lançada campanha em nível nacional de várias ações que trouxeram necessidades reais de escolarização para as pessoas travestis e transexuais, bem como várias articulações nos estados para discutir o respeito e uso dos nomes sociais dessa população em todos os órgãos públicos e privados. Outra ação aprovada durante o evento de 2002 foi a retomada da realização dos encontros anualmente. Decisão proposta pela necessidade, cada vez maior, deste coletivo, em se encontrar para divulgarem, debaterem, indicarem outras e novas medidas para ações efetivas de políticas públicas, projetos e ações, para garantir as demandas e especificidades trans em todos os setores da vida.

Imagem 20 Cartaz de divulgação do IX ENTLAIS.

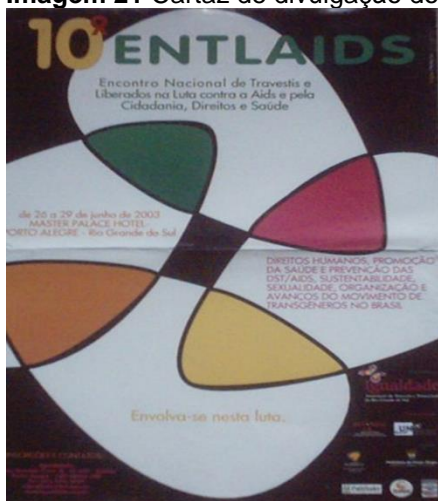
¹⁹ Neste momento do texto não poderia deixar de salientar quanta representatividade teve esta ativista do movimento trans no Brasil e América Latina. Méritos ainda hoje marcados nos eventos e em alguns textos que problematizam as travestilidades, situação, esta, que desaguou no lançamento do filme *Janaina Dutra – A Dama de Ferro*, de direção e roteiro de Wagner de Almeida e supervisão geral do Grupo de Resistência Asa Branca (GRAB), do estado do Ceará.



Fonte: Arquivo pessoal.

No ano de 2003 o ENTLAIDS é realizado em Porto Alegre, no estado do Rio Grande do Sul, totalizando 250 participantes. Neste ano iniciou-se um grande projeto desenvolvido pela ANTRA, em parceria com a associação PATFHINDER do Brasil, apoiados pelo Departamento de DST/AIDS do Ministério da Saúde, intitulado projeto “TULIPA”, que desenvolveu nas cinco regiões do país uma rede de formações, ações e intervenções para a prevenção e combate às doenças sexualmente transmissíveis, à aids e na premissa de formação de novas lideranças para esta empreitada.

Imagem 21 Cartaz de divulgação do décimo ENTLAIDS.



Fonte: Arquivo pessoal.

O projeto **Travestis Unidas na Luta Incansável para Prevenção da Aids** (TULIPA) fora pensado por Janaina Dutra, e o nome era em homenagem à travesti Adriana de Santo André, que criou um grupo de ajuda às travestis

daquele município intitulado TULIPA. Adriana Tulipa, como ficou conhecida, acabou morrendo tempos depois, vítima da Aids, mas o legado dela estava resguardado. Esse projeto teve início em 2005 e foi somente a PATHFINDER do Brasil que apoiou a incitava de capacitar lideranças e implantar cinco centros regionais de formação e assessoria nas cinco macros regiões do Brasil.

Imagem 22 Logomarca do Projeto Tulipa.



Fonte: Arquivo pessoal.

Esse projeto inicial formou então 10 lideranças que, duas de cada região que seriam respectivamente as coordenadoras e assistentes dos centros. Nessa formação, além das capacitações, foram desenvolvidos os materiais que seriam usados por essas lideranças nas formações com as novas lideranças das mais diversas regiões. No ano seguinte 2006 é finalizado o convenio com a PATHFINDER e entra então o apoio do Departamento de DST/Aids para as formações que os centros deveriam desenvolver. Dessa forma cada centro apresenta um projeto e um plano de trabalho para essa execução com vigência de um ano e a coordenação do projeto acompanha as formações com os técnicos da PATHFINDER do Brasil.

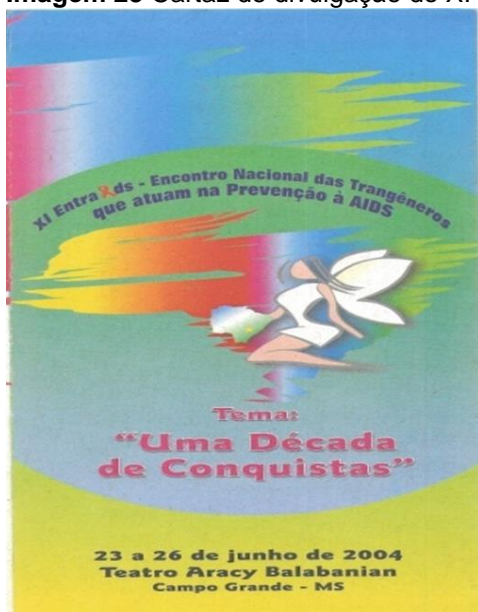
O projeto foi desenvolvido em 88 cidades em todo o Brasil, formando, na política de multiplicação entre os pares, mais de 164 pessoas, formatadas em dois encontros formativos, em dois semestres, envolvendo, cerca, de 35 profissionais das duas instituições (ANTRA e PATFHINDER do Brasil), sendo seis dias em cada etapa, totalizando mais de 430 horas de formação. O mesmo

teve repercussão nacional e latino-americana, devido às várias ações que foram desenvolvidas a partir do projeto em todas as regiões no país.

4.5. MINHA REGIÃO, MEU CENTRO-OESTE... MEU PRIMEIRO ENTLAIDS

Em 2004 o ENTLAIDS acontece na cidade de Campo Grande, no estado do Mato Grosso do Sul, coordenado pela associação de travestis e transexuais de Mato Grosso do Sul – ATMS, somando 260 participantes. Neste ano houve nova eleição de diretoria da ANTRA, sendo indicadas como presidente, a travesti Keila Simpson, da Associação de Travestis e Transexuais da Bahia – ATRAS, e como vice-presidente, a travesti Fernanda Benvenutty, da Associação das Travestis e Transexuais da Paraíba – ASTRAPA PB.

Imagem 23 Cartaz de divulgação do XI ENTLAIDS.



Fonte: Arquivo Pessoal.

Referendada nova gestão, outras ações foram desenhando-se neste ano, dados que mais uma vez demonstram os avanços nas articulações entre

as instituições que, a cada encontro, solicitavam filiação para a rede, sempre tendo como quesito de aprovação e aceite na ANTRA, a comprovação de ações desenvolvidas nas suas bases (cidades/estados), advindas das cinco regiões no país.

Neste ano muitas ações foram deflagradas como, juntamente com o Programa Nacional de DST/AIDS, a campanha “Travesti e Respeito”, ideia, esta, advinda das discussões dos ENTLAIDS e apresentadas aos órgãos responsáveis no Ministério da Saúde como demanda deste movimento organizado.

Imagem 24 Cartaz da Campanha "Travesti e Respeito".



Fonte: Arquivo pessoal.

Desta maneira ganhou enorme força tal campanha “Travesti e Respeito”²⁰, anteriormente disparada pelo Departamento de DST/AIDS, agora, em nova e ampliada versão, atingindo outros setores públicos, como os da educação, trabalho e cultura. Outra articulação que rendeu numerosos elogios

²⁰ A escolha proposital da pessoa que está num dos cartazes da campanha citada tem enorme importância pessoal dado que a travesti da foto (conhecida como Sara) foi grande apoiadora para minha entrada no movimento organizado no estado onde resido, Mato Grosso, foi fundadora da primeira associação de travestis e transexuais daquele estado – ASTRAMT, na qual atuo desde o ano de 2009, fazendo parte da atual diretoria, quadriênios 2013/2017.

e serviu como exemplo para outras intervenções de outros estados foi o Projeto “Damas”²¹, desenvolvido em parceria com a Associação de Travestis e Transexuais do Rio de Janeiro – ASTRA RJ, com a Secretaria de Assistência Social da prefeitura da cidade do Rio de Janeiro e apoio da ANTRA.

Neste ano a rede conquista, após muitas manifestações, cartas, apelos, articulações, assentos, enquanto rede de pessoas trans, no Conselho Nacional de Combate à Discriminação, da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República e no Conselho Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça. Realiza, ainda, em assembleia geral da rede, consolidação de seu primeiro plano estratégico contendo missões e objetivos da ANTRA.

Imagem 25 Material de divulgação da campanha "Travesti e Respeito".



Fonte: Arquivo pessoal.

²¹ Implementado em parceria com a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social da Prefeitura do Rio de Janeiro, o Projeto Damas busca combater a discriminação e o preconceito e promove formação profissional para travestis e transexuais, visando à reinserção social desses públicos. Por meio de capacitações, incentivo à escolaridade e à empregabilidade, a iniciativa concretiza os direitos dessa população, ao mesmo tempo em que promove uma ampliação de visões de mundo. Os dados apresentados foram extraídos da página online da gestão municipal do Rio de Janeiro, RJ, e não há outras fontes e/ou pesquisas que cite o referido.

4.6. DE VOLTA AO SUL

No ano de 2005 o evento acontece na cidade de Florianópolis, no estado de Santa Catarina, com a participação de 200 pessoas. Neste encontro foram aprovados os vários nomes que comporiam algumas representatividades em órgãos e grupos de trabalho, consolidando avanços que já eram pautas dos ENTLAIDS anteriores, mas que, neste ano, foram indicadas e votadas nas assembleias das delegadas de ONGs, participantes neste encontro. Teve-se aprovação para o Conselho Nacional de Saúde, na CAMS, no Grupo de Trabalho do Ministério da Cultura, no Ministério da Educação e no Ministério da Saúde. Os nomes foram indicados e escolhidos pelo coletivo de acordo com seus currículos, vivências, formações e envolvimento com cada tema de trabalho e discussão.

Outra pauta que se destacou neste ano foi a orientação, em nível nacional, para que todas as organizações filiadas à ANTRA se movimentassem para garantir manifestações nas cinco regiões do país, marcando o dia 29 de janeiro como o dia de visibilidade trans. Esse dia foi escolhido porque em 29 de janeiro de 2004, pela primeira vez na história do nosso país, travestis e transexuais estiveram no Congresso Nacional para que falassem aos parlamentares brasileiros sobre a realidade dessa população que até o momento só era vista como prostituição e pessoas anormais.

Imagem 26 Imagem de divulgação do Dia da Visibilidade Trans.

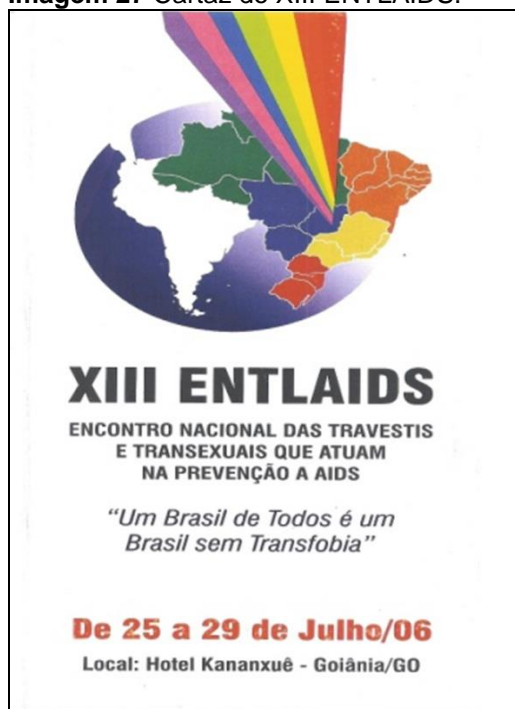


Fonte: Arquivo pessoal.

4.7 RETORNAMOS AO CENTRO-OESTE E SUDESTE BRASILEIRO

Em 2006 o evento aconteceu na cidade de Goiânia/GO, totalizando 200 participantes. Foi escolhida esta cidade por razões bem peculiares, de acordo com informações da presidenta da ANTRA (gestão 2012/2015), Cris Steffany, que também, no referido ano, foi uma das responsáveis pela organização e coordenação do encontro, juntamente com as instituições locais daquela cidade e de apoio da Associação de Travestis e Transexuais do Mato Grosso – ASTRAMT.

Imagem 27 Cartaz do XIII ENTLAIDS.



Fonte: Arquivo pessoal.

De acordo com relatório elaborado pela organização do evento, o encontro teve como intuito principal os enfrentamentos às transfobias continuamente praticadas por policiais e por populares contra travestis e transexuais de Goiânia e foi de fundamental importância na luta constante por garantias de direitos, tanto no que tange a saúde pública, a cidadania, a segurança pública, a assistência social e direitos humanos, bem como na prevenção e adesão ao tratamento em DSTs/HIV/AIDS.

Tais razões foram motivadas pelos alarmantes índices publicados nas redes midiáticas da época e pelas estatísticas apresentadas pelos órgãos governamentais de justiça e segurança, que marcavam grande número de assassinatos, violências, exploração sexual e redes de tráfico de pessoas travestis e transexuais. Esses elementos foram norteadores para toda programação, movimentação e intervenções, que se deram na realização do evento.

Vale ressaltar que as articulações pactuadas no evento irradiaram mais espaços para que as pessoas travestis dialogassem sobre suas demandas específicas, como a garantia de assento no grupo de trabalho do programa Nacional de DST/AIDS, do Ministério da Saúde, que resultou em questões inerentes às pessoas trans no plano de enfrentamento da epidemia da aids no Brasil e a instituição da portaria 675 GM de 30 de março de 2006 do SUS²².

No ano de 2007 o ENTLAIDS aconteceu na cidade de São Paulo com 170 participantes, sob organização do Instituto APHRODITTE, presidido pela ativista Fernanda de Moraes. Sua abertura se deu na Câmara Municipal de São Paulo e neste encontro o tema disparador foi “Cidadania, um direito de tod@s”. A programação foi ampla e resultaram em aprovações de propostas que foram concretizadas em ações específicas que marcaram os avanços após o evento.

A ANTRA foi convocada, então, a compor grupo de discussão, monitoramento e desenvolvimento do Programa Nacional de DST/AIDS, no plano nacional de enfrentamento da epidemia de Aids e outras doenças sexualmente transmissíveis. Indicou, também, representação para integrar a comissão de construção da primeira conferência nacional LGBTTT.

Neste mesmo ano, a ANTRA foi recebida em várias audiências no Ministério da Educação, na Secretaria Especial de Direitos Humanos e no

²² Aprova Carta dos Direitos dos Usuários da Saúde, que consolida os direitos e deveres do exercício da cidadania na saúde em todo o País.

Ministério do trabalho. Participa, também, do primeiro seminário de saúde integral da população LGBTTT, promovido pelo Ministério da Saúde. Foram ações resultantes das pautas indicadas pelo encontro nacional.

Imagem 28 Cartaz de divulgação do XIV ENTLAIDS.



Encontro Nacional de Travestis e Transexuais
que Atuam na Luta e Prevenção à AIDS
Fonte: Arquivo pessoal.

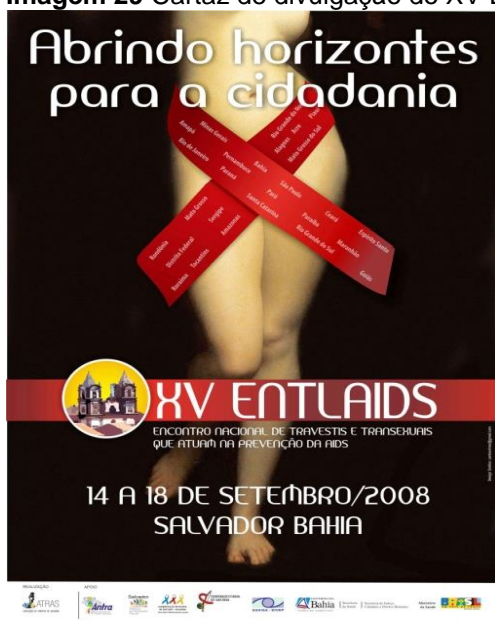
4.8. CRESCE A REDE ANTRA... VIVA O NORDESTE BRASILEIRO

Em 2008 o ENTLAIDS é realizado na cidade de Salvador, na Bahia, com 190 participantes entre os dias 14 a 18 de setembro. A pauta deste ano é “Abrindo horizontes para a cidadania” e sua organização coordenada pela instituição local, a ATRAS-BA. Deste encontro destacamos, como ações de visibilidade, a audiência realizada no gabinete do ministro de saúde, na época, José Gomes Temporão, onde foram recebidas, em comitiva, várias travestis e transexuais, com pauta específica destes coletivos.

Outro destaque foi a articulação entre todas as instituições filiadas, organizadas pelas coordenadoras e gestão da ANTRA daquele ano, que

avaliou como avanço a participação organizada e atuante na primeira conferência nacional LGBTTT. Salientaram-se também como positivas as participações nas reuniões de planificação do plano de enfrentamento, que ocorreram neste ano, e o apoio participativo e monitoramento do desenvolvimento do projeto “Transpondo barreiras” pela organização PACT Brasil.

Imagem 29 Cartaz de divulgação do XV ENTLAIDS.



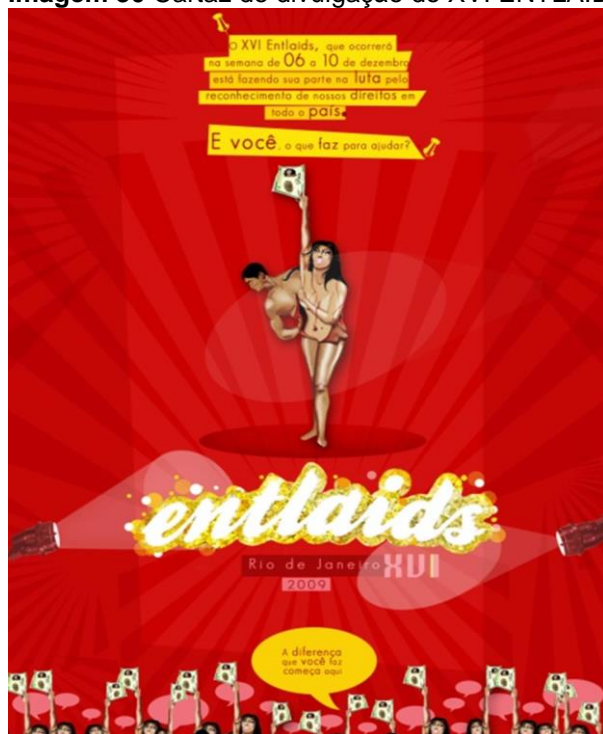
Fonte: Arquivo pessoal.

4.9. VIVA O RIO

Em 2009, com o tema “Sou travesti e existo”, o encontro voltou para a cidade do Rio de Janeiro, com organização e coordenação da ASTRA Rio e contou com 160 participantes. Nesta edição, as várias frentes, que buscaram definir conceitos que corroborassem com as identidades políticas de pessoas travestis, mulheres e homens trans, foram as que mais tiveram holofotes. Como apontam alguns relatos da equipe que avaliou o evento, tais discussões

aconteceram de maneira acalorada e marcaram avanços significativos na participação dos homens trans, de maneira histórica e organizada neste encontro.

Imagem 30 Cartaz de divulgação do XVI ENTLAIDS.



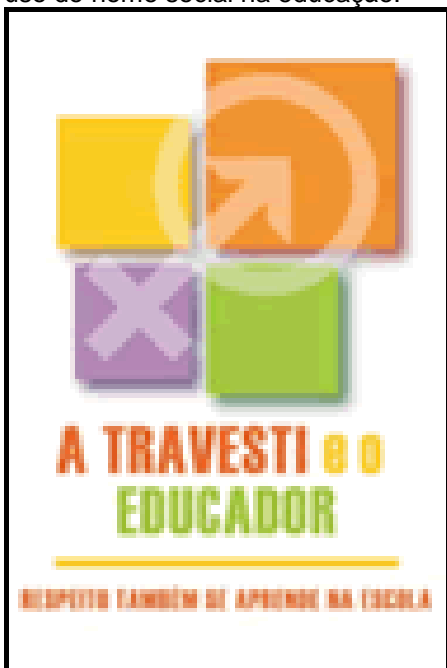
Fonte: Arquivo pessoal.

Outro aspecto bem avaliado, que gerou várias movimentações por todo o país, nas assembleias legislativas nos estados da federação, nas câmaras de vereadores e discussões nos setores da educação, foi a campanha nacional pela sensibilização e articulação da garantia das portarias de inclusão e respeito aos usos dos nomes sociais nos ambientes escolares das pessoas travestis e transexuais, baseadas em portarias já publicadas pelas secretarias de educação dos estados de Goiás e Pará.

Durante o evento aconteceu o chamamento de assembleia geral da ANTRA, que aconteceu logo em sequência, na cidade de Teresina, no Piauí, para eleição de nova diretoria. O evento fora um planejamento estratégico da ANTRA e, a partir daí, as eleições passaram a ocorrer fora dos ENTLAIDS, só voltando a acontecer durante a realização do evento em Campo Grande, no

ano de 2016, por questões de recurso e necessidades de reorganização da rede. No Piauí, ficou como presidenta, Jovanna Baby de Picos no Piauí, fato que chama atenção, pois esta travesti que fomenta todo o início desta história do movimento, nesta mesma cidade, há 18 anos antes, e como vice-presidenta Majorie Marchi, do Rio de Janeiro.

Imagem 31 Cartaz de divulgação de campanha pela sensibilização e articulação da garantia de uso do nome social na educação.



Fonte: Arquivo pessoal

4.10 NORDESTE EM FOCO

Em 2010, trazendo como pauta principal “A conquista da cidadania pelo fim da transfobia”, entre os dias 16 a 19 de novembro, aconteceu em Aracaju, no estado de Sergipe, a décima sétima edição do ENTLAIDS. O encontro foi organizado e coordenado pela instituição local ASTRA SE e contou com 170 pessoas.

Imagem 32 Cartaz de divulgação do XVII ENTLAIDS.



Fonte: Arquivo pessoal

Neste evento, fez-se avaliação do processo de regularização de documentação da ANTRA e foi apresentado relatório de participação da comitiva, que foi convidada a participar de defesa de tese de pós doutoramento sobre temática trans na *Universitá de Science Sociale de Milano* na Itália, da professora doutora Flavia Bonsucesso Teixeira.

Imagem 33 Divulgação de tese sobre temática trans defendida na Itália.

Transmigranti,

Primo Convegno Internazionale su Genere, Migrazione e Vulnerabilità: Università, Sindacato e Terzo Settore insieme per lo sviluppo delle politiche pubbliche

Milano, 28-29 maggio 2010
Camera del Lavoro
Sala De Carlini
Corso di Porta Vittoria, 43.

Venerdì, 28 maggio
 8:00-9:30 Iscrizione al convegno
 09:30 Benvenuto
 Giovanni Zamparolo (Responsabile Relazioni Internazionali Camera del Lavoro) e Prof.ssa Luisa Leonini (Università degli Studi di Milano)
 09:30 Apertura dei lavori
 Dott. Riccardo Lina (Coordinatore del Piano Nazionale per la Lotta alle Discriminazioni e al Razzismo, Dipartimento di Giurisprudenza - Brasile)
 Dott.ssa Prof.ssa Emanuela Abbatecola (Università degli Studi di Genova)
 11:30 Tavola Rotonda
 Migrazione, prostituzione e circolazione transfrontaliera di merci e servizi
 Introduttore e Coordinatore: Prof.ssa Luisa Leonini (Università degli Studi di Milano - Italia)
 Prof.ssa Emanuela Abbatecola (Università degli Studi di Genova - Italia)
 Prof.ssa Daniela Danna (Università degli Studi di Milano - Italia)
 Prof.ssa Tarcia Tavares (Università Federale di Uberlândia - Brasile)
 Dott. Gilson Goulart Campi (Università Statale di Campinas - Brasile)
 15:30 Prima Sessione
 L'apporto dell'ADDS e la distribuzione della vulnerabilità
 Presidente: Dott.ssa Maria Franca Chizzoli (Coordinatrice del Progetto Cabala - NAGIA)
 Dott.ssa Ana Maria Costa (Rappresentante del Dipartimento di Malattie Sessualmente Trasmissibili e Epistola Virale della Segreteria di Sorveglianza Sanitaria, Ministero della Salute del Brasile)
 Dott. Conrado Menezes (Responsabile della Policing Sociale della Camera del Lavoro di Milano)
 Dott. Vincenzo Cristoforo (Presidente dell'Associazione Ala Milano Onlus - Italia)
 Regina Kelly Siqueira (Vice-Presidente della ABISL - Associazione Brasileira de Gays, Travestis e Brasile)
 17:30 Seconda Sessione
 Esclusione sociale e diritto alla salute: strategie per affrontare le disuguaglianze
 Presidente: Giovanni Zamparolo (Responsabile Relazioni Internazionali Camera del Lavoro - Milano)
 Dott.ssa Ana Maria Costa (Direttore del Dipartimento di Sorveglianza alla Camera del Lavoro - Milano)
 Dott.ssa Daniela Danna (Responsabile della Policing Sociale della Camera del Lavoro di Milano)
 Prof. Massimo Bin (Responsabile del Centro di Studi e di Ricerca del Dipartimento di Scienze Umane e Sociali)
 Prof. Ben-Hur Braga Talbert (Coordinatore dell'Ambulatorio - Università Federale di Uberlândia - Brasile)
 Dott.ssa Maria Franca Chizzoli (Coordinatrice del Progetto Cabala - NAGIA)
Sabato, 29 maggio
 09:30 Tavola Rotonda
 Diritto sessuale e diritti umani: la promozione del riconoscimento delle diversità sessuali e di genere
 Introduttore e coordinatore: Prof.ssa Emanuela Abbatecola (Università degli Studi di Genova - Italia)
 Documentario: Io non mi covo... - Laboratorio di Sociologia Visuale dell'Università di Genova
 Dott.ssa Lena Ferra (Direttore del Dipartimento per la Promozione dei Diritti Umani della Segreteria dei Diritti Umani di Genova)
 Prof. Rodrigo Diaz Junquera (Collaboratore del Programma Brasile Senza Ombra - Brasile)
 Prof. Enriquez Peláez e Sig. la Pamela Rodriguez Cardoso (Rappresentante, Coordinatore del Programma di Studi, Società, Educazione e Cittadinanza presso l'Università Federale di Uberlândia e Presidente dell'Associazione Triângulo Trans - Brasile)
 Sig. la Antonia Monaldi (Progetto Via Del Campo - Associazione Ala Milano Onlus - Italia)
 12:00 Conclusioni

Fonte: Arquivo pessoal.

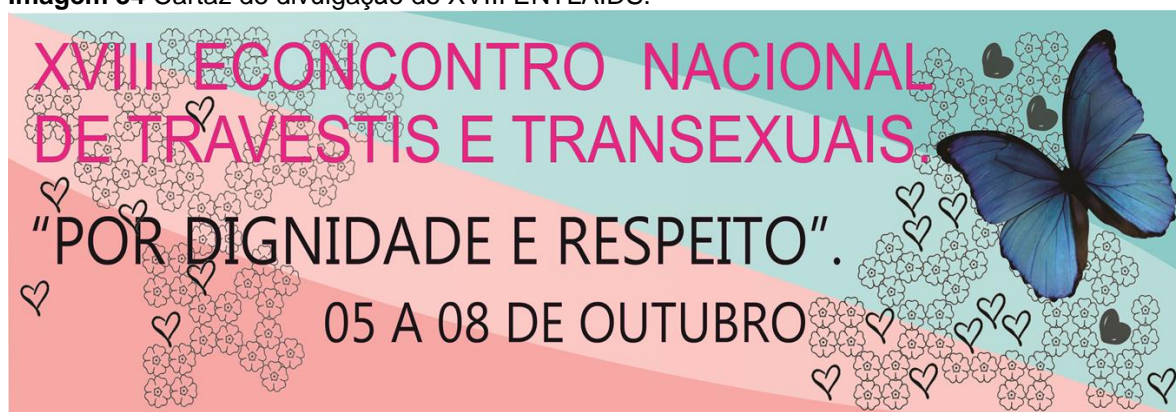
No ano de 2011 o ENTLAIDS foi realizado na cidade do Recife, em Pernambuco, coordenado pela AMOTRANS (Associação de mulheres transexuais e travestis de Pernambuco) (nome da sigla por extenso), instituição local, e contou com a participação de 180 pessoas. O tema principal do encontro foi “Por dignidade e respeito” e agregou, entre os dias cinco a oito de outubro, uma pauta específica para problematizar os espaços de práticas de religiosidades de matriz africana no acolhimento de pessoas trans.

Após o evento, três pautas, que foram amplamente debatidas, são avaliadas, enquanto avanços significativos resultantes dos ENTLAIDS. A primeira é a participação da ANTRA no Fórum Mundial Social, realizado na cidade de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul. A segunda, a realização do primeiro Simpósio Nacional de mulheres trans e realização da semana de visibilidade trans de Porto Alegre.

Vale ressaltar, de acordo com informações da gestão da ANTRA e da gestão do IBRAT, que é à partir deste encontro que se começou a participação

efetiva dos homens Trans, que só avançou até a criação dos dois coletivos: primeiro com a ABHT, Associação Brasileira de Homens Trans, criada em 11 de julho de 2012, e depois o IBRAT, Instituto Brasileiro de Transmasculinidades, fundada em 02 de julho de 2013.

Imagem 34 Cartaz de divulgação do XVIII ENTLAIDS.



Fonte: Arquivo pessoal.

4.11. CHEGAMOS À CAPITAL FEDERATIVA DO PAÍS: BRASÍLIA

O décimo nono ENTLAIDS, por deliberações estratégicas de articulações, acontece entre os dias quatro a oito de novembro de 2012, com duzentas pessoas participando, na capital política do país, Brasília, Distrito Federal.

De acordo com relatório confeccionado pela comissão organizadora do evento, o referido realizou a sua 19ª edição promovendo a reflexão e debate sobre diferentes temas, tendo como foco principal a prevenção das DST/HIV/HV. Sua metodologia permitiu discutir e pactuar recomendações específicas relacionadas às atuais estratégias e políticas públicas em Saúde, HIV/AIDS, Direitos Humanos e outras áreas correlatas a essas.

A responsabilidade pela organização e realização do encontro foi associada a uma comissão específica composta pelas seguintes instituições integrantes da ANTRA: Associação das Travestis e Transexuais de Mato Grosso do Sul - ATMS; Associação do Núcleo de Apoio e Valorização da Vida de Travestis e Transexuais do Distrito Federal e Entorno - ANAVTRANS; Associação de Travestis e Transexuais do Mato Grosso - ASTRAMT; e Associação de Travestis de Goiás – ASTRAL-GO.

Durante o evento foram priorizadas discussões e/ou troca de informações sobre serviços públicos de saúde especializados; processos para feminização do corpo e transexualizador; produção de conhecimento científico; acesso, desenvolvimento e/ou ampliação de ações de prevenção das DST/HIV/HV; cuidados e rede de apoio para Trans vivendo com HIV/Aids; e, estratégias para ampliação da participação do segmento Trans em serviços voltados ao diagnóstico precoce do HIV.

De forma complementar, também foram abordadas questões específicas relacionadas à educação, assistência social, trabalho e renda, justiça e direitos humanos, considerando que as mesmas perpassam e se inter-relacionam com a epidemia do HIV/Aids.

Além das atividades programáticas associadas às mesas redondas, painéis, conversas afiadas e grupos de trabalho realizados, a estrutura dessa edição do encontro também possibilitou compartilhar performances artísticas e materiais informativos produzidos por instituições governamentais e por ONGs Trans.

Além disso, a apresentação de diferentes vídeos, entre as atividades do Encontro, possibilitou prestarem homenagens diversas às lideranças e ao próprio movimento, bem como enfatizar aspectos do cotidiano desse segmento populacional, sobretudo no que diz respeito às necessidades de combate ao estigma, discriminação, violência e preconceito.

Como é característico nos ENTLAIDS, o teor político, atravessado pelas interações artísticas e relacionais, resultam, ao final do evento, de propostas e moções de repúdio e aplauso para serem avaliadas e aprovadas (ou não) em assembleia final, sempre garantindo, como votantes, uma representante de cada instituição filiada à ANTRA. Neste sentido, vale ressaltar, novamente de acordo com relatório da comissão organizadora do referido, as seguintes propostas aprovadas em plenária:

1 - Que o Ministério de Educação e o Ministério da Saúde produzam, e assinem juntos, campanha televisiva reforçando o direito de travestis e transexuais usar o nome social nas escolas, universidades e rede pública de saúde.

2 - Que a Associação Nacional de Travestis e Transexuais oficialize requerimento solicitando ao Ministério da Educação um programa efetivo para a inserção e permanência das travestis e transexuais no sistema oficial de ensino, contemplando neste mesmo programa ajuda de custo (bolsa de estudo) para este segmento.

3 - Que seja enviada correspondência à Exma, Sra. Ministra Maria do Rosário, solicitando apoio e providências para a aprovação do PLC 122, do uso oficial do nome social de travestis e transexuais e da Lei de Identidade de Gênero da Deputada Erika Kokay.

4 - Tendo em vista o crescimento do movimento Trans e a necessidade de instrumentalização de suas novas lideranças, os próximos Encontros Regionais e Nacionais devem ter também caráter formador. Ou seja, que as próximas edições destes Encontros possam incorporar na programação espaço para formação técnica e política de novas lideranças Trans, considerando as áreas/temas de Controle Social, Advocacy, Mobilização, Redes, entre outros.

5 - Que após a realização do XX ENTLAIDS em 2013, as próximas edições do Encontro sejam realizadas bianualmente, considerando anos ímpares apenas. Inclui-se nessa proposta o compromisso da ANTRA em empenhar esforços

para manter a realização dos Encontros Regionais anualmente, de forma a fortalecer o ativismo Trans nas regiões geográficas brasileiras.

6 - Que a ANTRA divulgue o reconhecimento do conceito “travestis” definido pelo coletivo de participantes do ENTLAIDS (Rio de Janeiro, 2009), transcrevendo aqui o mesmo: “Uma construção de gênero feminino, oposta ao sexo biológico, seguido de uma construção física de caráter permanente, que se identifica na vida social, familiar, cultural e interpessoal, através dessa identidade”. Que a ANTRA, portanto, ratifique, divulgue e utilize tal conceito como único para e por todas as organizações e/ou lideranças que a compõe.

7 - Que a partir da próxima edição do ENTLAIDS, a organização e realização desse encontro, fiquem restritas, única e exclusivamente, às instituições que integrem e sejam afiliadas à ANTRA. Mediante ao fato de que o ENTLAIDS – Encontro Nacional de Travestis e Transexuais que Atuam na Prevenção da Aids, sempre foi um evento idealizado e organizado pelas ONGs filiadas a ANTRA e apoiado pela mesma. A diretoria da ANTRA propõem que nos próximos ENTLAIDS sejam contempladas apenas as travestis e transexuais que compõem as instituições filiadas a ANTRA e que sejam também contemplados todos os parceiros, pesquisadores e estudantes que tenham conexão direta com os assuntos discutidos nos respectivos ENTLAIDS futuros.

8 - O Transgrupo Marcela Prado propõe sediar o XX ENTLAIDS em 2013, na cidade de Curitiba/PR sob a organização do Transgrupo Marcela Prado em parceria com a ANTRA, na segunda quinzena de outubro, prevendo a participação de 120 participantes.

Imagem 35 Cartaz de divulgação do XIX ENTLAIDS.



Fonte: Arquivo pessoal.

4.12. A REGIÃO SUL EM FOCO

Entre os dias vinte-e-cinco e trinta de setembro, de 2013, o ENTLAIDS aconteceu na cidade de Curitiba, no Paraná, contando com cento e cinquenta participantes, com coordenação do Transgrupo Marcela Prado e projeto aprovado em edital do Ministério da Saúde, parcerias com a Secretaria de Estado de Saúde do Paraná e Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso.

Imagem 36 Cartaz de divulgação do XX ENTLAIDS.



Fonte: Arquivo pessoal.

O encontro teve como viés principal a perspectiva formativa de novas lideranças, configurando um novo olhar para o evento, sendo avaliado como um dos mais politizados dentre os já acontecidos. As mesas, rodas de conversas, oficinas e plenárias se deram nos mais variados temas, porém, todos com a marca formativa latente. Já na solenidade de abertura, o tema central foi fortemente debatido e o título – “Da Formação à Prevenção” – Estratégias para o fortalecimento do Exercício da Cidadania da População Trans Brasileira, mais que elogiado pelas pessoas presentes.

Durante o evento houve, disponibilizada pela Secretaria de Saúde, testagem rápida para as DST/AIDS e Hepatites e vacinação contra Hepatite B para quem tivesse interesse em acessar os serviços.

Outra peculiaridade do evento, que marcou o empoderamento da organização e protagonismo das afiliadas da ANTRA, foi manter à frente, conduzindo todas as atividades (cerca de 95%, de acordo com a comissão de

organização e avaliação do ENTLAIDS), sempre as lideranças do movimento e pessoas travestis e transexuais convidadas pelas expertises em cada tema.

Entre as propostas apresentadas durante a plenária de encerramento, a que mais nos chama atenção é a indicação e diálogos a serem estabelecidos juntamente à Academia Brasileira de Letras e Ministério da Educação, para apresentar as definições sobre os termos “travestis” e “transexuais”, discutidos durante o evento. Para que sejam inseridos e reorganizados no dicionário da língua portuguesa no Brasil. Fato este que não teve grande êxito até a data desta produção de tese, visto que ambas instituições negam-se ao diálogo.

Neste encontro ficou estabelecido o retorno do espaço de dois anos para que se realize o Entlaids e que a próxima cidade a organizar o evento seria João Pessoa, na Paraíba. Entretanto, por falta de compromisso político da gestão local, que não manteve o apoio pactuado, alegando a contenção de gastos, estabelecida pelo governo estadual e a refuta de importantes parceiros para sua realização. Mesmo com o empenho do Ministério da Saúde, apoiando parte da logística, não fora possível realizar a edição nesse estado.

Dessa forma a presidência da ANTRA e a sua diretoria (gestão 2012/2015) resolve renegociar o projeto aprovado para a realização do evento em Joao Pessoa, e apresentação do interesse de realizar o encontro em Campo Grande, já que tem apoios já pactuados sólidos naquele município e estado. Logo, o ENTLAIDS acontece em Campo Grande, no Mato Grosso do Sul, com organização da presidenta vigente da ANTRA, Cris Stefany, da ATMS, para o ano de 2015. Fato que não ocorreu, por várias questões de apoio e financiamento dos governos federais, estaduais e municipais, acarretando sua realização apenas no ano de 2016, concomitante com eleição de nova diretoria para gestão da rede para os anos de 2016/2019.

4.13. AVANÇOS E PERSPECTIVAS: ANTRA

Ao dialogar com as lideranças que participaram da pesquisa e presenciaram muitos destes encontros, bem como compuseram as gestões da rede que foram a cada tempo se consolidando de modo protagonista, notamos que a mais antiga rede de pessoas travestis e transexuais, que se tem registro no Brasil, a ANTRA, vem avançando no seu papel de controle social e, bem mais que isso, dando, propondo e dialogando para visibilidade positiva de direitos para essas pessoas.

Neste sentido, composta, hoje, por 116 instituições filiadas, vale ressaltar as principais linhas de atuação da rede que hoje apresenta, de acordo com atual gestão, as seguintes pautas:

- Promover campanhas informativas e apresentar proposta a fim de promover os direitos das Travestis e Transexuais;
- Colaborar em todos os níveis com outras redes, que trabalham com Direitos Humanos, a fim de desenvolverem trabalhos conjuntos, intercambiando experiências nas áreas de atuação de cada uma;
- Denunciar e promover a divulgação, em todos os meios de comunicação possíveis, de todo e qualquer caso onde for detectado preconceito e ou discriminação por identidade de gênero;
- Ter por princípio apoiar toda e qualquer ação de prevenção do HIV/Aids e outras DST em todos os seus aspectos e âmbitos;
- Apoiar as ações que visem a melhora da qualidade de vida das pessoas vivendo e convivendo com HIV/Aids.
- Atuar diretamente na incidência política e na criação de climas e ambientes favoráveis para Travestis e Transexuais;

- Incentivar e apoiar a realização de Encontros Nacionais de Travestis e Transexuais para definir as bandeiras de lutas e encaminhar as demandas e reivindicações de suas afiliadas.

Deste modo, entre os encontros realizados pela população trans brasileira e as articulações implantadas e implementadas pela ANTRA, vale ressaltar alguns avanços, conquistas e participações significativas, de acordo com as lideranças nacionais, tais como:

No ano de 2013 a ANTRA visita o PNUD em comitiva no mês de fevereiro; participa de cerimônia de instalação/posse da Comissão Nacional de Direitos Humanos do Conselho Federal de Psicologia 25/04/2013 - Sede do Conselho Federal de Psicologia – Brasília;

Acontece o seminário Nacional de Travestis e Transexuais Negras – ASTTAL / ANTRA, em Alagoas; o ENJUT – Encontro Nacional da Juventude Trans ATRANSPARÊNCIA/ RN; a “Jornada de Lutas da Juventude Brasileira” participação no ato na UFRN (Universidade federal do Rio Grande do Norte) com shows artísticos e culturais; o I Seminário Nacional sobre a Política Nacional de Saúde Integral da População LGBT.

No ano de 2014 a ANTRA – Articulação Nacional de Travestis e Transexuais - solicita aos órgãos governamentais e mídias, formalizado em documento oficial, que se reconheça, respeite e trate travestis no gênero feminino.

Consolida-se a parceria com o IBRAT – Instituto de Transmasculinidades, rede de instituições de Homens Trans.

Garante representatividade no Conselho Nacional de Combate a Discriminação de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais CNCD/LGBT; no Conselho Nacional de Saúde; Conselho Nacional de Mulheres e no Grupo de Trabalho de Segurança Pública da SENASP (Secretaria Nacional de Segurança Pública).

Internacionalmente, garantiu representação da rede na Conferencia Mundial de Aids, na Cidade México, em 2008, no Seminário TRANSMIGRACIONES, em Milano, em 2010, na Conferência Mundial de Aids em Melbourne, na Austrália e com delegações em Bruxelas e Genebra.

Estas inserções todas da rede nas mais variadas pautas constituíram amplo arcabouço de ideias, articulações e estratégias para que as questões dos direitos para a população de travestis sejam acessíveis e se materializem, de fato, em políticas reais, visto que, até então, não há no país nenhuma legislação específica que garanta qualquer direito para essas pessoas.

Sobremaneira, esta contextualização precedente da história do movimento nacional nos leva a pinçar uma das questões que atravessam os discursos desta cartografia, as intenções latentes da tese e na urgência em trazer para esta discussão a pauta da educação formal, acesso, permanência e qualidade nos processos escolares e as articulações destas expressões de gêneros, destes corpos e das sexualidades na escola.

Nesta prerrogativa, as problematizações acerca destes três tópicos (gêneros, corporalidades e sexualidades) se tornam mais que necessários para significarmos como essas pessoas que vivem as travestilidades se reconhecem nestas nuances e de como tais premissas são estabelecidas e relacionadas com este espaço tão importante, de acordo com as mesmas, para a manutenção e garantia de suas vidas, logo, intensificar tais discussões se faz mais que necessário.

5. DESDOBRAMENTOS POSSÍVEIS.

Não mexe comigo, que eu não ando só/Eu não ando só, que eu não ando só/Não mexe não!/Não mexe comigo, que eu não ando só/Eu não ando só, que eu não ando só/Eu tenho Zumbi, Besouro, o chefe dos tupis/Sou Tupinambá, tenho os erês, caboclo boiadeiro/Mãos de cura, morubichabas, cocares/Zarabatanas, curares, flechas e altares/A velocidade da luz, o escuro da mata escura/O breu, o silêncio, a espera/Eu tenho Jesus, Maria e José/Todos os pajés em minha companhia/O menino Deus brinca e dorme nos meus sonhos/O poeta me contou/Não mexe comigo, que eu não ando só/Eu não ando só, que eu não ando só/Não mexe não!/Não mexe comigo, que eu não ando só/Eu não ando só, eu não ando só (...)
(MARIA BETHÂNIA/PAULINHO PINHEIRO)

Os elementos que nos foram disponibilizados, até então, somados aos desdobramentos, nestes processos de relações com cada participante, em cada produção inteligível, das teorias eleitas, e em cada situação, que estes encontros e desencontros proporcionaram, nos dão pistas para quais caminhos trilhar, nas prerrogativas possíveis de serem mapeadas, problematizadas e analisadas.

Estas pistas emergem nas significações mais potentes nas produções dos encontros, em cada entrevista, em cada momento compartilhado com as protagonistas da/na pesquisa e nos atravessamentos que estes percursos nos afetaram.

Não que outros olhares e discursos estejam tão óbvios quanto, porém o próprio rumar das escolhas e posições estratégicas, políticas e éticas, nos levam a escolher, de maneira proposital, os meandros que mais queremos

ênfatizar destas vozes, por elas mesmas, mesmo sabedoras de que nenhuma pretensão de problematização ou análise está passível de incoerências.

Os encontros nacionais (ENTLAIDS), os regionais que participamos em cada região (neste processo de doutorado e antes dele), as pautas em reuniões frequentadas, eu, enquanto representante da ANTRA, ou mesmo para falar da própria pesquisa, os eventos na qual fui convidada (somando-se mais de cinquenta, nestes últimos três anos), as passeatas, as paradas pela diversidade, os encontros de bar, os convívios e as relações, me atestam a definir os caminhos que queremos referendar para este trabalho, pois, nosso compromisso é para com a referida população travesti.

Estes caminhos, meandros, nos levam a focar nas pautas, que produzam significações acerca das corporalidades travestis, as sexualidades e suas práticas, nos cotidianos, nos processos de vidas e seus gêneros femininos nômades, que se constituem de modos muito próprios e diversos, negados, na maioria das vezes nos espaços escolares, pois, demandam a urgente inversão do currículo posto, vigente, para um **currículo queer**, como denomina Guacira Louro (2004), ou mesmo, nesta proposta, em perspectivas *queer*.

Este currículo em perspectivas *queer*, que deve agregar as novas configurações das expressões de gêneros nômades, deve centrar sua reorganização e transposição na garantia de articulação das práticas sociais e culturais, os conhecimentos e os poderes de todas as vozes que se inserem nestes contextos (LOURO, 2004, p. 59).

Deste modo, essas prerrogativas, que devem garantir acesso, permanência e manutenção, com sucesso, das travestis nos contextos escolares, com suas singularidades, preconizam posicionamentos éticos e políticos **pós-identitários** para com essa população, desafiando o currículo contemporâneo binário. Assim, esse currículo em perspectivas *queers* deve,

[...] passar dos limites, atravessar-se, desconfiar do que está posto e olhar de mau jeito o que está posto, colocar em situação embaraçosa o que há de estável naquele corpo de conhecimentos, enfim fazer uma espécie de enfrentamento das condições em que se dá o conhecimento (LOURO, 2004, p. 64).

Nesse sentido, as produções positivas (resistentes) acerca das travestilidades, os posicionamentos parceiros destas produções, as vozes das próprias travestis (discursos lidos como conhecimentos válidos) já sinalizam prerrogativas em defesa de um currículo *queer* para todas as configurações de gêneros, logo, também os gêneros nômades.

Isso se dá pela necessidade em apresentar os contextos de vidas e experimentações escolares destas pessoas: com sofrimentos e vitórias; os dispositivos que atravessam estes processos: corpos, sexualidades, desejos e produções de gêneros; e os processos de produções de conhecimentos, que a vida lhes proporciona em detrimento ao não acesso, ou mesmo acesso restrito, das travestis na formação escolar formal.

A escola da vida torna-se primordial para garantia de suas existências, suas lutas por direitos pela vida, por questões básicas de manutenção de si e, mais que tudo, neste grupo eleito nas cinco regiões do país, com representatividade nas faixas etárias entre dezoito e sessenta anos de vida, com experiências múltiplas, e que representam (lutam) pela população travesti em todo território nacional nas várias frentes de embate. Uma delas sendo a “tal” da escola.

A escola que se acredita viável para a população brasileira contemporânea precisa dar conta de todas as pessoas que nela transitam, com suas corporalidades, suas manifestações sexuais, suas necessidades e anseios de conhecimentos, seus tempos e processos de subjetivação durante

a produção de conhecimentos. Pois, de acordo com bell hooks²³ (2017), todas as pessoas devem ser vistas de acordo com suas particularidades (singularidades) na escola sem estigmatizações.

Desta feita, muito temos a aprender com os movimentos feministas negros e suas posições anti-identitárias/biologizantes, como em bell hooks. Para além, é urgente a necessidade de articular uma escola (seu currículo e práticas) que verdadeiramente contemple todas as possibilidades de existir nestes espaços.

Esta demanda se deu em todo momento na/da pesquisa e foi fortemente apontado por todas as participantes que os sofrimentos e processos de exclusão atravessaram suas vidas escolares e as estratégias de resistência formaram-se no decorrer de cada vivência.

Sobremaneira, as subalternidades marcadas e defendidas, aqui, são potências que se posicionam como resistências, subversões, fugas das capturas, que tendem a retirar as pessoas do que se significa para a subalternidade, a priori, as alocando em espaços de igualdade.

Ou seja, silenciando novamente essas vozes e as acoplando em vozes higienizadas; buscando marginalizar aquilo que se reconhece como precário, ou mesmo, como se quer reconhecer para estas pessoas. Então, a precariedade e subalternidade se tornam localizações válidas e escolhidas por esta população marginal na prerrogativa das resistências e não enquadramentos.

²³ O nome da escritora e ativista feminista estadunidense Bell Hooks, registrada com o nome Glória Watkins, aparecerá em todo corpo do texto em caixa baixo por exigência da autora. Tal marcação política se justifica por garantir diálogos sem hierarquias textuais, de acordo com a mesma.

5.1. DOS PROCESSOS ESCOLARES ÀS ESCOLAS (CONHECIMENTOS) DA VIDA...

Não misturo, não me dobro/A rainha do mar
anda de mãos dadas comigo/Me ensina o
baile das ondas e canta, canta, canta pra
mim/É do ouro de Oxum que é feita a
armadura que cobre meu corpo/Garante meu
sangue, minha garganta/O veneno do mal
não acha passagem/E em meu coração,
Maria acende sua luz e me aponta o
caminho/Me sumo no vento, cavalgo no raio
de lansã/Giro o mundo, viro, reviro/Tô no
recôncavo, tô em fez/Voo entre as estrelas,
brinco de ser uma/Traço o cruzeiro do sul
com a tocha da fogueira de João
menino/Rezo com as três Marias, vou
além/Me recolho no esplendor das nebulosas,
descanso nos vales, montanhas/Durmo na
forja de Ogum, mergulho no calor da lava dos
vulcões/Corpo vivo de Xangô/Não ando no
breu, nem ando na treva/Não ando no breu,
nem ando na treva/É por onde eu vou que o
santo me leva/É por onde eu vou que o santo
me leva/Não ando no breu, nem ando na
treva/Não ando no breu, nem ando na treva/É
por onde eu vou que o santo me leva/É por
onde eu vou que o santo me leva {...]

(MARIA BETHÂNIA/PAULINHO PINHEIRO)

Em todo o processo da cartografia, junto às referências do movimento travesti brasileiro, pode-se perceber que as trajetórias acadêmicas das mesmas são singulares, porém vários são os elementos que confluem no que tange as significações sobre os processos escolares.

Os elementos de exclusão, sofrimentos e evasão da escola, nos tempos formais de ensino, vigente na legislação educacional no Brasil, atravessaram as experiências das mesmas e as resistências, o retorno e a necessidade em estar (conquistar) na escola são latentes nos discursos das participantes.

As diferenças que cada travesti processou nas suas trajetórias escolares nos apontam a necessidade real de reorganizar a educação formal posta no que tange às diversidades humanas e a qual currículo que esse espaço deve garantir para respeitar todas as pessoas que nele transitam por direito.

Estas diferenças devem ser a espinha dorsal para que a estrutura da escola reconheça e garanta pedagogias pela vida e não na premissa de seleção e exclusão. Esta pedagogia compromissada com a real população brasileira (negra, obesa, diverso-sexual, pobre, de periferia, etc.) precisa ampliar seus alcances para além do projeto bancário escolar e dar vasão para as pluralidades com qualidade.

Há uma urgência em invertermos este papel bancário da escola que, de acordo com Paulo Freire,

Em lugar de comunicar-se, o educador faz “comunicados” e depósitos que os educandos, meras incidências, recebem pacientemente, memorizam e repetem. Eis aí a concepção “bancária” da educação, em que a única margem de ação que se oferece aos educandos é a de receberem os depósitos, guardá-los e arquivá-los (FREIRE, 1996, p.57).

Isto se justifica porque esta escola que aí está sofre processos de **morte**, pois as pessoas não mais a querem e estão afirmando o fracasso que ela apresenta, visto os últimos dados e ranking²⁴ publicados anualmente nos comparativos de educação pelo mundo, sempre trazendo o Brasil em péssimas colocações.

A escola almejada, inclusive pelas travestis, que compõem esta pesquisa, deve ser não apenas a que oferte acesso para todas as pessoas, mas deve ter na diferença o propósito de seu currículo e uma pedagogia que, de acordo com Tomaz Tadeu da Silva (2000), centre nos diversos processos de vidas que podem nela transitarem.

²⁴ Ranking de Ensino da OCDE – O Programa Internacional de Avaliação de Alunos (Pisa), elaborado pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), analisa o nível de ensino de 65 países. Em 2017 o Brasil ficou na 53ª colocação.

O acesso está garantido pela constituição brasileira. Porém a permanência com êxito (sucesso) é que está em xeque. E, para as travestis, que não se reconhecem no currículo biologizante, machista, branco, elitista e seletivo, essa permanência é motivo de sofrimento e exclusão.

Ao observarmos os extratos durante as entrevistas transcritas:

E ai foi bem difícil né, porque eu apanhei na porta da escola muito, porque era um ato de rebeldia na época né, na década de oitenta, noventa. (MELISSA CAMPOS)

Ela tem uma vivência que eu acho que a escola não consegue acolher nesse senso. A escola ela é vista como local de formação de pessoas e a travesti, ela não se enquadra dentro dessa formação, então eu acho que a travesti ela é fundamental. A travesti ela é fundamental pra escola! Pra renovar essa forma de ver a vida, de ver a sociedade, de trabalhar as questões. Uma travesti ela não tem que ser transformada pela escola, mas ela tem que ter o poder de transformar a escola e é isso que talvez a escola tenha medo né, dessa transformação, que é você estar presente e mesmo sem abrir a boca, você traz no corpo uma enxurrada de informações, de questionamentos que a escola tem que responder e não consegue. (MELISSA CAMPOS)

Podemos perceber que as histórias violentas e experiências muito negativas vão se repetindo nos processos escolares das travestis. Estes dados de vida nos remetem a considerar as afirmativas sobre a falência do currículo escolar brasileiro na garantia de acesso à formação escolar dessas pessoas.

Neste sentido, é preciso reforçar que os estigmas que certos dispositivos, como raça, deficiência física e mental, pobreza, feminilidades ambíguas, corpos destoantes dos padrões normativos, são fortemente marcados por estas experimentações de vidas, conforme denunciados, acima, pelos extratos. Mesmo, porque, estes estigmas são construídos culturalmente, e, “as maneiras de conhecer são forjadas pela história e pelas relações de poder” (BELL HOOKS, 2017, p.46).

Seguindo com os extratos de Melissa e Cris Steffany:

Eu acho que a gente tem muito que ensinar enquanto pessoa e aí aquela instituição tem que saber receber isso e é visível as identidades, as orientações não estão no plano de formação da educação, nem nos currículos e não continua, se estava começando a caminhada e agora tivemos nosso retrocesso com a retirada das identidades, das orientações sexuais dos currículos, dos Planos Municipais e Estaduais. (MELISSA CAMPOS)

Problema por ser travesti! História de querer que eu usasse banheiro dos professores. Problema de que não queriam me chamar pelo nome social. Enfim, foi uma série de problemas no município". (CRIS STEFANY)

É urgente repensarmos a escola como lócus de conhecimento para todo tipo de gente, pois, contrapondo o poder hegemônico branco, classista, heterossexista, é preciso retomar a educação (conhecimento) como protagonista de liberdade, como instrumento de inclusão e de respeito das diversidades (diferenças).

Este modelo, seguindo os passos de Paulo Freire (1996), é pauta incansável do ativismo travesti brasileiro. Isto se dá pela necessidade em não mais se repetirem as histórias ruins que estas lideranças viveram e garantir que novas histórias sejam compostas pelas gerações atuais, que caibam na escola, que lhes reconheça e lhes proporcione acesso ao currículo real que se oculta na contemporaneidade.

Do mesmo modo, como nos discursos de Janaina e Indianara:

A Janaina e a escola" foi expulsa da escola, né, na época eu estudava no colégio, isso eu lembro, no "Colégio Culto a Ciência", e como eu te disse, no começo da escolha do nome, eram eu e mais duas, e era eu e mais duas na escola, então a gente causava na escola, mesmo porque quando a gente fala causar, não é porque a gente quer aprontar, é porque a presença de uma travesti em qualquer instituição que seja, ela já causa, a não ser que ela aprenda a se camuflar e enganar ou deixar se enganar sem querer, mas geralmente a presença dela é algo que causa em qualquer espaço que tenha mais de três pessoas e não sejam conhecidas. (JANAINA RODRIGUES DE LIMA)

Foi bem violento, foi bem violento, me jogaram chapisco da escola, eu tinha uma proteção quando eu estudava na escola

que minha mãe trabalhava, apanhei, inclusive do irmão de uma amiga travesti que me aconselhava, justamente porque ele me chamou de viado, e eu respondi dizendo: é o teu irmão! Então ele me esperou na frente da escola, a gente... Ele me bateu. (INDIANARA SIQUEIRA)

As pautas iniciais, que o movimento organizado pontuou em suas agendas de luta, no que tange à educação, como acesso e uso dos banheiros, respeito ao nome social, inserção deste gênero travesti nas provas do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), não mais dão conta das pluralidades de demandas que estas pessoas têm em relação aos processos escolares.

Não que as demandas iniciais estejam ultrapassadas. Ao contrário, notamos que muita resistência tem emergido nos espaços da escola, no currículo, nas propostas de políticas públicas atuais, que negam a existência das travestis e as pouquíssimas conquistas que o movimento social organizado veio trilhando:

Apesar de acreditar que a escola é uma instituição já falida, eu acho que hoje com a tecnologia que nós temos, basta saber ler e escrever e ter um computador a mão e tem todo um conhecimento pra você discutir na sua frente, mas eu acho que faz sim, na vida das travestis e das pessoas que vão conviver com travestis e transexuais, e então eu acho que seria mais um espaço de socialização entre dois mundos que dificilmente se encontram, né, eu acho que faz diferença nesse sentido. O que falta na escola é ... Liberdade pras pessoas poderem acessar um simples banheiro, pra ir fazer xixi, ir fazer cocô, sem opressões, né, que os professores conversem sobre essas pessoas, faltam essas pessoas nos livros escolares, nos livros acadêmicos, nas faculdades, universidades, a história dessas pessoas nos livros acadêmicos, nos livros escolares, a história dessas pessoas, então eu acho que isso que falta nessa educação que ta ai, pra que travestis e transexuais possam se sentirem bem nesses espaços, se pra uma mulher já é difícil ser contada sempre como uma subespécie no mundo patriarcal e machista, imagina pra pessoas que nem são citadas, nem são contadas sobre suas vidas ali, muitas vezes quando se tem algo, é algo bem violento, bem descaracterizante pra essas pessoas, que praticamente eles tiram a humanidade quando ela já nos foi roubada. (INDIANARA SIQUEIRA)

Notamos que as variadas violências sofridas por estas pessoas são marcas fortes em suas vidas. A percepção que foram construindo acerca da

escola dão empoderamentos para afirmarem que este modelo não lhes serve e que a reorganização da formação escolar é urgente.

Esses elementos elaborados em cada processo referendam também, suas posições críticas a respeito desta agenda de luta e dão o tom que não abrem mão deste espaço garantido por lei, porém, não do modo como está ofertado. Mesmo porque, os sofrimentos vão disparando outras configurações, que as fazem resistir às exclusões, propor dar visibilidade e positividade aos novos modos de existência. O que, por sua vez, solicita novos modos curriculares.

Novas estratégias vão se fazendo, dentro de cada história, somadas na luta coletiva, para que, tanto em suas histórias de vitórias, seus retornos para os espaços escolares, são notórios, que se tem um objetivo maior em comum: a garantia de uma escola que contemple as futuras gerações de travestis. Como apontam Fernanda e Melissa:

Algumas escolas têm feito alguns esforços, mas o sistema não tem trabalhado pra que essa travesti que entrou na escola, que ela tá lá no banco escolar, e muitas vezes que ela tá lá no banco escolar, e muitas vezes que ela tá na universidade, poucas vezes, raríssimas que chegam na universidade, que elas permaneçam. Ainda, travesti na escola, ainda é um ato de coragem, e de resistência, porque o sistema não favorece, por mais que a gente diga que tem nome social, que algumas instituições estão aceitando, ah o nome social! Mas o nome social é apenas um item, mas o que a escola tem feito o ano todo, a vida toda, pra aquela menina se sentir confortável, pra que ela se sinta cada vez mais motivada, de continuar estudando, e terminar seus estudos, quem termina não foi porque a escola lhe favoreceu, porque o sistema lhe favoreceu, foi porque ela é resistente, foi porque ela é foi pra lá, transgressora e transgrediu mais uma vez, chega lá, estudar e sair de lá, com sua capacitação, com a sua formação, profissional, ou com o seu canudinho na mão pra buscar sua vida lá fora, foi porque ela é resistente. Travesti na escola ainda é um ato de resistência. (FERNANDA BENVENUTTY)

Me roubaram e aí eu só fui entender muitos anos depois que aquele discurso de doença não era real e eu já tinha deixado de estudar, já tinha passado por toda uma outra estrutura, que era mais religiosa e eu fiquei com esse conflito na minha

mente, fogo do inferno, do céu e do diabo, de deus e quem eu sou? (MELISSA CAMPOS)

A escola brasileira se mostra ineficaz e inútil nesta perspectiva excludente. Este modelo normalizador, que ignora novas práticas, mantém-se canônico, e a formação profissional precisa ser repensada.

Mesmo sabendo que um dos grandes embates para tal resignificação é a resistência d@s docentes que se negam, por posições políticas de vida, a ampliarem suas referências. Para Guacira Louro, estes profissionais “mostram-se, quase sempre, perplexos, desafiados por questões para as quais pareciam ter, até pouco tempo atrás, respostas seguras e estáveis” (2004, p.28-29).

A negação, por parte de toda estrutura escolar, desde as pessoas que a compõem, passando pelo currículo e pelas práticas pedagógicas, diante das existências das travestis, é o grande centro de todo o problema.

A falta de vontade política e compromisso em acessar estes novos conhecimentos, de escutar o que estas pessoas têm a dizer, estar atentas aos novos modos de vidas, das novas pessoas, que estão acessando estes espaços, é fator central para que as resistências das que vivem na precariedade, com vozes subalternas, porém potentes, perpetuem nossa história de enfrentamentos.

A escola não tem o direito, não pode mais, continuar (persistir) em suas práticas elitistas e seletivas. Os modelos educacionais têm urgência em contemplar todas as pessoas, que têm direito legítimo de estar nestes espaços. Mas, estar com segurança de vida, vendo-se inseridas em todos os processos e não mais de modo estigmatizado e excludente. Como apontado por Daniela e Luana nos seguintes discursos:

As travestis elas sofrem o preconceito dentro da escola, que é o chamado preconceito institucionalizado, né. O preconceito muitas vezes, não vem dos alunos, dos colegas de classe, mas esse preconceito na maioria das vezes vem dos profissionais da limpeza, vem dos professores que não estão preparados pra lidar com aquelas, com aqueles, com as travestis dentro da

escola. A equipe gestora que oprime a trans quando ela tem a opção de usar o banheiro feminino, quando ela quer inserir o nome social na chamada. Então, meio que também a escola se, se livra da parcela de culpa, né. (DANIELA VEIGA)

Então quem se dar comigo, quem lidar comigo, quem convive comigo, quem lidar comigo no dia a dia é sempre a quarta pessoa, entendeu, não é que eu seja bipolar, tripolar, ou nada disso não, ou tenha dupla personalidade, não tem nada disso, eu sou a Luana Muniz e acabou aqui, debaixo da água, na Síria, bota uma burca, mas você é a Luana Muniz, não interessa. Agora se fosse na época de Hitler, eu ia morrer, porque eu ia ser a Luana Muniz e acabou. (LUANA MUNIZ)

Docentes e profissionais da educação precisam reconhecer que há uma urgente necessidade, força de vontade, posição ética e política, em transformar estas instituições de modo a novas reflexões para com as diversidades/diferenças humanas (de gênero, sexuais, etc.), abandonando seus medos e frustrações pessoais, vislumbrando novos paradigmas para esta pedagogia *queer* (HOOKS, 2017).

As necessidades contemporâneas de mudanças são fundantes que aconteçam para garantirmos uma escola que, de fato, contemple todas as pessoas. Isso se dá porque essas pessoas vão continuar existindo. Cada vez mais as travestis acessam a escola, retornam para suas vidas acadêmicas e as novas gerações estão mais que empoderadas sobre seus direitos e estão na luta (resistência) diária para se manterem vivas e com qualidade de saúde mental e integral.

Uma escola que garanta o currículo em perspectivas *queers* estará comprometida com a real configuração da população brasileira considerando a diversidade (diferenças) e expressões humanas tem se mostrado muito mais acessível a novos modos e modelos de vidas.

A juventude que aí está, nas favelas, periferias, grandes e pequenas cidades, estão dando pistas para qual modelo de sociedade se quer, abandonando as referências heteronormativas brancas e elitistas, que a escola tenta manter. Para Louro, “se a instabilidade é perturbadora, mais ainda nos

parecerá a existência daqueles sujeitos que ousam assumi-la abertamente ao escolherem a mobilidade e a posição de trânsito como o seu “lugar” (2013, p.51).

Estas estratégias e posições de vida, especificamente das travestis, são modos como operam suas organizações no que tange ao resistir às exclusões. O retorno aos processos escolares e os processos de conhecimentos que a vida lhes oferta, de modo muito mais potente que a escola, lhes transforma em pessoas de luta cotidiana e seus conhecimentos/ensinamentos precisam ser levados em conta. Observados no extrato de Cris Stefanny, que segue:

Virei presidente de grêmio estudantil aqui no centro, no Joaquim Butin, que era uma das escolas mais famosas do Estado. Já da municipal, do curso de aceleração eu tive bastante problema. Aliás, uma das motivação pra mim deixar de ir pra escola, foi porque eu comecei a ter muito problema com a direção. Isso antes deu fazer esse curso de aceleração, eu já tinha tentado, em noventa e nove. Eu já tinha tentado e tive problema, então eu peguei e cai fora, não quis papo. (CRIS STEFANNY)

Elas sobrevivem à fome, a exclusão da família, as violências da prostituição, o não acesso às políticas públicas, a falta de afetos benéficos, ou seja, a falta de tudo, porém, elas continuam a resistir, reconfigurar modos de vidas, formulam modelos de sobrevivência, novos conhecimentos sobre tudo, principalmente, para se manterem vivas.

Estes conhecimentos são mais que válidos, pois as tornam fortes, valentes, guerreiras. Não aceitam mais serem tratadas como delinquentes. Podem até serem marginais, porque estão às margens de qualquer direito, estão nas espreitas das cidades, das ruas, dos acessos à saúde, educação, trabalho, moradia, mas são marginais possíveis, com corpos possíveis, vivíveis, que estão e continuarão na resistência das capturas pelo limpo, pelo central, pela voz não subalterna, para se manterem na precariedade (enquanto resistência), mas com qualidade de vida e direitos. Cris Stefanny segue seu relato:

Voltei pra escola em dois mil e três. Fiz um curso de aceleração. Na época não chamava EJA, chamava aceleração, no Município. Eu era uma das melhores alunas, tinha uma capacidade fácil de lidar com as coisas. (CRIS STEFANNY)

A educação é a base de tudo, se você consegue romper, coisas que, você se defende, você vai ter consciência de lei, consciência de direito, entendeu. É diferente de uma travesti que tá lá na roça e não sabe o que é ler, só sabe sofrer e levar porrada, se defender na base do murro, e a gente não, a gente consegue a educação e se defender na forma do diálogo, que eu acho que a melhor maneira de desconstruir a violência, de desarmar uma pessoa é mostrar que você tem o conhecimento, da causa e daquilo que você está brigando, então você desarma a pessoa. (JAQUELINE BRASIL)

As estratégias de sobrevivência, observadas nos extratos, foram formulando conhecimentos que a escola nega, que não é reconhecido como plausível ou mesmo chancelado por certos espaços de produção de ciência, como observamos nas universidades.

Então, o que se reconhecia para o gênero travesti é reorganizado pelas pessoas, pois novos saberes são produzidos ao se conhecer, se relacionar com as mesmas de modo mais próximo, podendo disparar novos afetos bem menos excludentes para com os processos de convívio.

Esta recusa em atestar tais conhecimentos, para as travestis, de nada tem valia ou importância, pois são nestes processos de manutenção de suas vidas, de táticas para resistir às opressões, que a cultura travesti se desenhou na história nestes últimos vinte e cinco anos e vai se reproduzindo de geração em geração.

Seus costumes, seus dialetos, suas gírias, suas organizações internas, a rede de proteção e afetos, apontados no extrato, que segue, que elas mesmas vão proporcionando para defesa de seu coletivo (suas vidas) é que têm validade para suas existências.

No início não recebe bem, né, porque, sabe que é estranho a travesti, pra muita gente que conhece é aquela história, da travesti que, da travesti que bate no povo, briguenta que esculhamba, mas tem pessoas que pensam isso, mas que

depois que tem oportunidade de conhecer, ai vem aqueles relatos, na minha, várias pessoas diziam, eu pensava que travesti era isso, porque as pessoas foram criadas, com a família falando aquele conceito de travesti de antigamente, mas hoje sabendo que as travestis não é isso nada, as pessoas diziam, eu pensava que as travestis eram isso, porque meus pais diziam não chegue nem perto mais, mas vejo que a história é outra, que as travestis não eram isso não que as pessoas relatava. (CRIS DE MADRI)

Estão nesses conhecimentos as reais demandas que elas vão elaborando entre elas mesmas, já que a escola formal não lhes é garantida. Logo, estes saberes têm muito mais aplicabilidades para o real em contrapartida a certas produções e teorias que a escola reproduz, de modo arbitrário e desconexo, do processo histórico e cultural real da sociedade brasileira.

Os corpos que a escola reproduz, de acordo com os livros didáticos e práticas pedagógicas vigentes, são sempre na perspectiva patologizante, doente e com miras para a reprodução biológica, excluindo as diferenças e mantendo os padrões hegemônicos higienistas que constroem escolas assépticas elitizadas.

A história replicada é sempre branca, misógina, classista, machista e com todas as marcas possíveis para o modelo que se pensa educação ainda no Brasil. Fato esse que está em xeque, porque, cada vez mais, estes novos conhecimentos produzidos pelas vidas travestis nas ruas, no escuro, nos entornos, nas margens, tem corroborado para a luta permanente contrária a este modelo escolar binário e **doente**.

As suas histórias de vida, de cada travesti, liderança do coletivo brasileiro, já é por si só uma aula de resistência, de política, de ética e de direitos básicos para todas as pessoas. Os processos que cada uma delas atravessou e atravessa para manutenção da vida aponta que os conhecimentos escolares são importantes, porém não são únicos e nem sempre agrega o diferente.

Ao contrário, por estarem num corpo com múltiplas possibilidades, já nascem fadadas ao desprezo e exclusão, porém são estes conhecimentos produzidos pelas experiências de vidas que tem lhes proporcionado forças (elementos) para sobreviverem ao universo fascista que é instaurado sobre as corporalidades e expressões travestis.

Já que as escolas não cumprem seu papel, que seria sua obrigação, elas (as travestis) continuarão a nos proporcionar elementos (conhecimentos) que tem dado certo e garantindo (inclusive muito orgulho) em ser e estar num corpo travesti.

5.2. O QUE PODE (N)UM CORPO, O QUE CABE NELE – SABEMOS O QUE É UM CORPO TRAVESTI?

Medo não me alcança/No deserto me acho,
faço cobra morder o rabo, escorpião virar
pirilampo/Meus pés recebem bálsamos,
ungentos suaves das mãos de Maria/Irmã de
Marta e Lázaro, no oásis de Bethânia/Pensou
que eu ando só? Atente ao tempo!/Não
começa, nem termina, é nunca, é sempre/É
tempo de reparar na balança de nobre cobre
que o rei equilibra/Fulmina o injusto, deixa
nua a justiça/Eu não provo do teu fel, eu não
piso no teu chão/E pra onde você for, não
leva o meu nome não/E pra onde você for,
não leva o meu nome não/Eu não provo do
teu fel, eu não piso no teu chão/E pra onde
você for, não leva o meu nome não/E pra
onde você for, não leva o meu nome não [...]
(MARIA BETHÂNIA/PAULINHO PINHEIRO)

Apresentar qualquer defesa, qualquer conceituação, acerca de corporalidades travestis é, com certeza, arbitrário, porém, problematizar

algumas possibilidades destes corpos fluídos e que vibram a todo tempo é nossa intenção.

Os corpos travestis, que transitam na sociedade (nas escolas), trazem consigo os processos transbordantes que destoam do que se espera nos padrões hegemônicos, logo, suas construções, atravessadas pelas recusas das pessoas nas variadas relações, podem causar sofrimentos irreversíveis para elas, porém, o que marcamos, aqui, são as corporalidades que resistiram (sobreviveram) a todo processo violento e marcam porque as travestis eleitas, para este mapeamento, são lideranças nacionais, no que tange ao movimento social organizado no Brasil.

São corpos resistentes, que utilizam ferramentas inimagináveis às percepções de corporalidades binárias biologizadas, a partir de pênis e vagina, pois, os corpos travestis flutuam, a partir de suas genitálias (de macho) e nas tecnologias possíveis (quase impossíveis) para garantir suas feminilidades desejadas. Dialogando com os escritos de Suely Rolnik, são corpos vibráteis,

[...] isso se considerarmos o corpo em seu potencial expressivo, sua invisível vibração, suas singularidades afetivas. Em suma, se considerarmos o corpo sem órgãos e não o corpo orgânico, com seus significados a priori: corpo que vê e é visto pelo olho nu (2014, p. 47).

Podemos perceber estas tecnologias e resistências de criação das corporalidades, que são fluidas, nos extratos que seguem. São confluências, quase que hegemônicas, nos contextos históricos das vivências travestis no Brasil, que apontam a emergência de reorganizarmos as significações acerca dos corpos possíveis e suas potencialidades de vida. Pois, ao pinçarmos os discursos abaixo:

[...] mas ela era muito bonita, trabalhava de espartilho, nua na casa da cultura, com próteses de silicone, com peito de prótese, ter prótese naquela época era um status que poucas tinham, então ela não tinha que olhar pra mim e nem Bruna (KEILA SIMPSON).

Através de hormônios, através de amigas que me indicavam os hormônios a usar, tomava os anticoncepcionais da minha mãe, eram o anasicleans, bombas de hormônio na época e essas amigas, Fernanda, Veronica, Diana, Rosangela, todas me indicavam, falavam que não me arrependeria mais tarde, etc e tal e como eu não queria ser prostituta, elas todas se prostituíam, eu achava que uma coisa levava a outra, eu dizia então que travesti tudo bem, puta não e eu comecei a tomar hormônios, assim do nada. Pra mim era como balas, então foi assim, aos doze anos, sem nenhuma, a não ser conselho de amigas, não teve aconselhamento médico, nada, como a grande maioria não tem (INDIANARA SIQUEIRA).

De acordo com os extratos acima, pode-se marcar alguns elementos que pontuam as estratégias de reconhecimento dos universos femininos e masculinos, que vão constituindo as corporalidades travestis e como são reproduzidas nas várias regiões do país, com suas diversidades.

Estes elementos vão se repetindo, obviamente, de modos singulares, em cada experimentação travesti, mas que se entrecruzam nas vivências destas pessoas e operam, quase que como regras, para se reconhecerem no universo destes corpos possíveis (impossíveis) e vivíveis.

Mesmo que estes processos acarretem condições de sofrimentos, dores, dissabores, violências e estigmatizações para com as defesas e marcas que se posicionam, politicamente, na construção destes corpos. Como nos mostram Symmy e Indianara:

[...] desde criança percebia num espaço que era um espaço que meu corpo não abarcava, né. Eu me identificava muito mais do que aquele meu corpo era, só que eu não tinha noção disso (SYMMY LARRAT).

Um corpo travesti, um corpo travesti é aquele corpo que pode ser violentando, que não tem direitos, que ao mesmo tempo essa falta de direito nos dá de não seguir regras, o corpo travesti, nos dá direito de não seguir as regras cis gêneros, porque a sociedade cis heteronormativa, esse corpo, pra violentá –lo, vai libertando também outras pessoas que vão usando essa maneira de se vestir, essa maneira de viver, então ter um corpo travesti, é ter um corpo que não se adequa a sociedade, mas essa definição também te dá a oportunidade de fazer tuas escolhas. É então esse corpo, é um corpo mulher-travesti, é um corpo homem travestido, que corpo é esse, toda

essa problemática causa nos outros que para nós é tão natural, transexuais, travestis, transgeneros, pessoas não binarias, não conforme, é natural pra elas existirem, é pra outras pessoas que não é natural, mas pras pessoas que existem dessa forma, é natural, simples, o problema está pros outros, não pro nosso, então você existe, independente dos outros. (INDIANARA SIQUEIRA)

O desejo por um corpo que esteja de acordo com seu desejo e suas expectativas, mesmo que no enfrentamento pelas suas sobrevivências, possibilitam a inserção (o uso) de ferramentas (tecnologias) que vão performatizando suas constituições corpóreas e afetando as normas dos (nos) corpos, pois, os afetos marcam os corpos vibráteis e seus fluxos.

Tais tecnologias, como os usos de silicone industrial, uso de hormônios femininos e implantes de próteses mamárias, foram, no desvelar da história destas pessoas, marcando-se como elementos fundamentais para o auto reconhecimento, a validação de suas corporalidades por suas parceiras e a realização pessoal em se reconhecer, de modo feliz, suas corporalidades readequadas (reorganizadas/resinificadas).

Os afetos, os desejos, exemplificados, abaixo, por Melissa, operam de modo a contemplarem o que se quer fazer com essas corporalidades e de como estas posições políticas dos corpos/afetação coadunam-se para suas expressões de vida e identidades políticas coletivas.

Então eu pude deitar e colocar o silicone, eu não aguentei e ai eu desmaiei e isso foi aos dezenove anos e ai eu tive uma pressão da cultura trans de que eu tinha que colocar o silicone, e então como eu quase morri de colocar silicone. Ai a bombadeira me disse, não, você é tão bonita né, toma hormônio e bota prótese! Ai eu fiquei, toma hormônio e bota prótese, toma hormônio e bota prótese! (MELISSA CAMPOS)

Estes dispositivos correspondem aos seus anseios singulares (rompendo aos binarismos universais biologizantes). Pois, os enquadramentos binários, partindo de aspectos morais religiosos e sexuais reprodutivos, tentam determinar, exaustivamente, as identidades fixas, distintas, opostas, porém, não flexíveis (BUTLER, 2015).

E é, justamente, este enquadramento, que as travestis, no Brasil, rompem com suas corporalidades, que transitam entre as feminilidades e masculinidades, se posicionando não num outro corpo não binário, mas em corporalidades femininas, em expressões de gêneros “femininos”, mas que marca a resistência aos corpos fixos, rígidos, que não contemplam suas necessidades e desejos.

Estes corpos travestis é a materialização das tecnologias dos corpos em Donna Haraway (1995/2009/2013), as resistências e os quadros de guerra em Judith Butler (2003/2015), as manifestações sexuais de Paul B. Preciado (2014), e as outras tantas defesas pela vida, na teoria, mas que se concretiza e se expressa nas corporalidades das travestilidades brasileiras.

Estes elementos todos reafirmam que tudo é mutável, possível, reorganizável e que as corporalidades travestis utilizam-se dos muitos recursos tecnológicos (maquímicos) para garantirem que suas existências sejam possíveis, viáveis e felizes (estilísticas de viver) (exitosas).

Seguindo com os extratos,

[...] é um corpo construído a base de hormônios, a base de silicone, a base de muito sofrimento, de muita “porrada” social pra construir esse corpo. É esse corpo que é modelado ao meu jeito, a minha forma, porque o corpo de uma travesti, ela não tem uma forma, ela não tem um formato único, nós não somos bonecas que somos fabricadas em série, o formato anatômico não é o mais importante, mas é o corpo que é construído, e que esse corpo vem falar pra sociedade que nós somos mulheres, que nós temos esse corpo feminino que é o atrativo que também faz com que no desejo sexual dos homens, este seja um dos atrativos, de ter nascido num corpo biologicamente masculino e vivenciar essa feminilidade vinte e quatro horas (FERNANDA BENVENUTTY).

Um corpo travesti pra mim, eu acho que me completa, o que minha cabeça diz que eu sou, eu não seria, se eu tivesse como meu corpo de Jacson, e me vestindo como Jaqueline, minha mente pediria mais, a minha mente pediria mais, eu precisava ter formas pra me sentir Jaqueline, eu precisava ter seios pra me sentir Jaqueline, eu precisava ter quadris pra me sentir Jaqueline, porque Jaqueline pra mim não era um personagem (JAQUELINE BRASIL).

Diante aos discursos, acima, muitas são as ferramentas (estratégias/tecnologias) utilizadas pelas travestis e esses processos desejantes podem ser lidos como táticas de sobrevivência, táticas de guerrilhas, fuga dos sofrimentos e modos de garantirem que suas identidades políticas sejam respeitadas.

Essas ferramentas podem ser lidas como dispositivos das travestilidades, trazendo dados da cultura, produção dos dados desejados, de afetos que marcam nos processos corporais, seus investimentos, acréscimos e decréscimos no/do corpo o que se quer adequar para um bem estar.

As linhas que vão elaborando estes processos corporais, glamour, estética, enquadramento cultural no universo travesti, para serem reconhecidas entre seus pares, dinamizam um entroncamento que linka vários fios, vários elementos que confluem e não tem obrigatoriedade de nenhum nivelamento. Ao contrário, pode (deve) estar sempre em movimento, aberto, fluído: um rizoma (DELEUZE; GUATARRI, 1995).

Os meandros que vão forjando estes corpos demandam retomadas para o reconhecimento de performances possíveis, vidas possíveis e que importam, pois estão là (na sociedade/nos cotidianos) e irão continuar existindo (resistindo).

Seguindo com os discursos:

Ai eu ia fazer o silicone industrial, comprei um litro de silicone na época, que também quando eu era mais jovem, é que prostitui também, em São Paulo, tinha uma cafetina, chamada Tuca, na época, e lá também fazia aplicação de silicone, eu comprei um litro, mas quando eu fui colocar, eu ia colocar meio em cada lado, cada lado no quadril, mas eu cheguei a desmaiar, porque eu sou muito mole pra dor, coloquei um copo em cada lado, só não desisti, pra não ficar com defeito, mas realmente, eu acho que esse silicone industrial, não é recomendável pra ninguém, porque quando a pessoas chegam numa certa idade, ele empedra no corpo e causa os efeitos e alguns defeitos. É verdade, vai ficando assim... (CRIS DE MADRI).

Então eu meio que fui rato de laboratório mesmo na hormonioterapia, mas aí eu elegi a perlutan que é a de todas, que eu acho que é nacional, né. E dali eu tomei muita perlutan, e agora já faz dois anos que eu não tomo mais hormônio, porque agora eu quero ver qual o é o meu corpo aos quarenta né. Eu quis desintoxicar todo esse corpo e trazer uma outra forma de ser mulher. Essa mistura mesmo do masculino com o feminino né. Trabalhar essa androgenia, sem a pressão da hormonioterapia. (MELISSA CAMPOS)

O desejo em ser reconhecida no gênero feminino é condição fundamental para garantia de sua felicidade. Logo, os riscos que elas enfrentam, diariamente, sempre, para elas (nós), vale a pena, porque, não há possibilidade de apresentar as travestilidades sem todos os aparatos, inclusive corporais, que acreditam marcar essas feminilidades e seus modos de viver.

Há uma necessidade urgente em revermos qual é o modelo de sociedade viável e quais corpos cabem nele, pois, “a mudança atual de status do corpo, no âmbito do discurso social, engendra o prazer de ser quem se é sem que interfiram no juízo de si os modelos estéticos em vigor, a idade, a sedução, as deficiências eventuais, etc.” (BRETON, 2011, p.220).

Neste sentido, ser uma travesti, negra, cadeirante, obesa, idosa, periférica, vivendo com o HIV, dá o tom do quão urgente é esta questão defendida e como as produções de ciências, como a psicologia e educação, precisam pautar as possibilidades e garantia das vidas. Pois é impossível problematizar sobre sem perceber as complexidades de tais composições, porque inauguram as estéticas travestis.

Apresentar os efeitos das tecnologias nos corpos, inserir instrumentos que possam causar suas mortes, é marca intrigante das travestis. Seus corpos são elaborados com estas ferramentas, porque são os dispositivos possíveis à disposição de suas sobrevivências cotidianas, garantindo a elas, somente a elas, a tutela de suas corporalidades.

As novas possibilidades de outros modos de circular no mundo é condição para suas existências e a reconfiguração das corporalidades vai

agindo, processualmente, em cada momento histórico deste coletivo, sendo estratégias para validar suas expressões de gênero travesti.

Ao defender (fazer) os usos de silicone industrial, implante de próteses, uso de hormônios femininos, depilações definitivas a laser, implantes de cabelos artificiais, entre outras tantas possibilidades, denotam as muitas variáveis de existir/resistir na contemporaneidade, sempre pautadas, historicamente, nos processos temporais que esta população viveu e vive. Inventa e sustenta novas feminilidades.

As muitas subjetividades, que atravessam essas corporalidades, são marcas e posições políticas muito bem costuradas por estas lideranças, que articularam toda a história do movimento social coletivo e estão nos dando (para a academia), de “bandeja”, posições de vida que são mais que viáveis.

Estes muitos corpos são resultados de muitas experimentações de violências macro e micropolíticas, que vão resistindo na sociedade brasileira e corroboram com as subjetividades que constituem as pessoas. Assim, não podemos mais, não temos mais tempo, para permanecermos com os discursos e práticas acerca de corpos a partir de genitálias, pois há urgência em escaparmos das perspectivas higienistas, que se reduzem ao binarismo biologizante.

A biologia não é o final, não é tudo. A biologia pode ser o início, porém nunca o produto final, como sempre afirmava, em seus muitos discursos acalorados, nossa companheira Lohanna Berkins. Complementando, em Haraway,

[...] ao invés disso, relatos políticos de corporificações construídas como as teorias feministas de subjetividades marcadas por gênero e raça, têm, necessariamente, de levar em conta, afirmativa e criticamente, subjetividades sociais emergentes, diferenciadas, auto-representadas, contraditórias, com suas exigências de ação, conhecimento e crença (HARAWAY, 2004, p.244-245).

Os marcadores sociais que compõem estas subjetividades, marcadas nas estéticas corporais desmontam o legível, ou o que se quer reconhecer como legítimo. Trazem à tona outras configurações que, muitas das vezes, se tornam insuportáveis para as pessoas, que se limita a reconhecer o óbvio, o básico, o natural, o biológico, o que cabe e não cabe para a sociedade heterossexista e machista.

Os discursos que vão buscando perpetuar seu poder são colocados em xeque para os novos discursos (marginais) que revelam, quase que como milagre, certas verdades humanas e trazem o que não é dito, nem pronunciado, à tona, emergindo da mais profunda recusa social suas existências felizes e possíveis (reais) e que não podem mais ser mascaradas (FOUCAULT, 1996).

Ter um corpo feminino, com elementos bem contundentes (seios enormes, quadris enormes, bochechas torneadas, cabelos longos, do que se confere, no ocidente, como “do feminino”, e possuindo elementos de macho, como pênis e pelos pelo corpo), se torna inaceitável para as possibilidades dos corpos higienizados nos parâmetros universais binários.

As travestis processam esta elaboração de modo a romper com tudo isso. Implodem as perspectivas tradicionais e transitam com o que seria impossível: uma figura feminina, um corpo ambíguo, com pênis, porém exigindo sua identidade política, não de mulher, mas de travesti, logo, feminina.

Seguindo com os extratos:

[...] dessa postura que já mostrava nós, que não éramos rapazes, tampouco de peito, éramos figuras femininas que tínhamos peito, que tínhamos quadril, que tínhamos quadril, que tínhamos tudo, eu compreendia tudo aquilo, mas eu também não determinava quem eu era” (INDIANARA SIQUEIRA)

[...] eu tenho dois litros de silicone industrial, né, que ele faz os moldes do corpo, porque a estrutura masculina é bem diferente da feminina. (DANIELA VEIGA)

As travestis apresentam seus corpos sempre na disputa do que se é regulável. Elas são a contestação do óbvio. Elas têm suas tutelas corporais mesmo sem a atestação da sociedade brasileira, pois, elas constroem, performam, articulam e impõem suas corporalidades como elas (nós) querem para serem felizes e satisfeitas em seus gêneros femininos.

Elas apresentam corpos que implodem as identidades fixas biologizantes ao apresentarem perspectivas *queers* nas suas elaborações e processos de subjetivação. Conseguem, com suas posições de vidas, na maioria das vezes, denunciar as capturas binárias e nos apontam quão plural e diversa é (pode) a sociedade contemporânea brasileira. Como notamos nos extratos de Luana e Taís, que seguem:

E realmente a feminilidade, ser feminina no masculino é o mistério, é a sedução, é essa questão que vende o produto, mas não entrega, que não é enganar e roubar ninguém, não, até porque essa época já passou. (LUANA MUNIZ)

Hoje eu estou bem com meu pênis, mas se eu tiver que adequar ele amanhã, eu vou continuar bem, porque hoje eu consigo me reconhecer como Taís, e o meu pênis hoje pra mim, é como se fosse um dedo a mais na minha mão, se eu tivesse, foi como se minha orelha fosse grande e eu quisesse ela pequena, então eu não tenho problema com a minha sexualidade hoje, tanto pelas minhas questões pessoais, como as minhas questões de relacionamento que eu já tive, entende. (TAÍS DINIZ SOUZA)

Estas pessoas trazem em seus corpos o que mais tem de abjeto na sociedade: um falo num corpo feminino; um pênis num corpo que é reconhecido como de mulher; uma mulher exagerada (a priori), que exala os elementos do que se é reconhecido para o feminino; seios fartos; bunda farta; “pau” farto.

As travestis conseguem desterritorializar os corpos esperados para uma provável biologia e re-territorializar outras significações para estes corpos, pois esta re-territorialização permitem “processos que se produzem e aparecem nas multiplicidades. Não supõem nenhuma unidade, não entram em nenhuma

totalidade e tampouco remetem a um sujeito” (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p.8).

O que menos se espera, na relação com a sociedade, é que suas posições políticas sejam fartas e que elas articulem para que seu coletivo tenha empoderamentos para perpetuar a luta (resistência) por direitos de ir e vir, apontado por Symmy e Melissa:

E que ele é tão ou mais cruel que os outros armários, né, porque você fica assumindo várias identidades até chegar na identidade que você identifica pra si, então, é naquele momento em que eu vesti a minha primeira roupa feminina pra sair durante o dia, e eu era, fazia pista a noite, era voluntária no centro de referência da minha cidade que ai naquele dia eu me reconheci, como Symy Larrat. (SYMMY LARRAT)

Eu acho que é porque é um corpo que é único né, não tem como adequá-lo e nem encaixa-lo na caixinha que é a sociedade, que é a caixinha do homem, que é a caixinha da mulher, sabe. A gente não entende qual é o lugar da gente inicialmente, mas a gente sabe que aqueles dois lugares que existem, que é o do homem e o da mulher não é nosso. (MELISSA CAMPOS)

As resistências atravessam os campos do imaginário para garantir que suas histórias (corpos) possam transitar de modo tranquilo nestas relações sociais transfóbicas e falocêntricas, porque elas têm falo, tem pau, e querem marcar que se é possível ser feminina, possuindo esta “maldita/bendita” ferramenta; que muitos homens “héteros” tanto procuram e gostam.

As variadas marcas sociais vão constituindo o que é consenso entre estas vidas e estes corpos, estigmatizados, vão transbordando das capturas rígidas do que se espera como “normal”, visto que,

Os indicadores sociais mais significativos de uma “liberação” medida a partir do corpo seriam mesmo a integração como parceira integral no campo da comunicação (parceiros são marcados por estigmas) da pessoa idosa, ou tendo uma deficiência, da pessoa obesa ou portadora de cicatrizes (BRETON, 2011, p.220).

Neste sentido, os estratos nos atestam:

Eu costumo brincar que, como meu escritório, é meu corpo, eu posso armar ele em qualquer espaço, e sempre tem clientes passando, disponíveis pra isso. (LUANA MUNIZ)

A definição se passa através também de modificações corpóreas com hormônios, silicone injetável, cirurgias e etc e tal, para a aparência feminina, foi incrementada a uma definição do mundo cis hetero normativo. E como não são definições que fui eu que fiz, eu não me sinto contemplada pela definição, pessoa, eu passei a dizer que eu era uma mulher normal de peito e de peito, mas o que é ser mulher e ser normal nessa sociedade? Mas eu sou pessoa, de peito e de pau, mas se for pra escolher, se eu tiver que escolher uma palavra como definição eu escolho travesti pela marginalidade da palavra, pela força da palavra, pelo político da palavra, que já abre caminhos também, então, não fica aquela coisa limpinha e higienista, então eu prefiro essa palavra pela força que ela tem. Travesti e puta. (INDIANARA SIQUEIRA)

Os muitos discursos, que atravessam os extratos acima, acerca das corporalidades, já na própria escolha de um nome “identificável” para sua existência, estigmatizam essas pessoas e capturam-nas, em certos momentos, seus próprios caminhos para a elaboração de seus processos corporais: podendo ser em processos abertos, flexíveis, desmontável, reversível, etc (DELEUZE; GUATTARI, 1995).

E, é, já no próprio discurso seletivo sobre os corpos, o que pode nele, o que cabe nele, e as possibilidades ou não de escolhas por seus nomes sociais, nomes que não mais os escolhidos e registrados por suas famílias, já após o parto, ou mesmo antes dele, que são reduzidos nos disciplinamentos dos discursos e controles dos corpos. Para Foucault, “no interior de seus limites, cada disciplina reconhece proposições verdadeiras e falsas; mas ela repele, para fora de suas margens, toda uma teratologia do saber” (1970, p.33).

Ao recusar estes disciplinamentos e controles, as travestis, com seus corpos vibráteis, em processo, enfrentam estes dispositivos de controle com os conhecimentos, que aprendem uma com as outras, como observamos nos discursos de Melissa e Jaqueline.

É um corpo que não limita, que não cede a limitações, se supera, se regenera, sabe. É um corpo na resistência e é isso que eu mostro trabalhando de um elemento pra outro, sabe. (MELISSA CAMPOS)

Se eu tivesse seios, se eu não tivesse o corpo, que por mais que ele está da forma que está, eu aprendi a gostar dele da forma que está, aprendi a respeitá-lo, que a gente tem que aprender a respeitar o nosso corpo, gostar dele do jeito que ele é. (JAQUELINE BRASIL)

Se não é acessível qualquer política de saúde que correspondam com seus anseios corporais, elas vão para o que se reconhece como ilícito ou não recomendável, porém, são as saídas possíveis que elas, de modo muito sagaz, encontram nestes novos saberes e conhecimentos.

Estas reconfigurações dos usos de variadas tecnologias dão pistas das muitas necessidades que estas pessoas têm, denunciam a precariedade da saúde pública no Brasil e, mais uma vez, apresentam outras formas de conhecimentos possibilitados (estrategicamente, encontrados nas resistências) pelas suas experiências de vidas.

Esses conhecimentos registrados pelos atos discursivos monitorados, cotidianamente, nas histórias das relações capturam (enclausuram) certos corpos. São policiados, vigiados, para Foucault (1975), nos limites das regras estabelecidas pelos contratos socioculturais e políticos na contemporaneidade, porém que escapam, muitas das vezes, de acordo com as histórias deste coletivo, a tais tentativas de aprisionamento.

Ao observarmos o discurso de Cris de Madri:

Nos anos noventa, eu acho, que tinha aquelas travestis cheias de silicone no quadril, aquelas bundas enormes, siliconizadas, chamava muito a atenção, na época também, os peitos chamava muito a atenção dos homens, hoje não, hoje já é uma coisa normal, as travestis não querem mais encher aquele corpão de silicone, coloca um pouco pra dar uma visual... mas o corpo mais assim, normal, não como aqueles corpos que eu vi aberrantes, como eu já vi, e tem algumas ainda, ou no nosso... nesses anos, mas só que isso veio de anos atrás, que algumas nem faz, porque pode tirar, porque, é eu mesmo, sou

magra, assim, meu corpo, não tenho ânsia de colocar silicone, mas porque eu te falei, eu sou muito mole pra dor. (CRIS DE MADRI)

Podemos constatar que novas corporalidades não cabem nesses contratos e nas novas configurações dos gêneros, das práticas sexuais/desejantes e das estéticas, que borram os binarismos, ou mesmo, as nuances apenas femininas e/ou masculinas, pois, “O corpo não está hoje liberado senão de maneira fragmentada, cindida, do cotidiano” (BRETON, 2011, p.220).

Aos discursos, que escapam destes determinismos desqualificados, sobram os estigmas que ferem os contratos das proibições. As instituições poderosas nestas sociedades, como a escola (academia), por exemplo, utilizam-se destas estigmatizações discursivas para marcarem seus espaços e instrumentalizam certas apropriações políticas dos discursos para manutenção canônica dos corpos biologizados universais. Para Foucault, “[...] todo sistema de educação é uma maneira política de manter ou de modificar a apropriação dos discursos, como os saberes e os poderes que eles trazem consigo [...]” (1970, p.44).

Os processos desejantes fluídos das travestilidades batalham, cotidianamente, para sobreviver às tentativas de higienização dos corpos e das sexualidades. E, ao disparar novas estéticas de gêneros políticos, sociais e culturais, clamam novos diálogos e produções de conhecimentos, que contemplem essas pessoas, pois não há mais como escapar destas discussões e novos discursos são necessários.

Novos discursos irão irradiar modelos de sociedade, que agreguem estas pessoas de maneira positivada e sempre inquietarão outras emergências para garantia das equidades de direitos para vida.

Os discursos imperativos, de ordem disciplinar, mesmo nos processos de formação escolar, com fortes poderes de policiamentos, deslocam-se nas relações de resistências, capturam as emergentes corporalidades, usando-se

de procedimentos verbais para que os discursos sejam bem recebidos, reconhecidos, como padrões para estas sociedades. E, corroborando com Foucault,

De sorte que o tênue deslocamento que se propõe praticar na história das idéias e que consiste em tratar, não das representações que pode haver por trás dos discursos, mas dos discursos como séries regulares e distintas de acontecimentos, este tênue deslocamento, temo reconhecer nele como que uma pequena (e talvez odiosa) engrenagem que permite introduzir na raiz mesma do pensamento o acaso, o descontínuo e a materialidade (1970, p.59).

Seguindo com os estratos, registramos mais ilustrações sobre as corporalidades travestis:

Eu me vejo fora desse processo, eu me vejo fora desse processo, eu acho que meu corpo é como ele é, e eu não sou mais ou menos mulher por conta disso, e se a minha relação com meu corpo é mais uma relação, é menos identitárias nesse processo da lógica machista, e mais uma questão de conhecimento, de atuação, conhecimento pra tudo, eu conheço meu corpo pra saber onde eu posso ter prazer, eu conheço meu corpo pra saber onde ele tá mais ruim que eu preciso procurar uma ajuda de saúde, eu conheço meu corpo pra saber... então eu vou me conhecendo nesse sentido. (SYMMY LARRAT)

Para construir esse corpo lá no passado, era um corpo que era construído a duras penas. A gente tomava, por exemplo, eu tomava muitos comprimidos de hormônio pra desenvolver seios, pra desenvolver formas no meu corpo, femininas, e depois eu tive que passar pela mão da bombadeira, passar pela mão da aplicação do silicone, sofri as dores do silicone ser injetado pra ganhar, pra fazer a forma do corpo que eu queria e que pra mim me dava prazer, porque eu construí o meu corpo, não foi pra dar prazer pros os outros, foi pra me satisfazer, foi pra me auto - realizar, então é... O sofrimento vem daí, da falta de técnicas menos doloridas, menos sofridas e menos agressivas para o meu corpo, pra construir esse corpo que é o corpo que eu construí pra mim, é o corpo que eu tenho, é o corpo que eu me apresento socialmente, é o corpo que eu vivencio essa travestilidades... (FERNANDA BENVENUTTY)

As produções discursivas, nos extratos acima, e os conhecimentos elaborados pelas escolas, por exemplo, tomando as atualidades brasileiras, são atravessadas pelas posições políticas de dominação, que negam as

processualidades fluídas dos corpos, dos sexos, dos gêneros e alocam as travestilidades sempre vigiadas pelas normas aceitáveis.

Se os discursos produzidos por certas travestis estão de acordo com feminilidades universais, elas até podem circular em determinados espaços, tempos e linguagens, desde que se coloquem discretamente em seus devidos lugares.

Precisam ser discretas, delicadas, sem pelos nos corpos, atuando em profissões menos rentáveis e submissas nos lugares reconhecidos como sociáveis (shoppings, igrejas, comércio, etc.). Limitam-se (são limitadas) em atuar apenas enquanto “putas”, devem ser dominadoras, seios enormes, pênis dotados, roupas sedutoras, entre outros quesitos, que não são atribuídos às mulheres limpinhas, recatadas e do lar.

Seguindo com a fala de Taís:

Eu acho o que atrapalha não é corpo. O que atrapalhava era o meu nome que não condizia com meu corpo. Porque eu ia fazer uma entrevista de trabalho e a pessoa se encanta comigo, porque eu sou uma pessoa comunicativa, eu dialogo, eu tenho uma experiência boa no curriculum da época da minha formação, eu fiz muito estágio, eu fiz muitos estudos. O problema é que quando olhava pra mim, e olhava pro meu RG eu não sei se a pessoa não sabia lidar com aquela questão, eu não sei se ela ia achar que a vai ser um problema eu pensar no banheiro, vai ser um problema eu pensar no crachá, então eu não vou ficar com ele ou com ela, entende, eu não sei o que se passava. (TAÍS DINIZ SOUZA)

Esses processos todos, de transitar em muitas possibilidades de expressar seus gêneros, nos mostram que as performances atravessam suas vidas e lhe garantem, através de muitas fissuras, processos temporais singulares e que rompem com a rigidez da sexualidade (BUTLER, 1993).

Quando se apresentam rompendo com esses discursos não mais são aceitas como inteligíveis e suas corporalidades colocadas enquanto marginais. Logo, há demanda urgente em garantir os processos permanentes de subjetivação destes corpos.

A regulação dos corpos, a interdição de certas expressões de gêneros e algumas práticas sexuais é estereotipada pelos discursos e as linguagens constituem localizações geopolíticas, de raça, de classe. São dominações sutis, em algumas vezes, que atravessam as relações humanas, institucionais e nas produções dos conhecimentos, que se fundam nas vigílias dos padrões dominantes dos modos certos de pensar, de agir, de produzir corporalidades e estéticas de vidas desviantes.

Os discursos institucionais podem interditar algumas pessoas, alguns grupos e algumas estilísticas das existências, porque são ferramentas biopolíticas que articulam e desarticulam certas sujeitas, como as travestis, tirando delas validades políticas e éticas para as corporalidades e são brutalmente excluídas de toda relação discursiva, via transfobias.

Ao observarmos os discursos de Melissa e Taís:

Uma sexualidade travesti é gozar intensamente e todo o tempo. Eu acho que tá a flor da pele, tudo isso na gente! As pessoas sabem que a gente tá a flor da pele! Esse erotismo ele existe, apesar de eu trabalhar profissionalmente uma desconstrução, porque eu sou muito erótica e ai eu gosto bastante de trabalhar bastante esse erotismo. Eu não abro mão de poder ser erótica, de tratar a eroticidade. Fico incomodada quando as pessoas querem desconstruir isso em mim. (MELISSA CAMPOS)

A gente sempre coloca o pênis no lugar da nossa cabeça e na verdade não é. A gente tem que colocar a nossa cabeça no lugar do pênis, porque a gente tem que pensar muito e não pensa, entendeu. A gente tem que quebrar esse tabus. A gente tem que ser feliz, entendeu, ai o problema se tem pênis ou se não tem, e daí? (TAÍS DINIZ SOUZA)

As histórias de vidas de nossas participantes da pesquisa dão o tom de resistências diante a estas interdições, pois as mesmas rompem com as hegemonias discursivas e corporais binárias e lutam pela manutenção e garantia de que seus corpos são possíveis, viáveis e reais.

Os enfrentamentos que elas nos relatam em cada cartografia de vida apontam o modelo de sociedade e feminismo que acreditamos. Uma

perspectiva feminina e de gênero que agregue; que seja parceira, que seja pela vida e pelo modelo de sociedade com equidade de direitos nas diferenças e diversidades humanas, porque,

Isto implica no compromisso com a mudança social transformadora, o momento de esperança embutido nas teorias feministas de gênero, e em outros discursos emergentes a respeito da quebra da subjetividade dominadora e na emergência de outros impróprios/não apropriados (HARAWAY, 2004, p.245).

Logo, as escolas, como uma destas instituições dominadoras, são imprudentes, ao trazer, para os cenários das produções dos conhecimentos, sobre essas expressões de gêneros, higienizações binárias e biologizantes, que sempre reproduzem corpos doentes, genitálias sujas e configurações estéticas marginalizadas. Para Ana Godoy “tudo o que escapa a um sistema é visto como perturbação, como ruído, ameaçando sua integridade (...)”, inclusive as corporalidades que vibram (2008, p.81).

Os discursos imperativos negam qualquer possibilidade de desejos que escapam das amarradas interditas e todas as emergentes sexualidades podem sofrer, angustiar-se, eliminarem-se, mesmo antes de serem banidas das relações respeitadas da vida; interditando e excluindo algumas pessoas e privilegiando outras (FOUCAULT, 2000).

São potentes armas que buscam a domesticação destas sujeitas, que transbordam aos essencialismos, mas que enfrentarão, cada vez, em maior escala, resistências a estes controles, e engendram armadilhas, artimanhas, estratégias, táticas para se fazerem circular de maneira significativa nos novos modelos psicossociais das vidas.

Os sistemas discursivos de exclusão tendem a perder forças quando deparados às experimentações exitosas dos novos modelos e modos de pensar e produzir conhecimentos. São contra discursos que ampliam (implodem) os universos de referências binários.

Alargam-se em outros sistemas, nem melhor nem pior, mas com outros elementos que instituem lógicas não mais marginalizadas, desviantes, pecaminosas e patologizadas, porque, para Deleuze, em Nietzsche e a Filosofia, “pensar a vida é ultrapassar os limites fixados pela vida racional para o pensamento” (1976, p.83).

Expressões humanas que não coincidem mais com os gêneros heteronormativos, machistas, sexistas, xenofóbicas e racistas, são reconhecidas com equidade e redesenha os poderes dos saberes e a razão não mais tem espaço nas novas ordens dos discursos.

Outras vontades de verdades são expressas e as travestilidades produzem discursos, válidos, que ecoam vozes, até então, excluídas, violentadas, mas que a cada dia toma corpo, nos corpos, nas negociações das relações humanas.

Estas novas expressões de gêneros são pistas reais de como a sociedade é muito mais plural do que imaginamos e suas possibilidades tendem-se a alargarem os universos identitários para garantir todas as possibilidades de vidas, com suas potências inimagináveis, que, para as travestis disparam possíveis gêneros nômades.

5.3. GÊNEROS NÔMADES POSSÍVEIS (VIVÍVEIS)

Onde vai, valente?/Você secou, seus olhos insones secaram/Não veem brotar a relva que cresce livre e verde longe da tua cegueira/Seus ouvidos se fecharam a qualquer música, a qualquer som/Nem o bem, nem o mal pensam em ti, ninguém te escolhe/Você pisa na terra, mas não a sente,

apenas pisa/Apenas vaga sobre o planeta, e já nem ouve as teclas do teu piano/Você está tão mirrado que nem o diabo te ambiciona, não tem alma/Você é o oco, do oco, do oco, do sem fim do mundo/O que é teu já tá guardado/Não sou eu quem vou lhe dar/Não sou eu quem vou lhe dar/Não sou eu quem vou lhe dar/O que é teu já tá guardado/Não sou eu quem vou lhe dar/Não sou eu quem vou lhe dar/Não sou eu quem vou lhe dar [...]

(MARIA BETHÂNIA/PAULINHO PINHEIRO)

A partir das problematizações e escolhas teóricas pautadas em gêneros nômades, em vidas precárias e subalternas, focamos nossos desdobramentos possíveis sobre estas expressões de vidas enquanto válidas e singulares.

Ao apresentarem suas expressões marcadas pelos vários sofrimentos/resistências cotidianos, as travestis demonstram também muitas estratégias de resistências aos gêneros binários, sendo capturadas em certos discursos individuais, porém sempre na relutância pela manutenção de suas expressões possíveis em todos os espaços nas relações, inclusive na escola.

As variadas possibilidades de significar as travestilidades singulares e os processos de como se relacionam as perspectivas femininas, masculinas e outras marcas não identitárias, atravessam esses conceitos do que é ser travesti no Brasil, como se dão as relações com a escola e suas demandas coletivas.

Ao observarmos os seguintes extratos abaixo:

Em Teresina na Praça Pedro Segundo e ai eu me perdi naquela praça, fiquei na praça a noite toda, nem lembrei que eu não tinha lugar pra morar, mas estava encantada, tinha me absorvido, e aquela pequena praça naquela cidade pequena era o mundo que eu tava buscando, nem mesmo eu previa ali, eu sempre tive essa vontade de conhecer o mundo, eu fui conhecer o mundo um pouco depois, mas aquilo ali pra mim já era suficiente, eu tava livre num mundo onde eu não conhecia ninguém, livre da minha família e dos olhares de pessoas que me conhecessem, então ali eu me perdi, na Praça Pedro Segundo...(KEILA SIMPSON)

Eu acho que a travesti não tem que ser feminina. Travesti ela tem que ser o resultado do que ela é, da masculinidade, da feminilidade, dos papéis que fazem ela melhor, mais feliz. Eu acho que a travesti tem esse poder de ser tudo, e ela não é nem homem, nem mulher, ela é uma travesti! Então ela é tudo ao mesmo tempo, ela é tudo. (MELISSA CAMPOS)

Para as travestis, aqui, os nomadismos possíveis de afetos, desejos, realizações e formas de resistências, marcam o quão forte é o devir travesti nas vidas que escapam da rigidez biológica universal.

Traz nas fugas discursivas e nas resistências sua marca de subalternidade enquanto luta, pois, tais discursos, para Deleuze, são nômades por apresentarem uma razão desvairada, ensandecida. Possibilitando, também, “um mundo de diferenças, é um mundo dos devires, é um mundo de intensidades” (In: SCHOPKE, REGINA, 2004, p.176).

São discursos localizados em experimentações de vidas, que flutuam nos universos estigmatizados entre os aspectos do feminino e masculino, não apresentados pelos currículos, práticas e relações escolares, como nas experimentações das lideranças do movimento travesti.

Seguindo com os extratos de Symmy e Fernanda:

Costumo falar que tudo que eu faço na vida eu faço bem então são oito ou oitenta. Eu sou ou a puta, que é puta mesmo, quando é galinha, ela é galinha mesmo, eu quero pra dez, entendeu. E quando ela é casada, ela é casadinha, heteronormativa de ficar em casa... (SYMMY LARRAT)

[...] porque ela é resistente, foi porque ela é foi pra lá, transgressora e transgrediu mais uma vez, chega lá, estudar e sair de lá, com sua capacitação, com a sua formação, profissional, ou com o seu canudinho na mão pra buscar sua vida lá fora, foi porque ela é resistente. Travesti na escola ainda é um ato de resistência. (FERNANDA BENVENUTTY)

Elas embaralham códigos sociais, dos universos do feminino e do masculino, disparando outros modos de subjetivação que perfazem gêneros nômades e vidas fluídas. Reafirmados por Keila e Fernanda nos próximos extratos:

Me perdi e me achei, me perdi na imensidão dos sonhos e me achei dentro do que eu queria, do que eu buscava, lá quando eu estou no meio desses sonhos, ainda compreendendo, eu me perco me acho, me perco na imensidão das diversidades [...] (KEILA SIMPSON)

[...] ser travesti é, ter coragem, ser ousada, nunca desistir, porque os obstáculos pra travesti eles são sempre colocados um atrás do outro e cada vez um mais alto que o outro, mas a gente vai pulando um, vai pulando outro, vai pulando outro, até que um dia a gente chega no ponto em que a gente consegue atingir toda nossa população. (FERNANDA BENVENUTTY)

São discursos que sinalizam as estratégias de subversão e resistências às relações e experiências que passam muitas travestis ao saírem de suas casas, ou serem expulsas, pois precisam encontrar caminhos de sobrevivência que as mantenham vivas.

Tais caminhos, geralmente, são atravessados por outras pessoas, que estão nas mesmas situações de precariedade e as somas de forças para essa subsistência encontram, entre sofrimentos e prazeres, certos dispositivos de contraposição aos estigmas de gênero e seus saberes.

De acordo com os extratos abaixo:

[...] para ser travesti, hoje na minha concepção, é ser vitoriosa, ser guerreira, é saber lutar contra todos os preconceitos que você vai enfrentando pela vida, eu acho que a partir do momento que você se considera travesti, se identifica como travesti, você sabe que vai enfrentar uma grande batalha pela vida, inteira, é preconceito, violência, você vai começar a quebrar a pular, a quebrar barreiras que talvez, você não conseguiria eu uma outra, não imaginaria, mas eu acho que cada menina né, é vitoriosa por ser já, se identificar, e enfrentar o mundo da maneira que ela quer ser, né, não importar com que as pessoas pensem, o importante é o que ela é, aquilo que ela é, não tem como esconder. (JAQUELINE BRASIL)

Meu gênero é feminino e no movimento eu me caracterizo como pessoa travesti, não por nenhum desrespeito as pessoas trans, mas por acreditar que a palavra travesti ela é bem mais ampla, tá no cenário político, ideológico da pauta LGBT há muito mais tempo. (CRIS STEFFANY)

Estes saberes, até então “subjugados” nos cotidianos da sociedade (como na escola), resistem às normas impostas, desde seu nascimento, mas que não são passíveis de neutralidade, sequer ingenuidade, pois, para Donna Haraway, “[...] as perspectivas dos subjugados não são posições inocentes” (1995, p.23), são marcas de resistências que contrapõem os poderes heteronormativos instituídos, via discursos engendrados pelos machismos.

Desta maneira, mesmos os códigos legíveis, do que se significa para as configurações do feminino, que atravessam as travestilidades e seus discursos, de certo modo, também capturados por aquilo que se construiu nos processos do que é ser essa travesti, encontram novos discursos, que acabam por contestar tais visões e posições machistas, pois tal “[...] visão pode ser útil para evitar oposições binárias [...]” (HARAWAY, 1995, p. 18), como se pode observar nos próximos extratos de Taís, que seguem:

Pra mim falar que é transexual é uma questão hoje política, mas falar pra mim travesti, falar pra mim travesti é falar de uma luta que veio muito tempo atrás, sabe? Eu acho que é um nome que tem que ser sempre reforçado, mesmo você não se identificando como travesti ou transexual acho que não pode perder a história da travestilidades no Brasil. (TAÍS DINIZ SOUZA)

Eu consigo me ver que eu sou parte dum terceiro sexo, aonde eu tenho um pouquinho de homem e um pouquinho de mulher, posso me definir assim também. É complicado afirmar isso em alguns momentos, porque você precisa afirmar uma identidade, mas eu gosto de dizer que a Taís é uma pessoa que busca, é... ser pessoa. (TAÍS DINIZ SOUZA)

Os elementos que as travestis vão elaborando, nas necessidades que as situações lhe são apresentadas, tem enorme influência em seus processos de subjetivação nos “devires” travestis e sua posição discursiva vai fluindo do mesmo modo que tais necessidades vão acontecendo.

Para Deleuze (1997), estes discursos, escritos, de resistência subalterna, são nômades, pois subvertem e embaralham os códigos da inteligibilidade biológica e traz em suas expressões de vidas, corporais e sexuais, destoadas das marcas identitárias fixas.

São nômades, pois recriam, inventam, trafegam em mundos possíveis e discursos nada ortodoxos, ao contrário, são posições discursivas subalternas, em vidas precárias, que resistem aos estigmas e exclusões, pois, este nomadismo, demanda, marca que, de acordo com Rosi Braidotti,

Necesitamos radicalizar lo universal sin por ello desestimar lo esencializarlo. Pienso que la tarea es lo bastante seria para mantenernos ocupados y que no bastarán los ataques de nostalgia ni el histórico – convertir en otros – a los enemigos imaginários dentro para disuadir a las feministas, a los sujetos negros y poscoloniales, a los jóvenes del mundo y a muchas otras personas de proponer y construir alternativas viables al deteriorado y no obstante aún operativo sistema falocêntrico, que, como una estrella extinguida, todavía sigue brillando; pero créanme: perdura en un tempo prestado (BRAIDOTTI, 2004,p.67).

Deste modo, os discursos de cada extrato nos apontam as potências deste trânsito de gênero ao afirmar sua intensa experiência de satisfação, ao se “jogar” nos fazejamentos da carne, dos prazeres, e mergulhar nas possibilidades que lhe são apresentadas na busca pela manutenção de vida e na luta pela afirmação de sua expressão.

Seguindo com os extratos de Keila e Cris Steffany:

[...] eu tive a exata noção de que a gente que se identifica e assumi a identidade travesti, a gente tem que fazer sempre se esforçar o dobro, o triplo do que uma pessoa cis faz pra poder, então sobressair. (KEILA SIMPSON)

Eu me identifico, como eu me vejo, como eu percebo, é como eu quero que as pessoas me respeitem, então isso pra mim é ser uma travesti. E isso pra mim independe, eu não me preocupo se as pessoas perguntarem: “a mas você é trans ou você é travesti?” Eu sou o que você tá vendo [...]. (CRIS STEFFANY)

Elas driblam as armadilhas da sociedade para reinventar caminhos, ou, como afirma Foucault, reinventar “uma complexa tecnologia política” (LAURETIS, 1999, p.35, tradução da autora). Mesmo em situações adversas de sofrimento: como não ter onde morar ou um trabalho formal para seu sustento.

Tecnologias que estão emaranhadas por diversos outros marcadores sociais, como raça, geração, renda, que potencializam os estigmas destes gêneros nômades, pois os poderes heteronormativos de mando ocidental se utilizam dos preconceitos discriminatórios históricos na sociedade brasileira para atestarem ou não tais modos de vida.

Portanto, as expressões nômades, marcadas por outras facetas, que são também discriminadas, embaralham os códigos legíveis e potencializam enquanto “matrizes rivais e subversivas de desordem do gênero” (BUTLER, 2003, p.39). Elas apontam, através de suas experiências, posições contrárias às negações que sempre lhe são impostos através da presença dos marcadores de estigmas que compõem o cenário brasileiro, como seguem nos próximos extratos:

A gente começa com aquela fase de androgenia, né, com uma calça de homem, com uma blusa de mulher, no outro dia você usa uma blusa de mulher, uma calça de homem, né, essa diferença. Isso gera uma estranheza pras pessoas, mas é a fase que você tá se descobrindo, que você tá descobrindo sua sexualidade, né porque é importante. (DANIELA VEIGA)

Ser travesti, é o prazer, na minha visão, na minha percepção é como nos anos sessenta, setenta, é o glamour, é elegância, é classe, é educação, é postura, e tudo isso com uma dose do exagero no sentido da busca da perfeição, por uma busca infinita de maneiras e formas femininas, porque por exemplo, o homem e a mulher tem que se cuidar, tem que ter higiene, tem que ter capricho, nós já temos que meter nisso a vaidade, porque nós nascemos homens. (LUANA MUNIZ)

Ao reafirmar sua condição de vida, travesti, negra, retirante, pobre, em situação de rua, as lideranças entrevistadas, referendam suas estratégias em persistir nos discursos de subalternidade, enquanto resistência às capturas dos padrões universais e, ao transitar nos aspectos do que se é reconhecido (aos padrões heterossexuais) para o feminino e/ou masculino, nota-se que as perspectivas do nomadismo é o grande mote para esta expressão fluída.

Pois ser/estar nômade é designar um estilo criativo de transformação, ou mesmo, “uma metáfora performativa que possibilitem encontros e fontes de

interação de experiência e conhecimento inesperados que, de outro modo, dificilmente teriam lugar” (BRAIDOTTI, 2000, p. 32, tradução da autora).

Estes encontros performáticos operam de modo muito intenso no que podemos significar sobre as travestilidades e a afirmativa sobre os gêneros que transbordam a qualquer expectativa capturada pelos binarismos rompem com qualquer significado biologizado dos/nos corpos. Como observamos nos discursos abaixo:

É travesti! Só que é A travesti! Porque você tá falando de uma pessoa do gênero feminino, você não tá falando do órgão sexual do órgão sexual que aquela pessoal nasceu ou deixou de nascer. Você tá falando da imagem que você tá enxergando, que tá na sua frente e não tem como você alterar, apesar de que muitos gostariam de apagar a imagem da pessoa travesti, da pessoa trans. (CRIS STEFFANY)

Acho que uma pessoa que não gosta de regras, que curte muito a liberdade, mas que aprendeu a lidar com as regras pra sobreviver, e uma delas seja talvez até se adaptar a essa sociedade binária. Você acaba se adaptando, e eu acho que se a sociedade não fosse tão binária, eu seria bem mais escrachada. (JANAINA RODRIGUES DE LIMA)

As significações do universo feminino, marcados pela exacerbação dos usos e ferramentas (tecnologias) que se reconhecem para tal gênero, mesmo que atravessadas pelas capturas dos universalismos, ou higienismos, contrapõe-se ao que se espera nas relações sociais e políticas padronizadas.

Essas travestis encontram nessas fissuras intensas de bom humor, vaidade, bom gosto, performatividades, que vão lhes dando suportes para sobreviver aos processos de exclusão que sempre lhes são impostos. Como podemos notar no extrato de Keila:

Então essa é uma questão muito estranha, porque no meu registro de nascimento tem que eu sou de cor parda, né, mas e aí eu me identifico como negra, apesar não ter a epiderme preta, eu tenho todas as características de uma mulher negra, de uma travesti negra, eu tenho o nariz de batata, eu tenho o cabelo duro, eu só não tenho a epiderme negra, mas eu tenho sangue dos negros. (KEILA SIMPSON)

Ao afirmar suas potências através do talento, da posição de travesti marginal, puta, em ser feminina “por excelência”, as travestis corroboram com o nomadismo de suas expressões de gêneros indo de encontro ao poder normatizador e regulador, apontados no próximo extrato, de Luana, que seguem:

Mas é uma busca de maneiras e formas femininas, mas é infinita, infinitas e aí a vaidade é uma necessidade, que eu nasci homem, me transformei em mulher e sou travesti por excelência, então quer dizer, quando eu digo excelência, as vezes pra algumas pessoas soa como, nossa que prepotência, ela tá acima do bem e do mal, até porque nós vivemos numa sociedade que quer sempre e aí eu digo mundial, eu não tou falando só do Brasil não e nem da América Latina, dos lugares menos evoluídos, querem sempre nos rebaixar e a nunca quer conversar de igual pra igual, e graças a deus, graças a globalização, a internet, a integração social, pessoas como eu, como eu, outras mais, a coisa está mudando, você vê, você não tem talento pra ser puta, mas tem talento pra outras coisas Oscar Wilde diz, Deus dá talento pra todo mundo, o que você vai fazer com esse talento, a conversa que você vai ter com esse talento, é outra história. E o próprio Oscar Wilde diz, existem dois problemas, um é de não conseguir, de tentar e não conseguir e outro de tentar e conseguir. (LUANA MUNIZ)

Os modos estéticos, estilísticos, que esta geração de ativistas referências para o coletivo brasileiro tem performado, marcam uma configuração que vem se reorganizando na contemporaneidade.

Estas marcas são muito significativas, pois nos apontam como esses processos vêm se dando nos cotidianos e como esta população específica vem cavando ferramentas, estratégias de embates para manutenção do que, e de como, as travestilidades foram se engendrando nas flutuações nômades dos gêneros.

As tecnologias corporais, que foram constituindo este universo do feminino, com suas marcas singulares, de trânsito, processual, tem sido, inclusive, mote para esta defesa unanime, destas pessoas, em manter, estrategicamente, o conceito de travesti no Brasil, diferentemente de outros países pelo mundo. Logo, uma posição política localizada, como observamos no extrato de Janaina, que segue:

Eu definiria um corpo travesti, eu penso, é o dito feminino, é um misto do feminino com o masculino. É um emaranhado, e uma coisa que você não consegue falar é ou não é. É uma coisa que você fala assim, o corpo travesti pra mim é esse, é aquele que você fala "Nossa, to confuso!", que você consegue olhar assim e ver, por exemplo, travesti você olha pra ela, super feminina, mas você começa a procurar onde tá o masculino, e você acha,. É incrível, você começa a mesclar, eu acho que tem muito disso, sei lá, não sei se é o masculino, não sei, não sei mesmo, é uma coisa que me deixa confusa. (JANAINA RODRIGUES DE LIMA)

Todas as possibilidades de transitar entre o universo feminino, masculino e reinventar modos e estilísticas das existências torna-se condição fundante para as sobrevivências destas pessoas na sociedade.

Como muitos dos elementos básicos e direitos lhe são negadas, fugas e resistências das capturas, inclusive nos universos das sexualidades e práticas de prostituição, ser puta, nos tomam a pensar sobre estes novos conhecimentos em perspectivas *queers* que, para Wiliam Peres, “são modos de existências que escapam das redes de saber-poder, embaralhando os códigos de inteligibilidade e causam mal-estares insuportáveis para os aficionados em identidades cristalizadas” (2005, p. 30).

As possibilidades de novas, outras categorias, até então negadas, vão conquistando legitimidades, porque assim os são, neste embate/poder/disputa dos conhecimentos e os discursos vão reconfigurando-se pelas persistências destas travestis combativas, pois, para Butler,

[...] la movilización de las categorías de sexo dentro del discurso político se caracterizará, de algún modo, por las inestabilidades mismas que tales categorías efectivamente producen y rechazan. Aunque los discursos políticos que movilizan las categorías de identidad tienden a cultivar las identificaciones en favor de un objetivo político, puede ocurrir que la persistencia de la desidentificación sea igualmente esencial para la rearticulación de la competencia democrática. En realidad, es posible que tanto la política feminista como la política queer (queer politics) se movilicen precisamente a través de prácticas que destacan la desidentificación con aquellas normas reguladoras mediante las cuales se materializa la diferencia sexual. Tales desidentificaciones colectivas pueden facilitar una reconceptualización de cuáles

son los cuerpos que importan y qué cuerpos habrán de surgir aún como materia crítica de interés (BUTLER, 2008, p. 21).

Para as travestis, estes novos modos de existências, *queers*, são potentes nos discursos sobre suas singularidades nos processos das travestilidades. O nomadismo atravessa os dispositivos de felicidade e sofrimento de modo híbrido, pois operam entrelaçados, misturados, juntos, como nos extratos que seguem:

Então, eu acho que o processo de aceitação da identidade, ele é... ai eu falo, por isso, por essa minha trajetória de vida que existe um armário na vida de travestis e transexuais, sim! E que ele é tão ou mais cruel que os outros armários, né, porque você fica assumindo várias identidades até chegar na identidade que você identifica pra si, então, é naquele momento em que eu vesti a minha primeira roupa feminina pra sair durante o dia, e eu era, fazia pista a noite, era voluntária no centro de referência da minha cidade que ai naquele dia eu me reconheci, como Symy Larrat. (SYMMY LARRAT)

[...] há vinte cinco anos atrás, as pessoas me procuravam pra me entrevistar, pra saber se eu mijava em pé ou sentada, sabe, hoje em dia não, as pessoas não vem pessoas, não só transgeneros, transexuais e travestis, como pessoas de fora desse mundo, entre aspas. Porque até parece que estamos em Marte e o povo tá lá na Terra, né. (LUANA MUNIZ)

Ao se posicionar (reconhecer) travesti, elas produzem uma explosão de ruptura diante as resistências de captura e engessamento. Esta explosão utiliza-se das tecnologias de gêneros que vão, processualmente, singularmente, constituindo-se em cada vida travesti e a subalternidade, enquanto subversão, posição não binarizada, nômade, com suas roupas e objetos, que reforçam as feminilidades, vão produzindo novos conhecimentos legíveis.

São reorganizações dos discursos e produções que subvertem ao machismo dominante, pois, para Haraway, "os saberes localizados são sempre conhecimentos marcados. São novas marcas, novas orientações dos grandes mapas que globalizam o corpo heterogêneo do mundo na história do capitalismo e do colonialismo masculino" (1995, p. 188).

Ao observarmos o extrato de Janaina:

Mas se eu resolver sair barbuda, eu vou sair barbuda, eu tenho liberdade de ser barbuda, e as pessoas vão olhar e não vão se assustar tanto, "Ah, é travesti mesmo...", cê sabe disso, eles vão se assustar porque você tá ali, não por causa da sua barba. Você pode tá lisa, mas se eles verem que é travesti eles vão se assustar do mesmo jeito, entendeu? Mas a liberdade de eu ser que eu sou, de eu decidir se eu quero botar peito, se eu vou tirar, se eu vou botar silicone. (JANAINA RODRIGUES DE LIMA)

As produções de verdades, para o que pode ser reconhecido como gênero feminino ou não, ganham novos rumos ao apontarem processos de "arborescência", que produzem lugares de trânsitos dicotômicos e saberes verdades que fogem ou contrapõem os poderes instituídos pela heteronormatividade nos sistemas sexo/gênero/corpo, pois,

Os saberes localizados (situados) são ferramentas muito poderosas para produzir mapas de consciência para as pessoas que tem sido inscritas dentro das marcadas categorias de raça e de sexo, tão exuberantemente produzidas dentro das histórias das dominações masculinas, racistas e colonialistas (HARAWAY, 1995, p. 187).

Estes novos saberes, produções discursivas, reconectam tecnologias femininas e masculinas, antes negadas para as expressões de gênero, possibilitando arranjos em novas configurações não fixas.

Logo, os processos de subjetivação, que podemos observar nos discursos, em certo modo ou momento, capturados pelos higienismos e adaptação aos padrões hegemônicos binários de gênero, são contrapostos e desafiados ao re-significar estes universos do que é ser mulher e homem na sociedade.

A própria presença de travestis, num espaço governamental, por exemplo, sendo gestora no governo federal, também pode ser lido como estratégia de resistência e subversão. Pois, para William Peres,

[...] no caso da população travesti, conforme observações etnográficas realizadas por nós, assim como por outros autores, iremos encontrar um mix de subjetivação em que ora as travestis se mostram extremamente revolucionárias e criativas, ora se mostram normatizadas, reproduzindo modelos familiaristas, burgueses, patriarcalistas e heterossexistas, expressando desejos e discursos de submissão e passividade diante da figura masculina – pai, cliente, marido (PERES, 2009, p. 238).

Estes elementos discursivos, que vão da submissão aos posicionamentos revolucionários, nos mostram o quão híbrido se faz nas perspectivas do gênero nômade das travestis, pois transitam na busca por sua felicidade, mesmo que nas capturas sociais sobre as relações e comportamentos, até as estratégias de dar visibilidade para este grupo de pessoas, que sequer acessam os bancos escolares e espaços de trabalho formal no Brasil (SALES, 2012).

São travestilidades que, mesmo de modo muito singular, se entrecruzam nas demandas e desejos, pois em cada cartografia das ativistas eleitas, aqui, vamos observando que os anseios se conectam e os nomadismos cada vez mais ficam evidentes e necessários, nesta busca por pedagogias *queers* e uma escola que de fato contemplem estas travestilidades. Seguindo com os extratos:

Travesti é ser diferente, é ser ousada é ser uma pessoa que transgride todas as regras heteronormativas e normativas que estão postas aí na sociedade. É ser uma mulher diferente da mulher biológica, da mulher vaginizada. É uma pessoa que mesmo tendo órgãos genital masculino, mas que é mulher, que não abre mão dessa identidade, desse ser mulher que está nesse corpo, que muito mais forte do que esse gênero masculino que nasceu comigo mas que a mim não me pertence, então pra mim ser travesti é isso é ser ousada, é ser abusada, é ser transgressora dessas regras, dessa coisa normatizada desse corpo feminino chamado a mulher, a mulher, a mulher, a mulher que é aquela pessoa que só segue as regras que está posta para o sexo feminino, então pra mim ser travesti é isso. (SYMMY LARRAT)

É uma travesti, uma travesti, é uma cowboy da noite, é uma X men, uma cinderela, isso aí, o travesti ainda é um dos poucos recantos que o ser humano ainda tem pra sonhar, porque eu sou uma fábrica de sonhos, eu que digo, o travesti. Eu posso

fabricar qualquer sonho, eu delego poder ao homem sem ele ter poder nenhum, o poder que ele tem é que ele tá me pagando momento e eu tou prestando serviço pra ele, acabou o dinheiro, acabou a história, o programa tem tempo determinado, ai acabou a fantasia. (LUANA MUNIZ)

Essas subversões dos valores morais, impressos pelos cotidianos, se perdem nas resistências dessas lideranças e diante a organização do movimento social articulado.

Elas articulam novo saberes que a vida vai lhes ensinando, para romper com os binarismos violentos, que insistem em não reconhecer suas expressões de gênero por transitarem, de modo muito fluido, entre os elementos da feminilidade e masculinidade, porém não abrindo mão de se afirmarem num gênero feminino, mas não de mulher.

São embates travados contra um sistema rígido e hipócrita, pois mesmo não reconhecendo essas expressões de vida, mantém uma relação de desejo, curiosidade, relações eróticas e sexuais, de prazeres, com as travestis, mesmo que na calada da noite ou nos escuros das esquinas.

Como precisam sobreviver, elas utilizam desses desejos por suas corporalidades que vibram e suas potencialidades em explorar suas sexualidades sem pudor algum, sobrando-lhes a prostituição como trabalho e sustento.

É preciso ressaltar que estas mesmas sexualidades poderiam ser exploradas de outras maneiras se não fosse um dos únicos recursos para que não passem fome. Elas encontram na prostituição a maneira de ter uma casa, já que são expulsas direta ou indiretamente das casas de suas famílias. Encontram pessoas que partilham de experiências muito próximas das suas e são acolhidas por seus pares nas ruas.

Este cenário poderia ser diferente se houvesse outra realidade para as travestis brasileiras, como acesso a escola, trabalho, moradia, saúde,

segurança pública, ou seja, questões básicas de direitos que sempre foram negados para esta população.

Ao nos depararmos com estas pessoas, que atropelam estas prerrogativas e se tornam representantes desta população, com suas vidas exitosas, felizes, diante ao que se é possível, articuladas, que conseguiram acessar a escola, reingressar na mesma, se manterem, tem se tornado incômodo aos olhares mais preconceituosos.

Certas produções de ciências, que até então as viam como objeto de estudos apenas, começam a perder espaços para outras posições no universo dos conhecimentos, que contrapõem este lugar binário essencialista, que tenta fixar os gêneros em detrimento da biologia, porque, para Braidotti, esta reinterpretação dos gêneros, nômades, é um modo de vincular o texto com a realidade, o simbólico com o material e a teoria com a prática de maneira inovadora e vigorosa (2000, p. 178, tradução da autora).

Não vamos afirmar um terceiro sexo, nem um terceiro gênero, pois esta quantificação rígida não nos apraz, nem logo está de acordo com nossas premissas de subalternidade resistente e nomadismo potente entre as variadas perspectivas de gênero.

Ao contrário, estas travestilidades todas que estamos emergindo, via os discursos de nossas participantes da/na pesquisa, somente corroboram para ensaiar fugir destas identidades fixas e universais que há tanto tem invisibilizado às pessoas travestis e suas significações por elas mesmas.

Problematizar, então, estas relações e as produções de conhecimentos demanda não mais desassociarmos a produção de subjetividade e seus agenciamentos, dos dispositivos relacionais que emergem das práticas, das implicações políticas, dos saberes e dos discursos que enredam os/nos processos e relações escolares.

Estes processos de novos discursos e saberes potentes das tecnologias de gêneros nômades são constantemente ameaçados pela dominação masculina, logo, nos espaços da escola, pois, para Louro, o que, de fato, ocorre “é que uma preocupação social generalizada com o controle da população faz surgir uma preocupação específica com tipos particulares de pessoas, que são simultaneamente evocadas e controladas dentro do complexo “poder-saber”” (LOURO, 2007, p.52).

Logo, estas escolhas, posições, já por si só, concretizam a escolha por uma marginalidade positiva, feliz, exitosa, ao mesmo tempo em que vai de encontro com as violências que são impostas por estas escolhas, porque, “o que isso quer dizer é que a especificação das pessoas através dessas características, a criação de “posições-de-sujeito” ao redor dessas atividades, é um fenômeno histórico” (LOURO, 2007, p.52-53).

Tais especificações não tem pretensão de novos enquadramentos, nem novos aprisionamentos, mas sim, indicações de que, em novas configurações, pode-se estabelecer posição ético/política naquilo que se acredita e lhe faz combativa e resistente.

Observando o discurso de Taís:

Eu consigo me ver que eu sou parte dum terceiro sexo, aonde eu tenho um pouquinho de homem e um pouquinho de mulher, posso me definir assim também. É complicado afirmar isso em alguns momentos, porque você precisa afirmar uma identidade, mas eu gosto de dizer que a Taís, é uma pessoa que busca, é... ser pessoa. Eu acho, eu não gosto de definir é.. porque assim como é difícil falar o que que é transexual, o que é ser travesti, pra mim também é difícil falar o que é ser mulher, o que é ser homem. Eu não sei o que é ser mulher, o que é ser homem, assim, descritivo certinho, sabe. Então, eu sei dizer o que é ser pessoa. A Taís é uma pessoa que busca o encontro com a sua felicidade, com a sua identidade, com o seu conforto nessa sociedade que tanto nos maltrata, por ser dita diferente, né, que eu não sei se eu sou diferente. (TAÍS DINIZ SOUZA)

Estas resistências emergem nas discussões sobre o que é ser mulher ou homem na contemporaneidade, porque essas novas expressões desmancham

estas regulações dos corpos, das sexualidades, dos gêneros e rompem com os limites imaginários, que sempre buscam limitar o que cabe e não cabe para estas expressões humanas.

As novas produções discursivas, de vidas performáticas, vão resistindo a tais domínios, não se reduzindo aos limites que foram criados pela sociedade machista, pois, para Butler,

Afirmar que el discurso es formativo no equivale a decir que origina, causa o compone exhaustivamente aquello que concede; antes bien, significa que no hay ninguna referencia a un cuerpo puro que no sea al mismo tiempo una formación adicional de ese cuerpo. En este sentido, no se niega la capacidad lingüística para referirse a los cuerpos sexuados, pero se altera la significación misma de “referencialidad”. En términos filosóficos, la proposición asertórica es siempre, hasta cierto punto, performativa (BUTLER, p.31).

Sobremaneira, nem sempre, ou atrevemos afirmar que quase nunca, as pessoas estão dispostas para admitir se relacionar com essas pessoas que subvertem as imposições de gênero, principalmente a escola. Ao notarmos os extratos de Melissa e Cris Steffany:

Me roubaram e ai eu só fui entender muitos anos depois que aquele discurso de doença não era real e eu já tinha deixado de estudar, já tinha passado por toda uma outra estrutura, que era mais religiosa e eu fiquei com esse conflito na minha mente, fogo do inferno, do céu e do diabo, de deus e quem eu sou. (MELISSA CAMPOS)

Eu penso que travesti é toda aquela, ou aquele que independente de ter hormônio, silicone, peruca, cabelo natural ou não, se identifica como do gênero feminino, mesmo não querendo fazer mudança de sexo. (CRIS STEFFANY)

Este espaço tão canônico tem fortemente marcado as discussões sobre os gêneros com viés patológico, biológico e doentio. Tudo aquilo que escape das normas pré-estabelecidas, quase sempre por pessoas heterossexuais, brancas, burguesas, detentoras dos poderes das ciências e suas produções acadêmicas, cada vez mais tem ecoado na sociedade e, quando se deparam com felicidades no hibridismo das feminilidades e masculinidades, acabam por

ficarem sem grandes saídas ou poder de diálogos, logo optam em patologizar estas expressões. Para Peres,

Essa possibilidade de um terceiro sexo ou gênero mostra a necessidade de revisão das premissas deterministas sobre dois gêneros (masculino e feminino), nos limites da bipolaridade e do dualismo, para se pensar a respeito de um continuum de masculinidade e feminilidade que habitam e se processam em um mesmo corpo, desarticulando-se dos genitais e se conjugando com as experiências que esse mesmo corpo experimenta nas relações que mantém com as esferas sociais, econômicas, políticas e culturais de seu tempo (WILIAM PERES, 2015, p. 35).

Nas relações escolares estas performances e expressões de gênero quase nunca têm espaços e, quando os têm, são alocados nas margens do que se reconhece como curricular, admissível, ou mesmo possível de transitarem na escola.

Ao adentar nestes locais, quando conseguem este feito, nem sempre (quase nunca) tem suas demandas respeitadas e inclusas nestas relações e, de acordo com as experimentações de nossas participantes, resultam processos violentos de exclusão, crimes de ódio e violências físicas e mentais: o que estamos definindo aqui como transfobia.

Para as lideranças travestis, ao dialogar sobre os conceitos que transitam nos espaços escolares e acadêmicos, as violências sofridas nestas relações, há uma reivindicação de resistência, como seguem nos extratos seguintes de Indianara e Taís:

E como não são definições que fui eu que fiz, eu não me sinto contemplada pela definição, pessoa, eu passei a dizer que eu era uma mulher normal de peito e de pau, mas o que é ser mulher e ser normal nessa sociedade? Mas eu sou pessoa, de peito e de pau, mas se for pra escolher, se eu tiver que escolher uma palavra como definição eu escolho travesti pela marginalidade da palavra, pela força da palavra, pelo político da palavra, que já abre caminhos também, então, não fica aquela coisa limpinha e higienista, então eu prefiro essa palavra pela força que ela tem. Travesti e puta [...].(INDIANARA SIQUEIRA)

Pra mim falar que é transexual é uma questão hoje política, mas falar pra mim travesti, falar pra mim travesti é falar de uma luta que veio muito tempo atrás, sabe? Eu acho que é um nome que tem que ser sempre reforçado, mesmo você não se identificando como travesti ou transexual acho que não pode perder a história da travestilidades no Brasil..(TAÍS DINIZ SOUZA)

As reivindicações contestatórias, de posição nos gêneros travestis, nas produções dos discursos de contraposição, são marcas das travestilidades brasileiras e são reações às tentativas de silenciamentos de suas vidas, pois, de acordo com Foucault,

[...] todas essas vidas destinadas a passar por baixo de qualquer discurso e a desaparecer sem nunca terem sido faladas só puderam deixar rastros - breves, incisivos, com frequência enigmáticos - a partir do momento de seu contato instantâneo com o poder (FOUCAULT, 2006, p. 2007).

As novas relações de saber-poder, que combatem os domínios, que buscam deslegitimar suas existências, tem colocado em xeque toda produção de conhecimento que não incluam estas novas vidas como válidas, logo, as instituições sociais e culturais, como a escola, reproduzem esses discursos de exclusão, pois, “o ponto mais intenso das vidas, aquele em que se concentra sua energia, é bem ali onde elas se chocam com o poder, se debatem com ele, tentam utilizar suas forças ou escapar de suas armadilhas” (FOUCAULT, 2006, p. 208).

De acordo com a fala de Janaina,

Então quando a gente chega no colégio a gente acaba causando, são três figuras nem femininas e nem masculinas, mais, entre aspas, andrógenas, figuras confusas eu posso dizer. Porque as pessoas... Tinha gente que falava "É homem ou é mulher?", entendeu? Diante disso a gente não usava banheiro, a gente sofria piadas, a gente era importunada na hora da lição, a ponto de você perder o raciocínio na hora da prova, e nunca houve nenhuma defesa sequer, a não ser de uma amiga ou um amigo, mas muito distante, e nem chegava a ser uma defesa, né, era no sentido de acolhida, que acolhe depois que você sofre, mas uma defesa nunca houve, nem por parte de família, nem por parte de gestores de escola, que poderia

se manifestar e falar "Não, independente se alguém é x, y ou z, aqui ta todo mundo pra estudar, aqui ninguém é nada, aqui é aluno!", mas não... (JANAINA RODRIGUES DE LIMA)

Podemos observar que cada vez mais na sociedade contemporânea, a escola tem sido convocada para abordar as questões relacionadas às expressões de gêneros fluídas, mesmo, porque, já nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), essas questões (ao lado de meio ambiente, ética, trabalho e consumo, saúde, pluralidade cultural) são apresentadas como temas transversais que pretendem (deveriam) perpassar todas as disciplinas e currículo nas áreas dos conhecimentos. Logo, nas relações que são estabelecidas com as travestilidades nestes espaços.

Os temas transversais são considerados temas urgentes da sociedade brasileira. Mesmo quando a escola não aborda esses assuntos de forma explícita nas suas aulas, em projetos pedagógicos ou palestras, nos discursos, as multiplicidades de expressões de gêneros, corporalidades e sexualidades estão presentes lá.

Conforme Guacira Lopes Louro (1999), nesses espaços (a escola) é exercida uma pedagogia das sexualidades, seja pela afirmação ou pelo silenciamento, reconhecendo-se públicos ou nos cantos escondidos e privados, que legitima determinadas corporalidades e práticas sexuais que reprimem e marginalizam outras.

A escola e o processo educacional não podem, nestas perspectivas, restringir os novos processos subjetivados que vão delineando essas pessoas.

Esses espaços institucionais, com seu vasto poder de troca, poder político, muitas vezes, demarca quem está apto ou inapto para frequentá-los e agregam ou segregam as pessoas (as travestis) que não estão de acordo com os padrões binários de macho e fêmea, ignorando esse viés processual político.

Pois, de acordo com Scott (1995, p. 93), “nós só podemos escrever a história desse processo se reconhecermos que homem e mulher são, ao mesmo tempo, categorias vazias e transbordantes”. E, se somos pessoas vazias, algo nos vai constituindo e elaborando as expressões de gêneros. “Vazias, porque não tem nenhum significado último, transcendente. Transbordantes, porque mesmo quando parecem estar fixadas, ainda contém dentro delas definições alternativas, negadas ou suprimidas” (SCOTT, 1995, p. 93). Principalmente se dialogadas com os marcadores sociais que podem ser de diferenças e/ou estigmas.

Para Indianara, ao falar sobre as vivências travestis nas escolas, de acordo com o seguinte extrato:

Liberdade pras pessoas poderem acessar um simples banheiro, pra ir fazer xixi, ir fazer cocô, sem opressões, né, que os professores conversem sobre essas pessoas, faltam essas pessoas nos livros escolares, nos livros acadêmicos, nas faculdades, universidades, a história dessas pessoas nos livros acadêmicos, nos livros escolares, a história dessas pessoas, então eu acho que isso que falta nessa educação que está aí, pra que travestis e transexuais possam se sentir bem nesses espaços, se pra uma mulher já é difícil ser contada sempre como uma subespécie no mundo patriarcal e machista, imagina pra pessoas que nem são citadas, nem são contadas sobre suas vidas ali, muitas vezes quando se tem algo, é algo bem violento, bem descaracterizante pra essas pessoas, que praticamente eles tiram a humanidade quando ela já nos foi roubada. (INDIANARA SIQUEIRA)

As intervenções e forças (poderes) nos processos escolares, que desmotivam outras corporalidades, outras expressões de gêneros, e mesmo excluem direitos básicos, como ter um nome respeitado, direito à utilização de banheiros, etc., podem lhes causar uma sensação de fraude pedagógica (seja pela incapacidade docente, seja pela falta de incentivo ou apoio institucional ou por receios em abordar as possíveis estilísticas de vida).

Estes elementos que dificultam os afetos, que pedem passagem, que podem circular entre participantes nestas relações cotidianas, são novas experimentações que dão privilégios para certas expressões de gêneros em

detrimento de outras, ou o que chamou Butler (2002) de território regulamentado.

A ausência de orientações curriculares que garantam políticas educacionais e práticas de ensino-aprendizagem (conhecimentos) para as travestis tem urgência de coerência, de serem reconhecidas enquanto pessoas com equidades de direitos.

Estas expressões nômades são inexistentes na atual conjuntura educacional no país, pois, como afirma Foucault, “vidas que são como se não tivessem existido, vidas que só sobrevivem do choque com um poder que não quis senão aniquilá-las, ou pelo menos apagá-las, vidas que só nos retomam pelo efeito de múltiplos acasos (...)” (2006, p. 210)

Os territórios escolares, de saberes, de produção de conhecimentos, se tornam obsoletos, pois novas demandas surgem, novas figurações têm transitado nestes espaços e muitas travestis têm retornado ou ingressado nos meios acadêmicos, pois, “[...] os significados que damos à sexualidade e ao corpo são socialmente organizados, sendo sustentados por uma variedade de linguagens que buscam nos dizer o que o sexo é, o que ele deve ser e o que ele pode ser (LOURO, 2007, p. 43).

Estas estratégias de resistências de sobrevivência e busca por direitos, que sempre lhe foram negados, tem redimensionado, ou ao menos problematizados, por um pequeno grupo de pessoas e profissionais comprometidos com a ética, o que se quer, como se quer e deva ser a escola.

E, é, a partir destas novas proposições de posicionamento políticos e produções de saberes engajados com a presença das travestis na escola, que percebemos um novo movimento contrário a esta escola obsoleta, que vai de encontro com esta perspectiva ortodoxa, pois, novamente em Foucault,

De fato, as relações de poder são relações de força, enfrentamentos, portanto, sempre reversíveis. Não há relações de poder que sejam completamente triunfantes e cuja

dominação seja incontornável. [...], as relações de poder suscitam necessariamente, apelam a cada instante, abrem a possibilidade a uma resistência, e é porque há possibilidade de resistência e resistência real que o poder daquele que domina tenta se manter com tanto mais força, tanto mais astúcia quanto maior for a resistência. De modo que é mais a luta perpétua e multiforme que procuro fazer aparecer do que a dominação morna e estável de um aparelho uniformizante. Em toda parte se está em luta há, a cada instante, a revolta da criança que põe seu dedo no nariz, na mesa, para aborrecer seus pais, o que é uma rebelião, se quiserem-, e, a cada instante, se vai da rebelião à dominação, da dominação à rebelião; e é toda esta agitação perpétua que gostaria de tentar fazer aparecer.” (2006, p. 232).

São forças que se somam para visibilizar o que sempre foi interdito e mesmo desmontar a hegemonia que sempre imperou na sociedade brasileira, pois, como afirma Becerra e Missé,

No se trata solo de somar fuerzas, sino, sobre todo, de reiventar las bases de la jérarquica dicotomia de género desde la que se nos oprime como mujeres (y como hombres/travestis]), de assimilar el desafio trans e intersex al patriarcado como nuestro aunque comulguemos con el diagnóstico de género que nos inpusieron al nacer (In: MIQUEL MISSÉ y GERARD COLL-PLANAS, 2010, p. 206).

Seguindo com os extratos:

Foi bem violento, foi bem violento, me jogaram chapisco da escola, eu tinha uma proteção quando eu estudava na escola que minha mãe trabalhava, apanhei, inclusive do irmão de uma amiga travesti que me aconselhava, justamente porque ele me chamou de viado, e eu respondi dizendo, e o teu irmão? Então ele me esperou na frente da escola, a gente... Ele me bateu porque ele era bem maior apesar de acreditar que a escola é uma instituição já falida, eu acho que hoje com a tecnologia que nós temos, basta saber ler e escrever e ter um computador a mão e tem todo um conhecimento pra você discutir na sua frente... (INDIANARA SIQUEIRA)

Agora, só tem uma coisa, que foi determinante na minha vida, com toda essa diversidade, mas eu nunca abri mão de estudar, de ir pra escola, se eu não sou formada, se eu não sou doutora, hoje, não é por falta de interesse, foi as condições que eu não tive pra continuar estudar pra fazer uma faculdade, porque ou eu trabalhava pra me manter, pra ter o meu sustento, ou ia pra universidade, e a universidade, não ia me sustentar. (FERNANDA BENVENUTTY)

Aqui, elas apontam a necessidade em ampliarmos os códigos de referências acerca das muitas violências que atravessam essas travestilidades e seus processos de vidas. Violências estruturais que permeiam as precariedades sociais, culturais e políticas de um grupo de pessoas sempre às margens dos direitos básicos físicos e mentais.

Estas violências estruturais enquanto exclusão de acessos a bens básicos de direitos como alimentação, família, moradia, amores, respeito e integralidade no acesso de políticas públicas e sociais. Estes elementos todos, em sua ausência, de acordo com Otavio Cruz Neto (2008), é que configuram enquanto violências estruturais.

Para Jaqueline, como segue no próximo extrato:

Foi, porque a gente se empoderou, a gente se empoderou, a gente tá sabendo viver no social, até, a gente antigamente a gente foi treinada pra viver na prostituição, na escuridão, o movimento social veio trazer essa luz, pra que a gente pudesse viver no social, se reeducar, a gente teve que se reeducar, todas nós tivemos que ter essa reeducação que é a vida social, e não viver só na prostituição, na escuridão, nos guetos, a gente saiu dos guetos. (JAQUELINE BRASIL)

Estas novas configurações de vida tem incomodado demais a sociedade. Nesta prerrogativa, tais violências não se limitam à agressão física, verbal e psicológica entre as pessoas. São posições de poderes que envolvem muitos elementos entre os marcadores sociais de estigmas complexos que interferem na qualidade de vida das pessoas, ou mesmo, a impossibilidade de serem reconhecidas enquanto vidas possíveis.

Sobremaneira, quando os espaços institucionais, a escola, os discursos desenvolvem estratégias de seleção (exclusão) de certas expressões de gêneros, reverberando tais posições em políticas públicas, que excluem qualquer pessoa, aqui as travestis, percebemos as violências estruturais de modo latente, pois, de acordo com Sawaya,

[...] incluem-se aí outros fatores como o precário acesso aos serviços públicos e, especialmente, ausência de poder. [...] às desigualdades existentes e especialmente à privação de poder de ação e representação e, nesse sentido, exclusão social tem que ser pensada a partir da questão da democracia. [...] a exclusão social, como já temos afirmado, é um fenômeno multidimensional que superpõe uma multiplicidade de trajetórias de desvinculação (2007, p. 23).

Neste sentido, as singularidades de cada processo de vida, de cada situação em que esses processos se dão e quais as condições que cada travesti experimentou e experimenta nos processos escolares demandam olhares muito perspicazes e comprometidos com as equidades destes direitos, com suas especificidades e suas necessidades básicas. Fernanda e Cris de Madri afirmam:

Porque a travesti ela pode ser escola, ela pode ser trabalho, ela pode ser prostituição, ela pode ser o que ela quiser,,como ser que tem direito que tá lá na Constituição, que nos é negado é o que a gente busca, construir essas políticas, vencer a barreira da negação do que já está garantido como direito, porque como ser, como gente, nós temos os mesmos direitos que são chamados de direitos humanos, mas a travesti na escola, pra mim, a escola ela é sustentáculo da formação do ser humano”. (FERNANDA BENVENUTTY)

Toda travesti tem direito à escola, agora preconceitos, a gente vence barreiras, mas tem muitas e não tem e não querem ir pra escola. Na minha cidade, a nossa luta do movimento é incluir as travestis na escola, no mercado de trabalho, porque nós sabemos que pro mercado de trabalh. Exige uma certa escolaridade, muitas não têm o interesse de frequentar a escola, por causa dessa transfobia na escola, porque muita não querem voltar. (CRIS DE MADRI)

Podemos observar que, de acordo com os discursos das travestis sobre os processos escolares, que esta instituição reforça os padrões da heterossexualidade, tidos como os aceitáveis, muitas vezes silenciando, não dando visibilidade às outras possibilidades de expressões de gêneros que borram os padrões binários.

As práticas de docentes, profissionais da educação, produções acadêmicas, que desaguam no currículo e suas práticas, não têm aberto

espaço para o novo, para as várias expressões de gênero e das performances que destoam das perspectivas institucionais de educação, pois “a escola sempre exerceu uma ação distintiva” (Louro, 1997, p. 57).

Todos os discursos perpetuam o que não se quer falar. Ora, deixa nas entrelinhas, na refuta de dialogar sobre tem a intenção de silenciar, suas significações sobre os gêneros que se apresentam nômades. Ora, declara-se terminantemente, violentamente, contra toda e qualquer subversão.

E, é, nesses discursos, linguagens marcadas, que podemos afirmar o quão a escola está aquém as práticas desejadas na garantia por direitos equânimes, pois, “a possibilidade de trânsito, em termos de gênero, é ameaçadora” (TEIXEIRA, FLÁVIA B. 2009, p. 144).

Para Taís, como segue:

A escola não é a escola que nós queremos, nem pra negro, nem pra branco, muito menos pra Travestis e Transexuais porque a escola não permite que a gente esteja lá. Eu acho que a gente deveria repensar num novo currículo escolar, uma nova forma pedagógica, aonde a escola possa dizer: aqui é um espaço que é seu, aqui é um espaço que é pra você ficar, porque eu fico imaginando, a escola não queria que eu estivesse lá, eu só estava lá por conta da minha mãe, e ai eu ficava pensando se eu não tivesse a minha mãe, se a minha mãe tivesse me excluído de casa e tivesse me abandonado, eu não estaria na escola, porque a escola também já queria me expulsar. (TAÍS DINIZ SOUZA)

Estes discursos ameaçadores, que reivindicam seus lugares de direito, ao invadirem esses espaços da escola, as travestis vão negociando, resistindo, de várias maneiras suas presenças, suas expressões de gêneros híbridos, nômades, com corpos em processo de constituição, entre os universos do feminino e masculino, seus tempos de formação humana e suas necessidades enquanto pessoas de direito.

Mesmo que numa resistência solitária. Pois, para Flávia B. Teixeira, “as inéditas possibilidades de intervenção nos corpos abriram fissuras para pensar se uma mudança de corpo pode ser lida como mudança de gênero ou se há a

possibilidade da mudança de gênero a despeito de uma intervenção no corpo” (TEIXEIRA, FLÁVIA B. 2009, p. 227)

Estas novas (velhas) vozes ecoam em suas lutas pela sobrevivência, pois, esta posição de nomadismo propõe superar o dualismo sexual, genital, biológico e as polaridades de gênero a favor de subjetividades novas e sexualmente diferenciadas (BRAIDOTTI, 2000, p.170).

São discursos que marcam os gêneros nômades como posições possíveis e necessárias de serem reconhecidos nas relações sociais e escolares, que demandam produções acadêmicas e científicas que apresentem estas estilísticas das existências de modo singular e inovadora. Pois, para Braidotti, “*Los nuevos discursos científicos relacionados con condiciones históricas cambiantes se oponem a la identificación ya centenária del sujeto com su yo racional*” (2000, p. 112). E, ainda, para Haraway, “nos ataques engajados feitos a vários empiricismos, reducionismos ou outras versões da autoridade científica, a questão não deveria ser relativismo e sim posição” (1995, p. 28).

Logo, fica evidente a necessidade de rever as práticas pedagógicas, currículos e significações das relações, na escola, sobre essas possibilidades de gênero, visto que, é nesse espaço, que as travestis, como observamos através das narrativas, reconhecem sistematicamente como espaço e vivência necessária para estarem inseridas no contexto sociocultural.

Não apenas estatisticamente falando, mas na premissa de uma negociação de valores e posturas que vão delineando a presença dessas pessoas na escola com todos seus elementos, sejam subjetivos, performáticos, morais, corporais, subversivos, temporais e de relações. Pois, para Braidotti,

Ser activo, intenso o nómada no significa que uno no tenga limites. Éste sería el tipo de expresión delirante de la megalomanía que encontarmos en las nuevas narrativas dominantes de la cibercultura actual, dispuesta a disolver el sí mismo corporal en la matriz y deseosa de hacerlo. Por el contrario, para dar sentido a esta visión intensiva,

materialmente fijada del sujeto, necesitamos un umbral o un marco de sustentabilidad (BRAIDOTTI, 2006, p.217).

Gêneros nômades, com corporalidades vibráteis possíveis, que não mais possam ser excluídos dos processos e direitos escolares, que sempre excluíram os que se diferem do macho e fêmea, destoando dessas regularidades.

Elementos que sempre fizeram que essas travestis, fossem colocadas aos espaços marginais e fronteirizos, patologizados, mesmo porque, “el devenir Deleuzeano es la afirmación del carácter positivo de la diferencia, entendida como un proceso múltiple y constante de transformación. En él renuncia al orden teleológico y a las identidades fijas em favor de un fluir de devenires múltiples” (BRAIDOTTI, 2000, p. 131-132).

Portanto, rever esta organização, posição, dos gêneros nos faz também rever onde estes gêneros estão, logo, é trazer à tona as corporalidades que estão atravessadas, marcadas, para com estes gêneros, porque, “o corpo é um agente, não um recurso” (HARAWAY, 1995, p. 39).

Neste sentido, esta defesa pela existência dos gêneros nômades das travestis brasileiras, em todo o processo histórico de sua articulação em movimento social coletivo, é mais que válido, pois amplia a pretensa explicação pela biologia reducionista e nos dá pistas de que estamos no caminho certo pela defesa da vida, uma educação para todas as pessoas e práticas na psicologia que se comprometam com a defesa da vida como valor maior, promovendo felicidade e bem estar “bio-psico-sócio-político”.

6. DES-CONCLUSÕES (DISPARADORAS)

Eu posso engolir você, só pra cuspir depois/Minha fome é matéria que você não alcança/Desde o leite do peito de minha mãe/Até o sem fim dos versos, versos, versos/Que brotam do poeta em toda poesia/Sob a luz da lua que deita na palma da inspiração de Caymmi/Se choro, quando choro, e minha lágrima cai/É pra regar o capim que alimenta a vida/Chorando eu refaço as nascentes que você secou/Se desejo, o meu desejo faz subir marés de sal e sortilégio/Vivo de cara pra o vento na chuva, e quero me molhar/O terço de Fátima e o cordão de Gandhi cruzam o meu peito/Sou como a haste fina, que qualquer brisa verga, mas nenhuma espada corta/Não mexe comigo, que eu não ando só/Eu não ando só, que eu não ando só/Não mexe não!/Não mexe comigo, que eu não ando só/Eu não ando só, que eu não ando só.

(MARIA BETHÂNIA/PAULINHO PINHEIRO)

Muitos foram os caminhos trilhados durante o percurso da/na pesquisa e vários elementos foram possíveis de serem apontados, pois foram os que mais nos afetaram.

Desde a escolha dos temas que iríamos explorar, os recursos metodológicos que acessaríamos, as posições teóricas que assumiríamos, o compromisso ético para com as companheiras travestis que compartilharam suas vidas conosco, a responsabilidade pactuada com o movimento social organizado destas pessoas e o engajamento profissional, enquanto educadora e travesti, foram intensos todos os processos.

Estas posições nos levaram a propor um texto manifesto, que se coloca em oposição dura para às produções que sempre apresentam as desgraças desta população, os sofrimentos e os direitos que foram negados a elas. Ao contrário, nos colocamos sempre muito próximas das travestis, que

participaram do trabalho, trocando experiências, trabalhando juntas, porém sem perder de vista nossa veia de combate e contestação aos binarismos.

Esses elementos nos fizeram optar por perspectivas metodológicas democráticas (marginais), ou seja, que garantissem o rigor exigido pela academia, mas que proporcionassem um amplo leque de explorar os elementos que buscaríamos, para além, de viver esta história de modo totalmente mergulhada nos processos que poderíamos encontrar.

A escolha pela cartografia foi providencial porque nos deu recursos variados para explorarmos cada momento de vida, mapeando muitas possibilidades e atravessando inúmeras experimentações junto às participantes, de modo muito intenso.

No mesmo rumar foi o posicionamento teórico que precisou estar de acordo com nosso compromisso ético com a pesquisa. As escolhas foram propositais no sentido de estabelecer diálogos entre muitas produções científicas, que, inicialmente, não dialogariam, porém, acreditamos que estão como alicerces para ampliarmos os referenciais legíveis no que tange a tese que defendemos.

Isso foi possível, após conseguirmos fazer mapeamento da história do movimento travesti brasileiro, escolher cada liderança neste processo, nas cinco regiões do país e propor, de maneira dialógica, cada ferramenta teórica que iríamos eleger para esta pesquisa.

Cartografar esta história foi fundante para significarmos a importância deste processo histórico para a articulação de travestis em todo o país, em prol de demandas dessa população que mais sofre, é assassinada cruelmente e tem seus direitos negados no Brasil.

Acessar estas histórias, contadas por elas mesmas, que iniciaram este trâmite, e estão vivas (resistindo), foi disparando quais seriam os meandros

que iríamos pinçar diante a tanta demanda, tanto sofrimento, porém, com estratégias de resistências exitosas subalternas e precárias de vida.

Neste sentido, a defesa em propor a manutenção em posições de vidas subalternas e precárias foi fluindo. Isso se deu porque acreditamos, sem dúvida alguma, nessas escolhas (inicialmente teóricas) marginais e resistentes. Logo, não abrimos mão de estar nesta posição política de subalternidade e precariedade porque não queremos estar encaixadas em únicas possibilidades binárias.

Ao defendermos este posicionamento localizado, buscamos sempre dialogar com as companheiras travestis, que participaram conosco da/na pesquisa e esta posição foi acordada com o coletivo, referendada através de todo o processo, no caminhar teórico e metodológico, que a pesquisa foi enveredando.

Estes caminhos nos levaram a explorar, de modo mais intenso, os processos corporais, as sexualidades e as expressões de gêneros travestis, viesados sempre pelos processos escolares formativos e os conhecimentos elaborados pela vasta experiência de vida que cada liderança nacional foi trilhando em seus percursos.

Então, nossa defesa em disparar corporalidades vibráteis tem validade. Não somente por coadunarem com as leituras que fizemos acerca destes conceitos (corpo vibrátil), mas por percebermos, no cotidiano e nas experiências das produções das corporalidades destas travestis, o quão é latente esta vibração.

São corpos que vibram, tanto nos seus processos de reconhecerem-se travestis, como na luta pela manutenção destas vidas, que não cabem nos padrões atuais da sociedade. São nestes dispositivos, os corpos, que tudo se inicia: desde a descoberta por estas novas corporalidades fluídas, com práticas desejanter não binárias, até a garantia de vida destes corpos no país que mais mata no mundo, com requintes de crueldades, as travestis.

Os muitos discursos, que atravessaram esta tese, têm nos corpos seus desdobramentos. Essas potencialidades de vidas que escapam foram marcas que nos afetaram (muito) em todo o processo cartográfico. As singularidades nestes corpos vibráteis apresentam muitas confluências nas variadas histórias e me fizeram significar, também, meus próprios processos, enquanto travesti; somados aos variados embates que temos, enquanto demanda, para nossa subsistência.

Isso se dá pelas muitas nuances que atravessam estes corpos, por sua tecnologia emaranhada aos processos históricos, aos processos desejantes e sexuais, que fazem parte dos contextos de vidas de cada uma e ao mesmo tempo de todas.

Defendemos, então, essas sexualidades travestis como dissidentes. São práticas sexuais e desejantes que destoam aos processos de subjetivação das sexualidades que partem de uma biologia higienista, das crenças universais e do binarismo machista cruel.

Logo, as travestis apresentam sexualidades que rompem com estes padrões e, marcam, através do acesso ao mercado do sexo, as facetas que estão às margens das possibilidades heterossexuais. Tornam-se objetos de desejo para os mais variados tipos de gente e consegue transpor, através de seus corpos fluídos, muitas maneiras de amar, gozar, sentir prazer, darem prazer e sobreviverem com esta ferramenta econômica.

Sobremaneira, todos estes processos desaguam na produção de expressões de gêneros que são nômades, pois assumem politicamente um gênero feminino, mas não abrem mão de recursos corporais, até então lidos como masculinos, como o uso prazeroso de seus pênis, para suas realizações e felicidades pessoais.

Essas pessoas conseguem transitar nestes universos, do feminino e masculino, sem se comprometerem aos estigmas de rejeição que são

depositados nelas. Ao contrário, fazem desta vivência uma bandeira de luta e sobrevivência desta figura tão estereotipada na sociedade brasileira.

Ao somarmos todas essas informações, na perspectiva da educação formal, da escolarização e dos conhecimentos produzidos no decorrer destas vidas, se pode constatar que a escola brasileira precisa de uma reorganização urgente.

Notamos que o modelo que está posto não dá conta destes corpos que vibram, destas sexualidades que destoam dos padrões, de gêneros nômades que não querem ser linkados a qualquer padrão não subalterno, pois já seriam capturados nesta configuração binária. A escola brasileira, que seria direito básico de todas as pessoas, perde seu lugar para produções de conhecimentos na/da vida, muito mais potentes e reais para estas pessoas.

As travestis brasileiras fazem desta negação de direitos uma estratégia de sobrevivência através dos saberes das/nas ruas, entre seus pares, no percurso de sua história de movimento social e na resistência em sobreviver com suas expressões diante de tanta exclusão.

Tudo nos leva a crer que podemos engolir toda essa tentativa de captura, de nos enquadrar em espaços e estigmas, que não nos cabem na sociedade heterossexual e machista, apenas para cuspir (ter êxito sobre) vocês depois, usando seu dinheiro recebido nos programas de prostituição nas esquinas. Isso porque, com toda a certeza, não andamos **só**. Então não mexe comigo (conosco) porque eu não ando só; eu não ando só; eu não ando só... Somos travestis brasileiras.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. **O que é contemporâneo?** e outros ensaios. Tradução Vinícius Nicastro Honesko. Chapecó: Argos, 2009.

AGGLETON, P.; PARKER, R. **Estigma, Discriminação e AIDS**. Coleção ABIA: Cidadania e Direitos 1. Rio de Janeiro: ABIA. 2001

AZEREDO, Sandra. **O político e o público e a alteridade como desafios para a Psicologia**. Psicologia: Ciência e Profissão, 2002, 22(4), 14-23.

_____. **Figurações do feminino nas relações de gênero-raça entre mulheres: “Pode a subalterna falar?”**. In: SANABRIA, Marisa (org.). O feminismo: diversos olhares. Belo Horizonte: CRP 04, 2012.

_____. Em defesa do posicionamento na pesquisa em Psicologia. In: _____ TEIXEIRA-FILHO, F et al (org.) **Queering: problematizações e insurgências na Psicologia contemporânea**. Cuiabá: EdUFMT, 2013.

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. Tradução Maria Ermantina Galvão Gomes e Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

BARBOSA, A. J. G.; LISBOA, F. S. **Formação em Psicologia no Brasil: Um perfil dos Cursos de Psicologia do Brasil**. Psicologia Ciência e Profissão, 2009, 29 (4), 718-738,

BELTRÃO, Ierece. **Corpos Dóceis, Mentas Vazias, Corações Frios**. São Paulo: Imaginário, 2000.

BENEDETTI, Marcos. **A batalha e o corpo: breves reflexões sobre travestis e prostituição**. Boletín Ciudadania Sexual, Peru, v. 11, p. 5-8, 2004. Disponível

em: <<http://docplayer.com.br/13244484-A-batalha-e-o-corpo-breves-reflexoes-sobre-traves-tis-e-prostituicao.html>>. Acessado em 10/12/2016.

_____. **Toda feita**: o corpo e o gênero das travestis. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

BENTO, Berenice. **A reinvenção do corpo**: sexualidade e gênero na experiência transexual. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

BERNARDES, A. G; HOENISCH, J. C. D. Subjetividade e identidades: possibilidades de interlocução da Psicologia Social com os Estudos Culturais. In: ____ GUARESCHI, N; BRUSCHI, M. E. (orgs) **Psicologia Social nos estudos culturais**: perspectivas e desafios para uma nova Psicologia social. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

BRAIDOTTI, Rosi. **Sujeitos nômades**. Bueos Aires: Paidós, 1997

_____. **Sujeitos nômades**. Tradução Alcira Bixio. 1ª ed. Buenos Aires: Paidós, 2000.

_____. **Diferença, Diversidade e Subjetividade Nômade**. Tradução Roberta Barbosa. Labrys: estudos feministas, Brasília, n 1-2, jul/dez 2002.

_____. **Feminismo Diferencia Sexual y Subjetividad Nómade**. 1ª ed. Barcelona: Gedisa Editorial, 2004.

_____. **Transposiciones**: sobre La ética nômade. Barcelona: Gedisa Editorial, 2006

_____. **Lo Posthumano**. Barcelona: Ed. Gedisa, 2013.

BRETON, D. Le. **A sociologia do corpo**. Tradução Sonia M.S. Fuhrmann. Petrópolis: Vozes, 2006.

_____. **Adeus ao Corpo**: Antropologia e sociedade. Tradução Marina Appenzeller. 6ª ed. Campinas: Papyrus, 2013.

_____. **Antropologia do corpo e modernidade**. Tradução Fábio do Santos Creder Lopes. 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

BRITZMAN, Dedorah. Curiosidade, sexualidade e currículo. In: _____
LOURO, Guacira Lopes (org.). **O corpo educado**: Pedagogias da sexualidade.
Belo Horizonte: Autêntica, 1999

BUTLER, Judith. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”. In: .
_____. LOURO, Guacira Lopes. **O corpo Educado**: pedagogias da
sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

_____. **Problemas de gênero**: Feminismo e subversão da identidade.
Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. **Cuerpos que importan**: sobre los límites materiales y
discursivos del “sexo”. 2ª ed. Buenos Aires: Paidós, 2008.

_____. **Quadros de guerra**: quando a vida é passível de luto. Rio de
Janeiro: Civilização Brasileira, 2015

CANGUILHEM, Georges. **Que é a Psicologia?**. Tradução Osmyr Faria Gabbi
Jr. In: Impulso: Revista de Ciências Sociais e Humanas. Piracicaba/SP. Volume
11. N.26, p.11 a 26, 1999. Disponível em:
<<http://www.unimep.br/phpg/editora/revistas/pdf/impulso26.pdf>> Acesso em: 16
de set. de 2015.

CARNEIRO, Altair. **DELEUZE & GUATTARI: UMA ÉTICA DOS DEVIRES**.
Dissertação de Mestrado em Filosofia - Universidade Estadual do Oeste do
Paraná, Toledo, 2013

CARRASCOSA, Sejo; SÁEZ, Javier. **Por el Culo: Políticas anales**. Editor digital: Polifemo7, 2011.

CERTEAU, M. de. **A invenção do cotidiano: 1, Artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 1994

CLANDININ, D. Jean; CONNELLY, F. Michael. **Pesquisa narrativa: experiência e história em pesquisa qualitativa**. Tradução: Grupo de Pesquisa Narrativa e Educação de Professores ILEEI/UFU. Uberlândia: EDUFU, 2011. 250 p.

COLL-PLANAS, Gerard. MISSE, Miquel(edit.). **El género de desordenado: Críticas em torno a la patologización de la transexualidad**. Barcelona: Egales Editorial, 2010.

CÓRDOBA, David. SÁEZ, Javier. VIDARTE, Paco. **Teoria Queer: políticas bolleras, maricas, trans, mestizas**. Barcelona: EGALES Editorial, 2005.

CÓRDOBA, David. Teoria queer: reflexões sobre sexo, sexualidade e identidade. Em direção a uma politização da sexualidade In: CORDOBA, D; SAÉZ, J.; VIDARTE, P. **Teoria queer: políticas bolleras, maricas, trans, mestizas**. Madri: Egales. 2005.

CRUZ NETO, Otávio; MOREIRA, Marcelo Rasga. **A concretização de políticas públicas em direção à prevenção da violência estrutural**. IN: Ciência & Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, 4. ed., n. 1, p. 33-52, 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br> Acesso em: 24 abr. 2008.

CUNHA, B. B. B. (et al.). **Psicologia na escola: um pouco de história e algumas histórias**. São Paulo: Arte & Ciência, 1997.

DELEUZE, Gilles. **A filosofia crítica de Kant**. Tradução Geminiano Franco. Lisboa: Edições 70, 1963.

_____. **Os intelectuais e o poder:** Conversa entre Michel Foucault e Gilles Deleuze. In: FOUCAULT, Michel. Microfísica do Poder. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

_____. **Diferença e repetição.** Tradução Luis Orlandi, Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

_____. **O que é um dispositivo?** Tradução de Ruy de Souza Dias e Hélio Rebello, 2001, a partir do texto: DELEUZE, G. Qu'est-ce qu'un dispositif? In: Michel Foucault philosophe. Rencontre internationale. Paris, 1989.

_____. **¿Que és un dispositivo?** In: _____ Michel Foucault, filósofo. Tradução Wanderson Flor do Nascimento. Barcelona: Gedisa, 1990. Disponível em: <<http://escolanomade.org/pensadores-textos-e-videos/deleuze-gilles/o-que-e-um-dispositivo>>. Acesso em: 25 de jun. de 2015.

_____. **Crítica e clínica.** Tradução Peter pal Pelbart. São Paulo: Ed. 34, 1997.

_____. **O abecedário de Gilles de Deleuze.** Transcrição para fins didáticos. Editado no Brasil pelo Ministério da Educação, “TV Escola”, 2001.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Felix. **O que é a Filosofia?** Tradução Bento Pardo Junior e Alberto Alonso Muñoz. Rio de Janeiro: Ed.34, 1992.

_____. **Mil platôs - capitalismo e esquizofrenia.** vol. 1; Tradução Aurélio Guerra Neto e Célia Pinto Costa. —Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995.

_____. **Introdução: Rizoma.** In: _____ Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia. Tradução Aurélio Guerra Neto. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995. p.11-37. v. 1.

DELEUZE, Gilles; PARNET, Claire. **Diálogos.** Tradução Eloisa Araújo Ribeiro. São Paulo: Escuta, 1998.

DUQUE, Thiago. "**Sem dar escândalos**" - A construção social das travestilidades na adolescência.. In:33º Encontro Anual da ANPOCS - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais. Caxambú, MG. Site Oficial, 2009.

ESCÓSSIA, L. KASTRUP, V. PASSOS, E(org.). **Pistas do método da cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. Vol. 1. Porto Alegre: Sulina, 2009.

FERNANDÉZ, Ana Maria. Las diferencias desigualadas: multiplicidades, invenciones políticas y transdisciplina. In: TEIXEIRA-FILHO, F et al (org.) **Queering: problematizações e insurgências na Psicologia contemporânea**. Cuiabá: EdUFMT, 2013.

FERNÁNDEZ, Josefina. **Cuerpos desobedientes: travestismo e identidad de género**. 1ª ed. Buenos Aires: Edhasa, 2014.

FERREIRA, A. B. DE H. **Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa**. 2. ed. rev. aum. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986. 1838 p.

FIGUEIREDO, Luis Cláudio. **A invenção do psicológico: quatro séculos de subjetivação 1500-1900**. São Paulo: Educ, 1992.

FONSECA, Tania. KIRST, Patrícia (org.). **Cartografias e Devires: a construção do presente**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2003.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

_____. **História da sexualidade II: O uso dos prazeres**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.

_____. **História da sexualidade III: O cuidado de si**. Tradução Maria Tereza da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

_____. **História da sexualidade: a vontade de saber** – volume I. Rio de Janeiro: Graal, 1985/1988/2005

_____. **Doença mental e Psicologia**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1991.

_____. **As Palavras e as Coisas: uma arqueologia das ciências humanas**; tradução Salma Tannus Muchil, 6ª Ed., São Paulo: Martins Fontes, 1992.

_____. **A ordem do discurso**. Resumos dos Curso no Collège de France pronunciada em 2 de dezembro de 1970-1982. São Paulo: Loyola, 1996 (a).

_____. **Las redes del poder**. Buenos Aires: Editorial Almagesto, 1996(b)

_____. **Resumos dos Curso no Collège de France (1970-1982)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

_____. **Vigiar e punir**. 21ª ed. Petrópolis: Vozes, 1984.

_____. **Sobre a História da Sexualidade**. In: _____. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2000.

_____. **Os anormais** Curso no Collège de France (1974-1975). São Paulo: Martins Fontes, 2002b.

_____. **Ética, sexualidade, política**. Organização de Textos Manoel Barros da Motta. Tradução Elisa Monteiro e Inês Autran Dourado Barbosa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

_____. **Ditos e escritos IV**. Estratégias de saber e poder. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

_____. **A coragem da verdade**: o governo de si e dos outros II: curso no Collège de France; tradução Eduardo Brandão. São Paulo: editora WMF Martins Fontes, 2011.

_____. **Ditos e escritos V**: ética, sexualidade, política. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

_____. **O corpo utópico, as heterotopias**. São Paulo: n-1 edições, 2013.

_____. **Histoire de la sexualité I**: la volonté de savoir. Paris: Gallimard, 1976.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. São Paulo: Paz e Terra. Pp.57-76. 1996.

FREUD, S. **Três ensaios sobre a teoria da sexualidade**. Tradução Ramiro da Fonseca. Edição Livros do Brasil. Lisboa: s/d.

GODOY, ANA. **A menor das ecologias**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

GOFFMAN, Erving. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada, trad. Marcia Bandeira de Mello Leite Nunes. Rio de Janeiro: Guanabara, 1988.

GÓMEZ, Zandra (org.). **Políticas y estéticas del cuerpo em América Latina**. Bogotá: Universidad de los Andes, Facultad de Ciencias Sociales, Departamento de Antropología, CESO, Ediciones Uniandes, 2007.

GUATTARI, Félix. **As três ecologias**. Tradução Maria Cristina Bittencourt. Campinas: Papiru, 1990.

GUATARRI, Félix. ROLNIK, Suely. **Micropolítica: Cartografias do Desejo**. 7ª Edição Revisada. Petrópolis: Vozes, 2005.

_____. **Subjetividade e história**. In: _____. **Micropolítica: cartografias do desejo**. Petrópolis; Vozes, 1986/1996.

HARAWAY, Donna. **Ciencia, cyborgs y mujeres: la reinención de la naturaleza**. Ediciones Cátedra. Universitat de València - Instituto de la mujer. Madrid, 1995a.

_____. **Saberes localizados: a questão da ciência e o privilégio da perspectiva parcial**. Tradução Mariza Corrêa. *Cadernos Pagu*. (5) 1995b: pp. 07-41.

_____. **“Gênero” para um dicionário marxista**. Tradução: Mariza Corrêa. *Cadernos Pagu* (22) 2004: pp.201-246. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp_a/n22/-n22a09.pdf>. Acesso em: 14 de jul. de 2015.

_____. **Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial**. *Cadernos pagu*, n. 5, p. 7-41, 2009.

JIMÉNEZ, Rafael. SINUÉS, Olga. **Los géneros de la violencia**. Uma reflexão queer sobre la violência de gênero. Barcelona/Madrid: Egales Editorial, 2010.

KASTRUP, V. PASSOS, E. TEDESCO, S.(org.). **Pistas do método da cartografia: a experiência da pesquisa e o plano comum**. Vol. 2. Porto Alegre: Sulina, 2014.

KULICK, Don. **Travesti: prostituição, sexo, gênero e cultura no brasil**. Tradução Cesar Gordon. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008.

LAQUEUR, Thomas. **La construcción del sexo: Cuerpo y género desde los griegos hasta Freud**. Madrid: Cátedra Universitat de València Instituto de la Mujer, 1994.

_____. **Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud**. Tradução Vera Whately. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

LATOUR, B.. **Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica**. Tradução Carlos Irineu da Costa. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora 34, 2009.

LAURETIS, T.. **Diferencias: Etapas de un camino a través del feminismo**. Tradução María Echániz Sans. Madrid: horas y HORAS, 2000.

LORDE, A. Zami, a New Spelling of My Name. Trumansberg, NY, Crossi 1982. In: HARAWAY, Donna. **“Gênero” para um dicionário marxista**. Tradução: Mariza Corrêa. Cadernos Pagu (22) 2004: pp.201-246. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cpa/n-22/n22a09.pdf>>. Acesso em: 14 de jul. de 2015.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. 3ª. Ed., Petrópolis: Vozes, 1997.

_____. Pedagogias da sexualidade. In: _____ (org). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 151-172.

_____. **Um corpo estranho – ensaios sobre sexualidade e teoria queer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

_____. **O corpo educado - pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

MAFFÍA, Diana. **Sexualidades Migrantes: Género y transgénero**. 2ª ed. Buenos Aires: Lebrería de Mujeres Editoras, 2009.

MATURANA, H.; VARELA, F. **El arbol del conocimiento**: las bases biológicas del conocimiento humano. Madrid: Debate, 1990.

MEIHY, J. C. S. B. e BOM MEIHY, F. H. **História Oral**: como fazer, como pensar. São Paulo. Contexto. 2007.

MONTERO, Jorge (org.). **Un cuerpo. Mil sexos**: intersexualidades. 1ª ed. Buenos Aires: Tópica Editorial, 2010.

MORENO, Montserrat. **Como se ensina a ser menina**: o sexismo na escola. Tradução Ana Venite Fuzatto. São Paulo: Moderna, Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1999.

MOTTA, Manoel(org.). **Michel Foucault - Repensar a política**. Tradução Ana Lucia Paranhos Pessoa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

NARVAZ, Martha. **A (in)visibilidade do gênero na Psicologia acadêmica**: onde os discursos fazem (se) política. Tese de doutorado. Porto Alegre- RS, 2009.

NOGUEIRA, Francisco. **Trabalhadas no feminino**: um estudo sobre corpo, desejo e prostituição travesti em Fortaleza/CE. Revista Latinoamericana de Estudios sobre Cuerpos, Emociones y Sociedad. No8. Año 4. Abril-julio de 2012. Argentina. ISSN: 1852-8759. pp. 55-67.

NUERNBERG, Adriano. **Gênero no contexto da produção científica brasileira em Psicologia**. Tese de doutorado. Florianópolis-SC, 2005.

OLIVER, Esther; VALLS, Rosa. **Violência de gênero**: investigaciones sobre quiénes, por qué y cómo superarla. Barcelona: El Roure, 2004.

PASSOS, Eduardo; BARROS, Regina de. A cartografia como método de pesquisa-intervenção. In: _PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. da

(Org.). **Pistas do método da cartografia**: pesquisa- intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Sulina, 2009.

PATERNOSTRO, Silvana. Na terra de Deus e do homem. Tradução Ana Deiró. Rio de Janeiro: Objetiva, 1999.

PECHENY, Mario; ORTIZ-ORTEGA, Adriana. **Enseñanza universitaria sobre género y sexualidades em Argentina**, Chile, China, México y Sudáfrica. 1 ed. Buenos Aires: Editorial Teseo. 2010

PELBART, Peter. A comunidade dos sem comunidade. In: _____ PELBART, Peter. **Vida capital**: ensaios de biopolítica. São Paulo: Iluminuras, 2003. p. 28-41

_____. O tempo não-reconciliado. São Paulo: Perspectiva: FAPESP, 1998.

PELUCIO, Larissa. **Travestis, a (re)construção do feminino**: gênero, corpo e sexualidade em um espaço ambíguo. Revista ANTHROPOLOGICAS, ano 8, vol. 15(1): p. 123-154, 2004.

PENEDO, Susana López. **El Laberinto queer**: La identidad en tiempos de neoliberalismo. Barcelona: Editorial Egales, 2008.

PERES, R. S; BORSONELLO, E. C.; PERES, W. S. **A esquizoanálise e a produção da subjetividade**: considerações práticas e teóricas. Revista Psicologia em Estudo. DPI/CCH/UEM v. 5 n. 1 p. 35-43. 2000.

PERES, W.S; POCAHY, F.A.; CARNEIRO, N. S; TEIXEIRA-FILHO, F. S. **Transconversações queer**: sussurros e gemidos lusófonos Quatro cadelas mirando a(s) Psicologia(s). Revista Periódicus 1ª edição maio-outubro de 2014. Disponível em: <www.portalseer.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/index>. Acesso em: 03 de set. de 2015.

PERES, William Siqueira. Travestis, cuidado de si e serviços de saúde: Algumas reflexões. IN: COSTA, H et al (org). **Retratos do Brasil homossexual: Fronteiras, subjetividades e desejos.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Imprensa Oficial, 2010.

_____. Tecnologias e programação de sexo e gênero: apontamentos para uma Psicologia política QUEER. In: CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Psicologia e Diversidade Sexual: desafios para uma sociedade de direitos.** Brasília: CFP, 2011.

_____. O mal estar das sexualidades e dos gêneros contemporâneos e a emergência de uma psicologia queer. In: **Gênero, corpo e ativismo.** Cuiabá-MT: UFMT, 2012

_____. Psicologia e Políticas Queer. In: TEIXEIRA-FILHO, F et al (org.). **Queering: problematizações e insurgências na Psicologia contemporânea.** Cuiabá: EdUFMT, 2013.

_____. Contra a Psicologia do sacerdócio: a vida que sangra, pulsa, vibra. In: MINELLA, L; ASSIS, G. de O.; FUNCK, S. B. (org). **Políticas e fronteiras.** Tubarão: Ed. Copiart, 2014.

_____. **Travestis Brasileiras: dos estigmas à cidadania.** Curitiba: Juruá, 2015.

PINHEIRO, Petrilson Alan. **Bakhtin e as identidades sociais: uma possível construção de conceitos.** Revista Philologus, v. 40, 2008.

PLATERO MÉNDEZ, R. (Lucas). **Metáforas y articulaciones para una pedagogía crítica sobre la interseccionalidad.** Quaderns de Psicologia. 2014, Vol. 16, No 1, 55-72. Disponível em: <<http://quadernsdePsicologia.cat>>. Acesso em: 17 de ago. de 2015.

POCAHY, Fernando (org.). **Políticas de enfrentamento ao heterossexismo: corpo e prazer**. Porto Alegre: NUANCES, 2010.

_____. 'Pesquisa – aquecimento': Derivas de uma epistemologia libertina. IN: TEIXEIRA-FILHO, F et al (org.). **Queering: problematizações e insurgências na Psicologia contemporânea**. Cuiabá: EdUFMT, 2013.

PRECIADO, Paul Beatriz. **Manifiesto Contra-sexual**. Madri: Opera Prima. 2002.

_____. **Género y Performance**. Revista Zehar. V. 54, p. 1-14, 2014. Disponível em: < <http://www.hartza.com/performance.pdf>>. Acesso em: 10 nov. 2017.

_____. **Texto Yonqui**. Madri: Spasa. 2008.

_____. **Multidões queer: notas para uma política dos "anormais"**. Revista Estudos Feministas, vol. 19, núm. 1, janeiro-abril, UFSC, Brasil, 2011, pp. 11-20.

_____. **Manifesto contrassexual: práticas subversivas de identidade sexual**. Tradução de Maria Paula Gurgel Ribeiro. São Paulo: N-1 Edições, 2014.

_____. **Manifesto Contrassexual**. In: Cadernos de Campo: revista dos alunos de pós-graduação em antropologia social da USP - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Departamento de Antropologia. Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, São Paulo, n. 24, p. 591-597, 2015

RAGO, L. M. **A aventura de contar-se: feminismo, escrita de si e invenções subjetivas**. Campinas: Unicamp, 2013.

RITZMANN, Renan. Entre Híbridos e Ciborgues: As ficções anti-modernas de Bruno Latour e Donna Haraway. IN: **Anais do VI Simpósio Nacional de História Cultural Escritas da História: Ver - Sentir - Narrar**. Uberlândia: GT Nacional de História Cultural, 2012.

ROLNIK, Suely. **Cartografia sentimental**: transformações contemporâneas do desejo. São Paulo: Estação Liberdade, 1989

_____. **Subjetividade e história**. São Paulo: Sapiientiae, 1992

_____. Cidadania e alteridade: o psicólogo, o homem da ética e a reinvenção da democracia. In: _____ SPINK, M. J. P. (Org.). **A cidadania em construção: uma reflexão transdisciplinar**. São Paulo: Cortez, 1994. p. 157-176

_____. Políticas da hibridação. In: LANCETTI, A. (Org.). **Cadernos de Subjetividade – O Reencantamento do Concreto**, São Paulo: Hucitec, 2003.

_____. **Cartografia sentimental**: transformações contemporâneas do desejo. 2ª ed. Porto Alegre: Sulina Editora da UFRGS, 2014.

_____. **Cartografia ou de como pensar com o corpo vibrátil**. Núcleo de estudos da subjetividade. PUC-SP. s/d. Disponível em: <<http://www.pucsp.br/nucleodesubjetivi> da- de/Textos/SUELY/pensarvibratil.pdf>. Acesso em: 22 de jun. de 2015.

RUBIN, Gayle. **O tráfico de mulheres**: notas sobre a economia política dos sexos. Tradução de Christine Rufino Dabat. Recife: SOS CORPO - Gênero e Cidadania, 1975.

_____. **Reflexionando sobre el sexo**: notas para una teoría radical de la sexualidad. In: VANCE, Carole. Placer y peligro: explorando la sexualidad feminina, 1989, p. 113-190.

_____. **Pensando sexo**: notas para uma teoria radical das políticas da sexualidade. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/1229/rubin_pensando_o_sexo.pdf?sequence=1>. Acesso em: 25 de mai. de 2015.

TEIXEIRA, Flavia do Bonsucesso. **Vidas que desafiam corpos e sonhos**: uma etnografia do construir-se outro no gênero e na sexualidade. Campinas, SP: (s.n.), 2009.

SÁEZ, Javier. CARRASCOSA, **Sejo. Por el culo**. Políticas Anales. Madrid: Editorial Egales, 2011

SALES, Adriana (nome social). **Travestilidades e escolas em narrativas de alunas travestis**. Rondonópolis, MT: UFMT, 2012.

SALIH, Sara. **Judith Butler e a Teoria Queer**. Tradução Guacira Lopes Louro. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

SALOTTI, Maria Regina. **Breves considerações sobre práticas educacionais**. In: SANT'ANNA, Denise (org). **Política do Corpo**: Elementos para uma história das práticas corporais. Tradução Mariluce Moura. São Paulo: Estação Liberdade, 1995.

SANTOS, Boaventura. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a um ecologia dos saberes. In: Boaventura de Sousa Santos; Maria Paula Meneses (Org.). **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Almedina-CES, 2009. p. 23-73.

SAWAIA, Bader. **As artimanhas da exclusão**: análise psicossocial e ética da desigualdade social. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

SCHÖPKE, Regina. **Por uma filosofia a diferença**: Gilles Deleuze, o pensador nômade. Rio de Janeiro: Contraponto, São Paulo: Edusp, 2004.

SCOTT, Joan. **Gênero**: uma categoria útil para análise histórica. Tradução Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila. 1989. Disponível em: <[http://disciplinas.stoa.usp.br/-pluginfile.php/185058/mod_resource/content/2/G%C3%AAnero-Joan%20 Scott.pdf](http://disciplinas.stoa.usp.br/-pluginfile.php/185058/mod_resource/content/2/G%C3%AAnero-Joan%20Scott.pdf)> . Acesso em: 05 de set. de 2015.

_____. **Gênero**: uma categoria útil de análise histórica. In: LOPES, E. M. T., LOURO, G. L. Educação e realidade. Número especial Mulher e educação. Porto Alegre, vol. 15, n. 2 jul/dez,1990

_____. Experiência. In: SILVA, A. L. da; LAGO, M. C. de S.; RAMOS, T. R. O (org.). **Falas de Gênero**: Teorias, análise, leituras. Florianópolis: Editora Mulheres, 1999.

SEDGWICK, Eve. **A Epistemologia do Armário**. In: Cadernos Pagu v. 28, n. 1, p. 19-54. Tradução de Plínio Dentzien. Campinas: Núcleo de Estudos de Gênero Pagu, 2007.

SILVA, Hélio R. S. **Travesti**: a invenção do feminino. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: Iser, 1993.

_____. **Certas cariocas**: travestis e vida de rua no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: Prefeitura, 1996.

SILVA, Joseli. **Geografias subversivas**: discursos sobre espaço, gênero e sexualidades. Ponta Grossa: TODAPALAVRA, 2009.

SILVA, Nara. **O tempo social de Norbert Elias**: uma proposta de superação ao conhecimento dicotômico do tempo. Mneme – Revista de Humanidade, v. 11, p. 27, 2010.

SILVA, Tomaz. **Monstros, ciborgues e clones**: os fantasmas da Pedagogia Crítica. In: _____ COHEN, J. J. Pedagogia dos monstros – os prazeres e os perigos da confusão de fronteiras. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte: Autentica, 2000.

_____. (org.), HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. 9ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

_____. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz (org). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

_____. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. 3ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

SPIVAK, Gayatri. **Pode o Subalterno Falar?**. Tradução de Sandra Goulart Almeida et al. Belo Horizonte: Editora UFMG. 2010.

TEIXEIRA-FILHO, F et al (org.). **Queering: problematizações e insurgências na Psicologia contemporânea**. Cuiabá: EdUFMT, 2013.

TEIXEIRA FILHO, F. S. **Psicologia e teoria queer: das identidades aos devires**. Tese de Livre Docência. São Paulo: SP, Universidade Estadual Paulista, 2013.

TORRES, Diana. **Pornoterrorismo**. Madrid: Tafalla, 2011.

VEIGA NETO, A; LOPES, M. C. **Inclusão e governamentalidade**. Educação e Sociedade, Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 947-963, out. 2007.

VENCATO, Anna. **Confusões e estereótipos: o ocultamento de diferenças na ênfase de semelhanças entre transgêneros**. In: Cadernos AEL. Homossexualidade. Sociedade, Movimento e Lutas. Campinas, Unicamp/IFCH/AEL, v. 10. n. 18/19, 2003.

WEEKS, Jeffrey. O corpo e a sexualidade. In: LOURO, G. **O corpo educado - pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e Diferença: uma introdução teórica conceitual In: SILVA, T. T. da (org). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.